

MUNICÍPIO DE TÁBUA

**RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE TÁBUA**

REOT TÁBUA 2016

setembro 2016



Município de Tábua

lugar do plano - gestão do território e cultura, lda.



ÍNDICE:

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. O PLANO DIRETOR MUNICIPAL EM VIGOR.....	7
2.1. Participação pública.....	11
2.2. Justificação da revisão do PDM de Tábua.....	13
2.3. Objetivos da Revisão do PDM de Tábua	16
3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	21
4. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS	26
4.1. Demografia	26
4.2. Habitação	35
4.3. Economia	53
4.4. Educação	56
6. CONDIÇÕES AMBIENTAIS.....	61
6.1. Qualidade do Ar	61
6.2. Qualidade da Água	62
6.3. Energia.....	63
6.4. Resíduos	64
6.5. Ruído	64
7. DINÂMICA DA EXECUÇÃO TEMÁTICA.....	66
7.1. Instrumentos de Gestão Territorial.....	66
7.2. Outros Planos	71
7.3. Demografia	71
7.4. Habitação	72
7.4.1. Reabilitação Urbana	72
7.5. Desenvolvimento económico	74
7.5.1. Dinâmica Empresarial	76

TÁBUA

7.5.2. Turismo.....	79
7.6. Rede Viária e Transportes	82
7.7. Património	85
7.8. Equipamentos	86
7.9. Infraestruturas	95
7.9.1. Abastecimento de Água.....	96
7.9.2. Rede de Saneamento	98
7.9.3. Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos.....	105
7.9.4. Rede Elétrica.....	110
7.9.5. Rede de Telecomunicações	112
7.10. Planta de Condicionantes - Servidões e Restrições de Utilidade Pública	112
7.11. Reserva Agrícola Nacional.....	113
7.12. Reserva Ecológica Nacional	115
7.13. Rede Fundamental de Conservação da Natureza e Regime Florestal	117
7.14. Considerações Finais	118
8. DINÂMICA URBANÍSTICA.....	120
8.1. Edifícios Licenciados.....	120
8.2. Expressão Territorial das Operações Urbanísticas.....	130
9. CARACTERIZAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS EM VIGOR.....	158
9.1. Os perímetros urbanos em vigor.....	159
9.1.1. Espaços Urbanos e Urbanizáveis	165
9.1.2. Espaços Industriais	166
9.1.3. Espaços Industriais Propostos.....	167
9.1.4. Plano de Pormenor da Área Industrial e Empresarial de Sinde - Tábua..	168
9.1.5. Equipamento de Desporto e Recreio	173

9.1.6. Espaços Culturais	173
9.2. Hierarquia Urbana	174
9.3. Tipos de Povoamento	178
10. ANEXOS.....	181

1. INTRODUÇÃO

A Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), conjugada com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio) determina que a Câmara Municipal – entidade responsável pela concretização da política de ordenamento do território e de urbanismo a nível local – deve fomentar a monitorização e avaliação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), consubstanciada em Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT).

A revisão dos PMOT é promovida, quando em sede de REOT se, “identificarem níveis de execução e uma evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes, suscetíveis de determinar uma modificação do modelo territorial definido.”¹

Em todos os PMOT, e em concreto nos PDM, impera “a necessidade de o respetivo procedimento (de elaboração ou de dinâmica) ser sempre fundamentado com base no relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local (n.º 3 do artigo 189.º) bem assim como na estratégia de desenvolvimento local, a qual define as orientações estratégicas da implementação e da gestão estruturada dos processos de desenvolvimento e de competitividade do município.”²

Neste sentido, o presente REOT Tábua 2016, promovido pela Câmara Municipal de Tábua, tem como âmbito primordial, fundamentar a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Tábua, dado que esse procedimento de dinâmica decorre “da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração, tendo em conta os relatórios sobre o estado do ordenamento do território previsto no n.º 3 do artigo 189.º”³

Tal desiderato surge da necessidade de enquadrar no quadro jurídico vigente o reinício do processo de revisão do PDM de Tábua de acordo com a Deliberação da Câmara Municipal de Tábua n.º 392 constante em Ata da reunião ordinária n.º 22/15, de 11 de novembro de 2015.

¹ n.º 2 do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

² Oliveira, Fernanda Paula, Workshop - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), 13 de junho de 2015, CEDOUA - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

³ alínea a), do n.º 2, do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

De acordo com o n.º 4 do artigo 189 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial os REOT “traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.”

Neste contexto legal compete à Câmara Municipal de Tábua a elaboração do REOT que deverá ser submetido, a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias⁴, divulgado através do *site* da Câmara Municipal, e, à apreciação da Assembleia Municipal.

⁴ n.º 5, do artigo 189.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

2. O PLANO DIRETOR MUNICIPAL EM VIGOR

O PDM de Tábua foi aprovado em 30 de julho de 1994 pela Assembleia Municipal de Tábua, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/94 e publicado no Diário da República, 1.ª série-B, n.º 250, de 28 de outubro de 1994.

Desde a entrada em vigor, o PDM foi sujeito a cinco alterações a nível regulamentar, a saber:

- 1.ª Alteração de Pormenor. Declaração n.º 150/2000, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 114, de 17 de maio de 2000.
A alteração diz respeito ao artigo 14.º que regula a construção no interior dos Espaços Urbanos de Tábua, sedes de freguesia e restantes localidades e consistiu na possibilidade de as construções destinadas a serviços e indústrias incluírem a classe C para além da D, já contemplada.
- 2.ª Alteração de Pormenor. Declaração n.º 116/2001, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 87, de 12 de abril de 2001.
A alteração recaiu sobre o artigo 21.º relativo aos Espaços florestais e contemplou a possibilidade edificatória de equipamentos públicos bem como o carácter excecional e a comprovada necessidade de qualquer construção nestes espaços.
- 3.ª Alteração. Aviso n.º 13148/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 142, de 24 de julho de 2009.
A alteração ocorreu no artigo 18.º respeitante aos Espaços industriais e teve como objetivo o aumento da cércea máxima das construções de 8m para 10m.
- 4.ª Alteração. Aviso n.º 14078/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 132, de 12 de julho de 2011.
A alteração incidiu sobre o artigo 20.º referente aos Espaços Agrícolas no que respeita ao estabelecimento de critérios e parâmetros de edificabilidade nos Espaços Agrícolas.
- 5.ª Alteração. Aviso n.º 1717/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 25, de 5 de fevereiro de 2014.

A alteração incidiu apenas sobre a planta de ordenamento.

Considerando, a Câmara Municipal de Tábua inadequadas as disposições consagradas no PDM, deliberou, por unanimidade, proceder à sua revisão em reunião de 12 de agosto de 1998, adiada para 14 de agosto de 1998.

A tramitação da abertura do processo de revisão ocorreu ainda à luz do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março, com as alterações subsequentes, de acordo com o artigo 19.º, onde relativamente à revisão, se referia que:

- A revisão dos planos municipais consistia na reapreciação das disposições consagradas no regulamento e na planta de síntese, com vista à sua eventual atualização;
- Os planos municipais deviam ser revistos sempre que a câmara municipal considerasse terem-se tornado inadequadas as disposições nele consagradas;
- Sem prejuízo do disposto no número anterior, o plano diretor municipal e o plano de urbanização deviam ser revistos antes de decorrido o prazo de 10 anos a contar da sua entrada em vigor ou da sua última revisão;
- A revisão dos planos municipais obedecia ao processo e requisitos estabelecidos no presente diploma, nomeadamente quanto à sua elaboração, aprovação, ratificação, registo e publicação;
- Decorrido o prazo de 10 anos sem que o plano municipal tivesse sido revisto, ficariam sujeitos a ratificação do Governo, pelo Ministro do Planeamento e da Administração do Território, por intermédio da Direcção-Geral do Ordenamento do Território, todos os planos de urbanização ou de pormenor que com aquele tenham área em comum.

No entanto, por se tratar de um processo moroso e complexo do ponto de vista administrativo, ao longo do tempo foram surgindo alterações às normas legais e regulamentares aplicáveis que comprometeram o desenvolvimento dos trabalhos, levando à sua suspensão.

Decorridos 21 anos após a publicação do PDM e na sequência da entrada em vigor da nova Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo – Lei n.º 31/2014, de 30 de maio -, do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio -, da publicação do Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece os critérios de

TÁBUA

classificação e reclassificação do solo, e da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, que regula a constituição, composição e funcionamento das comissões consultivas da elaboração e revisão do PDM, a Câmara Municipal de Tábua decidiu reiniciar o processo de revisão do PDM, tendo em consideração um conjunto de circunstâncias estratégicas de longo prazo, face às mutações socioeconómicas de carácter global.

Neste sentido, foi apresentada a Informação n.º 063/2015 de 9/11/2015 e a proposta de composição da comissão consultiva da revisão do PDM de Tábua na reunião ordinária da Câmara Municipal n.º 22/15, de 11 de novembro de 2015, na qual foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a Deliberação n.º 392, com os seguintes pontos:

- *Reiniciar a revisão do PDM de Tábua;*
- *Estabelecer o prazo de 30 dias para o período de participação pública;*
- *Estabelecer o prazo de 2 anos para a revisão do Plano Diretor Municipal, a contar da data da deliberação;*
- *Comunicar à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro o teor desta deliberação e solicitar a marcação de uma reunião preparatória, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro;*
- *Proceder à Avaliação Ambiental Estratégica, nos termos do artigo 78.º do RJIGT.*

O reinício do processo de revisão do PDM foi publicado por intermédio do Aviso n.º 14676/2015, no Diário da República, 2.ª série – N.º 245 – 16 de dezembro de 2015, divulgado através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da Internet da Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e do n.º 4 do artigo 191 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.



AVISO

Revisão do Plano Diretor Municipal de Tábua

Mário de Almeida Loureiro, presidente da Câmara Municipal de Tábua, torna público, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º e da alínea c) do n.º 4 do artigo 191º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), que a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, na sua reunião ordinária de 11 de novembro de 2015, reiniciar o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Tábua. Foi fixado o prazo de dois anos para a revisão do Plano, a contar da data da deliberação, e estabelecido um período de 30 dias para participação pública.

As sugestões ou observações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de revisão do plano devem ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Tábua e apresentadas por escrito, presencialmente, por via posta ou para o e-mail: geral@cm-tabua.pt. O processo encontra-se disponível para consulta na Secção Administrativa da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, nas horas normais de expediente.

Tábua, 25 de novembro de 2015

O Presidente da Câmara,

Mário de Almeida Loureiro

Figura 1. Aviso da Revisão do PDM de Tábua

Fonte: Câmara Municipal de Tábua, 2015

Em relação à proposta de composição da comissão consultiva da revisão do PDM de Tábua e nos termos da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, e atendendo à especificidade do município, considera-se que a comissão consultiva deve ser constituída pelas seguintes entidades:

- Câmara Municipal da Tábua;
- Assembleia Municipal de Tábua;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro que preside;
- Direção-Geral do Território;
- Instituto Português do Desporto e da Juventude, I. P.;
- Direção-Geral de Energia e Geologia;
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;

TÁBUA

- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.;
- IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;
- Turismo de Portugal, I. P.;
- Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.;
- ANACON – Autoridade Nacional de Comunicações;
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares/Direção de Serviços da Região Centro;
- Direção Geral do Património Cultural;
- Direção Regional da Cultura do Centro;
- Guarda Nacional Republicana;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Infraestruturas de Portugal, SA;
- REN – Rede Elétrica Nacional, SA;
- Câmara Municipal de Arganil;
- Câmara Municipal de Carregal do Sal;
- Câmara Municipal de Oliveira do Hospital;
- Câmara Municipal da St.^a Comba Dão;
- Câmara Municipal de Penacova.

2.1. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Os munícipes de Tábua tiveram oportunidade de apresentar as sugestões ou observações sobre quaisquer questões consideradas no âmbito do procedimento de revisão do PDM em dois momentos de participação pública, um com o início da revisão do PDM em 1998, e outro, com o reinício dos trabalhos de revisão do PDM, mais recentemente em 2015.

No âmbito do início do processo de revisão do PDM existiram seis participações sintetizadas no quadro seguinte. Quatro participações tiveram particulares como proponentes, uma foi da responsabilidade de uma empresa da indústria extrativa e a outra pertenceu à junta de freguesia de Candosa. As participações foram disseminadas pelo território municipal.

TÁBUA

Quadro 1. Participações no âmbito do início do processo de revisão do PDM de Tábua

Proponente	Tipo de proponente	Localização	Síntese da pretensão	Condicionantes
Britábua - Granitos e Areias, Lda	Empresa	Vila do Mato, Midões	Alteração para espaço de indústria extrativa para ampliação e legalização da pedreira	REN - Área com risco de erosão
Maria Alves	Particular	Vila Nova de Oliveirinha	Integração em zona de construção	Espaço Florestal
Junta de freguesia de Candosa	Institucional	Candosa	Quinta da Barroca - Alargamento da zona de construção Poço Negro A - Alargamento da zona de construção Poço Negro B - Implantação de zona industrial Casais de Candosa (Fonte da Pipa) - Alargamento da zona de construção Outeiro das Forcas - Alargamento da zona de construção Área assinaladas como k4 e k3 - Alargamento da zona de construção	
Zuzarte Diniz	Particular	Lameiras, S. João da Boavista	Possibilidade construtiva	
Jorge Santos	Particular	Espariz	Integração em zona de construção	
Maria Lourenço	Particular	Silhada, Tábua	Integração em zona de construção	RAN

De uma forma geral, todas as participações têm como objetivo conferir capacidade construtiva a terrenos que não se encontram inseridos dentro dos perímetros urbanos. Existiu igualmente uma participação que pretendia a ampliação de um espaço de indústria existente.

No âmbito dos trabalhos decorrentes da deliberação de reinício de revisão do PDM, durante o prazo estabelecido para que os interessados formularem sugestões e apresentarem pedidos de informação sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de revisão do PDM de Tábua, nos termos do artigo 88.º do RJGT foram registadas cinco participações, três das quais incidem sobre o território de Vila Nova de Oliveirinha (cfr quadro seguinte).

Quadro 2. Participações no âmbito do reinício do processo de revisão do PDM de Tábua

Proponente	Tipo de proponente	Localização	Pretensão
Lino Carvalho	Particular	Pousadouros, Mouronho	Integração no perímetro urbano
Atelier de Arquitetura e Engenharia T3+1	Empresa	Vila Nova de Oliveirinha	Integração no perímetro urbano para legalização de arrumo
Atelier de Arquitetura e Engenharia T3+1	Empresa	Venda da esperança, Covas	Integração no perímetro urbano para ampliação de moradia
Atelier de Arquitetura e Engenharia T3+1	Empresa	Vila Nova de Oliveirinha	Integração no perímetro urbano para legalização e ampliação de moradia
Acorfato - Indústria de Confeções, SA	Empresa	Vila Nova de Oliveirinha	Integração no perímetro urbano para ampliação da empresa

Todas as participações têm como pretensão a integração de terrenos em perímetro urbano, destinados na sua maioria à construção, ampliação e legalização de edifícios habitacionais, registando-se também um caso destinado à ampliação de uma unidade industrial.

2.2. JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO DO PDM DE TÁBUA

Na reunião ordinária da Câmara Municipal de Tábua de 12 de agosto de 1998, adiada para 14 de agosto de 1998 onde se aprovou por unanimidade a revisão do PDM de Tábua, foi apresentado o documento *Justificação da Necessidade de Revisão do PDM* no qual se elencou os fundamentos que a Câmara Municipal de Tábua entendeu como argumento para a revisão do PDM:

O Plano Director Municipal de Tábua foi elaborado durante os anos de 1991 a 1994, data da sua publicação e revelou-se um importante instrumento na gestão municipal.

Todavia, ao longo de quase cinco anos da sua aplicação, têm surgido alguns problemas causados por erros ou omissões do documento expressos quer a nível cartográfico, quer a nível do regulamento.

Assim, resulta uma dificuldade na aplicabilidade do plano à realidade do Concelho, devido, essencialmente, aos seguintes aspectos:

1 – Um enorme desfasamento da cartografia base do Plano (de 1946) à realidade actual e designadamente à actual cartografia digital recentemente fornecida pelo Instituto Geográfico do Exército (IGE). Este facto dá origem à existência da demarcação de Servidões Administrativas especialmente a REN – Reserva Ecológica Nacional proporcionando a criação de ecossistemas, na realidade, inexistentes (zonas de erosão e leitos de cheia) esquecendo outras, de facto, existentes devido a erros de altimetria cartografada.

2 – A existência em Plano de demarcação de áreas ardidadas que não correspondem à realidade, por incorreção, de dados fornecidos ao município e à equipa do plano.

3 – A constatação de omissões no tocante à cartografia de núcleos e áreas edificadas pré-existentes à data da realização do Plano.

4 – Algumas generalizações de aspectos regulamentares com a inexistência de índices urbanísticos para os espaços urbanos e urbanizáveis.

TÁBUA

5 – A rigidez do uso de solo restritiva em espaços agrícolas e florestais contida no actual Plano, designadamente, a não permissão de indústrias da classe C e D e de usos turísticos no caso de espaços agrícolas.

6 – Alteração de algumas estruturas ao nível da rede viária estruturante do concelho, nomeadamente , a alteração dos traçados da EN17 (variantes propostas pela JAE) – IC7 ao IC6, as novas vias Tábua / Midões – EN337 e novo traçado da EN230-6 assim como estradas e caminhos municipais novos ou, recentemente, pavimentados.

7 – A necessidade de criação de novos espaços industriais em face da grande procura, resultante da facilidade dos novos acessos ao concelho e da opção política de descentralizar a localização de zonas industriais diminuindo fluxos de transporte e de tráfego de trabalhadores dos seus locais de residência.

8 – A necessidade de criação de espaços para parques de sucata.

9 – À data de realização do Plano (1991) a Câmara Municipal não possuía serviços técnicos organizados, contando-se apenas um único técnico superior, não existindo, também, qualquer estrutura de apoio à realização do Plano o que se traduziu numa impossibilidade de controlar e acompanhar as propostas da equipa referentes ao mesmo.

Deste modo, resulta inequivocamente a necessidade de revisão do PDM, já que a figura de alteração de âmbito limitado e de pormenor prevista no art.º 20.º, do Dec.Lei n.º 211/92 de 8 de Outubro e Dec.Lei n.º 155/97 de 24 de Junho ou a realização de planos de pormenor ou de urbanização não poderá corrigir as deficiências detectadas, especialmente, ao nível da cartografia.

Os elementos do PDM a rever são essencialmente:

1 – Cartografia do Plano, especialmente os elementos fundamentais, conferindo maior actualidade do documento face à desactualização cartográfica.

2 – Regulamento especificando e detalhando o uso e as condições de ocupação do solo, nomeadamente introduzindo coeficientes urbanísticos bem como o alargamento de usos de solos industriais a outros espaços para além dos especificados.

TÁBUA

Da revisão do Plano não haverá impactos significativos sobre o Plano Regional de Ordenamento do Território, PROZAG, dado que na área abrangida pelo Plano não serão alterados ou usos nele previstos.

Também não são previstos impactos sobre as redes de equipamentos e infra-estruturas decorrentes da revisão, nem tão pouco serão afectadas servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, apenas as decorrentes da actualização cartográfica já citada.

Na proposta de reinício do processo de revisão do PDM de Tábua a qual foi objeto da deliberação n.º 392 em 9 de novembro de 2015 foram igualmente expressos um conjunto de argumentos / fatores constantes na Informação N.º 63/2015, de 9 de novembro de 2015, conducentes à necessidade de se proceder à revisão do PDM.

No essencial a informação retrata a revisão do PDM como um processo moroso e complexo do ponto de vista administrativo, dado que surgiram ao longo do tempo alterações às normas legais e regulamentares aplicáveis que comprometeram o desenvolvimento dos trabalhos, levando à sua suspensão. É referido que apesar de já ter sofrido algumas alterações pontuais, o PDM de Tábua, datado de 1994, conta com um longo tempo de vigência, encontrando-se desatualizado face à legislação entretanto publicada e à realidade urbanística e socioeconómica atual. Com a entrada em vigor da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto e da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, tornou-se urgente o reinício do processo de revisão do PDM, tendo em consideração um conjunto de circunstâncias estratégicas de longo prazo, face às alterações socioeconómicas globais.

A informação adianta que o PDM enquadra-se no n.º 2 e n.º 3 do artigo 43.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, como plano territorial de âmbito municipal. É referido que de acordo com o conteúdo deste artigo legal, o plano é de elaboração obrigatória e deve estabelecer, nos termos da Constituição e da lei, de acordo com as diretrizes estratégias âmbito nacional e regional, e com opções próprias de desenvolvimento estratégico local, o regime de uso do solo e a respetiva execução e a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos.

Acrescenta também que o artigo 76.º do RJIGT estabelece que a elaboração de planos municipais é determinada por deliberação da Câmara Municipal, a qual estabelece os

prazos de elaboração e o período de participação, sendo publicada no Diário da República e divulgada através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da Internet da Câmara Municipal, e que a deliberação que determina a elaboração do PDM deve assentar na estratégia de desenvolvimento local, a qual define as orientações estratégicas da implementação e da gestão estruturada dos processos de desenvolvimento e de competitividade do município.

2.3. OBJETIVOS DA REVISÃO DO PDM DE TÁBUA

Em consequência dos fatores de mudanças ocorridos no território municipal de Tábua durante o período de vigência do PDM – os quais são consubstanciados nos seguintes capítulos do presente documento – existe o imperativo da formulação de novos objetivos de desenvolvimento para o município.

Neste sentido, foram tidos em consideração um conjunto de circunstâncias / fatores que participaram para a necessidade de revisão do PDM, e que se podem estruturar em três grandes grupos:

I – Vetores estratégicos:

- Repensar o modelo e a estrutura subjacentes ao atual PDM;
- Articulação do plano com as estratégias supramunicipais introduzidas pelo POAA e pelo PROFPIN. O PDM ao estabelecer o modelo da estrutura espacial do território municipal deverá refletir a estratégia de desenvolvimento e ordenamento local e integrar opções de âmbito nacional e regional com incidência no território concelhio;
- Identificação e definição dos elementos estruturantes do território;
- Reforço das medidas tendentes ao equilíbrio social e ambiental, numa perspetiva da gestão efetiva e quotidiana do desenvolvimento sustentável do território;
- Atualização do conteúdo do plano e correção das deficiências e omissões;
- Agilização de mecanismos de operacionalização do plano, adequando-os à gestão urbanística que se pretende de resposta rápida e eficaz;
- Integração do conteúdo do plano em sistemas de informação geográfica, permitindo a introdução de mecanismos de monitorização do PDM.

II – Objetivos estruturantes:

- Definição de estratégias de desenvolvimento local;

TÁBUA

- Redefinição do zonamento operativo do PDM, adequando-o a novas realidades do sistema socioeconómico;
- Reavaliação dos mecanismos de regulação e ocupação do solo, através da definição de usos e utilização do solo;
- Identificação das condicionantes espaciais dos processos de transformação do território e salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e ambientais;
- Definição da estrutura ecológica para efeitos de proteção e valorização ambiental municipal;
- Valorização dos recursos naturais;
- Identificação do concelho como um destino de turismo de natureza;
- Articulação das redes de equipamentos e infraestruturas.

III – Objetivos de natureza instrumental:

- A definição de critérios de gestão fundiária com introdução de mecanismos reguladores, designadamente a regulamentação de um regime de cedências e compensações e compatibilização de taxas urbanísticas, articulado com as disposições legais relativas a licenciamento de construção e de loteamentos, tendo como referência os impactos gerados por estas operações no território concelhio;
- A definição dos mecanismos de perequação nos termos da nova legislação urbanística em vigor;
- A introdução de correções e acertos nas peças desenhadas do PDM, com o maior rigor e detalhe que a cartografia em formato digital permite, sem prejuízo da escala de execução (1:25000);
- Eliminação de erros entretanto detetados: designadamente atender a direitos adquiridos (caso de loteamentos licenciados) antes do PDM eficaz, adequação do zonamento proposto às características morfológicas e preexistências;
- Atualizações provocadas por ações e compromissos surgidos após aprovação do PDM;
- A definição e desenvolvimento de uma estrutura para posterior monitorização do Plano.

De acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 76.º do RJGT, a deliberação que determina a elaboração do PDM deve assentar na estratégia de desenvolvimento local, a qual define as orientações estratégicas da implementação e da gestão estruturada dos processos de desenvolvimento e de competitividade do município.

TÁBUA

Assim, como ponto de partida para a definição da estratégia de desenvolvimento local, apresenta-se uma proposta de Linhas / Eixos de orientação estratégica, baseadas no quadro estratégico global de intervenção, na análise SWOT do concelho e nos objetivos do Plano.

Quadro 3. Análise SWOT do município de Tábua

FORÇAS	FRAQUEZAS
- Exemplos de indústrias locais com potencial competitivo a nível nacional e internacional - Abundância de recursos naturais (água, granito, xisto, barro, floresta,...) - Boas acessibilidades e proximidade aos serviços e infraestruturas das cidades de Coimbra e Viseu - Produtos tradicionais de qualidade e reconhecidos - Riqueza e diversidade do património natural e edificado - Potencial para as energias renováveis - Potencial para o turismo de natureza e agroturismo	- Baixa qualificação dos recursos humanos - Envelhecimento da população - Dispersão espacial da população - Degradação do edificado - Insuficiente cobertura de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais - Débil promoção, divulgação e dinamização do território - Frágil articulação institucional - Rede de transportes públicos insuficientes - Baixos índices de envolvimento da comunidade / participação pública - Património histórico e arquitetónico pouco preservado e dinamizado
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Crescimento da procura do turismo de natureza - Aumento das preocupações ambientais e energéticas - Crescimento da procura de produtos certificados e biológicos - Acesso a fundos comunitários - Dinâmica de procura para instalação de novas atividades empresariais, com claros reflexos na possibilidade de aumento da oferta de emprego - Crescimento do interesse por atividades agrícolas - Capacidade de atração de novas unidades industriais	- Debilidades económicas do país - Estagnação e envelhecimento da população - Declínio de algumas indústrias tradicionais - Concorrência de outros concelhos com maior potencial de atração de investimento - Tendência para a rarefação dos serviços públicos - Elevados custos de manutenção de infraestruturas e equipamentos - Forte oferta comercial ao nível de grandes superfícies em concelhos limítrofes - Assoreamento e obstrução de linhas de água devido à falta de manutenção

• Dinamização de atividades desportivas e culturais	
---	--

Apresenta-se de seguida a formulação da Proposta de Linhas / Eixos de orientação estratégica que orientam a revisão do PDM de Tábua:

I. VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DOS RECURSOS NATURAIS:

- Ordenar o solo rural;
- Planear, transformar e gerir o solo urbano, reavaliando a delimitação dos perímetros urbanos, atendendo às características físicas e urbanas existentes e planeadas, bem como às necessidades justificadas pelos indicadores relativos ao grau de ocupação / comprometimento visando fomentar potenciais dinâmicas de crescimento dos aglomerados existentes e reorientar a procura de edificação dispersa;
- Proteger e valorizar o património edificado, natural e paisagístico;
- Promover a reabilitação urbana;
- Promover o aproveitamento das potencialidades locais de produção de energias renováveis, designadamente eólica, solar e biomassa;
- Criação de espaços de recreio e lazer, que integrem áreas verdes, em articulação com os diferentes elementos de património natural e cultural apoiados por redes de percursos pedonais e cicláveis, de modo a constituir uma estrutura contínua que penetre nas áreas urbanas, contribuindo para a identidade dos espaços públicos através da complementaridade das funções existentes ou instalação de novas funções;
- Melhorar a rede de infraestruturas básicas;
- Prevenir e minimizar riscos;
- Aumentar a visibilidade do concelho.

II. APOIAR E DINAMIZAR A BASE ECONÓMICA LOCAL:

- Melhorar a rede de serviços de apoio às empresas;
- Melhorar a rede de infraestruturas de apoio às empresas;
- Divulgar o potencial económico e empresarial do concelho;
- Revitalizar o setor agrícola, pecuário e florestal;
- Valorizar e promover os produtos endógenos;
- Potenciar o turismo como elemento estruturante.

III. EQUIDADE, COESÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

- Implementar políticas de coesão social;

TÁBUA

- Apoiar a qualificação dos recursos humanos;
- Promover a valorização e integração profissional;
- Otimizar a rede de equipamentos coletivos;
- Potenciar e promover mais mobilidade e acessibilidades;
- Fomentar uma cultura de empreendedorismo;
- Fomentar a sustentabilidade ambiental.

A partir deste quadro de referência será possível proceder à definição do Modelo de Organização Territorial, que consistirá na espacialização da estratégia e representação dos elementos estruturantes do território.

3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O município de Tábua apresenta uma área de 199,79 km² e pertence em termos administrativos ao distrito de Coimbra. Em termos de Nomenclatura Comum de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) faz parte da Região Centro – NUTS II e da Região de Coimbra – NUTS III – a nova NUT estabelecida pelo regulamento comunitário nº 868/2014.(cfr figura seguinte). Anteriormente o município de Tábua fazia parte da sub-região do Pinhal Interior Norte.

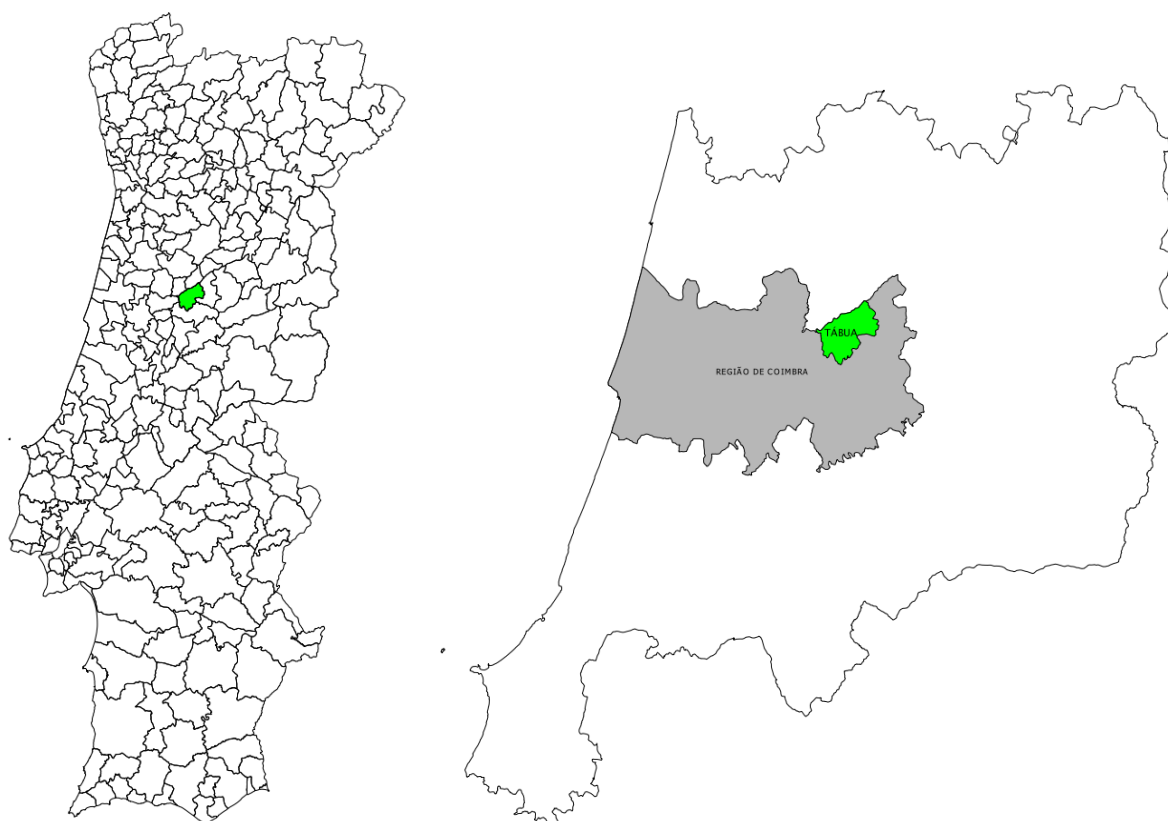


Figura 2. Localização de Tábua em Portugal continental, na NUT II (Região Centro) e NUT III (Região de Coimbra)

FONTE: DGT, CAOP 2016

O município de Tábua confina a norte com Carregal do Sal, a sul com Arganil, a este com Oliveira do Hospital, a oeste com Penacova e a noroeste com Santa Comba Dão, conforme se pode observar na figura seguinte.

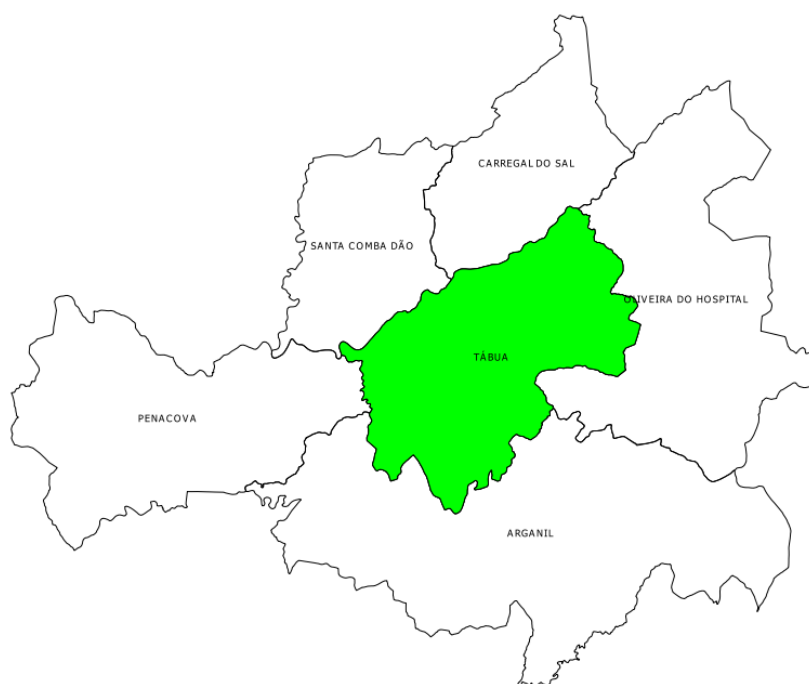


Figura 3. Municípios limítrofes de Tábua

FONTE: DGT, CAOP 2016

O município de Tábua segundo a lei nº11-A/2013 de 28 de Janeiro, que organiza administrativamente as freguesias, através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais, é composto por 11 freguesias: Candosa, Carapinha, Midões, Mouronho, Póvoa de Midões, São João da Boa Vista, Tábua, União das freguesias de Ázere e Covelo, União das freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, União das freguesias de Espariz e Sinde e União das freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros.

Antes desta organização, o município de Tábua era constituído por 15 freguesias, designadamente, Ázere, Candosa, Carapinha, Covas, Covelo, Espariz, Meda de Mouros, Midões, Mouronho, Pinheiro de Coja, Póvoa de Midões, São João da Boa Vista, Sinde, Tábua e Vila Nova de Oliveirinha.

Na figura seguinte é possível aferir os atuais limites administrativos das 11 freguesias que compõem o município de Tábua, bem como os anteriores limites antes da reorganização administrativa de 2013.

TÁBUA

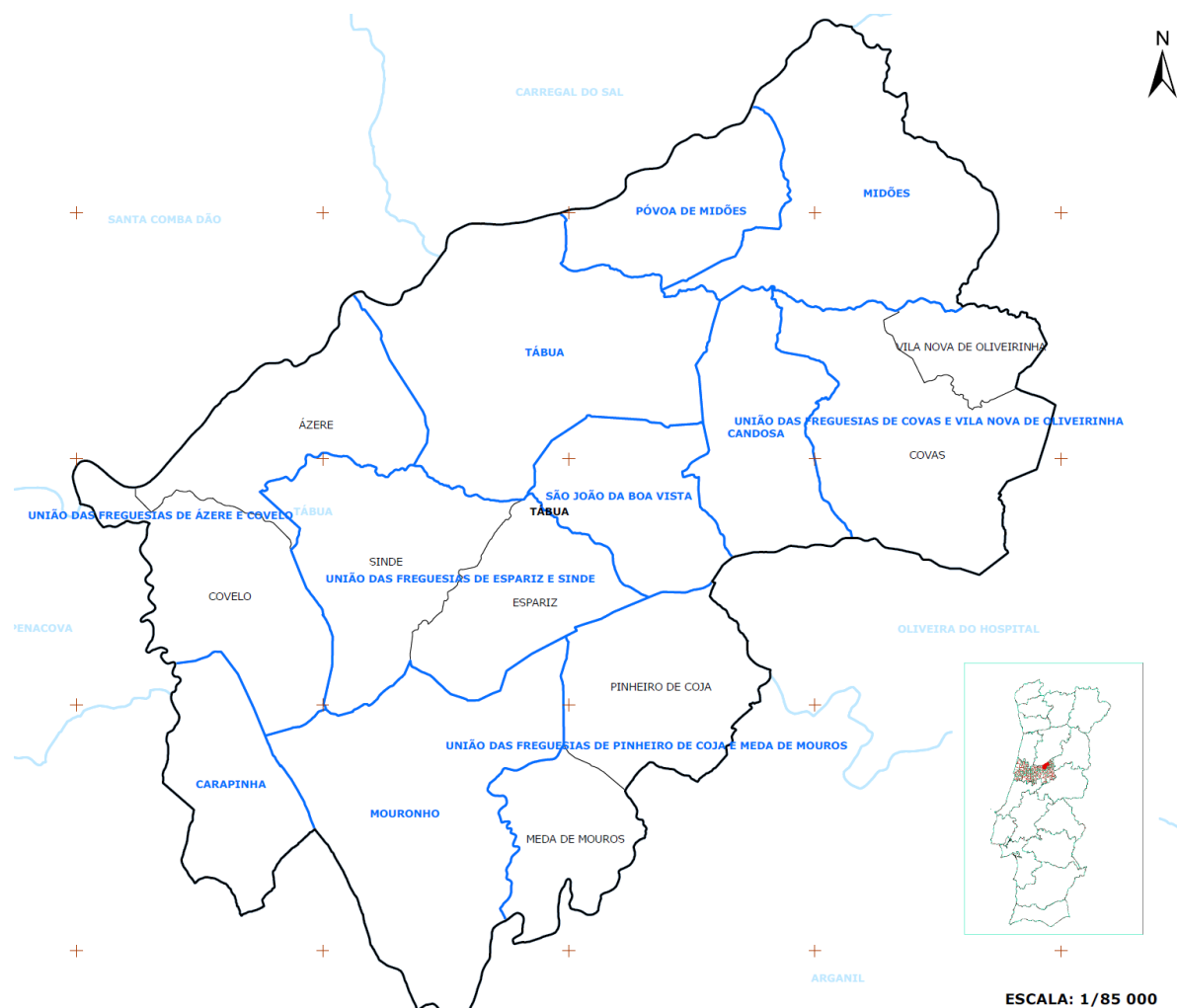


Figura 4. Freguesias do município de Tábua

FONTE: PMDFCI Tábua, março 2013

O concelho de Tábua incorpora a aglomeração composta pelos concelhos de Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Mortágua e Arganil, “*com boa com boa acessibilidade ao IP3, IC12 na zona da barragem da Aguieira; e a Oeste, Sever do Vouga, Vouzela Oliveira de Frades e S. Pedro do Sul*”. (PROT-C, 2008)

A sua relativa proximidade a Viseu, faz com que integre o `Sistema Urbano de Viseu, não obstante das fortes relações funcionais que possui com Coimbra.

A aglomeração referida forma um subconjunto próprio designado como, envolvente da Albufeira da Aguieira (Rio Mondego) e Fronhas (Rio Alva), que atesta a importância que o elemento água têm neste concelho

TÁBUA

O concelho de Tábua é servido por uma razoável rede rodoviária, que lhe permite usufruir de boas acessibilidades aos principais polos urbanos envolventes com quem tem relações de funcionalidade importantes como é o caso da cidade de Coimbra e de Viseu. Apesar de não ser servido diretamente pelo IP3 encontra-se na sua proximidade imediata permitindo uma acessibilidade rápida e direta não só em direção ao litoral mas também ao interior.

Neste contexto, o concelho de Tábua é servido pelo IC6 com um traçado entre o IP3 e a localidade de Candosa, sendo que o objetivo no futuro será a sua continuidade até ao concelho vizinho de Oliveira de Hospital e depois até à Covilhã. Outra via de grande importância para o concelho é o IC12, que faculta a ligação aos concelhos a norte de Tábua e a Coimbra via IP3. O concelho é ainda servido pela EN337 no sentido Este, que permite a ligação da Vila de Tábua ao concelho de Oliveira do Hospital, por outro lado para oeste desenvolve-se a EN234-6 estabelecendo a ligação ao IP3 via IC12 e ao Concelho de Santa Comba Dão. Para Norte destaca-se a ER337 desde o entroncamento da EN234-6. Este conjunto de vias são consideradas preponderantes, pois para além de atravessarem a área central do território concelhio, permitem a ligação à rede de estradas e caminhos municipais e garantem o acesso mais direto aos concelhos limítrofes.

Para além destas vias, o concelho é ainda atravessado pela EN17 que estabelece as ligações locais no sul/sudeste, pela EN230-6, EN337-4 e EN342.

O concelho de Tábua conta ainda com um numero considerável de estradas e caminhos municipais que fazem a ligação entre os aglomerados populacionais do concelho, mas também em alguns casos às varias estradas nacionais

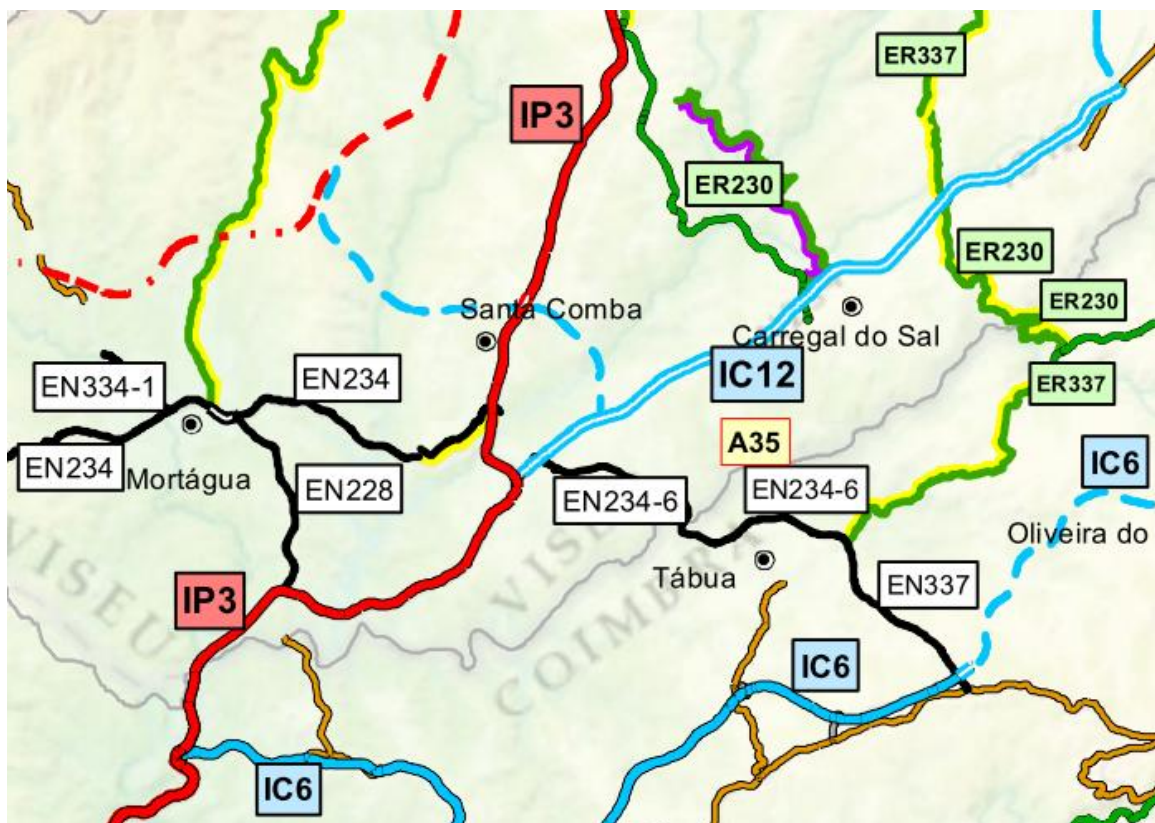


Figura 5. PRN 2000 – Rede rodoviária do concelho de Tábua

Fonte: www.infraestruturasdeportugal.pt, 2016

Relativamente à rede ferroviária apesar de não existir qualquer estação no concelho de Tábua, existe uma proximidade ao concelho de Santa Comba Dão e Carregal do Sal, que possuem estações de caminho-de-ferro, nomeadamente referentes à Linha da Beira Alta o que permite ter acesso a destinos nacionais e internacionais.

4. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS

A análise estatística desenvolvida realiza-se com base nas 15 freguesias anteriores, designadamente, Ázere, Candosa, Carapinha, Covas, Covelo, Espariz, Meda de Mouros, Midões, Mouronho, Pinheiro de Coja, Póvoa de Midões, São João da Boa Vista, Sinde, Tábua e Vila Nova de Oliveirinha, dado que a informação disponível na base do INE, nomeadamente os dados dos Censos, se encontra desagregada nessas unidades territoriais e de modo a ser possível realizar a comparação com anos anteriores de forma mais expedita.

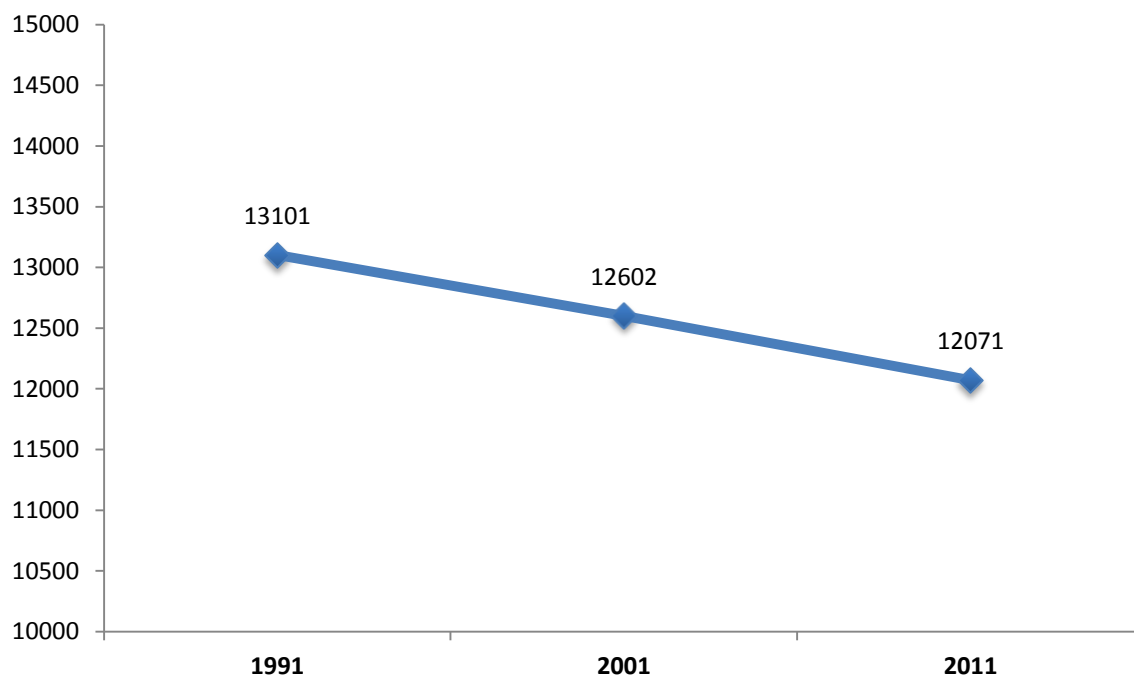
4.1. DEMOGRAFIA

O município de Tábua assistiu a uma quebra populacional nas últimas duas décadas tendo registado uma quebra de -7,9% entre 1991 e 2011 o que corresponde a uma diminuição de 1030 pessoas residentes. A redução da população foi praticamente similar nos dois períodos intercensitários, tendo-se verificado uma quebra dos efetivos residentes de -4% entre 1991 e 2001 e de -4,2% entre 2001 e 2011, o que atesta a consistência da tendência de regressão populacional que o município de Tábua tem vindo a registar. O município em 2011 registava um efetivo populacional de 12071 habitantes e padece do fenómeno de despovoamento que grassa um pouco por todo os municípios localizados no interior do país. A título informativo, o município de Tábua apresentava uma população estimada em 2015 de 11726 habitantes.⁵

⁵ Trata-se de Séries Estimativas Provisórias Anuais da População Residente do INE, com base nos últimos Censos de 2011. Em termos metodológicos não é correta a comparação técnica entre dados reais aferidos em momentos temporais definidos (Censos) e dados extrapolados por intermédio de cálculos estatísticos (Estimativas).

TÁBUA

Gráfico 1. Evolução da População residente em Tábua entre 1991 e 2011



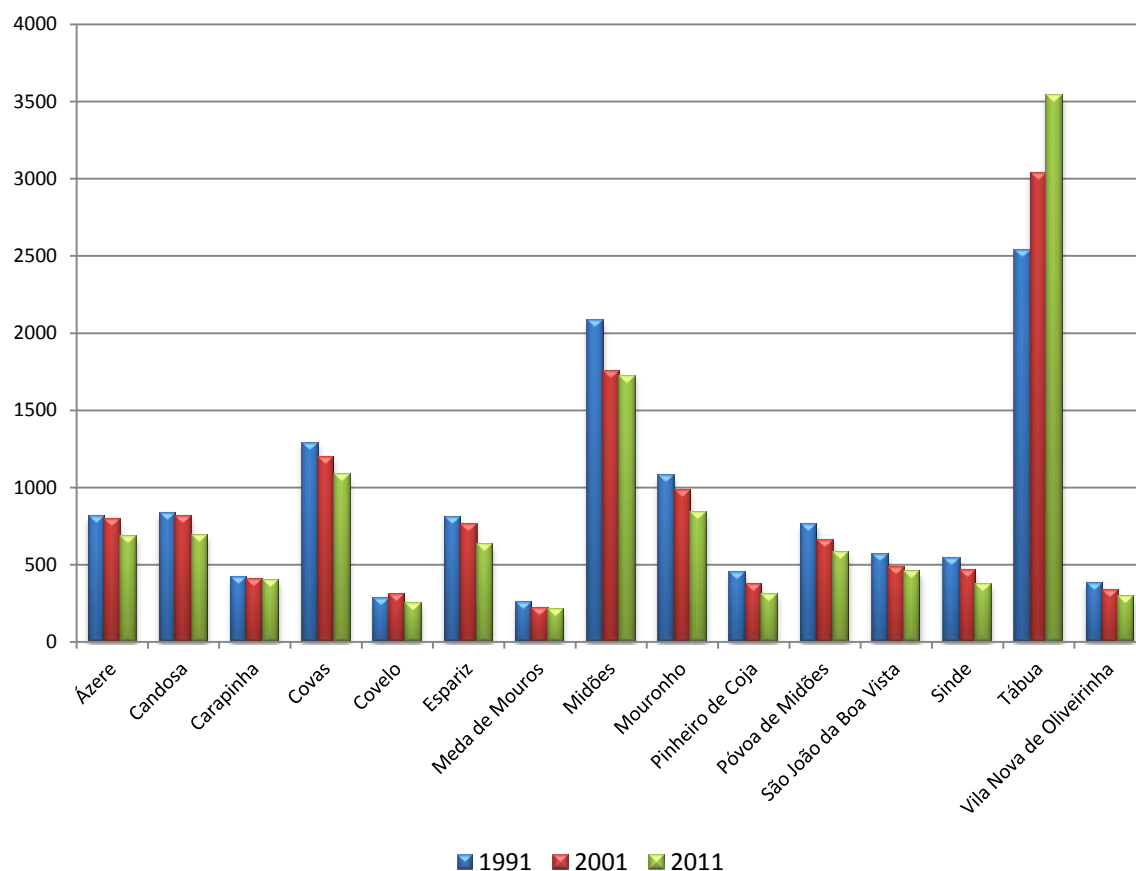
FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

A evolução demográfica ocorrida no município deriva essencialmente da quebra generalizada ocorrida em praticamente todas as freguesias do município. Apenas a freguesia sede de concelho de Tábua tem revelado um dinamismo demográfico assinalável contribuindo deste modo para o seu papel de principal polo de desenvolvimento socioeconómico do município. De facto, a freguesia de Tábua registou entre 1991 e 2011 um crescimento populacional de 40% o que elevou a população aos 3542 habitantes em 2011. Este crescimento foi extensivo aos dois períodos intercensitários (20% entre 1991 e 2001 e 17% entre 2001 e 2011) o que atesta, também, a solidez da tendência de crescimento populacional da freguesia de Tábua.

Por outro lado as restantes freguesias registaram entre 1991 e 2011 quebras populacionais que variaram entre os -31% de Pinheiro de Coja e de Sinde e os -4% de Carapinha (ver gráfico seguinte).

TÁBUA

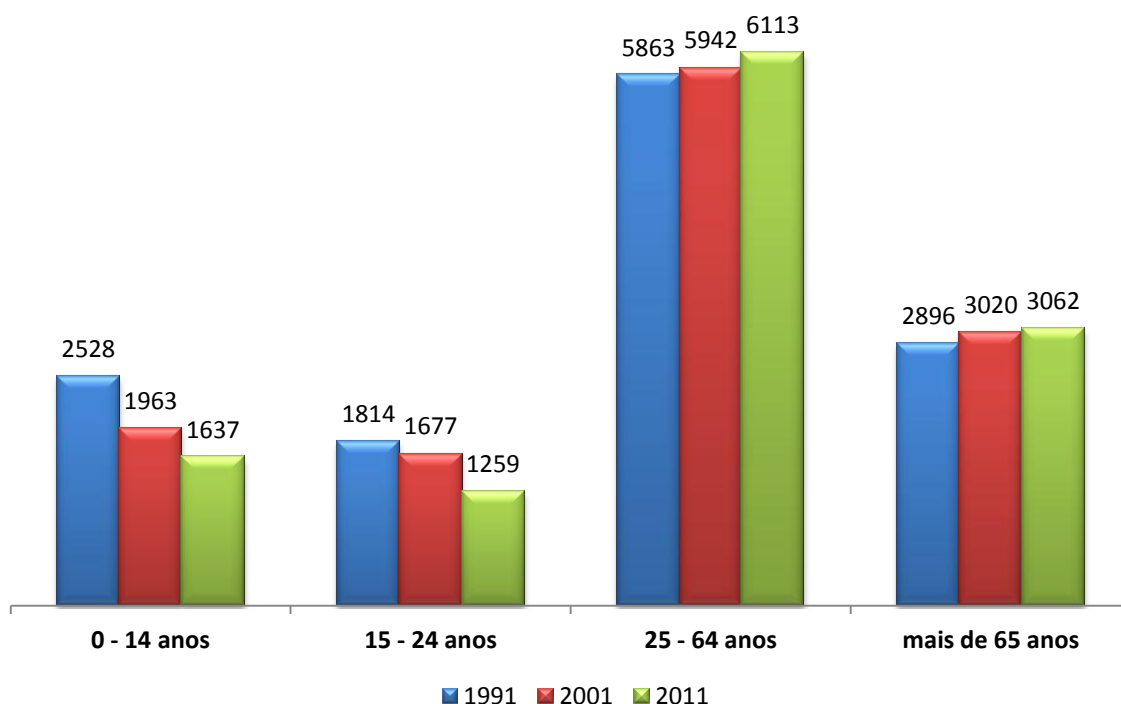
Gráfico 2. Evolução da População residente nas freguesias de Tábua entre 1991 e 2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

A nível dos grandes grupos etários é evidente a existência de dois cenários evolutivos distintos. Por um lado, os grandes grupos etários das crianças (0 – 14 anos) e dos jovens (15 – 24 anos) revelaram uma diminuição dos efetivos populacionais, o que corresponde a uma redução de 891 crianças (-35%) e 555 jovens (-31%) entre 1991 e 2011. Por outro lado, a população adulta (25 – 64 anos) e idosa (mais de 65 anos) registou um aumento da população, correspondente ao acréscimo de 250 adultos (4%) e 166 idosos (6%), entre 1991 e 2011.

Gráfico 3. Evolução da Estrutura Etária da População de Tábua, 1991-2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

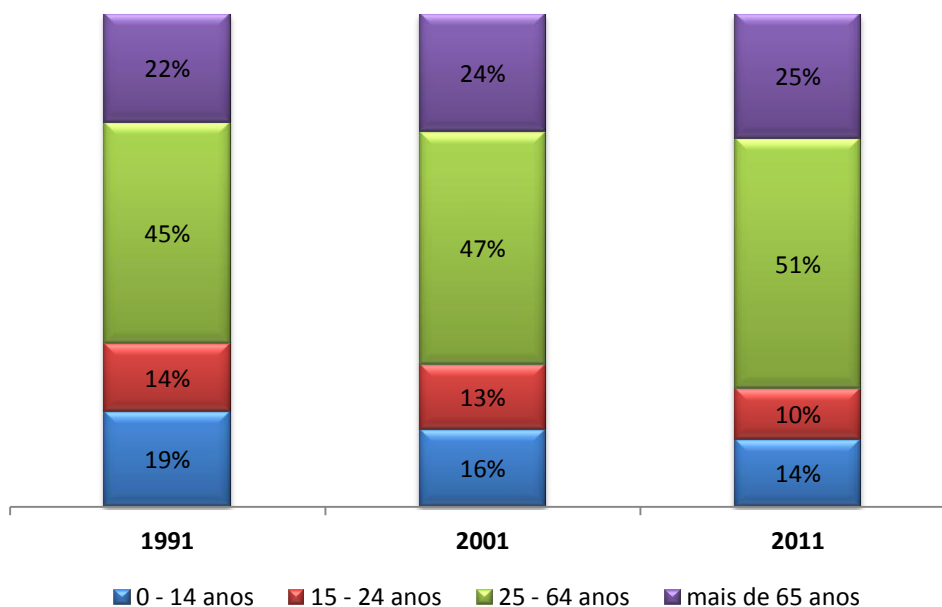
De igual modo, o peso relativo dos grandes grupos etários acompanhou a evolução absoluta, com as crianças e jovens a registarem um decréscimo na composição da estrutura etária da população de Tábua, em contraponto com o reforço da importância dos adultos e idosos.

No grupo abrangido pela população com 65 e mais anos, nota-se um aumento nas últimas duas décadas o que nos leva a concluir a denúncia de um envelhecimento da população, tendo em conta o aumento da esperança média de vida, reflexo do aumento da cobertura de cuidados médicos primários e apoios sociais.

Este comportamento ao nível dos grupos etários, não é apenas uma realidade deste concelho, mas uma tendência na generalidade dos municípios localizados no interior.

TÁBUA

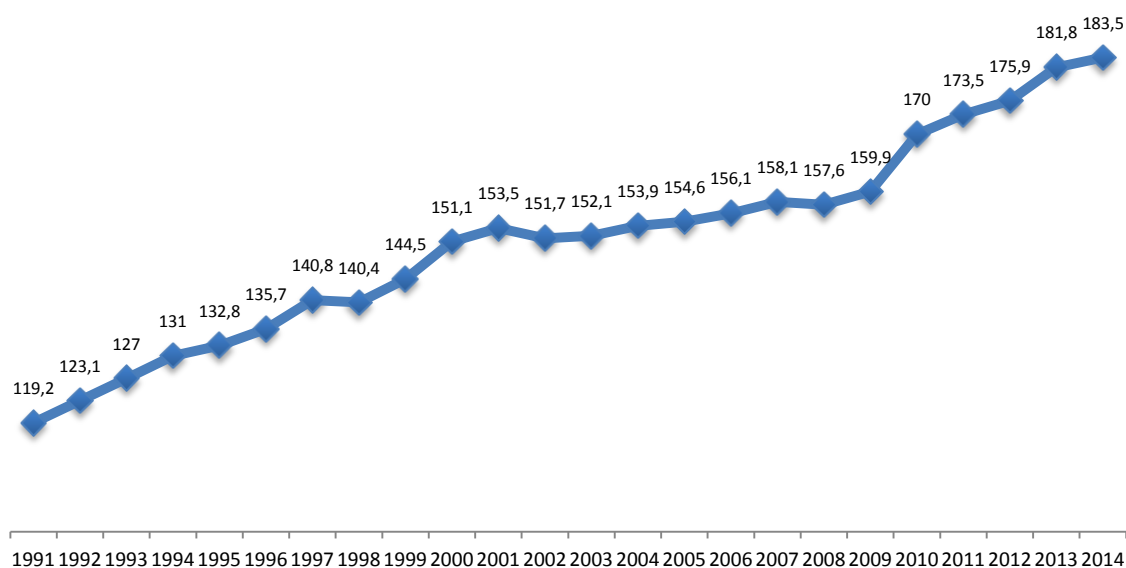
Gráfico 4. Distribuição da população por grandes grupos etários no município de Tábua, 1991, 2001 e 2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

O gráfico seguinte reforça a tendência de aumento da população idosa em relação às crianças com o índice de envelhecimento a registar um incremento continuado ao longo das duas últimas décadas, situando-se em 2014 em 183,5, isto é no ano de 2014 por cada 100 crianças existiam cerca de 184 idosos. Portugal, em 2014, registava um índice de envelhecimento de 141,3.

Gráfico 5. Evolução do Índice de envelhecimento de Tábua, 1991-2014

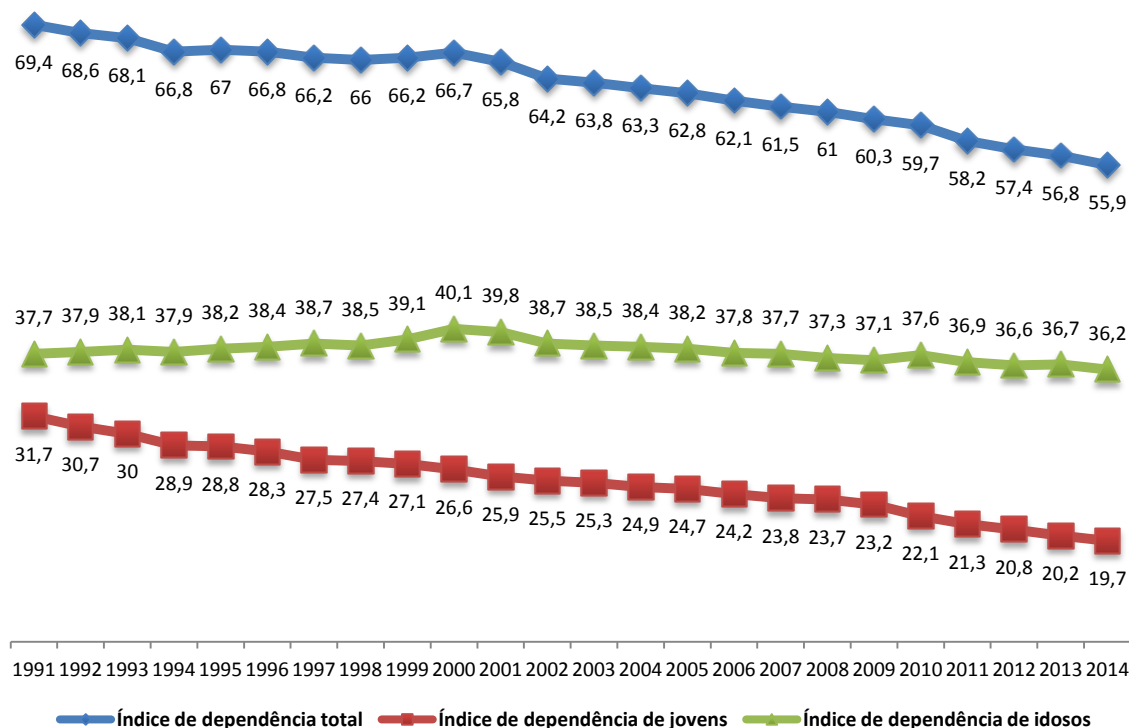


FONTE: INE, Estimativas Anuais da População, 1991 - 2014

TÁBUA

Outra forma de caracterizar as estruturas demográficas é através dos índices de dependência, estes índices procuram medir os encargos potenciais sobre a população em idade ativa, ou seja, qual o peso dos jovens e/ou dos idosos sobre aquele grupo funcional.

Gráfico 6. Evolução do Índices de Dependência de Tábua, 1991-2014



FONTE: INE, Estimativas Anuais da População, 1991 - 2014

Pelo gráfico anterior é possível constatar que o índice de dependência de idosos é superior ao de jovens, contudo com comportamentos diferentes. O índice de dependência de idosos tem vindo a manter-se constante entre 1991 e 2014, já o índice de dependência de jovens tem vindo a registar uma quebra no mesmo período.

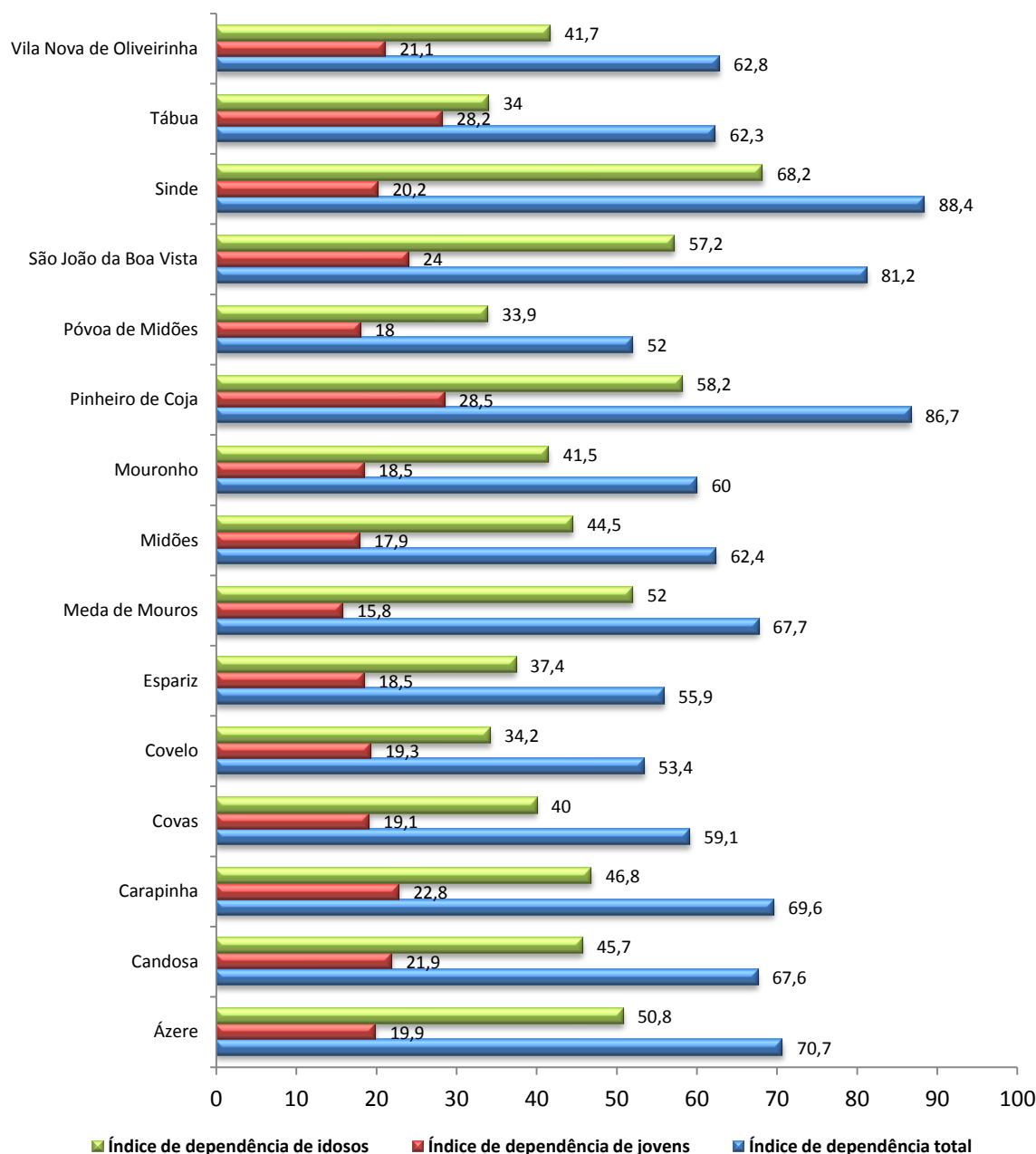
Em virtude da descida do índice de dependência de jovens, o índice de dependência total também tem vindo a diminuir situando-se nos 55,9 em 2014, o que quer dizer que em cada 100 ativos potenciais existem cerca de 56 não ativos no município de Tábua. Este valor enquadra-se na média nacional que registou 53 em 2014.

Com vista a apurar os índices de dependência nas diferentes freguesias do município é necessário recorrer aos dados do INE, Censos 2011, já que as Estimativas Anuais da População só disponibilizam esta informação ao nível do município. Tábua, de acordo com

TÁBUA

os Censos 2011, apresentou um índice de dependência total de 63,7 decomposto num índice de dependência de jovens de 22,2 e num índice de dependência de idosos de 41,5.

Gráfico 7. Índices de Dependência por Freguesia, 2011



FONTE: INE, Censos 2011

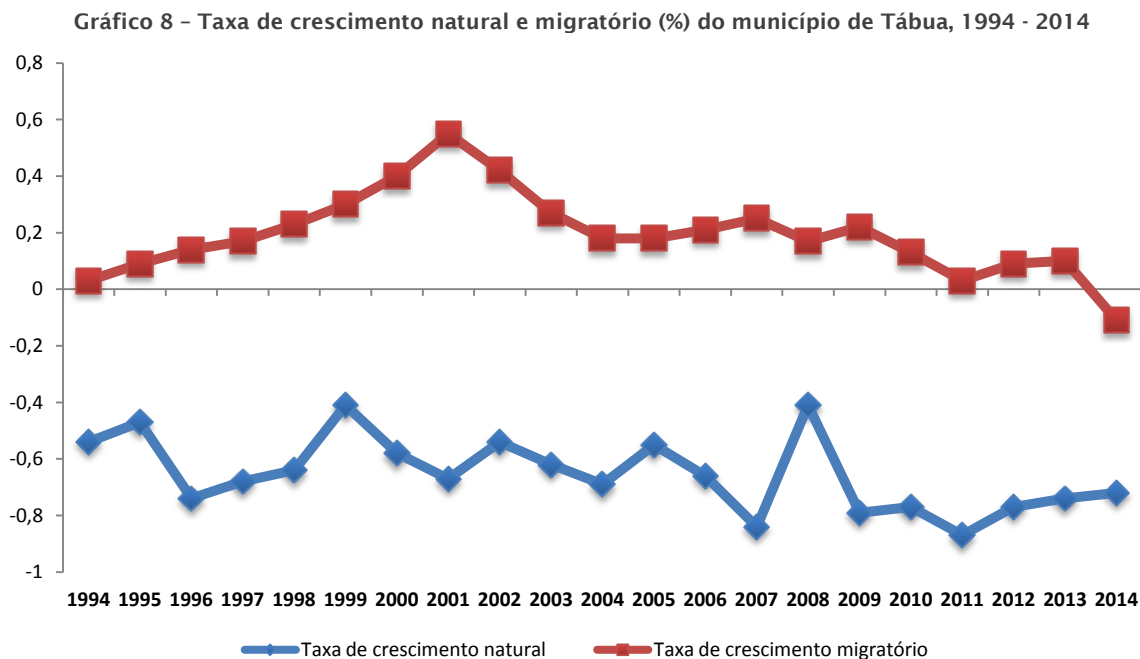
Existe na verdade uma disparidade entre as várias freguesias onde se identifica um trio composto pelas freguesias de Sinde, Pinheiro de Coja e S. João da Boa Vista, que registaram índices de dependência total superiores a 80, em oposição a outro trio formado pelas freguesias de Póvoa de Midões, Covelo e Espariz com registos na ordem dos 50.

TÁBUA

Pinheiro de Coja e Tábua, seguido de S. João da Boa Vista, são os territórios onde o índice de dependência de jovens é mais relevante, o que revela uma maior incidência de população jovem. Já Meda de Mouros, Midões, Póvoa de Midões e Mouronho são territórios com os índices de dependência de jovens mais baixos.

A freguesia de Sinde destaca-se das demais com o registo mais elevado de índice de dependência de idosos (68,2) o que atesta a incidência de população idosa neste território. As freguesias de Pinheiro de Coja e S. João da Boa Vista também apresentam índices de dependência de idosos significativos. Por outro lado, as freguesias de Póvoa de Midões, Tábua, Covelo e Espariz são os territórios onde a população idosa é menos relevante face à população ativa existente.

À semelhança do que acontece no País, assiste-se em Tábua à ocorrência de saldos naturais negativos, ou seja o número de nascimentos é inferior ao número de óbitos, o que se tem vindo a traduzir em consecutivas taxas de crescimento natural negativas ao longo do período em análise. Contrariando esta tendência, o município registou saldos migratórios positivos em, praticamente todo o período de análise (1994 – 2014) traduzindo-se em taxas de crescimento migratórias positivas.



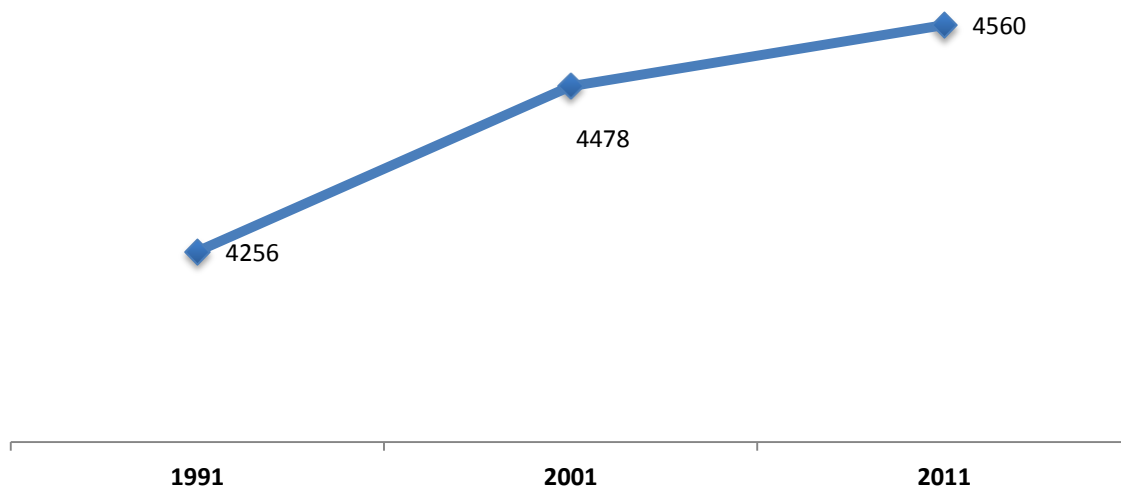
Fonte: INE, Indicadores Demográficos, 1994 - 2014

TÁBUA

A taxa de crescimento migratório registou um crescimento entre 1994 e 2001, ano em que atingiu o valor máximo registado. Entre 2001 e 2014 as taxas de crescimento migratório revelaram uma tendência de decréscimo o que veio a culminar em 2014 com uma taxa negativa, ou seja, o número de saídas de efetivos populacionais do município suplantou o número de entradas. O decréscimo populacional que o município de Tábua tem vindo a registar nas últimas duas décadas prende-se com a existência de saldos naturais negativos e na incapacidade de regeneração populacional conjuntamente com a incapacidade dos movimentos migratórios em atenuar o défice populacional, não obstante se terem revelado positivos ao longo de praticamente todo o período entre 1994 e 2014.

O número de famílias no município de Tábua registou uma evolução positiva de 7,1% entre 1991 e 2011, contrariando, de certa forma, a quebra populacional ocorrida no mesmo período.

Gráfico 9. Evolução das Famílias clássicas residentes em Tábua entre 1991 e 2011



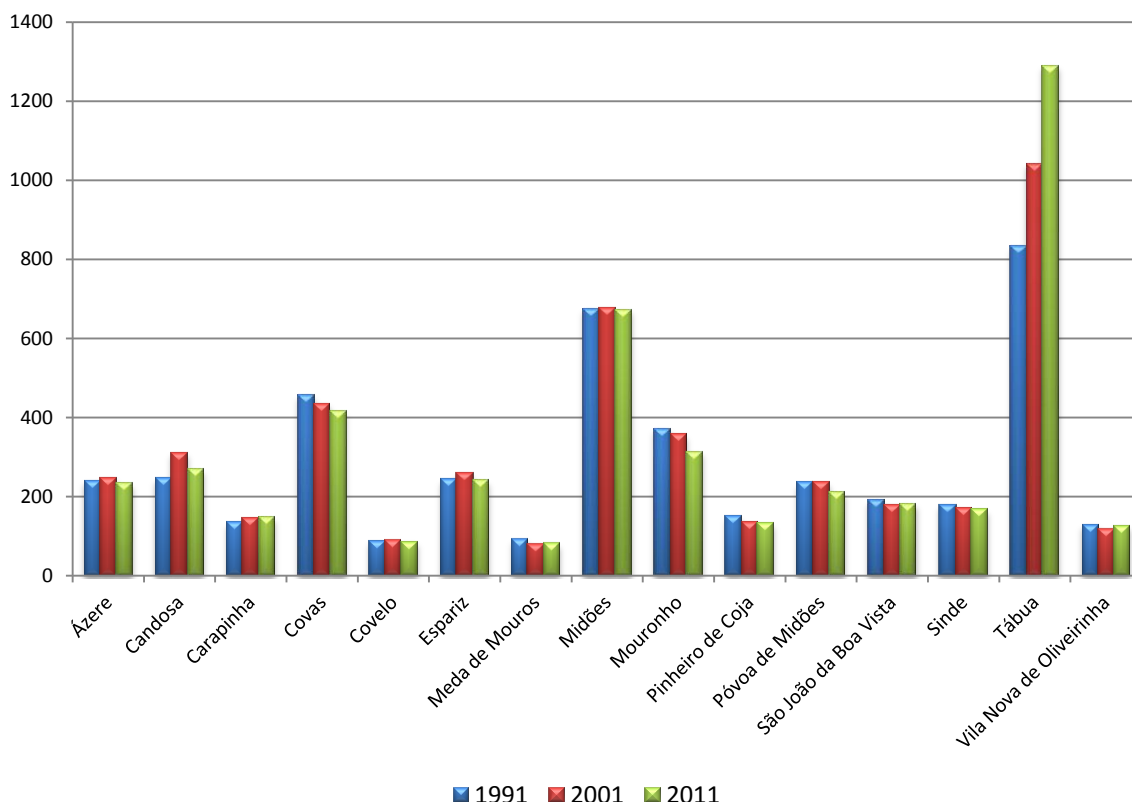
FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

O município tem acompanhado as tendências nacionais de diminuição do número de indivíduos por família. Segundo os dados do INE, registava em 2001 uma dimensão média da família de 2,8, ao passo que em 2011, o rácio não ultrapassava os 2,6. Estes dados são idênticos aos registados a nível nacional (2,8 em 2001 e 2,6 em 2011).

TÁBUA

Relativamente à evolução das famílias nas freguesias de Tábua verifica-se que a evolução a nível municipal é sustentada, em grande medida, pela dinâmica positiva verificada na freguesia de Tábua. De facto, apenas Tábua, Candosa e Carapinha registaram uma evolução positiva do número de famílias, todas as restantes freguesias viram o número de famílias diminuir.

Gráfico 10. Evolução das Famílias nas freguesias de Tábua entre 1991 e 2011

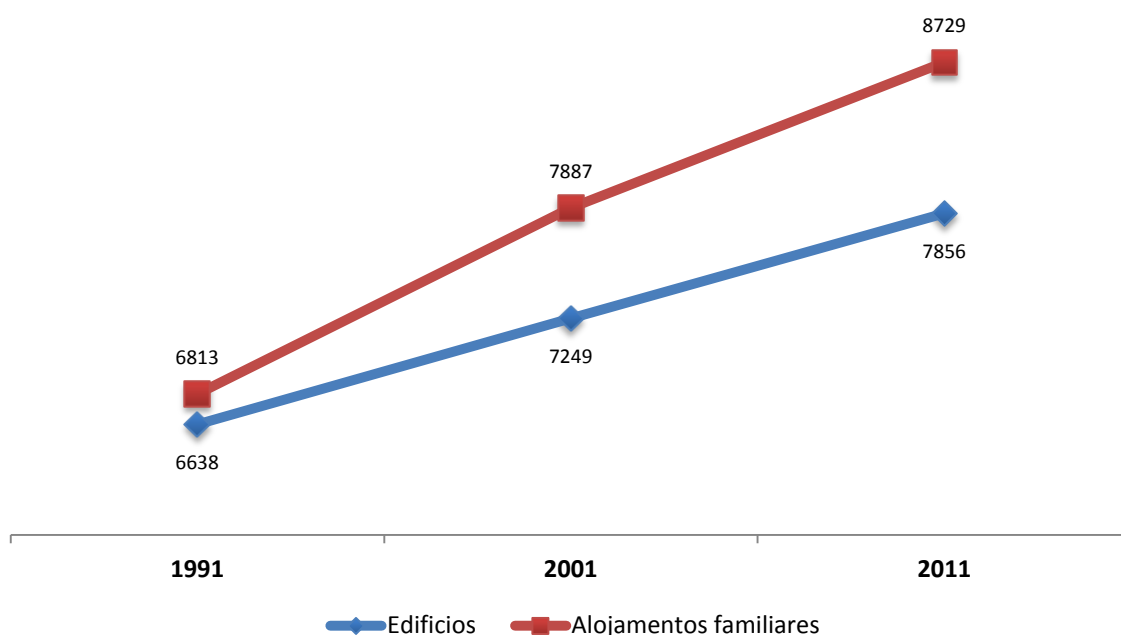


FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

4.2. HABITAÇÃO

O número de alojamentos familiares e de edifícios registaram subidas de 28,1% e 18,3%, respetivamente, nas últimas duas décadas, com o acréscimo a ser mais expressivo no período entre 1991 e 2001. Os dados revelam, portanto, a existência de uma dinâmica edificatória e construtiva bastante positiva, pelo que se mantiveram deste modo as necessidades de habitação e de manutenção das infraestruturas.

Gráfico 11. Evolução dos Edifícios e dos Alojamentos familiares em Tábua entre 1991 e 2011



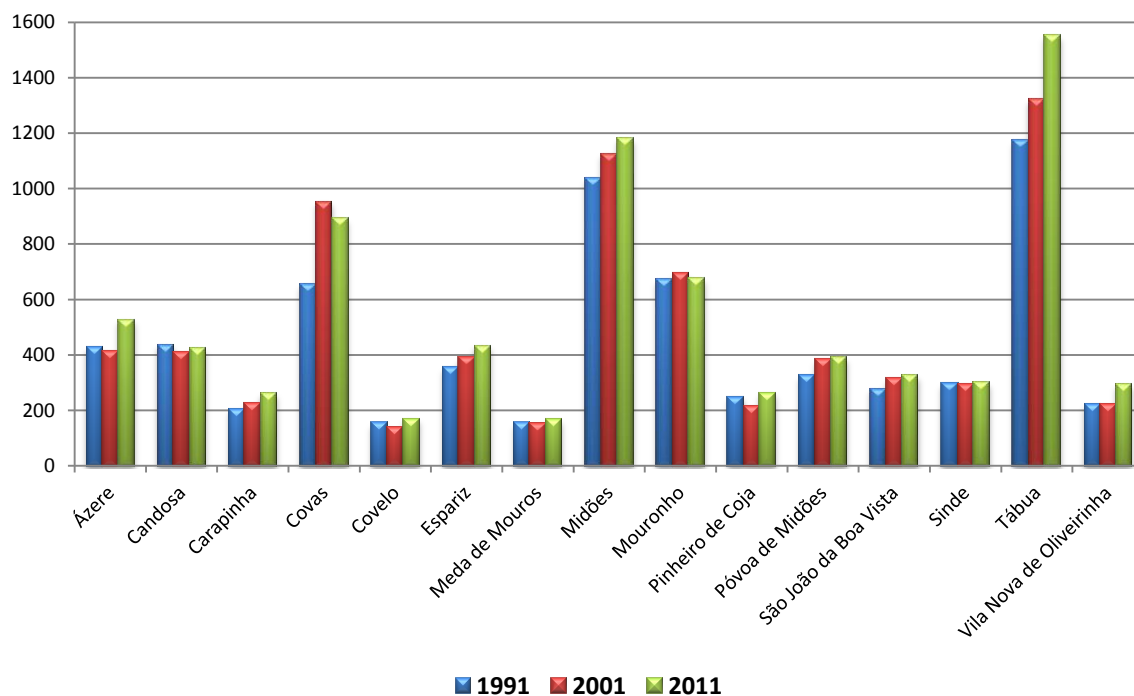
FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

A evolução quer dos edifícios quer dos alojamentos familiares ocorreu de forma diferenciada nas freguesias do município de Tábua conforme retratado nos gráficos seguintes. As principais ilações dos processos evolutivos dos edifícios e dos alojamentos familiares nas diferentes freguesias são as seguintes:

- A dinâmica edificatória e construtiva positiva do município nos últimos 20 anos estão em grande medida relacionadas com a dinâmica da freguesia sede de concelho de Tábua, de Covas e de Midões. As três freguesias constituem cerca de 46% do total do parque edificado e 51% dos alojamentos familiares;
- Tábua, Covas e Midões são responsáveis por 62% do acréscimo de 1218 edifícios ocorridos a nível municipal entre 1991 e 2011, ao passo, cerca de 53% dos 1916 alojamentos familiares criados no mesmo período foram localizados na freguesia de Tábua;
- A freguesia de Candosa foi a única onde se registou um decréscimo do número de edifícios entre 1991 e 2011. O decréscimo do número de alojamentos familiares no mesmo período estendeu-se às freguesias de Candosa e Mouronho;
- Candosa, Mouronho, Sinde, Meda de Mouros e Pinheiro de Coja foram os territórios onde as dinâmicas edificatórias e habitacionais foram mais ténues, ou mesmo negativas.

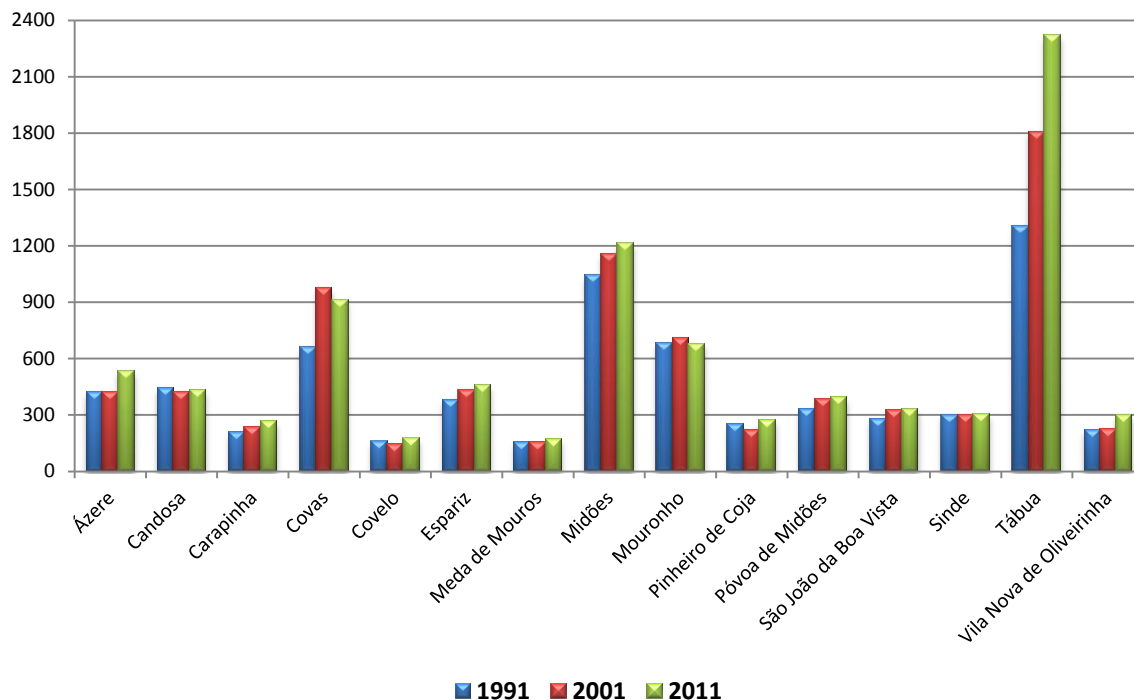
TÁBUA

Gráfico 12. Evolução dos Edifícios nas freguesias de Tábua entre 1991 e 2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Gráfico 13. Evolução dos Alojamentos familiares nas freguesias de Tábua entre 1991 e 2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

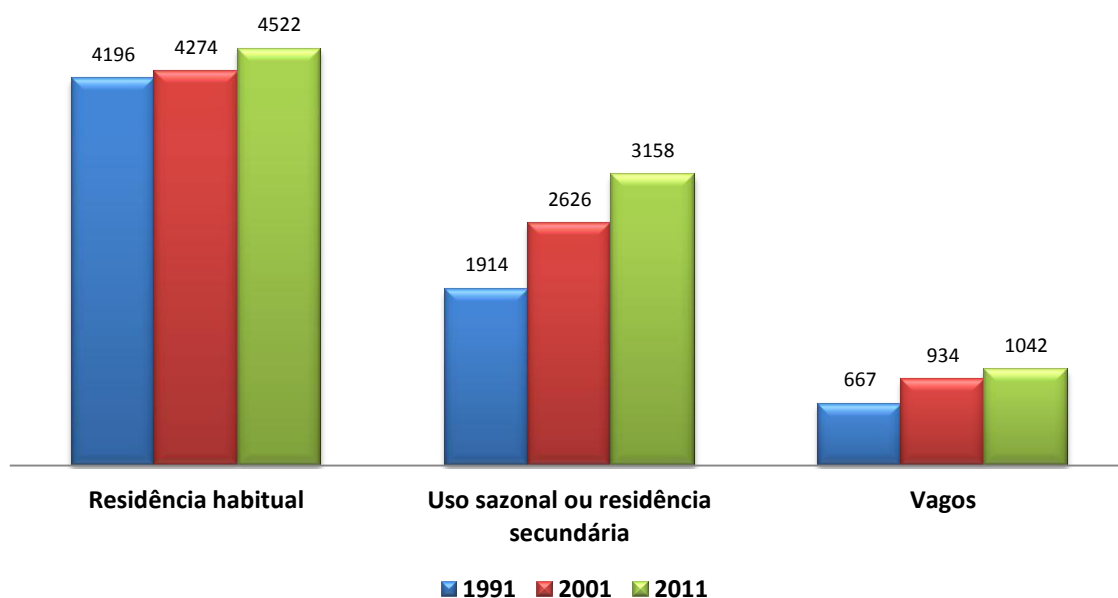
Considerando o período compreendido entre 1991 e 2011 registou-se, no município de Tábua, uma evolução positiva nos alojamentos familiares clássicos (28,7%), tendo sido a

TÁBUA

evolução particularmente significativa nos alojamentos familiares clássicos ocupados de forma sazonal ou como residência secundária com uma evolução de 65% durante o período em apreço. Também os alojamentos vagos experimentaram um aumento significativo no mesmo período com um aumento de 56%. A nível dos alojamentos de residência habitual ocorreu um acréscimo de 8% entre 1991 e 2011.

Refira-se, no entanto, que no último período intercensitário (2001/2011), assistiu-se a um abrandamento evolutivo dos alojamentos de uso sazonal ou residência secundária e dos alojamentos vagos em relação ao período anterior. Já os alojamentos de residência habitual tiveram uma evolução mais significativa no período entre 2001 e 2011.

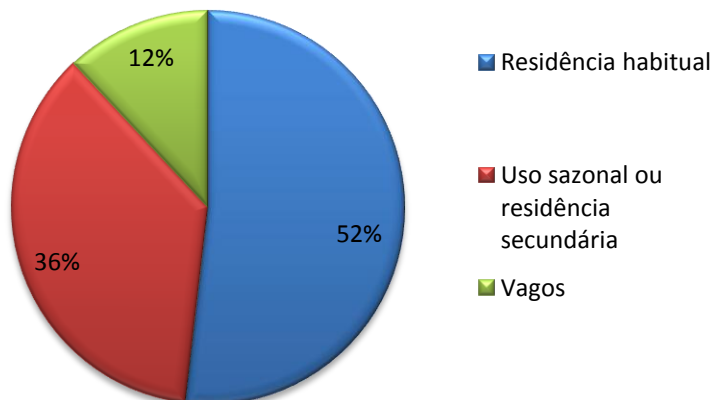
Gráfico 14 – Evolução do regime de ocupação dos alojamentos clássicos no município de Tábua, 1991 - 2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Em 2011 a forma de ocupação dos alojamentos clássicos do município de Tábua continua a ser a residência habitual com cerca de 52% do total, seguido dos alojamentos de uso sazonal ou residência secundária com 36% e por último os alojamentos vagos que correspondem a 12%.

Gráfico 15. Regime de ocupação dos alojamentos clássicos no município de Tábua, 2011



FONTE: INE, Censos 2011

O que fica bem patente é que existe uma apetência crescente pela residência secundária e de uso sazonal no município de Tábua proveniente quer de indivíduos locais quer de indivíduos exteriores ao município, o que atesta a atratividade do município para estadias mais ou menos prolongadas.

A análise por freguesias em termos da distribuição das formas de ocupação dos alojamentos em 2011, permite retirar as seguintes ilações:

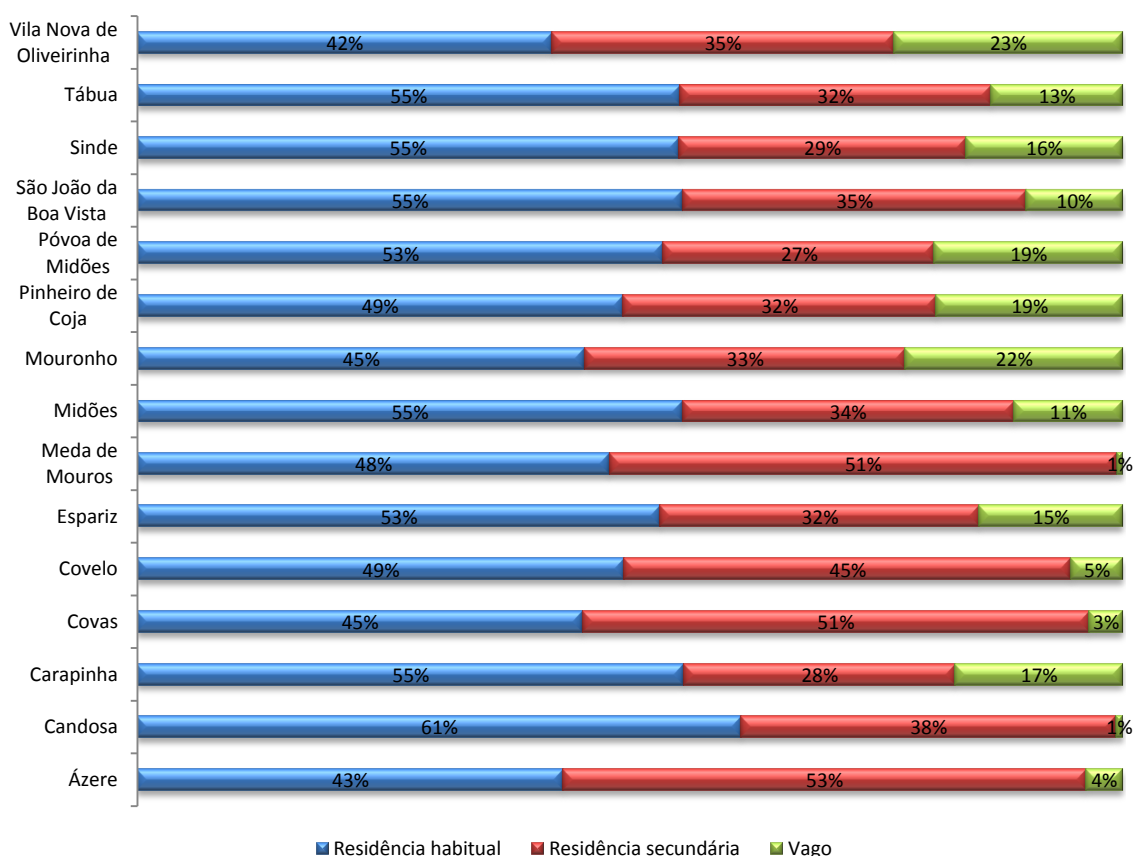
- A freguesia de Candosa é o território onde a residência habitual tem um maior peso relativo com 61% do total de alojamentos. Com 55 % de alojamentos ocupados como residência habitual existe um conjunto de freguesias formado por Carapinha, Midões, S. João da Boa Vista, Sinde e Tábua;
- Vila Nova de Oliveirinha, Ázere, Covas, Mouronho, Meda de Mouros, Covelo e Pinheiro de Coja são freguesias nas quais a residência habitual é minoritária em relação ao conjunto das outras formas de ocupação (uso sazonal e residência secundária e vagos);
- Existem três freguesias onde os alojamentos de uso sazonal ou residência secundária representam mais de metade dos alojamentos existentes nesses

TÁBUA

territórios: Ázere, Covas e Medas de Mouros. Covelo também merece referência com 45%;

- As freguesias de Póvoa de Midões, Carapinha e Sinde são as freguesias onde os alojamentos de uso sazonal ou residência secundária têm menos expressão;
- Os alojamentos vagos têm maior expressão nas freguesias de Vila Nova de Oliveirinha (23%), Mouronho (22%) e Pinheiro de Coja e Póvoa de Midões (19% cada);
- A existência de alojamentos vagos é praticamente residual nas freguesias de Candosa e Meda de Mouros.

Gráfico 16 – Distribuição do regime de ocupação dos alojamentos nas freguesias do município de Tábua, 2011



FONTE: INE, Censos 2011

Abastecimento de água nos alojamentos

Pelos dados obtidos do INE verifica-se que em 1991 o município já possuía uma boa cobertura de abastecimento de água com 82% dos alojamentos familiares ocupados como residência habitual a terem acesso a água canalizada. No período compreendido entre 1991

TÁBUA

e 2011 é possível atestar uma melhoria da cobertura, com níveis de abastecimento praticamente plenos em 2011 (98,5%). Em 2011 estão registados 68 alojamentos sem água canalizada o que em relação a 1991 se traduz num decréscimo de -91%. Todas as freguesias apresentavam em 2011 índices de cobertura similares ao município, com níveis de abastecimento quase plenos.

Quadro 4. Alojamentos familiares ocupados como residência habitual no município de Tábua, segundo a ligação à rede de abastecimento de água, por freguesias, nos anos 1991, 2001 e 2011

Unidade Geográfica	Ano	Tem água canalizada			Não tem água canalizada	Total
		Total	Proveniente da rede pública	Proveniente da rede privada		
Município de Tábua	1991	3439	2616	823	753	4192
	2001	4152	3484	668	175	4327
	2011	4461	3716	745	68	4529
	Δ 01-11 (%)	7,4%	6,7%	11,5%	-61,1%	4,7%
	Δ 91-11 (%)	29,7%	42,0%	-9,5%	-91,0%	8,0%
Ázere	2001	208	152	56	30	238
	2011	224	174	50	6	230
	Δ 01-11 (%)	7,7%	14,5%	-10,7%	-80,0%	-3,4%
Candosa	2001	271	222	49	8	279
	2011	256	210	46	7	263
	Δ 01-11 (%)	-5,5%	-5,4%	-6,1%	-12,5%	-5,7%
Carapinha	2001	138	137	1	0	138
	2011	147	145	2	0	147
	Δ 01-11 (%)	6,5%	5,8%	100,0%	-	6,5%
Covas	2001	392	341	51	41	433
	2011	394	319	75	18	412
	Δ 01-11 (%)	0,5%	-6,5%	47,1%	-56,1%	-4,8%
Covelo	2001	88	86	2	1	89
	2011	84	80	4	1	85
	Δ 01-11 (%)	-4,5%	-7,0%	100,0%	0,0%	-4,5%
Espariz	2001	240	96	144	13	253
	2011	235	142	93	6	241
	Δ 01-11 (%)	-2,1%	47,9%	-35,4%	-53,8%	-4,7%
Meda de Mouros	2001	78	76	2	1	79
	2011	78	76	2	1	79
	Δ 01-11 (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

TÁBUA

Unidade Geográfica	Ano	Tem água canalizada			Não tem água canalizada	Total
		Total	Proveniente da rede pública	Proveniente da rede privada		
Midões	2001	629	567	62	13	642
	2011	662	543	119	8	670
	Δ 01-11 (%)	5,2%	-4,2%	91,9%	-38,5%	4,4%
Mouronho	2001	323	272	51	10	333
	2011	306	260	46	1	307
	Δ 01-11 (%)	-5,3%	-4,4%	-9,8%	-90,0%	-7,8%
Pinheiro de Coja	2001	130	121	9	3	133
	2011	128	113	15	5	133
	Δ 01-11 (%)	-1,5%	-6,6%	66,7%	66,7%	0,0%
Póvoa de Midões	2001	208	169	39	11	219
	2011	208	163	45	2	210
	Δ 01-11 (%)	0,0%	-3,6%	15,4%	-81,8%	-4,1%
São João da Boa Vista	2001	174	100	74	6	180
	2011	180	121	59	2	182
	Δ 01-11 (%)	3,4%	21,0%	-20,3%	-66,7%	1,1%
Sinde	2001	162	128	34	8	170
	2011	163	120	43	3	166
	Δ 01-11 (%)	0,6%	-6,3%	26,5%	-62,5%	-2,4%
Tábua	2001	996	907	89	29	1025
	2011	1271	1155	116	6	1277
	Δ 01-11 (%)	27,6%	27,3%	30,3%	-79,3%	24,6%
Vila Nova de Oliveirinha	2001	115	110	5	1	116
	2011	123	94	29	2	125
	Δ 01-11 (%)	7,0%	-14,5%	480,0%	100,0%	7,8%

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Instalações sanitárias nos alojamentos

No tempo decorrido entre 1991 e 2011 as instalações sanitárias foram alvo de melhorias significativas no município de Tábua. Se em 1991, a percentagem de alojamentos familiares de residência habitual sem retrete ascendia a 19,8%, em 2011, não foi além de 2,1%. Em igual período, os alojamentos familiares de residência habitual munidos de retrete com dispositivo de descarga quase que duplicaram, por oposição aos que tinham retrete sem

TÁBUA

dipositivo de descarga os quais registaram uma queda significativa de -73,7%, sendo o seu valor em 2011 de 93 alojamentos.

Verifica-se que em 2011 o sistema de drenagem de águas residuais encontra-se repartido entre os sistemas particulares (fossas séticas) com 47% do total de alojamentos familiares de residência habitual munidos de retrete com dispositivo de descarga ligado à rede particular de esgotos e o sistema público de saneamento com 45% dos alojamentos munidos de retrete com dispositivo de descarga ligado à rede pública de esgotos.

Destaca-se no entanto, o aumento exponencial de 1132% em relação aos alojamentos com ligação à rede pública de esgotos entre 1991 e 2011, fruto dos investimentos realizados neste campo o que acarreta melhorias significativas nas condições de habitabilidade e nas condições de encaminhamento e tratamento das águas residuais. Já os alojamentos com ligação à rede particular de esgotos têm vindo a registar uma tendência de decréscimo, com uma quebra de -17% entre 1991 e 2011.

Quadro 5. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Tábua, segundo a existência de instalações sanitárias (retrete/esgotos), nos anos de 1991, 2001 e 2011

Unidade Geográfica	Ano	Com retrete no alojamento						Sem retrete mas existente no edifício	Sem retrete
		Com dispositivo de descarga			Sem dispositivo de descarga				
		Ligado à rede pública de esgotos	Ligado a sistema particular de esgotos	Outras situações	Ligado à rede pública de esgotos	Ligado a sistema particular de esgotos	Outras situações		
Município de Tábua	1991	164	2593	160	0	167	107	201	840
	2001	966	2573	280	18	83	60	37	310
	2011	2021	2150	187	16	35	21	6	93
	Δ 01-11 (%)	109%	-16%	-33%	-11%	-58%	-65%	-84%	-70%
	Δ 91-11 (%)	1132%	-17%	17%	-	-79%	-80%	-97%	-89%
Ázere	2011	83	122	11	3	3	3	0	5
Candosa	2011	179	69	6	0	1	1	0	7
Carapinha	2011	20	121	2	1	0	1	0	2
Covas	2011	132	232	13	1	7	4	1	22
Covelo	2011	1	69	8	0	3	0	0	4
Espariz	2011	39	178	12	0	2	3	2	5
Meda de Mouros	2011	1	10	69	0	0	0	0	1
Midões	2011	401	238	14	2	1	2	1	11

TÁBUA

Unidade Geográfica	Ano	Com retrete no alojamento						Sem retrete mas existente no edifício	Sem retrete
		Com dispositivo de descarga			Sem dispositivo de descarga				
		Ligado à rede pública de esgotos	Ligado a sistema particular de esgotos	Outras situações	Ligado à rede pública de esgotos	Ligado a sistema particular de esgotos	Outras situações		
Mouronho	2011	45	229	25	0	2	1	1	4
Pinheiro de Coja	2011	49	76	1	0	2	1	0	4
Póvoa de Midões	2011	122	76	2	2	2	1	0	5
São João da Boa Vista	2011	38	133	4	0	2	2	0	3
Sinde	2011	0	152	3	1	3	0	1	6
Tábua	2011	910	333	14	5	5	2	0	8
Vila Nova de Oliveirinha	2011	1	112	3	1	2	0	0	6

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

De acordo com os dados mais recentes referentes a 2011, os sistemas de esgotos ligados à rede pública encontram-se mais implementados nas freguesias de Tábua (71% dos alojamentos existentes na freguesia), Candosa (68%), Midões (60%) e Póvoa de Midões (58). Nas restantes freguesias o sistema público de esgotos é minoritário em relação a outras formas de tratamento de esgotos, existindo inclusive o caso de Sinde onde é inexistente e os casos de Covelo, Meda de Mouros e Vila Nova de Oliveirinha onde é praticamente residual (1%).

Na verdade, a maior parte das freguesias tem os alojamentos ligados a sistemas particulares de esgotos (fossas séticas) com destaque para Sinde (92%), Vila Nova de Oliveirinha (90%), Carapinha (82%) e Covelo (81%).

Existência de recolha de RSU nos edifícios

De acordo com a informação disponível cerca de 89% dos edifícios em 2011 estavam servidos com sistema de recolha de resíduos urbanos relevando um grau de cobertura bastante satisfatório. Entre 2001 e 2011 os edifícios com recolha de resíduos urbanos aumentou 7,4%. Contudo, os edifícios sem recolha de resíduos urbanos aumentaram ainda mais (16,6%) o que pode estar relacionado com o aumento de alojamentos vagos / edifícios devolutos.

TÁBUA

Os dados da freguesia de Tábua despertam particular atenção em relação aos edifícios sem recolha de resíduos urbanos, não tanto pelo aumento de 252,7% mas mais pelo valor absoluto de mais 278 edifícios sem recolha de resíduos, o que influencia sobremaneira os dados municipais.

Quadro 6. Edifícios servidos por sistema de recolha de resíduos urbanos, 2001 e 2011

Unidade Geográfica	Ano	Total	Com recolha de resíduos sólidos urbanos	Sem recolha de resíduos sólidos urbanos
Município de Tábua	2001	7249	6516	733
	2011	7856	7001	855
	Δ 01-11 (%)	8,4%	7,4%	16,6%
Ázere	2001	412	342	70
	2011	527	463	64
	Δ 01-11 (%)	27,9%	35,4%	-8,6%
Candosa	2001	407	380	27
	2011	424	424	0
	Δ 01-11 (%)	4,2%	11,6%	-100,0%
Carapinha	2001	225	221	4
	2011	262	255	7
	Δ 01-11 (%)	16,4%	15,4%	75,0%
Covas	2001	953	697	256
	2011	893	847	46
	Δ 01-11 (%)	-6,3%	21,5%	-82,0%
Covelo	2001	139	110	29
	2011	170	163	7
	Δ 01-11 (%)	22,3%	48,2%	-75,9%
Espariz	2001	392	333	59
	2011	433	431	2
	Δ 01-11 (%)	10,5%	29,4%	-96,6%
Meda de Mouros	2001	152	152	0
	2011	168	167	1
	Δ 01-11 (%)	10,5%	9,9%	-
Midões	2001	1126	1078	48
	2011	1181	1078	103
	Δ 01-11 (%)	4,9%	0,0%	114,6%
Mouronho	2001	694	669	25
	2011	674	623	51

TÁBUA

Unidade Geográfica	Ano	Total	Com recolha de resíduos sólidos urbanos	Sem recolha de resíduos sólidos urbanos
	Δ 01-11 (%)	-2,9%	-6,9%	104,0%
Pinheiro de Coja	2001	214	214	0
	2011	263	258	5
	Δ 01-11 (%)	22,9%	20,6%	-
Póvoa de Midões	2001	384	304	80
	2011	391	319	72
	Δ 01-11 (%)	1,8%	4,9%	-10,0%
São João da Boa Vista	2001	313	307	6
	2011	325	287	38
	Δ 01-11 (%)	3,8%	-6,5%	533,3%
Sinde	2001	293	280	13
	2011	301	275	26
	Δ 01-11 (%)	2,7%	-1,8%	100,0%
Tábua	2001	1323	1213	110
	2011	1551	1163	388
	Δ 01-11 (%)	17,2%	-4,1%	252,7%
Vila Nova de Oliveirinha	2001	222	216	6
	2011	293	248	45
	Δ 01-11 (%)	32,0%	14,8%	650,0%

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Instalação de banho ou duche nos alojamentos

Segundo os dados do INE, os alojamentos familiares de residência habitual do município de Tábua revelaram melhorias a nível da existência de instalações de banho ou duche durante o período de vigência do PDM. Em 1991 existiam 30,4% dos alojamentos (1287 em termos absolutos) que não estavam apetrechados com instalações de banho ou duche face aos 4,1% de alojamentos que em 2011 não possuíam essa instalação, o que corresponde, ainda assim, a 186 alojamentos.

Entre 1991 e 2011 assistiu-se a um incremento de 47,5% de alojamentos com instalação de banho ou duche e a uma quebra acentuada de -85,5% dos alojamentos sem essa instalação. Essa situação repercutiu-se em todas as freguesias de Tábua já que em 2011, todas apresentavam valores acima de 91% de alojamentos munidos com instalação de banho ou duche.

Quadro 7. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Tábua, segundo a existência de instalações de banho ou duche, por freguesia, nos anos de 1991, 2001 e 2011

Unidade Geográfica	Ano	Total	Com instalação de Banho ou Duche	Sem instalação de Banho ou Duche
Município de Tábua	1991	4232	2945	1287
	2001	4327	3784	543
	2011	4529	4343	186
	Δ 01-11 (%)	4,7%	14,8%	-65,7%
	Δ 91-11 (%)	7,0%	47,5%	-85,5%
Ázere	2011	230	211	19
Candosa	2011	263	251	12
Carapinha	2011	147	144	3
Covas	2011	412	376	36
Covelo	2011	85	81	4
Espariz	2011	241	227	14
Meda de Mouros	2011	81	80	1
Midões	2011	670	646	24
Mouronho	2011	307	299	8
Pinheiro de Coja	2011	133	127	6
Póvoa de Midões	2011	210	198	12
São João da Boa Vista	2011	182	177	5
Sinde	2011	166	154	12
Tábua	2011	1277	1254	23
Vila Nova de Oliveirinha	2011	125	118	7

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Sistema de Aquecimento nos alojamentos

Com dados do INE referentes a 2001 e 2011, é possível atestar o nível de evolução em termos da existência de sistema de aquecimento nos alojamentos familiares de residência habitual do município de Tábua. Os principais sistemas de aquecimento nos alojamentos do município em 2011 eram a lareira aberta e com recuperador de calor (62%). Verifica-se que na última década ocorreu um aumento dos alojamentos com aquecimento central (115,4%) e com aparelhos móveis de aquecimento (23,4%). Por outro lado a utilização da lareira e de aparelhos fixos registaram uma quebra.

TÁBUA

É no entanto de realçar que os alojamentos sem aquecimento registaram um aumento de 66% entre 2001 e 2011, o que parece evidenciar um retrocesso neste campo. Esta situação foi particularmente evidente na freguesia de Tábua na qual se registou mais 24 alojamentos sem aquecimento.

Quadro 8. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Tábua, segundo a existência de sistema de aquecimento, por freguesia, nos anos de 2001 e 2011

Unidade Geográfica	Ano	Total	Aquecimento central	Aquecimento não central			Sem aquecimento
				Lareira (aberta e c/ recuperador de calor)	Aparelhos móveis (aquecedores elétricos, a gás, etc.)	Aparelhos fixos (salamandra, aquecedores de parede, etc.)	
Município de Tábua	2001	4327	221	2953	393	666	94
	2011	4529	476	2786	485	626	156
	Δ 01-11 (%)	4,7%	115,4%	-5,7%	23,4%	-6,0%	66,0%
Ázere	2001	238	8	197	17	12	4
	2011	230	14	154	16	36	10
	Δ 01-11 (%)	-3,4%	75,0%	-21,8%	-5,9%	200,0%	150,0%
Candosa	2001	279	6	254	6	9	4
	2011	263	19	204	12	20	8
	Δ 01-11 (%)	-5,7%	216,7%	-19,7%	100,0%	122,2%	100,0%
Carapinha	2001	138	7	56	7	64	4
	2011	147	15	72	10	44	6
	Δ 01-11 (%)	6,5%	114,3%	28,6%	42,9%	-31,3%	50,0%
Covas	2001	433	17	382	15	16	3
	2011	412	32	329	18	25	8
	Δ 01-11 (%)	-4,8%	88,2%	-13,9%	20,0%	56,3%	166,7%
Covelo	2001	89	1	41	0	33	14
	2011	85	4	44	5	26	6
	Δ 01-11 (%)	-4,5%	300,0%	7,3%	-	-21,2%	-57,1%
Espariz	2001	253	12	114	33	84	10
	2011	241	26	128	29	40	18
	Δ 01-11 (%)	-4,7%	116,7%	12,3%	-12,1%	-52,4%	80,0%
Meda de Mouros	2001	79	1	22	7	46	3
	2011	81	11	26	8	33	3
	Δ 01-11 (%)	2,5%	1000,0%	18,2%	14,3%	-28,3%	0,0%

TÁBUA

Unidade Geográfica	Ano	Total	Aquecimento central	Aquecimento não central			Sem aquecimento
				Lareira (aberta e c/ recuperador de calor)	Aparelhos móveis (aquecedores elétricos, a gás, etc.)	Aparelhos fixos (salamandra, aquecedores de parede, etc.)	
Midões	2001	642	14	539	18	65	6
	2011	670	50	471	53	88	8
	Δ 01-11 (%)	4,4%	257,1%	-12,6%	194,4%	35,4%	33,3%
Mouronho	2001	333	20	134	18	156	5
	2011	307	44	145	19	86	13
	Δ 01-11 (%)	-7,8%	120,0%	8,2%	5,6%	-44,9%	160,0%
Pinheiro de Coja	2001	133	3	101	8	21	0
	2011	133	6	92	8	19	8
	Δ 01-11 (%)	0,0%	100,0%	-8,9%	0,0%	-9,5%	-
Póvoa de Midões	2001	219	14	154	22	19	10
	2011	210	22	132	15	33	8
	Δ 01-11 (%)	-4,1%	57,1%	-14,3%	-31,8%	73,7%	-20,0%
São João da Boa Vista	2001	180	2	157	2	13	6
	2011	182	19	141	3	16	3
	Δ 01-11 (%)	1,1%	850,0%	-10,2%	50,0%	23,1%	-50,0%
Sinde	2001	170	6	95	17	51	1
	2011	166	12	96	23	27	8
	Δ 01-11 (%)	-2,4%	100,0%	1,1%	35,3%	-47,1%	700,0%
Tábua	2001	1025	107	599	223	72	24
	2011	1277	192	665	252	120	48
	Δ 01-11 (%)	24,6%	79,4%	11,0%	13,0%	66,7%	100,0%
Vila Nova de Oliveirinha	2001	116	3	108	0	5	0
	2011	125	10	87	14	13	1
	Δ 01-11 (%)	7,8%	233,3%	-19,4%	-	160,0%	-

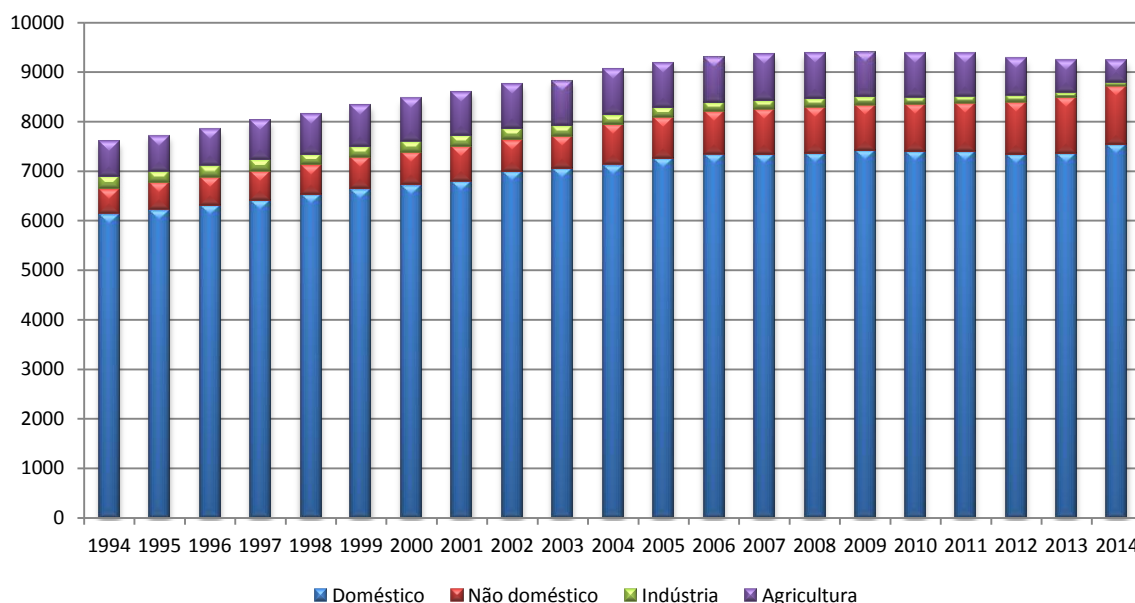
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Instalações de eletricidade nos alojamentos

Durante o período de vigência do PDM em vigor os consumidores de eletricidade têm vindo a aumentar gradualmente no município de Tábua, devido essencialmente, ao aumento registado por parte dos consumidores domésticos.

TÁBUA

Gráfico 17. Evolução dos consumidores de eletricidade no município de Tábua, 1994 - 2014



Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia, 1994 - 2014

Apenas dispondo de dados de 1991 e 2001, verifica-se que já em 1991, cerca de 94% dos alojamentos familiares de residência habitual do município de Tábua possuíam eletricidade. Posteriormente em 2001, os alojamentos com eletricidade atingiam quase a plenitude (98,3%), havendo registo de 73 alojamentos sem eletricidade. Atualmente a existência de eletricidade é um dado adquirido na totalidade dos alojamentos do município, não se excluindo contudo, alguma situação excecional que possa suceder.

Quadro 9. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Tábua, segundo a existência de eletricidade, por freguesia, nos anos de 1991 e 2001

Unidade Geográfica	Ano	Total	Com eletricidade	Sem eletricidade
Município de Tábua	1991	4232	3977	255
	2001	4327	4254	73
	Δ 91-01 (%)	2,2%	7,0%	-71,4%

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Existência de cozinha ou kitchenette nos alojamentos

Com recurso aos dados disponíveis de 1991 e 2001, é possível constatar que a existência de cozinha (ou *kitchenette*) nos alojamentos familiares de residência habitual do município de Tábua sempre foi uma valência amplamente estabelecida, registando-se uma diminuição dos alojamentos sem cozinha de -54,5% havendo em 2001 apenas 10 alojamentos sem

TÁBUA

cozinha. Atualmente a existência de cozinha é um dado adquirido na totalidade dos alojamentos do município, não se excluindo contudo, alguma situação excecional que possa suceder.

Quadro 10. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Tábua, segundo a existência de cozinha, por freguesia, nos anos de 1991 e 2001

Unidade Geográfica	Ano	Total	Com cozinha	Com kitchenette	Sem cozinha
Município de Tábua	1991	4196	4151	23	22
	2001	4274	4236	28	10
	Δ 91-01 (%)	1,9%	2,0%	21,7%	-54,5%
Ázere	2001	228	228	0	0
Candosa	2001	277	276	0	1
Carapinha	2001	138	135	2	1
Covas	2001	431	429	0	2
Covelo	2001	89	87	0	2
Espariz	2001	241	239	1	1
Meda de Mouros	2001	79	75	2	2
Midões	2001	640	639	1	0
Mouronho	2001	332	331	0	1
Pinheiro de Coja	2001	133	133	0	0
Póvoa de Midões	2001	218	213	5	0
São João da Boa Vista	2001	178	178	0	0
Sinde	2001	170	168	2	0
Tábua	2001	1004	991	13	0
Vila Nova de Oliveirinha	2001	116	114	2	0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Existência de lugar de estacionamento ou garagem nos alojamentos

Embora não se possua dados para perceber a evolução histórica, é possível constatar que, atualmente (dados de 2011), cerca de 60% dos alojamentos familiares de residência habitual do município de Tábua possuem lugar de estacionamento ou garagem.

Na freguesia de Carapinha cerca de 80% dos alojamentos possuem lugar de estacionamento ou garagem, seguido das freguesias de Tábua e Meda de Mouros com 68%, cada. Por outro lado, em Ázere, os alojamentos com lugar de estacionamento ou garagem, não chegam a metade do existente.

Quadro 11. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Tábua, segundo a existência de lugar de estacionamento ou garagem por freguesia, no ano de 2011

Unidade Geográfica	Ano	Total	Tem estacionamento ou garagem	Não tem estacionamento ou garagem
Município de Tábua	2011	4522	2714	1808
Ázere	2011	230	112	118
Candosa	2011	262	158	104
Carapinha	2011	147	118	29
Covas	2011	410	209	201
Covelo	2011	85	50	35
Espariz	2011	241	161	80
Meda de Mouros	2011	81	55	26
Midões	2011	670	350	320
Mouronho	2011	307	203	104
Pinheiro de Coja	2011	131	80	51
Póvoa de Midões	2011	210	109	101
São João da Boa Vista	2011	182	94	88
Sinde	2011	166	84	82
Tábua	2011	1277	864	413
Vila Nova de Oliveirinha	2011	123	67	56

Fonte: INE, Censos 2011

Existência de ar condicionado nos alojamentos

A existência de ar condicionado é uma valência pouco disseminada nos alojamentos familiares de residência habitual do município de Tábua, dado que, em 2011, somente 5% dos alojamentos tinham ar condicionado. É na freguesia de Carapinha que os alojamentos com ar condicionado encontram maior implantação.

Quadro 12. Alojamentos familiares de residência habitual no município de Tábua, segundo a existência de ar condicionado por freguesia, no ano de 2011

Unidade Geográfica	Ano	Total	Com ar condicionado	Sem ar condicionado
Município de Tábua	2011	4529	219	4310
Ázere	2011	230	5	225
Candosa	2011	263	4	259
Carapinha	2011	147	14	133

TÁBUA

Unidade Geográfica	Ano	Total	Com ar condicionado	Sem ar condicionado
Covas	2011	412	11	401
Covelo	2011	85	4	81
Espariz	2011	241	10	231
Meda de Mouros	2011	81	3	78
Midões	2011	670	43	627
Mouronho	2011	307	10	297
Pinheiro de Coja	2011	133	8	125
Póvoa de Midões	2011	210	6	204
São João da Boa Vista	2011	182	2	180
Sinde	2011	166	4	162
Tábua	2011	1277	90	1187
Vila Nova de Oliveirinha	2011	125	5	120

Fonte: INE, Censos 2011

4.3. ECONOMIA

Entre o período de 1991 a 2011 a população ativa aumentou 2,9% no município de Tábua, o que revela a existência de um maior contingente populacional para o mercado de trabalho, pese embora tenha registado uma ligeira quebra de -0,8% no último período intercensitário.

A taxa de atividade do município tem registado um aumento gradual desde 1991 até 2011 com uma variação de 11,6% cifrando-se em 41,4% em 2011. Esta variação deriva do aumento da população ativa e da diminuição da população residente.

Quadro 13. Evolução da população ativa e taxa de atividade de Tábua, 2001 - 2011

Unidade Geográfica	1991		2001		2011	
	Pop. Ativa N.º	Tx Atividade %	Pop. Ativa N.º	Tx Atividade %	Pop. Ativa N.º	Tx Atividade %
Município de Tábua	4858	37,1	5038	39,9	4997	41,4

FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Considerando o último período intercensitário, a generalidade das freguesias também registou uma diminuição da população ativa, com exceção da freguesia de Tábua com um aumento de 22,9%, de Carapinha (5,4%) e de Midões (3,3%). No campo oposto, Vila Nova de Oliveirinha (-27,1%), Espariz (-20,8%) e Pinheiro de Coja (-20,2%) sofreram as maiores

TÁBUA

quebras. Em 2011 as freguesias de Tábua (33%) e de Midões (15%) detêm praticamente metade da mão de obra do município de Tábua.

Em relação à taxa de atividade a freguesia de Tábua em 2011 destaca-se com 46,3%, seguida de Carapinha (44%). As freguesias com piores registos compreendem Pinheiro de Coja (33,4%) e S. João da Boa Vista (34,2%). Mouronho foi a freguesia que registou um maior aumento (12,9%) da taxa de atividade entre 2001 e 2011, ao passo que, Vila Nova de Oliveirinha registou a maior descida com -15,9%.

Quadro 14. Evolução da população ativa e taxa de atividade de Tábua, 2001 - 2011

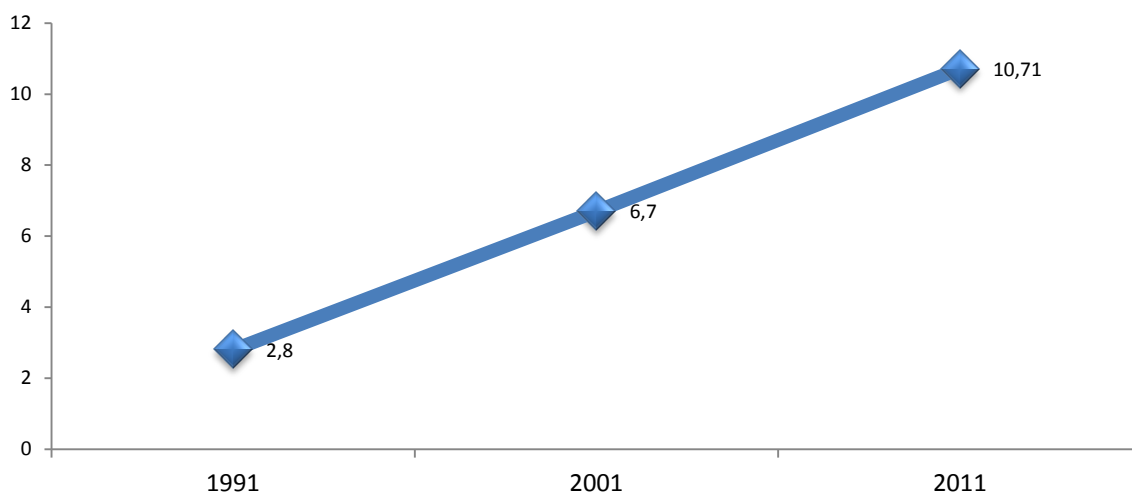
Unidade Geográfica	2001		2011		Variação %	
	Pop. Ativa N.º	Tx Atividade %	Pop. Ativa N.º	Tx Atividade %	Pop. Ativa	Tx Atividade
Município de Tábua	5038	39,9	4997	41,4	-0,8%	3,8%
Ázere	267	33,4	249	36,3	-6,7%	8,7%
Candosa	328	40	264	38,32	-19,5%	-4,2%
Carapinha	168	41,4	177	44,03	5,4%	6,4%
Covas	483	40,3	408	37,6	-15,5%	-6,7%
Covelo	116	37,6	99	40,08	-14,7%	6,6%
Espariz	332	43,7	263	41,55	-20,8%	-4,9%
Meda de Mouros	85	38,2	81	38,03	-4,7%	-0,4%
Midões	702	39,9	725	42,03	3,3%	5,3%
Mouronho	342	34,7	329	39,17	-3,8%	12,9%
Pinheiro de Coja	129	34,6	103	33,44	-20,2%	-3,4%
Póvoa de Midões	247	37,4	241	41,41	-2,4%	10,7%
São João da Boa Vista	165	34	155	34,22	-6,1%	0,6%
Sinde	173	37,2	141	37,8	-18,5%	1,6%
Tábua	1335	43,9	1641	46,33	22,9%	5,5%
Vila Nova de Oliveirinha	166	49,1	121	41,3	-27,1%	-15,9%

FONTE: INE, Censos 2001 e 2011

A problemática do desemprego, um pouco à imagem do que tem ocorrido no território nacional, também teve repercussões no município de Tábua, tendo-se registado um aumento da taxa de desemprego nos dois últimos períodos intercensitários, tendo atingido 10,71% em 2011. Ainda assim o município apresenta uma taxa mais favorável que o país que registou à data dos últimos Censos uma taxa de 13,8%.

TÁBUA

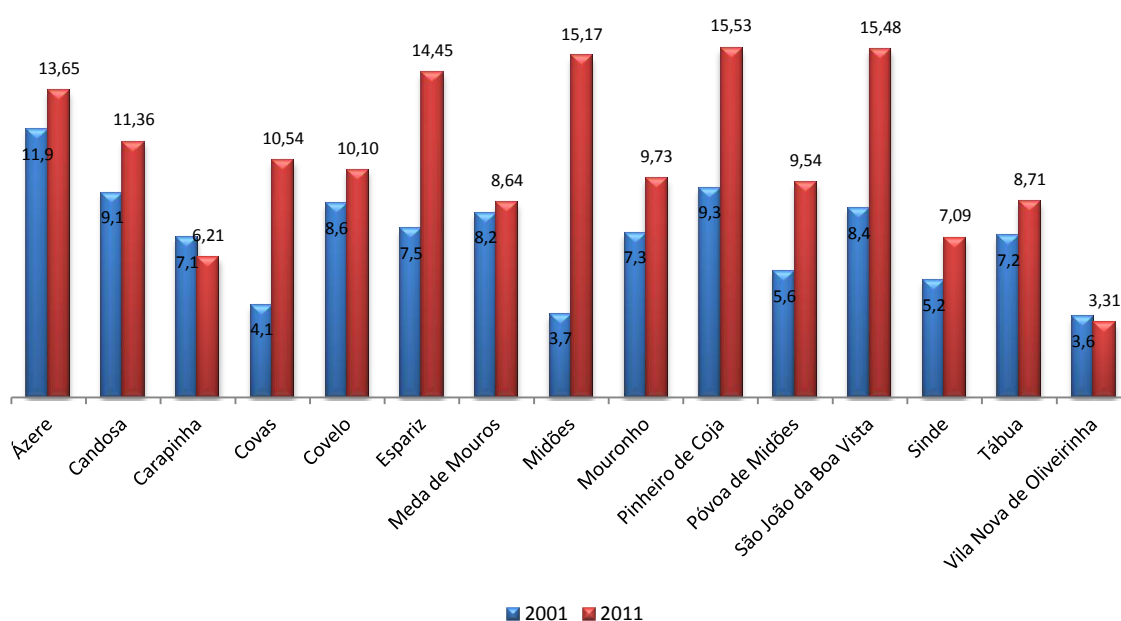
Gráfico 18 – Evolução da Taxa de Desemprego (%) de Tábua, 1991-2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

O comportamento das freguesias foi diferenciado com apenas duas freguesias a registarem uma quebra da taxa de desemprego, designadamente, Carapinha e Vila Nova de Oliveirinha, que são também as que registaram as menores taxas de desemprego em 2011. Todas as restantes freguesias experimentaram uma subida da taxa de desemprego entre 2001 e 2011 com especial relevo para Midões, S. João da Boa Vista, Espariz e Pinheiro de Coja que para além de apresentarem as maiores taxas de desemprego, também registaram as maiores subidas.

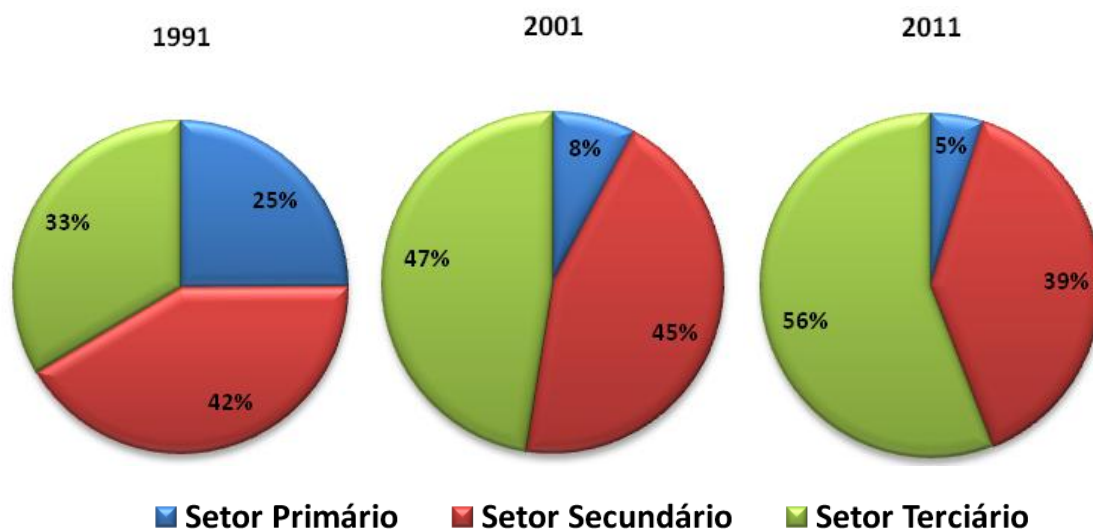
Gráfico 19 – Evolução da Taxa de Desemprego (%) nas freguesias de Tábua, 2001-2011



FONTE: INE, Censos 2001 e 2011

Sobre os setores de atividade, como se pode visualizar nos gráficos seguintes, constata-se que entre 1991 e 2011 acentuou-se o processo de alteração da composição dos setores de atividade. Denota-se o reforço progressivo do setor terciário, representando 56% da população empregada do município em 2011 e o declínio acentuado do setor primário com um registo de apenas 5% em 2011. O setor secundário, embora com uma ligeira quebra tem conseguido manter registos na ordem dos 40% em 2011.

Gráfico 20 – População Empregada por Setor de Atividade em Tábua, em 1991, 2001 e 2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

4.4. EDUCAÇÃO

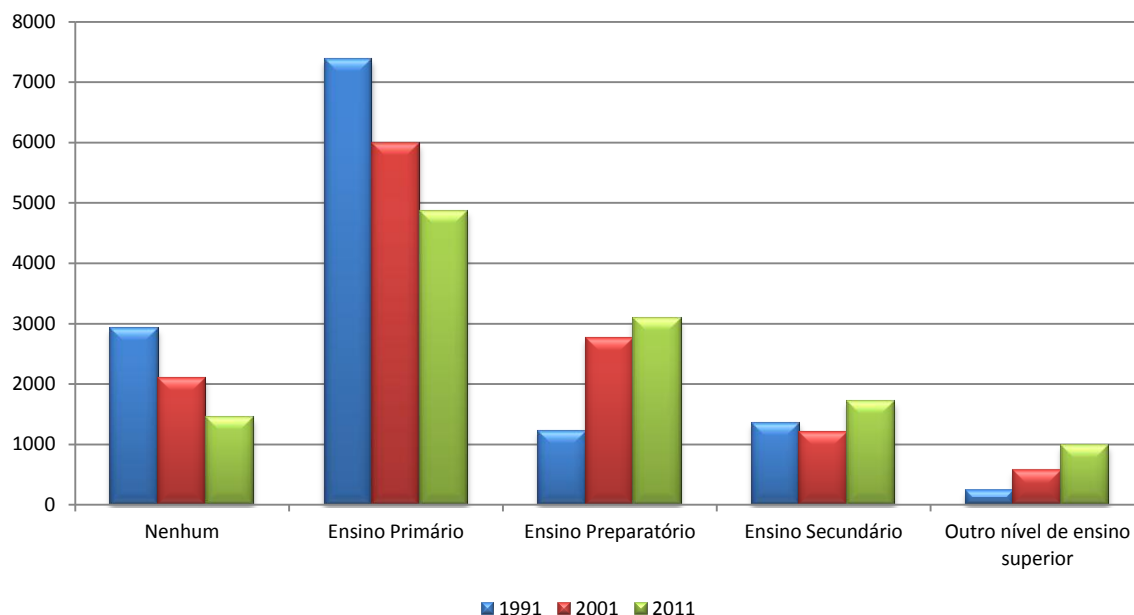
O município de Tábua tem demonstrado nas últimas duas décadas uma melhoria nos níveis de literacia da sua população. Com o auxílio do quadro e gráfico seguintes é possível constatar a diminuição entre 1991 e 2011 da população sem nenhum nível de ensino e da população com o ensino primário, ou seja, com habilitações mais baixas e o aumento da população com habilitações académicas mais elevadas.

Quadro 15. Evolução da população segundo o nível de instrução⁶ no município de Tábua, 1991 - 2011

Nível de Instrução	Nenhum	Básico - 1.º ciclo	Básico - 2.º ciclo	Básico - 3.º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
1991	2916	7368	1226		1353	238	
2001	2096	5986	1505	1253	1198	46	518
2011	1439	4862	1163	1922	1706	97	882

FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Gráfico 21 - Evolução da população segundo o nível de instrução no município de Tábua, 1991 - 2011



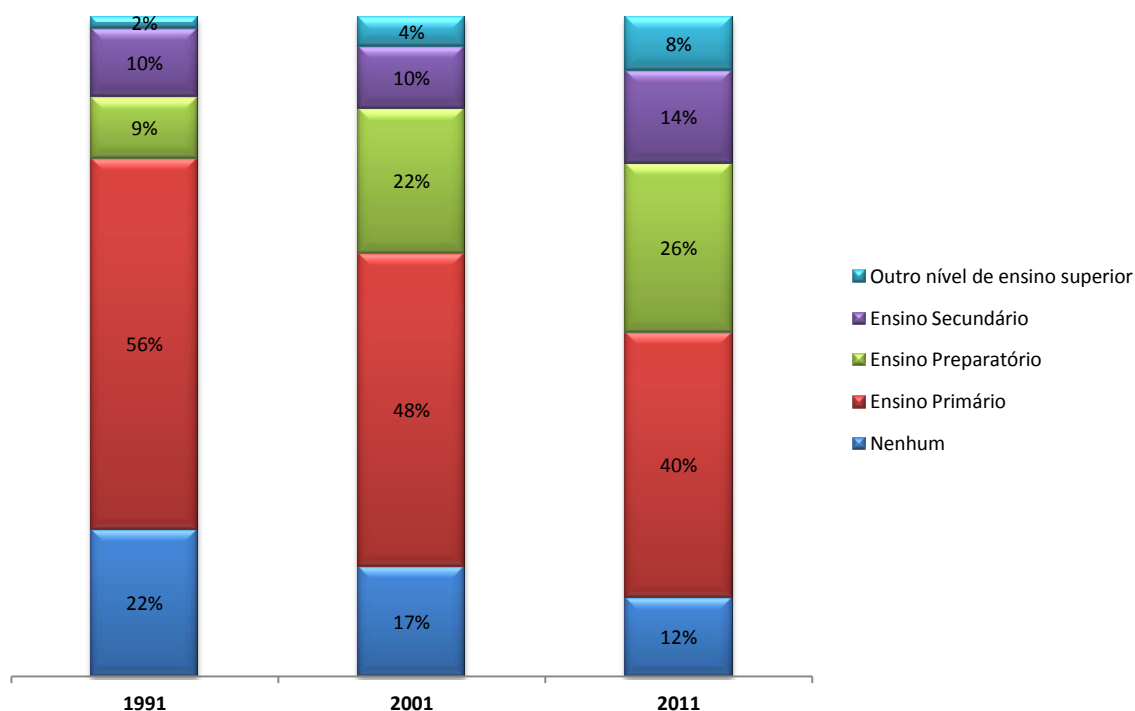
FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Nota: Ensino Primário - 1.º CEB | Ensino Preparatório - 2.º CEB + 3.º CEB | Ensino Secundário - Ensino Secundário |
Outro nível de ensino superior - Pós-secundário + Superior

De realçar que, apesar do crescimento positivo da escolarização nos níveis mais elevados, feito sobretudo à custa dos grupos etários mais jovens, a estrutura geral não se altera. O peso relativo dos níveis de habilitações mais baixos é ainda elevado. De facto em 2011, cerca de 40% da população do município de Tábua tem apenas o ensino primário como nível de instrução.

⁶ Nível de Instrução – Grau de ensino mais elevado atingido pelo recenseado, completo ou incompleto.

Gráfico 22 – Representatividade da população por nível de instrução no município de Tábua em 1991, 2001 e 2011

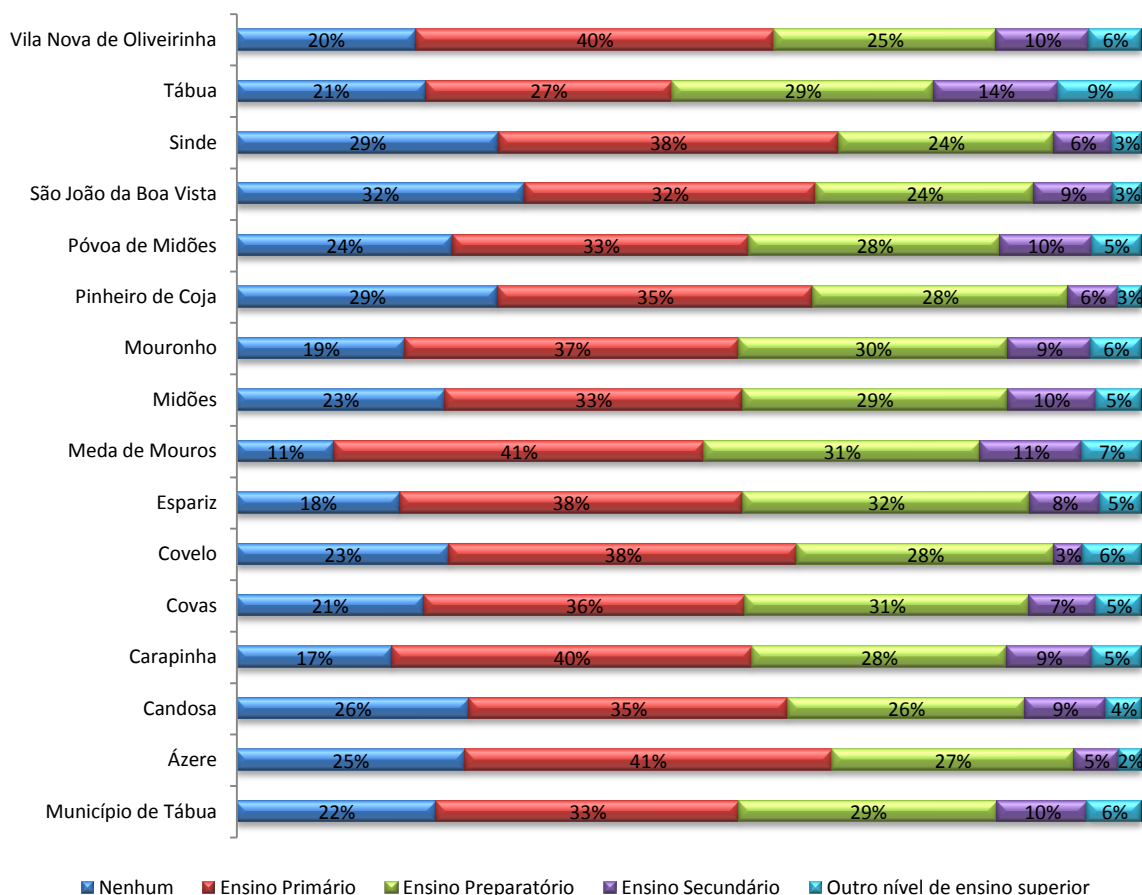


FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Ao nível das freguesias constata-se que a freguesia mais urbana (Tábua) é aquela cuja população, em maior proporção, completou níveis de instrução mais elevados, nomeadamente o ensino secundário (14%), o pós-secundário e ensino superior (em conjunto 9%). Pelo contrário, as freguesias com o maior peso relativo de população sem nenhum nível de ensino são S. João da Boa Vista (32%), Pinheiro de Coja e Sinde (ambas com 29%). O ensino primário (1.º CEB) encontra-se maior representatividade nas freguesias de Ázere, Meda de Mouros (ambas com 41%) e em Carapinha e Vila Nova de Oliveirinha (ambas com 40%).

TÁBUA

Gráfico 23. Nível de instrução completo da população do município de Tábua, 2011



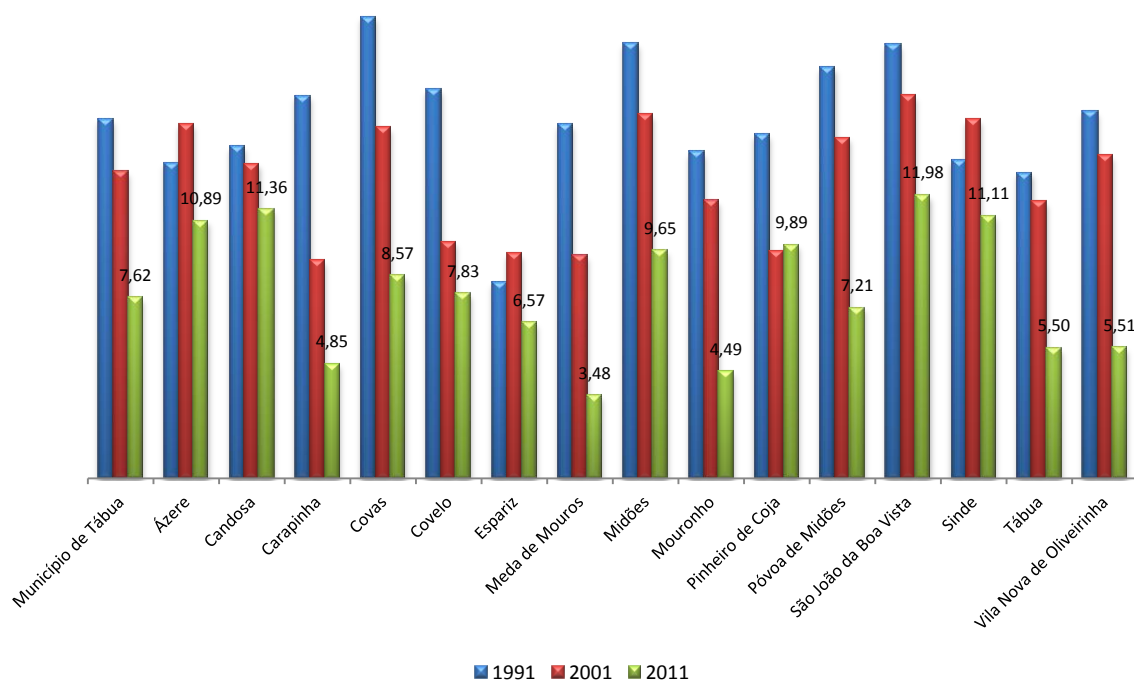
Fonte: INE, Censos 2011

Apesar de estar a descer, dada a universalização e democratização do ensino, em 2011 a taxa de analfabetismo no município de Tábua cifrou-se em 7,62%, muito em parte justificada pelo peso relativo da população idosa na estrutura populacional, visto ser um grupo, tradicional e maioritariamente, com níveis de instrução inferiores.

Todas as freguesias registaram uma diminuição da taxa de analfabetismo entre 1991 e 2011. S. João da Boa Vista, Candosa, Sinde e Ázere, são as freguesias com maiores taxas de analfabetismo em 2011, todas com um registo superior a 10%. Já as freguesias de Meda de Mouros, Mouronho e Carapinha não atingem os 5% de taxa de analfabetismo.

TÁBUA

Gráfico 24 – Evolução da Taxa de Analfabetismo do município de Tábua, por freguesias, 1991 – 2011



FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

6. CONDIÇÕES AMBIENTAIS

O presente capítulo tem como fonte principal o Diagnóstico da Sustentabilidade do Concelho de Tábua, dezembro 2009, inserido na Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, onde se pretende sintetizar o estado do ambiente em Tábua aferida por intermédio de indicadores ambientais.

6.1. QUALIDADE DO AR

De acordo com a Agenda 21 Local de Tábua, “a qualidade do ar no Concelho de Tábua pode ser, de uma forma geral, considerada boa. A manutenção da qualidade do ar estará contudo condicionada a alguns desafios identificados, nomeadamente ao nível das emissões de partículas e amónia(NH₃). Verifica-se que tanto no contexto regional como nacional, este Concelho goza de condições privilegiadas para dar resposta a estes desafios, através do envolvimento dos agentes relevantes e implementação de medidas adequadas.”

Os dados mais recentes da Base de Dados Online sobre a Qualidade de Ar referentes a 2014 revelam que o histórico anual do índice da qualidade do ar para o Centro Interior (onde se inclui o município de Tábua) é globalmente “Bom”.

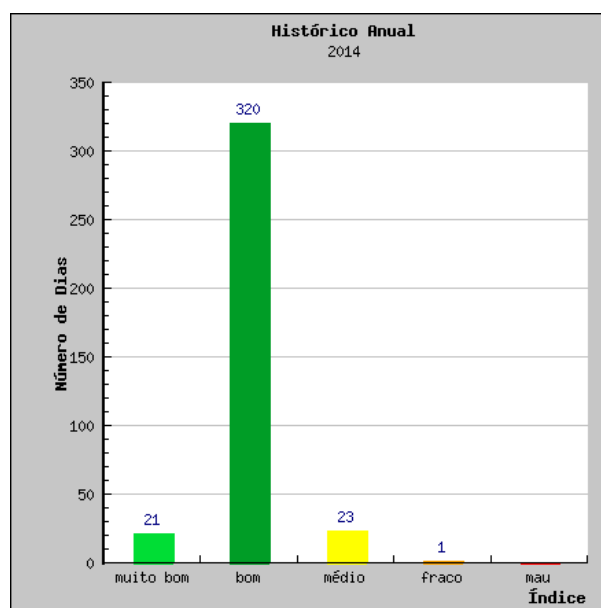


Figura 6. Histórico do Índice da qualidade do ar no Centro Interior, 2014

Fonte: APA, QualAr, in <http://qualar.apambiente.pt>

6.2. QUALIDADE DA ÁGUA

De acordo com a Agenda 21 Local de Tábua, “Os sistemas de abastecimento servem a totalidade da população do Concelho, facto que se constitui como um aspecto positivo do ponto de vista da optimização do uso da água enquanto recurso escasso e da monitorização da sua qualidade. Os consumos totais são relativamente baixos quando comparados com os valores dos restantes municípios do Pinhal Interior Norte. Os consumos domésticos e dos serviços apresentaram uma tendência de aumento, mas os consumos industriais e para outros fins diminuíram.

Um aspecto a melhorar, relacionado com o ciclo da água no Concelho de Tábua, é o da drenagem e tratamento dos efluentes. Contudo estão a ser envidados os esforços pela entidade concessionária, a Águas do Centro, e pelo Município com vista a alargar a cobertura dos sistemas de saneamento básico e tratamento em ETAR o que irá necessariamente conduzir a uma melhoria do desempenho deste Concelho quanto a estes indicadores. A qualidade das águas superficiais e subterrâneas está fortemente dependente da libertação de efluentes não tratados no ambiente. Como tal a melhoria das condições de resposta a esta problemática terá repercussões globais positivas em todas as vertentes decorrentes do uso da água no Concelho e no Pinhal Interior Norte.”

Os dados mais recentes referentes à qualidade da água para consumo humano em Tábua, expressos na figura seguinte revelam que em 2014 e 2015 a qualidade da água é segura atingindo a meta acima dos 99%.

Dados da Qualidade da Água para Consumo Humano por Concelho

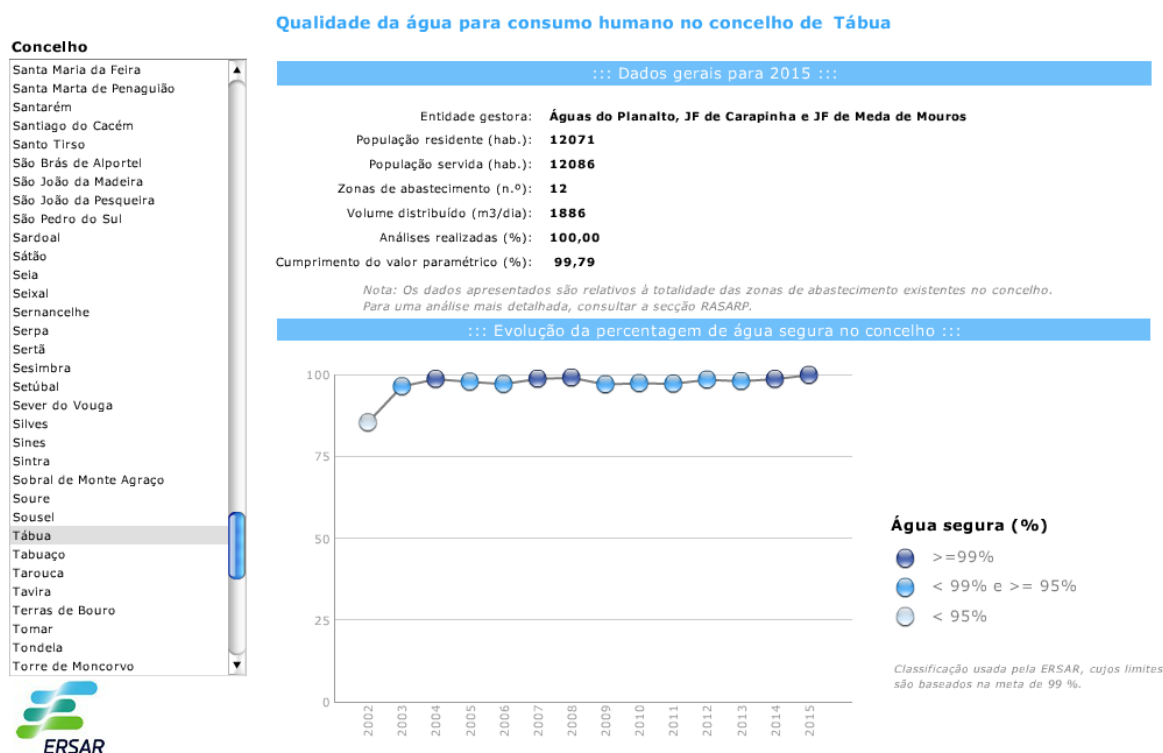


Figura 7. Dados da Qualidade da Água para Consumo Humano no concelho de Tábua, 2002 - 2015

Fonte: ERSAR, in <http://www.ersar.pt/>

6.3. ENERGIA

De acordo com a Agenda 21 Local de Tábua, “O Concelho de Tábua não apresenta indicadores muito favoráveis no que ao consumo doméstico de electricidade diz respeito. Quanto aos consumos decorrentes da laboração agrícola, estes são superiores aos da média do Pinhal Interior Norte, denunciadores de algum dinamismo deste sector de actividade. O sector industrial não é, no cômputo geral do Pinhal Interior Norte, um dos maiores consumidores e os seus valores de utilização de energia eléctrica registaram um crescimento num período em que também se verificou um ligeiro aumento do número de empresas e sociedades ligadas às indústrias transformadoras. No que diz respeito ao consumo público de energia eléctrica (edifícios do estado/de utilidade pública e iluminação da via pública), Tábua não pode ser considerado um dos Concelhos mais eficientes do Pinhal Interior Norte.

O facto de estar a produzir energia eléctrica a partir de uma fonte renovável, contribui para um balanço que se afigura de uma forma geral positivo e que contribui para o esforço da sustentabilidade energética e ambiental no concelho, na região e no país.”

6.4. RESÍDUOS

De acordo com a Agenda 21 Local de Tábua, “Os habitantes do Concelho, produzem individualmente quantidades elevadas de resíduos.

Contudo a existência de um Ecocentro e as campanhas de sensibilização para a gestão dos resíduos conduzidas pela Autarquia afiguram-se como factores positivos na promoção da sustentabilidade.

A atenção que é dada à problemática dos óleos alimentares usados pode representar uma resposta muito positiva dada pelo município aos desafios colocados pela necessidade de tratar e valorizar correctamente este resíduo.”

6.5. RUÍDO

Segundo os Resultados e as Conclusões do Mapa de Ruído de Tábua, “As principais rodovias do Concelho de Tábua são as Estradas Nacionais 17 e 337 (N17 e N337) e o Itinerário Complementar 6 (IC6), cujos valores de Tráfego Médio Horário Calculado são os mais elevados e consequentemente são nestes eixos rodoviários que se verificam os valores de Ruído mais altos. De salientar a existência de barreiras acústicas ao longo dos troços mais movimentados destas vias em locais com maior densidade populacional que permitem reduzir os níveis sonoros junto de receptores sensíveis.

As restantes rodovias do concelho têm também relevância no ambiente sonoro, no entanto, devido ao menor volume de tráfego comparativamente às vias enunciadas atrás, verifica-se um menor impacto nos níveis sonoros gerados.

As diversas áreas industriais existentes para além de não possuírem indústria anormalmente ruidosa estão na grande maioria dos casos longe, como é desejável, de receptores sensíveis (escolas, hospitais, habitações, etc).

TÁBUA

Nas zonas afastadas das fontes referidas anteriormente, o ambiente sonoro é de um modo geral calmo, estando todo o concelho, à excepção da imediata envolvência das principais vias rodoviárias, enquadrado dentro dos limites definidos para zonas Mistas, sendo que, a maior parte destas zonas se enquadram ainda dentro dos limites definidos para zona Sensível, para os indicadores Diurno-Entardecer-Nocturno (Lden) e Nocturno (Ln).

7. DINÂMICA DA EXECUÇÃO TEMÁTICA

Importa referir que a avaliação que se segue foi efetuada tendo por base os diversos ‘Estudos de Caracterização’ e o “*Relatório*”⁷ do PDM em vigor do concelho de Tábua e tem por objeto analisar e avaliar a execução das ações previstas no Plano desde a sua aprovação.

De modo a organizar as matérias a tratar, optou-se por individualizar as diversas temáticas que permitirão avaliar o nível de execução do plano e perceber qual foi a evolução do concelho durante a vigência do atual PDM.

7.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Planos de âmbito municipal

O PDM de Tábua em vigor estabelece em sede regulamentar que os usos dominantes do solo subdividam-se nas seguintes classes de espaços:

- Classe 1 – Espaços urbanos;
- Classe 2 – Espaços urbanizáveis;
- Classe 3 – Espaços industriais;
- Classe 4 – Espaços de indústrias extrativas;
- Classe 5 – Espaços agrícolas;
- Classe 6 – Espaços florestais;
- Classe 7 – Espaços naturais;
- Classe 8 – Espaços culturais;
- Classe 9 – Espaços canais.

Nos Espaços urbanos a construção deverá regular-se de acordo com índices em cada um dos diferentes aglomerados definidos para o efeito: Tábua, sedes de freguesia e restantes localidades. Em Tábua existem ainda mais cinco subdivisões:

1. Zona central de Tábua – zona antiga delimitada a poente pelo Largo do Município e a nascente pela Rua do Hospital.

⁷ Designação do Relatório do Plano do PDM de Tábua

TÁBUA

2. Tábua – zona norte delimitada a poente pela Avenida Projetada, a nascente pelo vale da Ribeira, a norte pela Rua do Hospital e a sul pela Casa do Povo.
3. Tábua – Largo do Tribunal – zonas envolventes para nascente
4. Tábua – Fundo de Vila
5. Tábua – restante área.

Na Zona central de Tábua – zona antiga delimitada a poente pelo Largo do Município e a nascente pela Rua do Hospital está estabelecido que *“deverá ser alvo de plano de pormenor de salvaguarda urbanística”* o qual não se veio a concretizar.

Os Espaços urbanizáveis, com maior expressão territorial em Tábua, podem adquirir características de espaço urbano mediante a sua infraestruturação de acordo com planos de pormenor ou operações de loteamento. A ocupação destes espaços não foi alvo de nenhum plano de pormenor tendo sido regulada por via do loteamento.

Quanto aos Espaços industriais estão definidos *“como o conjunto de espaços existentes ou previstos na planta de ordenamento onde estão instalados ou poderão vir a ser instaladas unidades industriais / comerciais incompatíveis com a função urbana”*. O espaço industrial existente delimitado em planta de ordenamento corresponde ao Parque Industrial de Tábua.

Conforme estipulado, as zonas industriais ficam dependentes da aprovação prévia de plano de pormenor (PP) ou de loteamento urbano.

Atualmente o único PP em vigor no município é o PP da área industrial e empresarial de Sinde / Tábua de acordo com o Aviso 707/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 6, de 11 de janeiro de 2010.

Posteriormente foi alvo da 1.ª retificação segundo o Aviso (extrato) n.º 3543/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 23, de 2 de fevereiro de 2011. Trata -se de correções e retificações decorrentes de acertos de cartografia, e de correções de erros materiais na representação cartográfica, nomeadamente, omissões de artigos matriciais, ajustamentos de localização de prédios rústicos, correções de áreas em determinados artigos, e lapsos de cálculo e de natureza análoga.

Em 2013, o PP foi sujeito à 1.ª alteração de acordo com o Aviso n.º 9064/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 134, de 15 de julho de 2013. A alteração ao PP incidiu

TÁBUA

sobre as plantas de implantação e de condicionantes e sobre o artigo 5.º do Regulamento do Plano referente às áreas dos lotes.

Mais recentemente o PP da área industrial e empresarial de Sinde / Tábua foi alvo da 1.ª correção material por intermédio da Declaração n.º 101/2015, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 90, de 11 de maio de 2015, e que consistiu na representação da totalidade dos espaços verdes na planta de implantação AP1 (final), em virtude de se encontrarem em falta, na planta de implantação aprovada e publicada, os provenientes da área desafetada da RAN.

Pela análise da planta de ordenamento, depreende-se que este PP coincide com a indicação de um “*Núcleos de indústrias existentes*”.

Atualmente, o Parque industrial de Tábua e a área empresarial e industrial de Sinde / Tábua são os dois principais Espaços de Atividades Económicas referenciados no município.

Como se referiu, o único instrumento de gestão territorial de âmbito municipal (com exceção do PDM) que se encontra em vigor é o PP da área industrial e empresarial de Sinde / Tábua. No entanto, encontra-se em elaboração o PP da Área Empresarial da Carapinha, sujeito a deliberação por unanimidade em reunião de Câmara a 26 de agosto de 2015, tendo sido publicado o Aviso n.º 10956/2015, em Diário da República, 2.ª série, n.º 189, de 28 de setembro de 2015, onde também se estabeleceu um prazo de 15 dias para que os interessados pudessem formular sugestões ou apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração do Plano. Este PP tem como promotor a Câmara Municipal de Tábua e os terrenos pertencem à junta de freguesia, e tem como objetivo regularizar as indústrias existentes e possibilitar a criação de novos lotes

O PDM de Tábua, nas suas disposições finais, preconiza que dentro das áreas referenciadas na planta de ordenamento como perímetros urbanos, a Câmara Municipal, através de PU, PP, ou estudos de conjuntos, pode delimitar e determinar parcelas do território para a localização de equipamentos coletivos, públicos ou privados. Também determina que deverá ser promovido o PU de Tábua, o qual não foi implementado.

Existe no entanto um facto que merece referência e que se reveste de alguma invulgaridade. Existiram até início de 2016, dois planos que entretanto foram revogados: o

Plano Geral de Urbanização de Tábua e o Plano de Pormenor da Zona do Hospital / Casa do Povo / Cruzamento de Espariz / Tábua.

Ora, estes dois planos já existiam aquando do PDM de 1.^a geração e não foram tidos em consideração no PDM de Tábua de 1994, já que quer as peças escritas, (relatório, estudos de caracterização, regulamento), quer as peças desenhadas, designadamente a planta de ordenamento, são omissas em relação a estes dois planos. Aliás, o próprio PDM preconizava em sede de regulamento, a elaboração do PU da vila de Tábua, bem como, a elaboração de PP para a zona central de Tábua.

Ao que foi possível apurar, tratou-se de um lapso já que estes dois planos deveriam ter sido alvo de norma revogatória quando o PDM de Tábua foi publicado em 1994. Face a esta contingência, a Câmara Municipal tomou a iniciativa de apresentar e aprovar em sede de reunião de Câmara de 25 de novembro de 2015 as Deliberações n.º 409 e 408 que tinham como objeto a revogação dos dois planos. Por sua vez, a Assembleia Municipal de Tábua, na sua reunião ordinária de 30 de dezembro de 2015, aprovou por unanimidade, a proposta de revogação do Plano Geral de Urbanização de Tábua e a proposta de revogação do Plano de Pormenor da Zona do Hospital / Casa do Povo / Cruzamento de Espariz / Tábua.

Subsequentemente, a revogação dos planos foi alvo de publicação por intermédio do Aviso n.º 1128/2016 - Revogação do Plano Geral de Urbanização de Tábua e do Aviso n.º 1129/2016 – Revogação do Plano de Pormenor da Zona do Hospital / Casa do Povo / Cruzamento de Espariz / Tábua, ambos no Diário da República, 2.^a série – N.º 21 – 1 de fevereiro de 2016.

Planos de âmbito nacional e regional

Para além dos planos municipais, incidem sobre o território de Tábua, outros planos de hierarquia superior que tendo surgido no período de vigência do PDM, constituem-se como elementos a ter em conta no processo de revisão, em termos da necessidade de compatibilização entre instrumentos, e da própria redefinição das estratégias de desenvolvimento do município, enquadradas por esse conjunto diversificado de referências.

Deste modo, elencam-se os instrumentos de gestão territorial que ocorreram no período de vigência do PDM de Tábua:

TÁBUA

- O Plano Rodoviário Nacional (PRN) foi originalmente implementado em 1945 por intermédio do Decreto-Lei n.º 34593, de 11 de maio de 1945, tendo sido sujeito a revisão em 1985 por meio do Decreto-Lei n.º 380/85, de 26 de setembro de 1985. Já em 1998, o PRN é alvo da 2.ª revisão conforme o Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho de 1998 (vulgarmente conhecido por PRN2000) e sujeito quase de imediato à Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro de 2008. Posteriormente o PRN2000 foi sujeito a duas alterações, a primeira em 1999, de acordo com a Lei 98/99, de 26 de julho de 1999, e a segunda em 2003, de acordo com o Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto de 2003;
- No ano de 2002 foi instituído o Plano Nacional da Água (PNA) por intermédio do Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril de 2002;
- Em 2006 foi publicado o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte por intermédio do Decreto Regulamentar n.º 9/2006, de 19 de julho de 2006, o qual foi sujeito a suspensão parcial por iniciativa do Governo em 2013, pelo prazo de dois anos, de acordo com a Portaria n.º 78/2013, de 19 de fevereiro. Findo o prazo estabelecido pelo diploma supra, entendeu o Governo prorrogar o prazo por mais dois anos, tendo para o efeito publicado em 2015, a Portaria n.º 141/2015, de 21 de maio de 2015;
- No ano de 2007 foi publicado o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) através da Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro de 2007. Ainda no mesmo ano, o PNPOT foi alvo de duas retificações por intermédio da Declaração de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro de 2007 e da Declaração de Retificação n.º 103-A/2007, de 2 de novembro de 2007;
- Em 2007 o município de Tábua também ficou abrangido por um Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas, nomeadamente o Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 186/2007, de 21 de dezembro de 2007;
- O município é abrangido parcialmente pelo Sítio do Carregal do Sal classificado pela RCM n.º 142/97, de 28 de agosto de 1997, o qual foi integrado na Rede Natura 2000 por intermédio da RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho de 2008;
- Mais recentemente, em 2013, foi publicado o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas (PGBH) que integram a Região Hidrográfica 4 (RH4) – PGBH do Vouga, Mondego e Lis e das Ribeiras do Oeste através da RCM n.º 16-B/2013, de 22 de março de 2013 (anteriormente em 2002 tinha sido aprovado o Plano de Bacia Hidrográfica do Mondego pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2002, de 1 de março de 2002).

Por último faz-se referência ao Plano Regional de Ordenamento do Território para a Zona Envolvente das Albufeiras da Aguieira, Coiço e Fronhas (PROZAG) publicado pelo Decreto Regulamentar n.º 22/92, de 25 de setembro de 1992, o qual já se encontrava em vigor aquando da entrada em vigor do PDM de Tábua. Dado que possuía um prazo de vigência de 10 anos, a partir do ano de 2002 deixou de ser vinculativo para os particulares, passando apenas a vincular as entidades públicas.

“(...) a sua elaboração atendeu aos objectivos de estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento equilibrado, procurando criar alternativas complementares à agricultura, sobretudo no campo do turismo, de forma a evitar o êxodo das populações, aproveitando as albufeiras existentes e estabelecendo regras disciplinadoras do uso do solo, por forma a garantir o seu correcto aproveitamento.” (Decreto Regulamentar n.º 22/92 de 25 de Setembro).

7.2. OUTROS PLANOS

O município de Tábua conta atualmente com um conjunto de Planos / Estudos dos quais se destacam:

- Carta Educativa de Tábua, 2006
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Tábua, 2013
- Agenda 21 Local de Tábua
- Mapa de Ruído de Tábua
- Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Tábua

7.3. DEMOGRAFIA

Uma das restrições ao desenvolvimento identificada pelo PDM em vigor dizia respeito à existência de uma dinâmica demográfica negativa, aliás registada em toda a população da sub-região do Pinhal Interior e da Região Centro, resultado do fluxo emigratório e da diminuição da taxa de natalidade em contraponto ao aumento da taxa de mortalidade.

Efetivamente ao longo da vigência do plano como vimos a tendência manteve-se, verificando-se uma evolução demográfica negativa associado ao envelhecimento da

estrutura populacional do concelho de Tábua. A partir dos dados do INE é possível inferir a continuidade desta tendência regressiva nos próximos anos.

7.4. HABITAÇÃO

À data do PDM'94 os estudos apontavam para a existência de “situações de baixo índice de habitabilidade em que percentualmente atingem maior expressão nas freguesias de Ázere e Tábua embora se encontrem em todo o concelho várias situações a merecerem ações que visem a construção de situações degradadas devendo esta última ser incentivada por forma a recuperar os “cascos” antigos das aldeias e lugares que tão característicos são e que estão votados ao abandono, constituindo grande manancial para em termos económicos alojar famílias e devolver a imagem rural tantas vezes esquecida”.

Apesar do decréscimo populacional nas últimas décadas, o parque habitacional do concelho verificou uma evolução positiva, com maior incidência na sede do concelho, em que também tem sido notado o aumento de equipamentos e a melhoria das infraestruturas.

Em termos de tipologia de construção a tendência verificada ao longo da vigência do plano, foi relativamente similar à verificada à data do PDM em Vigo. “As habitações variam de unifamiliares isoladas, agrupadas e coletivas”, sendo a primeira, a tipologia mais comum, enquanto a habitação coletiva é mais expressiva na sede do concelho. Importa ainda referir o aumento do peso da segunda habitação ou uso sazonal.

7.4.1. Reabilitação Urbana

A Reabilitação Urbana constituiu uma prioridade de intervenção, nesse sentido a autarquia têm vindo a desenvolver mecanismos para o aumento da competitividade das áreas urbanas mais antigas através de programas e incentivos à recuperação de edifícios degradados e à qualificação do espaço público.

Um dos exemplos é o Programa ‘SOLARH’ - Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação - previsto no Decreto-lei n.º 39/2001, de 9 de fevereiro, traduz-se num apoio financeiro especial sob a forma de empréstimo sem juros, concedido pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), para execução de obras de conservação nas frações:

TÁBUA

- 1- Em habitações devolutas de propriedade de indivíduos ou agregados familiares;
- 2- Em habitações devolutas da propriedade de municípios, de instituições particulares de solidariedade social, de pessoas coletivas de utilidade pública administrativa que prosseguem fins assistenciais ou de cooperativas de habitação e construção;
- 3- Em habitações devolutas de que sejam proprietários pessoas singulares.

Contudo, considerando que a Câmara Municipal de Tábua que os Programas SOLARH, PROHABITA, entre outros, para beneficiação do património habitacional, revestem alguma complexidade, são pouco céleres face às necessidades prementes de alguns cidadãos, e por que tais Programas configuram a existência de uma capacidade financeira incomportável para os eventuais candidatos. Considerando que no município de Tábua existia um estrato de população que dificilmente, por si só, conseguiria proceder a obras essenciais que lhe permite-se ter condições mínimas de higiene, salubridade e segurança nas suas habitações. Atendendo aos problemas sociais que se revelam em situações de pobreza, a autarquia considerou ser necessário um apoio de cariz social para melhorar as condições habitacionais dos agregados familiares. Tomando em conta que os meios que são apresentados pelas instituições privadas e públicas para apoio às melhorias das condições habitacionais são quase nulos e muitas vezes desadequados às situações concretas dos agregados familiares. Levando em consideração que a Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, estipulava a necessidade de realização de obras coercivas, de recuperação de edifícios, de incentivos de apoio à recuperação de habitações degradadas. Neste sentido, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal de Tábua propor-se incentivar e apoiar os indivíduos e agregados familiares mais desfavorecidos, na medida do possível, na prossecução de obras, para poderem conferir às suas habitações algum conforto e dignidade, com vista a uma reabilitação urbana, conforme o 'Regulamento Municipal de Apoio a Pequenas Soluções Habitacionais' - Regulamento n.º 31/2006, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 197 de 12 de outubro de 2006 (apêndice n.º 75).

Podemos ainda destacar a requalificação da 'Vila de Tábua' ocorrida entre 2013 e 2016 no âmbito de um projeto de candidatura ao QREN, que consistiu na requalificação urbana e paisagística da Rua da Indústria, entre a Rotunda do Monumento ao Combatente e o Cruzamento com a Avenida de Coimbra, incluindo trabalhos de remoção e escarificação de pavimento, rede de águas pluviais, rede de fibra ótica, betão armado, pavimentações, execução de passeios, ciclovias, mobiliário urbano, sinalização e espaços verdes.

Neste contexto, e mais recentemente o município de Tábua aprovou através da deliberação n.º151, da Câmara Municipal, em reunião ordinária de 08 de Junho de 2016, conforme constante na Ata n.º11/2016, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Tábua (ARU).

A regeneração urbana assume-se atualmente como uma componente importante da política das cidades e da política da habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular do edificado e as áreas mais degradadas, procurando o funcionamento mais harmonioso, a revitalização das atividades económicas e a melhoria da qualidade de vida da população.

Neste sentido e no âmbito do Portugal 2020 foi solicitado aos municípios a apresentarem Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU), para áreas delimitadas por ARU, ao qual o município de Tábua respondeu afirmativamente, encontrando-se neste momento a candidatar o PARU de Tábua a financiamento comunitário.

Os PARU têm com objetivo constituírem-se como um suporte de base para o apoio aos projetos que venham a ser apresentados, no âmbito da Prioridade de investimento 6.5 – *“Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído” (POR-C, 2014-2020).*

O PARU define a estratégia global de intervenção em matéria de planificação e gestão das ARU. O acesso a financiamento referente a esta prioridade de será precedido pela apresentação, por parte dos municípios, de um PARU, com propostas de regeneração urbana sustentável, onde deverão estar indicadas as grandes linhas de orientação das intervenções a desenvolver.

7.5. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

No que concerne ao desenvolvimento económico o PDM'94, apontava já para algumas mudanças da estrutura económica, *“quanto às condições de trabalho no concelho tem-se vindo a assistir a uma progressiva mutação de mão-de-obra. Genericamente a mão-de-obra não é qualificada e a população ativa assentava a sua atividade na Agricultura e Silvicultura, atividades que têm decrescido significativamente. Dadas as características físicas do*

TÁBUA

concelho, este tem como uso dominante do solo a floresta seguida da agricultura. Verifica-se contudo um gradual aumento no sector secundário com expressão na sede de concelho com o recente criado Parque Industrial bem como em Gândara de Espariz, Candosa e Midões, para além de diversas unidades que se espalharam pelo concelho. Também no sector terciário se registam alguns progressos significativos em termos de comércio e serviços na sede de concelho bem como ao longo da EN17 e nas freguesias de Espariz, Candosa e Midões. Com o aumento da oferta de trabalho, em Tábua é previsível o rápido crescimento deste núcleo urbano bem como dos referenciados anteriormente”.

De acordo com os dados mais recentes do INE, e como já referido anteriormente neste documento, foi possível constatar importantes alterações na estrutura económica do concelho. Desde já, da análise à população ativa constatou-se que se verificou um aumento entre 1991 e 2011, apesar de no último período intercensitário se ter verificado uma ligeira retração.

Quanto à taxa de desemprego no município, esta também verificou um aumento nas últimas décadas, “embora o custo económico do desemprego seja elevado, não há valor monetário que traduza adequadamente o custo humano e psicológico dos extensos períodos de desemprego persistente e involuntário”.

No que concerne aos setores de atividade, acompanhando a tendência nacional, o concelho de Tábua tem vindo a registar um fenómeno de terciarização, assumindo-se em 2011 o setor terciário como o mais representativo. O setor secundário em 1991 era o mais importante, contudo tem vindo a perder a sua representatividade, passando para segundo plano desde 2001. Por sua vez o setor primário é aquele que registou o maior decréscimo nas últimas décadas, reforçando ainda mais a tendência que o PDM em vigor já referia, “*à diminuição do setor primário não estão alheias realidade de crise estrutural do setor e a falta de incentivos para a fixação da juventude, bem como a parcialidade de ocupação na atividade agrícola remetendo-se para um quadro de estrita subsistência*”

Apesar desta tendência anunciada do setor primário, o PDM´94 reforçava a importância da componente silvícola quer pela área que ocupava como pelas áreas potenciais que poderia vir a ocupar. “*Reconhece-se atualmente a grande importância da atividade florestal quer em termos de utilização de solo quer em termos de criação direta, quer ainda como fonte de matéria-prima para diversas atividades industriais*”.

TÁBUA

Nesta matéria importantes ações de valorização e salvaguarda foram efetuadas ao longo da vigência do plano. A significativa área florestal e a sua importância económica conduziu à criação de quatro zonas de intervenção florestal: ZIF Tábua - Mondego, ZIF Tábua- Alva, ZIF Tábua - nordeste e ZIF Lourosa. Trata-se de uma área territorial delimitada constituída por espaços florestais pertencentes a entidades privadas, administrada por uma única entidade, com o objetivo de gerir de forma sustentável, eficiente e adequada os seus recursos florestais. A prevenção de incêndios florestais é uma das principais razões que levou à constituição das ZIF. Neste capítulo, a CAULE - Associação de Proprietários Florestais é uma das entidades que se destaca na gestão sustentável dos espaços florestais do Concelho. A criação da Confraria do Medronho - Associação Nacional para a Conservação do Medronho e do Medronheiro constitui um exemplo da sua ação preponderante no Concelho. Esta iniciativa visa a defesa dos interesses e a formação dos proprietários de povoamentos de medronheiros e também o desenvolvimento de ações de promoção, valorização e conservação do medronho e do medronheiro e dos seus ecossistemas, tendo por base uma gestão sustentável dos recursos naturais.

7.5.1. Dinâmica Empresarial

Tábua é um concelho de mercado cariz rural e como tal caracteriza-se por apresentar uma baixa densidade de empresas, com uma média de 4,8 unid/km², conforme o Anuário Estatístico da Região Centro de 2014.

Face a esta realidade interessa fazer uma análise à composição da estrutura económica, recorrendo para isso aos dados do INE.

Quadro 16. Empresas com sede no concelho de Tábua e pessoal ao serviço em 2013

Setores de Atividade	Empresas
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	98
B - Indústrias extrativas	2
C - Indústrias transformadoras	91
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; gestão de resíduos e despoluição	1
F - Construção	129
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	242
H - Transportes e armazenagem	20
I - Alojamento, restauração e similares	94
J - Atividade de informação e de comunicação	2
L - Atividades imobiliárias	25

TÁBUA

Setores de Atividade	Empresas
M - Atividades de consultadoria, científicas, técnicas e similares	52
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	56
P - Educação	32
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	46
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	24
S - Outras atividades de serviços	43
TOTAL	958

Fonte: INE, Anuário Estatístico Região Centro 2014

No universo das 958 empresas existentes em 2013, a maioria pertenciam a atividades de Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (242 empresas) e as atividades da Construção (129 empresas), o que mostra a tendência de terciarização também da iniciativa empresarial. No que concerne à indústria transformadora as classes mais relevantes são a indústria alimentar (24 empresas – INE 2013), fabricação de produtos metálicos (18 empresas – INE 2013), fabrico de mobiliário (14 empresas) e indústria da madeira e da cortiça (11 empresas – INE 2013)

Quadro 17. Empresas por setor de atividade, no concelho de Tábua

Setores de Atividade	Empresas	
	2001	2013
Setor Primário	169	98
Setor Secundário	399	224
Setor Terciário	637	636
TOTAL	1205	958

Fonte: INE, Anuário Estatístico Região Centro 2001 e 2014

De acordo com os estudos do PDM em vigor, “o setor secundário surge com vitalidade a partir de 1970 havendo razões para esperar um relativo desenvolvimento. Sendo o êxito do Parque Industrial de Tábua uma realidade de peso no panorama económico do concelho nos próximos tempos também novas unidades se implantam em espaços para o efeito em Candosa (a recente central de betão é um exemplo) Midões e Gândara de Espariz. É de esperar que com o benefício das servidões rodoviárias ligando o concelho aos grandes centros nacionais e internacionais as condições se tornem mais propícias para a implantação de um pujante tecido económico e empresarial”. Contudo entre 2001 (1205 empresas – INE 2001) e 2013 (958 empresas – INE 2013) verificou-se uma redução do

número de empresas sedeadas no concelho, principalmente visível ao nível do setor primário e secundário, conforme sistematizado no quadro anterior.

Localização Empresarial

A localização constitui-se como um fator preponderante no sucesso do tecido empresarial/industrial de um território. Não é somente a localização física das zonas industriais que desempenha o papel mais importante. Esta vertente assegura que os espaços destinados à indústria se situem sobre eixos de confluência, gozando de boas acessibilidades e sejam servidos por todas as infraestruturas básicas, mas é também necessário garantir os serviços de suporte à gestão e operacionalização das diferentes valências que aí possam existir. Outras dimensões, de carácter intangível contribuem igualmente para o correto funcionamento e em última análise para a captação de investimento e promoção à instalação de unidades empresariais/industriais capazes de criar postos de trabalho e fixar população no Concelho. Aspetos como a qualidade urbanística desses espaços, a capacidade de criação de sinergias, entre outros, com a rede de empresas/indústrias já instaladas, a estrutura social e a rede de ensino.

Um dos objetivos específicos do PDM em vigor era a “ *expansão dos polos industriais existentes em particular na sede do concelho*”. No que se refere a infraestruturas físicas, no concelho existem três grandes áreas infraestruturadas para a localização de empresas:

- Parque Industrial de Tábua – na sede do concelho, com acesso privilegiado ao IP3;
- Zona Industrial de Sta. Eufémia – localizado na Carapinha junto à EN17;
- Área Empresarial e Industrial de Sinde/Tabua – a sul da sede do concelho, localizado junto ao IC6.

Dando cumprimento ao objetivo do PDM’94 nesta matéria, a autarquia criou uma estrutura de Desenvolvimento Económico e Social, que pretende, divulgar e dinamizar as políticas económicas municipais, nas diferentes vertentes comércio, indústria, serviços, turismo, e floresta/agricultura, disponibilizando a informação e o apoio necessários, e promovendo a ligação e relacionamento com as empresas, associações empresariais, e/ou comerciais, entidades regionais, e organismos de Ministérios, nomeadamente Direção Regional de Economia (na área da indústria, dos estabelecimentos comerciais, pedreiras, turismo, entre outras), IAPMEI, AICEP e Região de Turismo.

TÁBUA

Avaliar, encaminhar e acompanhar os projetos de desenvolvimento económico com os restantes Serviços Municipais, nomeadamente com o de planeamento em matéria de Ordenamento do Território e de estratégia para as novas Zonas Industriais, e/ou Áreas de Localização Empresarial a constituir.

O exemplo disso mesmo, foi ampliação do Parque Industrial de Tábua como o PDM previa, concretizado pela via do loteamento. Relativamente à zona industrial de Sta. Eufémia/Carapinha encontra-se em elaboração um Plano de Pormenor de forma a dar resposta à procura que esta área tem evidenciado e no sentido de regularização de algumas indústrias existentes. Referência ainda, para a criação da Área Industrial e Empresarial de Sinde concretizado por Plano de Pormenor (2015), constitui incontestavelmente uma peça primordial no desenvolvimento económico e social do concelho de Tábua. Beneficiando das boas condições de acessibilidade, a área industrial atraiu indústrias de forte potencial económico, o que veio permitir uma procura por parte de novos investidores que pretendem apostar no local para o desenvolvimento das suas atividades.

7.5.2. Turismo

Nas sociedades atuais o Turismo é um setor que se assume cada vez mais de grande importância no desenvolvimento dos territórios, nomeadamente pelos efeitos multiplicadores de induz à sua volta, nomeadamente:

- Promove o desenvolvimento de outras atividades económicas;
- Gera emprego e riqueza;
- Preservação e valorização do património cultural e natural;
- Promove a melhoria da qualidade de vida das populações.

Tendo esta consciencialização, um dos objetivos do PDM em vigor, era apoiar e incentivar o desenvolvimento do Turismo. *“ Uma importante atividade económica começa a dar os primeiros passos no concelho e dadas as suas grandes potencialidades não é difícil vislumbrar êxito na sua implementação e consolidação”*

De facto o concelho de Tábua para além do património edificado classificado, possui um importante quadro de enquadramento natural e paisagístico, que o PDM em vigor já reforçava, *“ a sua implantação, face ao Rio Mondego e à Albufeira da Agueira bem como a extraordinária exposição sobre o Rio Alva, criam novas expectativas no desenvolvimento do*

concelho no campo do turismo, do lazer e do recreio.” Este fatores únicos do território, à data do PDM’94, já geravam alguma dinâmica e expectativa no desenvolvimento deste setor. “A vila de Tábua e o seu Concelho começam a conhecer a instalação de algumas unidades hoteleiras e possui condições para o estabelecimento de outras, do ponto de vista ambiental e paisagístico. Por outro lado, a recuperação do património edificado de qualidade que existe no concelho começa a dar os primeiros passos, sendo os incentivos através dos programas financeiros SIFIT e LEADER, atrativos que podem ajudar o estabelecimento de unidades rurais de turismo”.

Nesse sentido e aproveitando as potencialidades do concelho o município tem vindo a efetuar ações, planeadas e coordenadas no sentido do desenvolvimento do turismo como fator de atração, garantindo a preservação dos aspetos ambientais e paisagísticos existentes, potenciando a qualidade de vida dos residentes mas também dos visitantes, contribuindo assim para o crescimento e desenvolvimento económico do concelho.

Neste campo é de salientar a aposta que o município tem vindo a fazer na regeneração da imagem e ambiente urbano para quem reside e visita. Assim podemos destacar a requalificação da Vila de Tábua, projeto esse que compreendeu a melhoria das infraestruturas, acessibilidades e condições de mobilidade, privilegiando os modos suaves e ainda a requalificação de diversos espaços verdes. Relativamente a edificado salienta-se a construção do Centro Cultural de Tábua, que pretendeu contribuir para a formação e sensibilização da população para as artes, já que uma população culturalmente atenta e participativa pode alimentar procura culturais cada vez mais exigentes e incentivar a própria produção cultural local. Salienta-se ainda a delimitação da ARU e o PARU, com o objetivo da requalificação do tecido urbano e espaço público, contribuindo desta forma para a valorização e desenvolvimento de uma vila mais atrativa, competitiva e ambientalmente sustentável. Podemos ainda destacar que ao longo da vigência do plano o município de Tábua integrou o desenvolvimento e implementação de outras ações com impacto na área do turismo, individualmente e outras vezes fazendo parte de parcerias com outros concelhos, das quais destacamos ‘Agenda 21 local’ e o ‘Plano de Ação Rural do Vale do Alva’.

O concelho de Tábua dispõe de um polo da escola profissional ‘EPTOLIVA’, que ministra os cursos Técnico de Turismo e Técnico de Restauração. Esta oferta formativa constitui uma alternativa ao prosseguimento dos cursos da via de ensino, contribuindo para o aumento

TÁBUA

dos níveis de escolaridade e aumento da mão-de-obra local, qualificada na área do turismo e Hotelaria.

Na área dos produtos endógenos o PDM em vigor, chamava atenção para a importância crescente do concelho no centro de uma região produtora de Queijo da Serra.” *Constitui uma franca aposta do município o incentivo à produção do queijo da serra com a qualidade e poderá vir a constituir um dado importante na economia do setor*”.

Atualmente Tábua, possui produtos endógenos perfeitamente identificáveis fora do concelho, tendo como expoente máximo o Queijo de Serra e o Vinho Dão. Em termos de produção de um produto de elevada qualidade e um recurso económico altamente diferenciado, o concelho de Tábua faz parte dos produtores do Queijo da Serra (DOP) e da Região Demarcada do Dão. O sucesso tem passado pelo esforço do município na promoção desses produtos endógenos, entre outros, através por exemplo da realização e mostras e feiras que promovem os produtos do concelho, como é o exemplo a Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Tábua (FACIT) que já tem diversas edições.

O concelho produz também alguns produtos hortícolas e frutícolas, onde se destacam a Maçã Bravo de Esmolfe (DOP) e as maçãs da Beira Alta (IGP). Importa mencionar o valor da produção pecuária, de que é exemplo o Borrego Serra da Estrela (DOP). Não apresentando ainda DOP, são de destacar no Concelho de Tábua, pela sua importância socioeconómica e sociocultural, outros produtos como a morcela de arroz, o chouriço doce com pinhões, o chouriço mouro, o bucho à moda de Tábua e o azeite. Com efeito, em Tábua a oliveira é um elemento comum na paisagem e existem fortes tradições relacionadas com a produção olivícola. O concelho possui um moderno lagar de azeite, constituindo-se como uma importante unidade de transformação para os diversos produtores da Região.

O Turismo de Natureza é também uma área que o município tem vindo a desenvolver, orientado para as áreas naturais, visando conciliar a preservação dos valores naturais e culturais com o desenvolvimento de uma atividade turística sustentada, sendo exemplo disso a criação de vários circuitos turísticos associados à constituição do Centro Interpretativo do Mundo Rural, percursos pedestres/cicláveis e Centro de BTT, entre outros.

“As encostas Norte e poente sobre o rio Mondego e a Albufeira da Aguieira criam zonas de rara beleza com boas condições para o desenvolvimento de unidades hoteleiras.” Nesta

matéria ainda há importantes passos a dar, existem apenas cerca de uma dezena de unidades hoteleiras sendo a capacidade de alojamento baixa.

Em suma, ao longo da vigência do plano existiu por parte do município um reconhecimento crescente do papel que o turismo, a valorização dos recursos naturais, do património cultural e os produtos endógenos, pode desempenhar como base de sustentação económica e de coesão territorial e social. O Concelho possui todas as características para se afirmar como um destino capaz de desenvolver produtos de valor acrescentado. Nos dias de hoje, a aposta em estruturas turísticas de bem comum, assim como várias atividades de produção, começa a dar vazão ao desenvolvimento deste Município

7.6. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES

O concelho de Tábua no contexto nacional, encontra-se afastado dos grandes polos de desenvolvimento, contudo a sua localização central no território nacional, pode considerar-se uma vantagem em relação a outros concelhos.

De acordo com os estudos do PDM'94, na estrutura viária, “*ressalvam uma série de vias que estruturam o concelho, compostas por várias estradas nacionais e municipais em que ressaltam como eixos mais importantes e significativos a EN17 (Estrada da Beira) a EN230 e a EN337 em bom estado de conservação, havendo a necessidade de melhorar as condições de traçado e pavimento de algumas estradas municipais*”.

Os mesmos estudos referiam ainda que o “*Plano Rodoviário Nacional prevê a execução do IC6 que interliga o IP3 (no nó do Rojão Grande) ao IC7 que estabelecerá a ligação através do IC12 entre Coimbra e Covilhã*”.

Ao longo da vigência do plano importantes alterações ocorreram na política rodoviária a começar com a atualização do PRN 85, consubstanciada no Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN' 2000), publicado no Decreto-Lei n.º222/98 de 17 de julho, e alterado pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto as estradas passaram a ser classificadas da seguinte forma: Rede Rodoviária Fundamental - Itinerários Principais (IP); Rede Rodoviária Complementar - Itinerários Complementares (IC) e Estradas Nacionais (EN); Estradas Regionais (ER).

TÁBUA

O presente diploma tem como objetivos assumidos, potenciar o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global daqueles transportes, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.

Com o intuito de corrigir muitas das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País, situação que o Concelho de Tábua não está imune, o PRN2000 advoga ser necessário aumentar a densidade da rede viária nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns Concelhos. Preconiza também a melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

Relativamente ao sistema viário existente podemos considerar que se trata de uma rede estrutural simples que serve de um modo razoável todo o concelho, tendo existido ao logo da vigência do plano diversos trabalhos de melhoramento das condições da rede viária municipal, nomeadamente ao nível da melhoria de ligações, sinalização e pavimento, conforme o PDM em vigor indicava.

No que concerne à execução do IC6 com incidência no concelho previsto no PRN e no PDM, apenas foi concretizado parcialmente, nomeadamente os troços Arganil – Pinheiro da Coja; Pinheiro da Coja – Candosa. O troço entre Candosa – Oliveira do Hospital (IC7), têm os estudos concluídos e validados, contudo o projeto encontra-se suspenso devido à crise económica, não se sabendo quando será retomado/concretizado. Foi também executado a variante ao aglomerado de Covas que constitui uma nova ligação no âmbito da empreitada Candosa/Vila Nova da Oliveirinha.

No que diz respeito aos transportes públicos o PDM'94, não indicava qualquer ação a desenvolver nesse âmbito. Contudo ao longo da vigência do plano, foram efetuadas importantes ações conforme consta no 'Estudo para a Reestruturação da Rede de Transporte Público Rodoviário no Concelho', de abril de 2011.

O transporte público no concelho de Tabua é assegurado apenas pela Rodoviária da Beira Litoral, tendo a responsabilidade de assegurar o transporte escolar, da restante população inter-freguesias, bem como para os concelhos vizinhos de Arganil, Santa Comba Dão,

Oliveira do Hospital, Carregal do Sal, Penacova e Coimbra. Salienta-se ainda que a Camara Municipal é ainda responsável por alguns dos transportes escolares.

A oferta de transporte público apresenta alguns constrangimentos, nomeadamente muito centrada no transporte escolar, sendo que ao fim de semana não circula e no período de férias escolares a frequência também diminui, e fora das horas consideradas de ponta nomeadamente de saída dos trabalhadores das áreas industriais, apenas existem ligações para fora do concelho.

“O sucesso de um sistema de transporte público depende em muito da sua adaptação às condições locais de mobilidade e da sua adequação em termos de oferta e de procura. Este facto é também essencial para o desenvolvimento correto e sustentável da região em que se insere”. Neste âmbito, as ações de melhoria efetuadas pelo município, resultantes do estudo supra citado, resumidamente consideram-se as seguintes:

- Novos circuitos complementares ao serviço às fábricas do concelho, nos movimentos pendulares dos trabalhadores (casa-trabalho-casa);
- Uma rede mais funcional e racional – sobretudo alterações ao nível do traçado de duas das sete linhas;
- Concordância entre a mobilidade para a população escolar e uma rede que harmonize as necessidades específicas da procura/oferta - a rede proposta vai no sentido em que todos os alunos se encontrem a uma distância máx. até 250m, embora possam existir alguns ajustes.

Em forma de síntese, considera-se que ao longo da vigência do plano, foram efetuadas importantes ações de melhoria da rede viária e acessibilidade dando cumprimento às premissas do PDM em vigor. Atualmente existe uma vasta rede interna que possibilita a ligação entre aglomerados em que o município tem tido a preocupação da sua manutenção assegurando condições de circulação bastante boas, pelo que a totalidade das vias dos aglomerados do município encontram-se pavimentadas. A nível de ligações ao exterior as alternativas hoje existentes são consideradas ‘boas’, em quase todas as direções permitindo uma aproximação aos polos geradores de sinergias de nível local, regional e nacional.

7.7. PATRIMÓNIO

O património arquitetónico e cultural concelhio é constituído pelos elementos que se assume como valores de reconhecido interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social que constituem condicionantes ao uso do solo nas respetivas áreas envolventes.

De acordo com o PDM em vigor os Espaços Culturais definidos na planta de ordenamento são constituídos pelos edifícios classificados ou conjuntos de edifícios mais significativos dos aglomerados urbanos e respetivas zonas de proteção.

Nesse sentido o plano em vigor, considerava os seguintes edifícios ou conjuntos de edifícios que constituíam servidão no concelho:

- Capela do Sr. Dos Milagres, Bairro dos Milagres, Tábua;
- Pelourinho de Ázere, Ázere;
- Pelourinho de Candosa, Candosa;
- Pelourinho de Midões, Midões;
- Pelourinho de Parcelada, Parcelada;
- Penedo Oscilante (Penedo Cabana), encosta sobranceira ao rio Mondego, Póvoa de Midões

Dando cumprimento a um dos objetivos do PDM, “ *proteger e valorizar os valores patrimoniais e naturais*”, a autarquia tem desenvolvido ações neste âmbito, das quais podemos destacar a mais uma vez a Requalificação Urbana da Vila, a delimitação da ARU de Tábua e o desenvolvimento do PARU, criando assim mecanismos que permitem a recuperação do património edificado e revitalização urbana do núcleo histórico, conforme já referido neste documento.

A nível ambiental e paisagístico o caminho também tem sido na sua proteção e valorização, para isso em muito têm contribuído a ação da associação local de proprietários florestais que promovem a gestão sustentável a vasta área florestal do concelho. Quanto aos espaços de valor paisagístico têm sido desenvolvidas diversas atividades de valorização, destacando-se entre outros criação de percursos pedestres/cicláveis, associados a pontos de interesse do ponto de vista cultural e natural.

7.8. EQUIPAMENTOS

De acordo com o PDM´94, nesta matéria o concelho “ *apresenta diversas carências de que ressaltam a falta de equipamento de apoio à infância, nomeadamente os jardins-de-infância, a falta de cantinas escolares, a falta de ensino profissional, a falta de apoio domiciliário aos idosos, a insuficiência de equipamentos de desporto e ainda a falta de um eficaz Centro de Saúde no concelho*”.

A nível setorial, o plano fazia referência ao seguinte:

Equipamentos Escolares

Ao nível do ensino básico e secundário a cobertura à data do PDM em vigor era considerada suficiente. Tendo contudo sido identificadas deficiências ao nível do transporte escolar. “*O ensino técnico-profissional realiza-se na escola secundária de Tábua, tendo apenas à disposição um curso técnico.*”

Atualmente o parque escolar é constituído pelo Agrupamento (Tábua), que engloba:

- 11 Escolas do pré-escolar: Jardim de Infância de Ázere; Jardim de Infância de Candosa; Jardim de Infância de Covas; Jardim de Infância de Espariz; Jardim de Infância de Meda de Mouros; Jardim de Infância de Midões; Jardim de Infância de Mouronho; Jardim de Infância de Pinheiro de Coja; Jardim de Infância de Póvoa de Midões; Jardim de Infância de Sinde, Jardim de Infância de Tábua.
- 4 Escolas do ensino básico: Escola Básica de Mouronho; Escola Básica Margarida Fierro Caeiro da Matta, Midões; Escola Básica n.º 1 de Tábua; Escola Básica n.º 2 de Tábua;
- Escola Secundária de Tábua.

A que acrescem, as seguintes:

- EPTOLIVA - Escola Profissional de Oliveira do Hospital/Tábua e Arganil
- Jardim Infantil da Stª Casa da Misericórdia

TÁBUA

O município de Tábua consciente de que a educação é um pilar fundamental no desenvolvimento e progresso de uma sociedade encara-a como aposta do futuro. Dado que nos últimos anos têm vindo a ser atribuídas às autarquias cada vez mais competências em matéria de educação, o município tem trabalhado com o objetivo de construir uma política local mais consistente e sólida tendo em conta as necessidades da comunidade local, sem descurar as competências que lhe foram imputadas, rentabilizando e promovendo a eficácia dos recursos que possui.

Em suma, ao longo da vigência do Plano o município realizou diversas ações na rede de equipamento escolares por forma a ultrapassar as debilidades identificadas no PDM'94. Merece referência a construção da nova escola em Midões para o 1.º, 2.º e 3.º CEB, a EPTOLIVA foi sujeita a obras de remodelação e o jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia foi ampliado. Atualmente o número de resposta relativamente ao pré-escolar é superior ao do passado, ultrapassando assim uma das lacunas identificadas no PDM em vigor. Relativamente ao transporte escolar a situação, hoje em dia apesar de alguma dispersão do parque escolar, a situação também é mais favorável, resultado das ações implementadas resultantes do 'Estudo para a Reestruturação da Rede de Transporte Público Rodoviário no Concelho', de abril de 2011.

Outra área que o município tem vindo à apostar, é na Ação Social Escolar (ASE). Trata-se de uma medida que se destina a apoiar as crianças e alunos do concelho de Tábua em situação de carência socioeconómica. De acordo com as orientações legais, nomeadamente o Decreto-Lei 55/2009 de 2 de Março, a *"atribuição e o funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar regem-se pelos princípios da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social."* Na educação pré-escolar esta medida comparticipa as despesas relacionadas com as refeições escolares e prolongamento de horário.

No que diz respeito ao 1º ciclo do ensino básico, a ASE, comparticipa as despesas relacionadas com as refeições e manuais escolares.

A Ação Social Escolar é balizada por três escalões, que são indexados aos escalões da Segurança Social de que beneficia a criança/aluno.

Para poder ter direito aos benefícios da Ação Social Escolar é necessário que em cada ano letivo seja preenchido um requerimento, onde é apurado o escalão da ação social escolar.

TÁBUA

Relativamente aos manuais escolares, partir do ano letivo 2016/2017 os manuais escolares são atribuídos aos alunos do 2º, 3º e 4º s anos. Serão gratuitos para os alunos inseridos no 1º e 2º escalão da segurança social e para os que, estando no 3º escalão, possuam um rendimento bruto anual inferior a 15 mil euros (comprovado com declaração IRS).

No que concerne às Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) são uma resposta válida às necessidades sentidas pelas famílias das crianças que frequentam o ensino pré-escolar, assegurando o acompanhamento das mesmas antes e após o período diário de atividades letivas e durante o período de interrupção das mesmas. As AAAF incluem o fornecimento de refeições e do prolongamento de horário.

Equipamentos de Saúde

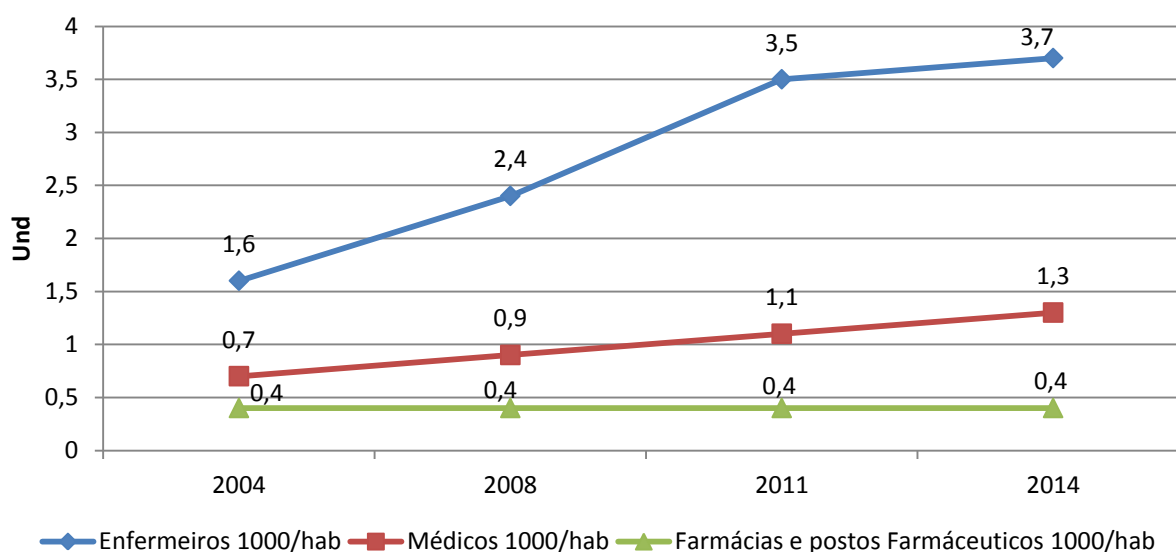
Em termos de equipamento de saúde à data do PDM'94, em Tábua existia um Centro de Saúde na sede de concelho e dez extensões em Covas, Carapinha, Midões, Covelo, Espariz, Meda de Mouros, Mouronho, Pinheiro de Coja, Póvoa de Midões e Vila Nova de Oliveirinha. Contudo o *“Centro de Saúde funciona em deficientes condições e impõe-se a construção de raiz de um novo Centro de Saúde”*.

Durante a vigência do Plano, foi concretizada a construção do novo Centro de Saúde, localizado na sede do concelho, existindo duas extensões, uma na freguesia de Mouronho outra na freguesia de Midões, o que revela menos oito extensões do que à data do PDM.

No gráfico seguinte encontram-se representados alguns indicadores na área da saúde correspondentes ao concelho de Tábua.

TÁBUA

Gráfico 25. Indicadores de saúde, do concelho de Tábua, 2004 - 2014



Fonte: INE, Anuário Estatístico Região Centro 2004, 2008, 2011 e 2014

Da leitura do gráfico é possível verificar que apesar da redução do número de extensões de saúde no concelho, existiu um reforço do número de profissionais de saúde (enfermeiros e médicos por 1000 hab), por outro lado, observa-se uma tendência para a manutenção do número de farmácias e postos farmacêuticos (1000/hab), o que não deixa de ser uns indicadores positivos.

Equipamentos de Desportivos

No que concerne a esta temática, o PDM em vigor considerava, “ *a construção do Estádio Municipal e das Piscinas Municipais objetivos propostos, bem como criar toda uma rede de equipamentos*”.

Atualmente existe uma rede considerável de equipamentos desportivos, que revela uma melhoria face ao existente à data do PDM´94. Importa referir que o Estádio Municipal e as Piscinas Municipais foram construídos, bem como outros, dos quais podemos destacar o Centro Municipal de Marcha e Corrida, a Sala Municipal de Desporto de Candosa e de Midões, o Pavilhão Multiusos de Tábua e pequenos polidesportivos espalhados pelas freguesias do concelho.

Para além dos espaços físicos o município tem vindo a desenvolver e apoiar atividades direcionadas para a população promovendo estilos de vida saudáveis, sendo de destacar

entre outras, a ‘Gala de Desporto’, já com varias edições, atividades de ginástica e *fitness* ao ar livre, provas de Btt, corridas de atletismo e férias desportivas para os mais jovens.

Equipamentos de Recreio e Lazer

Neste âmbito os estudos do PDM em vigor, salientavam a importância da “*planificação de áreas para zonas de lazer, recreio e espaços verdes na sede do concelho e nas redes de freguesia colmatando carências detetadas*”

Ao longo da vigência do plano, o município tem procurado o usufruto saudável do ambiente natural do território através da disponibilização de infraestruturas. A este nível destaca-se a Praia Fluvial da Ronqueira e Da Meda de Mouros, o Parque de Lazer de Espariz, o Jardim Sarah Beirão, os Parques de Merendas, para além de diversos percursos/cicláveis que ligam diversos espaços de valor natural e ambiental do concelho.

Equipamentos Culturais

No que concerne à área dos equipamentos culturais, de acordo com o PDM em vigor, “*as prioridades serão as de construir a Biblioteca Municipal e ainda o Museu Sarah Beirão a fim de albergar o vasto espólio*”.

Ao longo da vigência do plano, a Biblioteca Municipal e o Museu Sarah Beirão foram concretizados, entre outros, como por exemplo o Centro Cultural de Tábua. Atualmente o município assume-se como o principal promotor de iniciativas culturais. A dinâmica local também é marcada pelas associações recreativas e culturais do Concelho, responsáveis pela colaboração e implementação de algumas iniciativas municipais. A Biblioteca Municipal e o Centro Cultural, constituem os principais equipamentos culturais do Concelho, lugar da realização de iniciativas de dinamização e animação, mas também exposições de natureza variada, teatro e eventos musicais.

Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública

Nesta matéria à data do PDM’94, ressaltava a necessidade de “construção de um Quartel da Guarda Nacional Republicana e localizar na sede do concelho e ainda um Quartel de Bombeiros em Vila Nova de Oliveirinha”.

Importa referir que estas duas ações foram concretizadas ao longo da vigência do plano, assim como o Palácio da Justiça que também era um dos equipamentos que o PDM em vigor previa.

Equipamentos de Solidariedade e Apoio Social

À data do PDM'94, os estudos do PDM, evidenciavam o crescente envelhecimento da população, situação que se mantém evidenciando até algum agravamento. Desta forma, de acordo com os estudos do PDM em vigor, já existiam diversos equipamentos com respostas sociais, onde se destacavam na sede do concelho, o Lar da Terceira Idade e o Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia, o Centro da Fundação Sara Beirão com Lar e Centro de Dia existindo ainda serviços de apoio domiciliário. Referencia para o Centro de Dia na Casa do Povo em Mouronho, e ainda para Projeto Integrado de Ação Social (PDIAS) em parceria com varias atividades.

O PDM'94, previa a concretização de um *“Centro em Midões bem como uma zona residencial para idosos e ainda um centro de convívio para Espariz”*.

No âmbito de apoio à população com deficiência a situação era *“ bastante pobre havendo especial incidência nas freguesias de Covas, Midões, Ázere e Tábua e devendo existir um especial apoio à integração social no âmbito da legislação de apoio e incentivos.”*

“A Cruz Vermelha pretende implantar um núcleo no concelho e está pendente de instalações e dado tratar-se de uma instituição de grande importância muitos serão os benefícios para o concelho”, contudo ainda não foi implementado.

Ao longo da vigência do plano foi criado o “ Programa Rede Social de Tábua – 2000”, com o intuito de articular e congregar esforços, no sentido de planear medidas e ações concretas que promovam o desenvolvimento social local. Neste campo o Diagnostico Social é um instrumento fundamental para a ação da Rede Social e tem como objetivo a identificação e atribuição de prioridades às problemáticas do Concelho. Constitui também a base para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Social, que desenha a estratégia para combater os desafios sociais identificados.

TÁBUA

Do que foi possível apurar existiu nos últimos anos uma evolução positiva no concelho no que diz respeito ao desenvolvimento social, resultado do investimento local em infraestruturas básicas, em equipamentos de ordem social e na ação social.

A resposta do Concelho compreende a prestação de serviços de cariz social através da sinalização de situações de risco e através de programas de intervenção e apoio que compreendem designadamente a dotação de equipamentos de apoio social. Neste âmbito o Município de Tábua tem vindo a desenvolver os seguintes programas/projetos:

- **Programa Rede Social;**
- **Projeto de Desenvolvimento Integrado de Ação Social (PDIAS)** - vocacionado para a ação junto de indivíduos e famílias carenciados no sentido de satisfazer necessidades prementes;
- **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens** - vocacionado para a proteção de crianças e jovens face a situações de perigo, maus tratos e/ou abandono; escolar, formação e reintegração profissional, apoio social a grupos específicos (famílias e idosos) e de divulgação;
- Projecto “Tábua Progride em Rede” - este projeto pretende contribuir para a inclusão de grupos vulneráveis da sociedade, através da intervenção em quatro eixos de intervenção: escolar, formação e reintegração profissional, apoio social a grupos específicos (famílias e idosos) e de divulgação;
- **Projeto Comunitário de Ajudas Alimentares a Carenciados** - destinado a providenciar alimentação a famílias e pessoas sem meios de subsistência;
- **PROMAPHA** – programa de apoio a agregados familiares (carenciados do ponto de vista económico), no sentido de contribuir para a melhoria das condições de habitabilidade do edificado do Concelho
- **Programa de Voluntariado de Tábua.**

O suporte institucional a estes programas, bem como as atividades correntes, decorrem de uma rede de equipamentos de apoio social que tem vindo a ser desenvolvida. Estes equipamentos são divididos consoante o público-alvo: idosos, infância e outros grupos sociais carenciados.

Assim, de acordo com a ‘Carta Social’, em termos de equipamentos de solidariedade e ação social a oferta concelhia é a seguinte:

Quadro 18 Equipamentos de Solidariedade e Ação Social, no concelho de Tábua

TÁBUA

Área de Intervenção	Freguesia	Equipamento		Instituição
Infância e Juventude	Tábua	Centro de Acolhimento Temporário		Santa Casa da Misericórdia (SCM)
	Candosa	Centro de Atividades de Tempos Livres	CATL da EB 1º CEB de Candosa	Cáritas Diocesana de Coimbra
	Midões		Centro ATL 1, 2, 3 de Midões	Cáritas Diocesana de Coimbra
	Tábua		Centro de ATL da EB nº2 de Tábua	Cáritas Diocesana de Coimbra
	Tábua		Centro de ATL 1º ciclo de Tábua	Cáritas Diocesana de Coimbra
	UF, Espariz e Sinde		EQP. Social da Casa do Povo de Espariz	Casa do Povo
	Midões	Creche	EQUIP. Social do Centro Social "Caeiro da Matta" da Paróquia de Midões	Centro Social "Caeiro da Matta"
	Mouronho		Casa do Povo de Mouronho	Centro Social "Caeiro da Matta"
	Tábua		Creche da SCM	Santa Casa da Misericórdia (SCM)
População Adulta	Midões	Centro de Dia	Centro Social "Caeiro da Matta" da Paróquia de Midões	Centro Social "Caeiro da Matta"
	Midões		EQUIP. Social do Centro Social "Caeiro da Matta" da Paróquia de Midões	Centro Social "Caeiro da Matta"
	Mouronho		Casa do Povo de Mouronho	Casa do Povo
	São João da Boa Vista		Centro de Dia de São João da Boa Vista	Fundação Sarah Beirão / António Costa Carvalho
	Tábua		Fundação Sarah Beirão / António Costa Carvalho	Fundação Sarah Beirão / António Costa Carvalho
	Tábua		Centro de Dia da SCM	Santa Casa da Misericórdia (SCM)

TÁBUA

Área de Intervenção	Freguesia	Equipamento		Instituição
	União das freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha		Associação Social, Desportiva, Recreativa e Cultural de Covas	Casa do Povo
	União das freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros		Casa do Povo de Meda de Mouros	Casa do Povo
	Midões	Centro de Noite	Centro Social "Caeiro da Matta" da Paróquia de Midões	Centro Social "Caeiro da Matta"
	Midões		EQUIP. Social do Centro Social "Caeiro da Matta" da Paróquia de Midões	Centro Social "Caeiro da Matta"
	Tábua	Lar de Idosos e Residência	Fundação Sarah Beirão / António Costa Carvalho	Fundação Sarah Beirão / António Costa Carvalho
	Tábua		Lar da SCM	Santa Casa da Misericórdia (SCM)
	União das freguesias de Ázere e Covelo		EQP. Social da Associação Cultural e Recreativa de Defesa e Propaganda de Ázere	Associação Cultural e Recreativa de Defesa e Propaganda de Ázere
	Midões	Serviço Apoio Domiciliário (Dependência)	Centro Social "Caeiro da Matta" da Paróquia de Midões	Centro Social "Caeiro da Matta"
	Midões	Serviço Apoio Domiciliário (Idosos)	EQUIP. Social do Centro Social "Caeiro da Matta" da Paróquia de Midões	Centro Social "Caeiro da Matta"
	Mouronho		Casa do Povo de Mouronho	Casa do Povo

TÁBUA

Área de Intervenção	Freguesia	Equipamento		Instituição
	Tábua		Fundação Sarah Beirão / António Costa Carvalho	Fundação Sarah Beirão / António Costa Carvalho
	Tábua		Lar da SCM	Santa Casa da Misericórdia (SCM)
	União das freguesias de Ázere e Covelo		EQP. Social da Associação Cultural e Recreativa de Defesa e Propaganda de Ázere	Associação Cultural e Recreativa de Defesa e Propaganda de Ázere
	União das freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha		Associação Social, Desportiva, Recreativa e Cultural de Covas	Casa do Povo
	UF. Espariz e Sinde		EQP. Social da Casa do Povo de Espariz	Casa do Povo
	União das freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros		Casa do Povo de Meda de Mouros	Casa do Povo

Fonte: Carta Social, 2016

Importa referir que durante a vigência do plano foram dados importantes passos, atualmente existe um maior número de equipamentos e respostas, contudo ainda existem algumas lacunas a colmatar nomeadamente ao nível da oferta de equipamentos para a população idosa visto que o que existe não consegue colmatar a procura.

7.9. INFRAESTRUTURAS

A avaliação dos níveis de infraestruturização tem por objeto a caracterização sumaria da eficiência das redes de abastecimento de água, saneamento básico e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, rede elétrica e telecomunicações.

7.9.1. Abastecimento de Água

A rede de abastecimento de água à data do PDM'94, no concelho era considerada deficitária, principalmente devido à escassez de caudais disponíveis nas captações sobretudo na época estival. De acordo os estudos do PDM em vigor *“considera-se que apenas cerca de 30% da população concelhia é abastecida de água de um modo satisfatório quer em qualidade, quer em quantidade.”* Apesar disso os mesmos estudos consideraram que a *“rede de abastecimento de água tendo a captação e tratamento de água a partir da barragem da Agueira”* melhorou muito significativamente, *“havendo todavia de ser realizados importantes investimentos”*. Os estudos hidrológicos apontavam para a *“impossibilidade de se conseguirem captações de água subterrânea para abastecer de um modo eficaz a população.”* A solução passaria pela utilização de uma captação superficial de água. Nesse sentido o município efetuou obras de captação de água na Barragem da Agueira por forma a servir a zona central do concelho.

De acordo com o PDM'94, estavam previstas mais duas captações, tendo sido as duas concretizadas:

- No Rio Alva – para abastecimento à zona sul do concelho;
- No Rio Mondego – para abastecimento à zona norte.

Além disso para um abastecimento de água que cubra a totalidade do concelho, o PDM em vigor apontava ainda para a implantação:

- Adutores;
- Reservatórios;
- Redes.

Durante a vigência do plano, a situação caracteriza-se por uma crescente melhoria das condições da rede de abastecimento de água. Atualmente as Águas do Planalto é a concessionária do sistema publico de abastecimento e distribuição de água do Município de Tábua assim como de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela.

A Concessionária intervém em todas as fases do Ciclo da Água para consumo humano:

- Captação;
- Tratamento;
- Adução;

- Distribuição

É de igual forma, responsabilidade da concessionária, a operação e manutenção das infraestruturas do sistema de abastecimento:

- Barragem, Poços e Furos de captação;
- Estações Elevatórias;
- Estações de Tratamento de Água;
- Reservatórios de Água;
- Conduatas de adução e distribuição de água;
- Ramais domiciliários de água;
- Sistema de Telegestão;

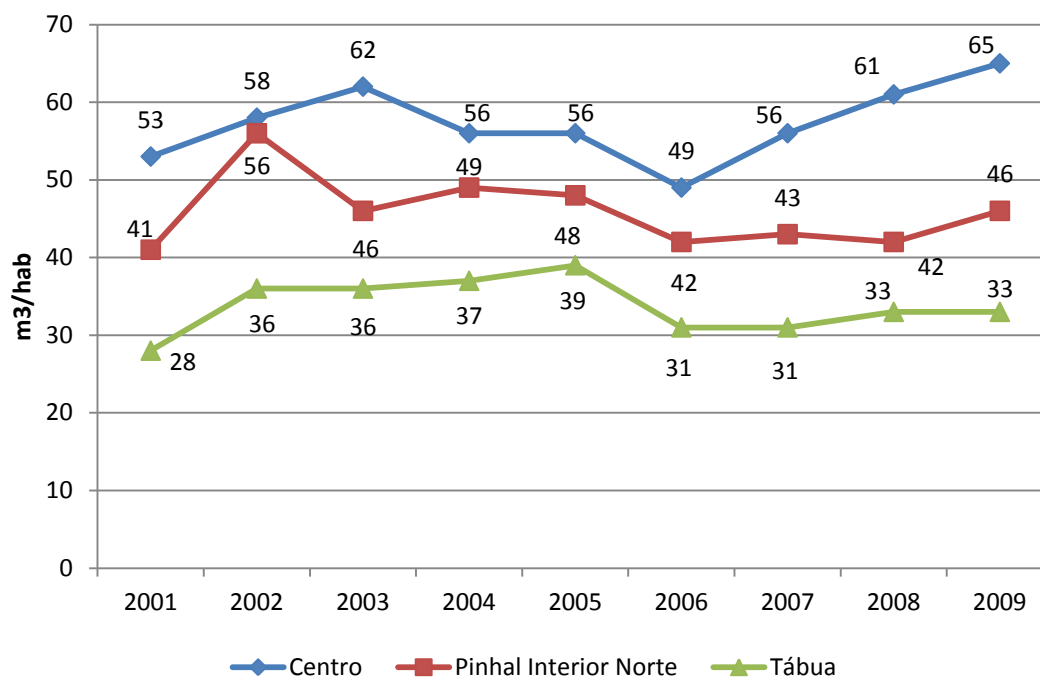
A água para consumo humano que abastece as freguesias do concelho de Tábua é considerada de qualidade exemplar, tendo sido recentemente premiada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), com o selo de qualidade exemplar de água para consumo humano. A qualidade da água que chega à população vinda da Barragem do Paul é bem diferente da do passado proveniente da Barragem da Aguieira, ficando atualmente esta como reserva em caso de situações extremas. O nível de cobertura da rede no concelho de Tábua, de acordo com a entidade é de 100%, sendo a qualidade da água fornecida considerada 98,6% segura, o que é um dado muito positivo do ponto de vista da equidade no acesso à água e do garante da manutenção dos seus níveis de qualidade.

Seguidamente efetua-se uma análise aos consumos de água, utilizando para o efeito sempre os dados mais recentes que Instituto Nacional de Estatística (INE) disponibiliza, e que reportam ao período de 2001 a 2009 para a Região Centro, Sub-região Pinhal Interior Norte e Concelho de Tábua.

O gráfico seguinte mostra os consumos médios de água por habitante, da sua observação ressalta a existência de alguma oscilação dos consumos ao longo do tempo. Através de uma análise simplista, verifica-se que o consumo médio de água no concelho é da ordem dos 33 m³/hab, o que podemos considerar que é um valor relativamente baixo no que concerne aos consumos médios de água no conjunto dos concelhos da Região Centro (57 m³/hab) e da Sub-região do Pinhal Interior (46 m³/hab), o que não deixa de ser um indicador ambiental positivo.

Gráfico 26. Evolução do consumo de água por habitante, região, sub-região e concelho

TÁBUA



Fonte: INE, 2001-2009

Em suma tendo em conta a situação à data do PDM em vigor, para o abastecimento de água, podemos considerar que existiram melhorias muito significativas, tanto a nível de cobertura, distribuição e qualidade da água.

7.9.2. Rede de Saneamento

Nesta matéria o PDM'94, ressaltava o *“facto do concelho se encontrar de uma forma geral deficitariamente infraestruturado”*.

De acordo com os estudos do PDM em Vigor, *“ em termos de drenagem e tratamento de esgotos a situação afigura-se ainda pior pois somente 20% da população tem os seus esgotos drenados e destes somente 5% são tratados.”*

O plano apontava a seguinte ação a desenvolver para a resolução do problema:

- Construção de pequenas estações de tratamento de águas residuais nos aglomerados mais importantes;
- Constituir redes de drenagem de águas residuais.

A Gestão e exploração dos sistemas de drenagem de águas residuais de todo o concelho são da responsabilidade do município, designadamente:

TÁBUA

- Manutenção das redes de drenagem de águas residuais (desobstrução e limpeza de coletores);
- Operação e manutenção de estações elevatórias de águas residuais;
- Operação e manutenção de ETAR;
- Execução de ramais de ligação;
- Ampliação e remodelação de redes de coletores;
- Limpeza de fossas sépticas.

Uma rede de drenagem de águas residuais é composta por coletores, em regra instalados na via pública, que recolhem e transportam as águas residuais desde as habitações, comércio e indústrias até a emissários ou a estações elevatórias.

As redes de drenagem de águas residuais podem ser classificadas em:

- Unitárias - as águas residuais e pluviais são recolhidas nas mesmas condutas;
- Separativa - as águas residuais e pluviais são recolhidas em condutas diferentes;
- Pseudo-separativa - as águas residuais e pluviais são recolhidas em condutas diferentes, exceto em alguns locais quando não é possível ter duas condutas;
- Mista - as águas residuais e pluviais são recolhidas em condutas diferentes numa parte da rede, e noutra parte da rede são recolhidas nas mesmas condutas.

As redes de drenagem bem como os emissários podem ser constituídas por condutas gravíticas e elevatórias.

Nas condutas gravíticas o escoamento das águas residuais ocorre graviticamente, por ação da força de gravidade, dos locais mais altos para os locais mais baixos.

Nas condutas elevatórias o escoamento ocorre em pressão, por bombagem efetuada numa estação elevatória, dos locais mais baixos para os locais mais altos.

As águas residuais definem-se como sendo as resultantes de atividades domésticas, industriais ou agropecuárias e que apresentam características físicas, químicas e bacteriológicas que se traduzem em elevados níveis de poluição, requerendo por isso um tratamento adequado.

As águas residuais transportam uma quantidade apreciável de matérias poluentes que se não forem retiradas podem degradar a qualidade das águas dos rios, pondo em causa não

TÁBUA

só toda a fauna e flora características destes meios, mas também, todas as utilizações que são dadas a estes meios, como sejam, a piscicultura e a utilização balnear, para além de poder originar graves problemas de saúde pública.

Uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) é certamente o destino mais adequado à promoção da saúde pública e à preservação dos recursos hídricos, de modo a evitar a sua contaminação.

O tratamento a efetuar a uma dada água residual tem como objetivo remover as substâncias que essa água residual contém, para que o seu lançamento no meio recetor, quer seja o solo, quer seja uma massa de água, não altere significativamente as qualidades desse meio. A maioria das águas residuais tem como destino final os meios hídricos, sendo, por isso, necessário efetuar o seu tratamento, através de diferentes tipos de processos, desde os físicos, passando pelos químicos, físico-químicos, até aos biológicos, de modo a garantir que a descarga feita não provoque desequilíbrios ao nível do ecossistema em questão.

É por esta razão que se torna necessário proceder ao tratamento de águas residuais, estando a exigência da qualidade final destas águas especificada na legislação em vigor (Decreto-Lei nº 236/98 e 1 de agosto e o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 348/98, de 9 de novembro, 149/2004, de 22 de junho e 198/2008, de 8 de outubro).

Atualmente, no concelho de Tábua existem 15 ETAR's, conforme sistematizado no quadro seguinte.

Quadro 19. ETAR's do concelho de Tábua

ETAR's	
E 1	ETAR de Tábua
E 2	ETAR de São Simão
E 3	ETAR de Vila do Mato
E 4	ETAR de Vila Chã
E 5	ETAR de Pinheiro de Coja
E 6	ETAR de Touriz
E 7	ETAR de Póvoa de Midões
E 8	ETAR de Várzea de Candosa
E 9	ETAR da Área Industrial e Empresarial de Sinde - Tábua
E 10	ETAR de Ázere
E 11	ETAR do Covelo
E 12	ETAR de Mouronho
E 13	ETAR de Candosa
E 14	ETAR de Vasco - Midões
E 15	ETAR da Carapinha

Fonte: CMT, 2016

Os Poços de Bombagem (também designadas por Estações Elevatórias) são infraestruturas utilizadas para a elevação das águas residuais produzidas no Concelho, nos casos em que estas são provenientes de zonas de drenagem abaixo da cota da rede principal do coletor municipal. Estes equipamentos permitem ultrapassar as dificuldades de topografia do terreno, tornando possível a ligação de coletores de drenagem com perfis diferentes a um coletor central que por sua vez conduzirá o efluente para outra estação elevatória ou para uma ETAR.

No Concelho de Tábua, existem 24 poços de bombagem de águas residuais, conforme sistematizado no quadro seguinte.

Quadro 20. Poços de bombagem do concelho de Tábua

Poços de Bombagem	
PB 1	Poço de Bombagem - Pinheiro de Coja I
PB 2	Poço de Bombagem - Pinheiro de Coja II
PB 3	Poço de Bombagem - Póvoa de Midões I
PB 4	Poço de Bombagem - Póvoa de Midões II
PB 5	Poço de Bombagem - Póvoa de Midões III
PB 6	Poço de Bombagem - Torre/São Fagundo I
PB 7	Poço de Bombagem - Torre/São Fagundo II
PB 8	Poço de Bombagem - Boiço
PB 9	Poço de Bombagem - Várzea de Candosa
PB 10	Poço de Bombagem - Covas I
PB 11	Poço de Bombagem - Covas II

TÁBUA

Poços de Bombagem	
PB 12	Poço de Bombagem - Parcelada I
PB 13	Poço de Bombagem - Parcelada II
PB 14	Poço de Bombagem - Parcelada III
PB 15	Poço de Bombagem - Estádio Municipal de Tábua
PB 16	Poço de Bombagem - Arinte
PB 17	Poço de Bombagem - Avenida da Ribeira
PB 18	Poço de Bombagem - Barrosa
PB 19	Poço de Bombagem - Santo Amaro
PB 20	Poço de Bombagem - Vila do Mato
PB 21	Poço de Bombagem - Quintela
PB 22	Poço de Bombagem - V. N. de Oliveirinha I
PB 23	Poço de Bombagem - V. N. de Oliveirinha II
PB 24	Poço de Bombagem - Vila Chã

Fonte: CMT, 2016

O tratamento de águas residuais em fossas sépticas processasse num tanque de sedimentação destinado a criar condições adequadas à decantação de sólidos suspensos, à deposição de lamas e ao desenvolvimento de condições anaeróbicas para a decomposição de matéria orgânica presente nessas águas. Para assegurar a eficiência do referido tratamento, as fossas devem ser limpas regularmente, devendo existir o cuidado de não remover a totalidade das lamas, de modo a garantir a continuidade dos microrganismos necessários para degradar a matéria orgânica. As águas residuais e lamas retiradas das fossas sépticas devem ser encaminhadas para uma ETAR, de forma a concluir o seu tratamento. No caso das fossas sépticas individuais, os munícipes deverão requerer o serviço de limpa-fossas junto do Balcão Único da Câmara Municipal.

No Concelho de Tábua, existem 8 Fossas Sépticas Coletivas, conforme consta no quadro seguinte.

Quadro 21. Fossas sépticas, no concelho de Tábua

Fossas Sépticas	
FS 1	Fossa Séptica Coletiva - Ázere
FS 2	Fossa Séptica Coletiva - Midões
FS 3	Fossa Séptica Coletiva I - Mouronho
FS 4	Fossa Séptica Coletiva II - Mouronho
FS 5	Fossa Séptica Coletiva I - São João da Boavista
FS 6	Fossa Séptica Coletiva II - São João da Boavista
FS 7	Fossa Séptica Coletiva I - Espariz
FS 8	Fossa Séptica Coletiva II - Espariz

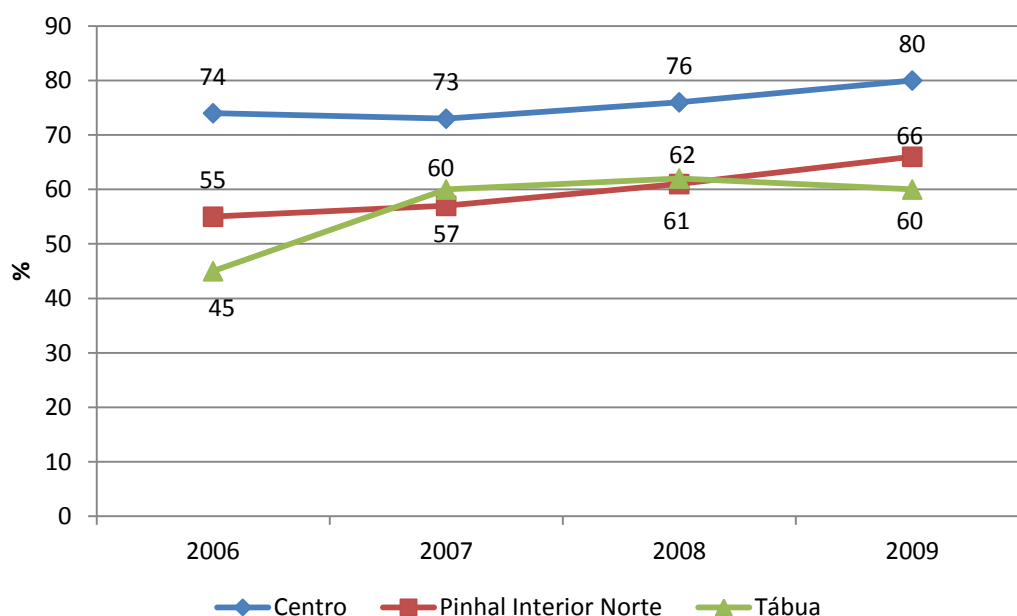
Fonte: CMT, 2016

TÁBUA

Apresenta-se seguidamente uma serie de indicadores ambientais nesta matéria, utilizando sempre que possível os dados mais recentes disponibilizados pelo INE, de forma a demonstrar sua evolução.

Assim, de acordo com os dados mais recentes do INE, em 2009 a taxa de cobertura dos sistemas de águas residuais, a nível do concelho era de 60%, situação menos favorável quando comparado com a Região Centro (80%) e na Sub-região Pinhal Interior (66%), conforme sistematizado no gráfico seguinte, mas que revela uma melhoria face à data do PDM.

Gráfico 27. Evolução da população servida por sistema de drenagem de águas residuais, região, sub-região e concelho

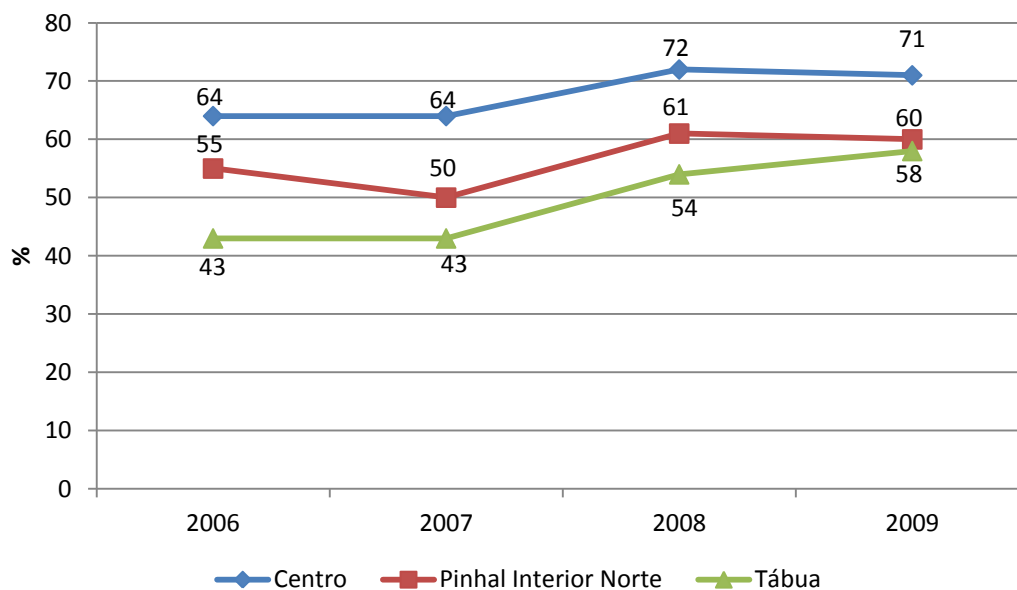


Fonte: INE, 2006-2009

No que concerne à percentagem de população servida por estações de tratamento de águas residuais, este indicador tinha em 2009 de acordo com os dados mais recentes do INE no concelho de Tábua um valor de 58%, sendo inferior ao da população servida por sistema de drenagem de águas residuais, revelando assim uma situação ambiental desfavorável, potencialmente comprometedora do equilíbrio ambiental, o mesmo acontecia ao nível da Região Centro e da Sub-região do Pinhal Interior Norte (ver gráfico seguinte).

TÁBUA

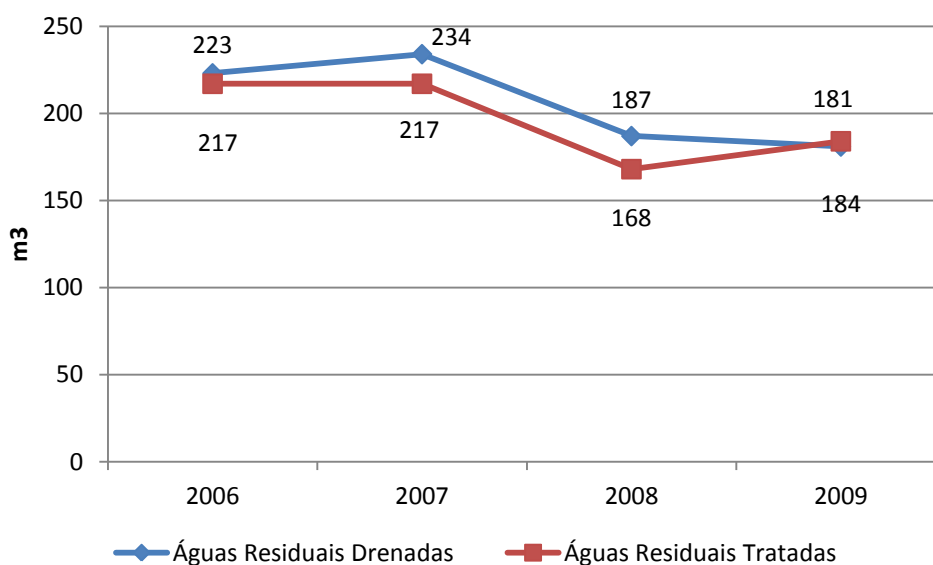
Gráfico 28. Evolução da população servida por sistema de drenagem de águas residuais, região, sub-região e concelho



Fonte: INE, 2006-2009

Relativamente às águas residuais drenadas de acordo com os dados mais recentes do INE, estas atingem valores superiores às águas residuais tratadas com exceção no ano de 2009 (ver gráfico seguinte). Da análise do gráfico ressalta ainda que apesar das oscilações verificadas nos dois indicadores a tendência verificada tem sido regressiva face a 2006, tanto na quantidade de água drenada como tratada.

Gráfico 29. Águas residuais drenadas e tratadas no concelho de Tábua



Fonte: INE, 2006-2009

Apesar do investimento e das obras realizadas de forma contínua ao longo da vigência do plano, seja ao nível da cobertura e tratamento, o saneamento básico continua a ser um problema no concelho de Tábua.

De acordo com o relatório ‘Elaboração da Agenda 21 local para a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte’ - Diagnostico da Sustentabilidade do Concelho de Tábua, de dezembro de 2009, *“As razões apontadas para a deficiente cobertura do serviço de saneamento básico prendem-se com vários fatores, de ordem técnico-financeira os quais motivam as consequentes opções políticas. A questão do tratamento dos efluentes líquidos requer uma abordagem mais integrada. Devido à orografia deste território os projetos são de difícil execução. Ao nível do ordenamento do território, a ocupação dispersa contribui para o aumento de custos e ineficiência das redes. Acresce a isto uma fraca disponibilidade financeira. Os custos implicados fazem aumentar a dificuldade de avançar com as obras necessárias ao melhoramento e expansão da rede de saneamento básico”*.

Ainda de acordo com o mesmo documento, o município tem enveredado esforços no sentido de melhorar a taxa de cobertura das infraestruturas de drenagem de efluentes pela construção e requalificação dos sistemas de saneamento básico. *“Foram já realizadas melhorias pela beneficiação de ETAR’s e outros sistemas de tratamento de esgotos e pelos estudos prévios/projetos de infraestruturas de tratamento de efluentes e/ou redes de saneamento.”*

7.9.3. Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos

Nesta matéria os estudos do PDM’94, referiam que *“ a recolha de lixos efetua-se com alguma eficiência havendo ainda zonas sem recolha, o que constitui elemento a corrigir. O concelho de Tábua é um dos concelhos que está a elaborar um projeto conjunto para o tratamento dos lixos do Planalto Beirão que irá realizar a curto prazo uma estação de tratamento estrategicamente localizada e muito próxima do concelho, estando a decorrer os estudos de localização”*.

Atualmente a Associação de Municípios do Planalto Beirão é responsável pela recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Tábua em conjunto com outros dezanove municípios, a associação criou um sistema integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à

proteção do Ambiente e à preservação da beleza da região. Inaugurado em 1999, o Centro de Tratamento de RSU do Planalto Beirão marcou o fim das lixeiras municipais. Após uma profunda intervenção de selagem e recuperação ambiental das 19 lixeiras existentes, esta moderna infraestrutura passou a ser o destino dos RSU produzidos nos municípios associados. Aqui está localizado um Aterro Sanitário, destinado à receção dos resíduos recolhidos indiferenciadamente e também um Centro de Triagem, para receber os resíduos recolhidos seletivamente para reciclagem. É também dentro deste espaço já funciona desde o ano de 2014 a Central de Valorização Orgânica.

A rede de recolha de resíduos sólidos urbanos abrange a totalidade do concelho, servindo todos os aglomerados do concelho com uma frequência que varia entre 1 a 2 passagens por semana conforme a dimensão do aglomerado. A recção de resíduos indiferenciados é feita através de contentores de vários tipos e capacidades distribuídos por todo o Concelho, a recolha é efetuada em circuito por 3 trabalhadores em viatura com capacidade para 16 m³. Para além dos contentores de superfície existem ainda, instaladas na Vila de Tábua, várias plataformas subterrâneas para recolha deste tipo de resíduos. As papeleiras distribuídas pelos espaços públicos têm um papel importante dentro do sistema dos RSU, pelo fato de receberem e acondicionarem os resíduos produzidos pelos transeuntes, de modo a permitir que estes espaços permaneçam limpos. Os contentores são lavados, desinfetados e desodorizados quatro vezes por ano, com recurso a viaturas lava-contentores, de forma a garantir condições de higiene e limpeza. Existe um autocolante em cada um dos contentores de recolha de RSU onde consta quando é que foi a última vez que este foi lavado e desinfetado.

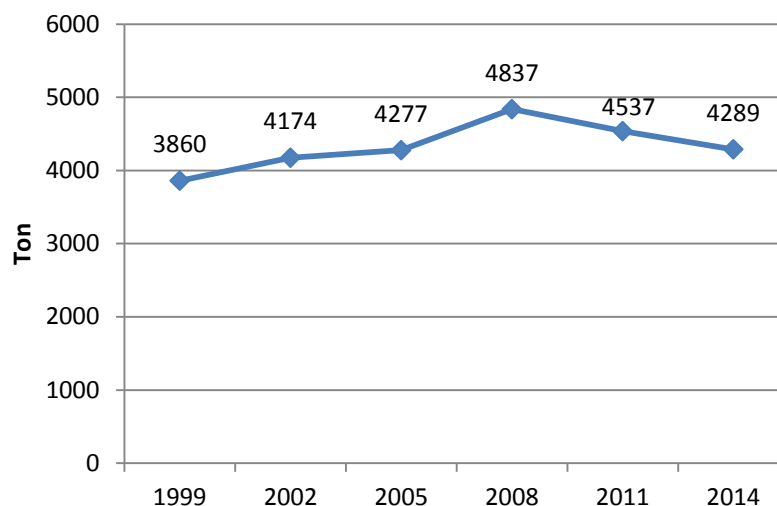
No concelho de Tábua, nomeadamente na freguesia de S. João da Boavista, localiza-se o Ecocentro que é gerido pela Associação de Municípios do Planalto Beirão, trata-se de uma plataforma de receção de resíduos recicláveis nomeadamente Papel/cartão, vidro, embalagens de plástico/metálico, plásticos mistos, sucata metálica, madeiras, resíduos de equipamento elétrico e eletrónico (REEE's), colchões, resíduos verdes, entulhos, pilhas e baterias, e outros tipos de resíduos que não são abrangidos pelos circuitos normais de recolha. O ecocentro de Tábua está acessível a toda a população através de uma simples deposição gratuita. Importa referir que existem também 52 Ecopontos (2500l) distribuídos pelo território do concelho.

De acordo com o gráfico seguinte é possível verificar que recolha de RSU, teve um comportamento crescente desde o ano de 1999 até 2008, o que poderá estar relacionado

TÁBUA

com uma maior produção de resíduos por habitante, mas também com a maior abrangência e eficiência na recolha.

Gráfico 30. Evolução dos resíduos urbanos recolhidos, no concelho de Tábua



Fonte: INE, 1999-2014

Relativamente aos RSU recolhidos seletivamente no Ecocentro de Tábua, pelo quadro seguinte é possível observar que apesar de algumas oscilações em 2014 o valor era significativamente menor ao do ano de 2010.

Quadro 22. Recolha seletiva (Ton) – Ecocentro de Tábua

Ano	Vidro	Metais	Entulhos	REEE	Papel/Cartão	Plásticos	Plást. Mistos	Verdes	Monstros	Total
2010	17.200	2.760	108.580	11.480	24.840	10.600	3.320	72.060	28.100	278.940
2011	17.320	3.968	67.280	11.462	23.880	7.760	1.480	54.920	24.700	212.770
2012	17.400	1.296	129.700	8.534	17.260	6.180	1.140	59.100	24.660	265.270
2013	8.300	2.500	66.380	7.420	19.380	4.980	660	59.320	25.140	194.080
2014	16.820		77.760	1.830	12.260	5.400	2.580	57.080	22.040	195.770

Fonte: CMT, 2010-2014

No que concerne aos RSU recolhidos nos Ecopontos de Tábua, também se verifica algumas oscilações contudo no ano de 2014 o valor é superior ao do ano de 2010.

Quadro 23. Recolha seletiva (Ton) – Ecopontos de Tábua

Ano	Vidro	Papel	Embalagens	Total
2010	77.588	39.863	27.115	144.566
2011	80.100	46.450	26.775	153.325
2012	86.035	35.038	26.546	147.618
2013	86.636	36.819	30.126	153.581
2014	95.709	42.097	29.582	167.388

Fonte: CMT, 2010-2014

Importa referir que os resíduos recolhidos indiferenciados têm como destino o aterro sanitário do Centro de Tratamento de RSU do Planalto Beirão. O centro de triagem recebe os resíduos recolhidos seletivamente para reciclagem provenientes dos Ecopontos e Ecocentros, “*um transportador encaminha-os para a Unidade de Prensagem/Enfardamento onde são compactados em fardos que posteriormente são transportados para as indústrias recicladoras*”.

Plano Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos

Segundo a Agência Portuguesa para o Ambiente, o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), aprovado em 1997, configurou um instrumento de planeamento de referência na área dos resíduos urbanos (RU), que proporcionou a implementação de um conjunto de ações que se revelaram fundamentais na concretização da política de RU na altura preconizada.

O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020) para o período 2014-2020 foi aprovado, pela Portaria n.º 187-A/2014, publicada em DR (I Série) n.º 179, de 17 de setembro.

A estratégia para os resíduos, preconizada neste Plano é assumida mantendo o objetivo de garantir um alto nível de proteção ambiental e da saúde humana, através do uso de processos, tecnologias e infraestruturas adequadas. Promove ainda a minimização da produção e da perigosidade dos resíduos e procura integra-los nos processos produtivos como materiais secundários por forma a reduzir os impactes da extração de recursos naturais e assegurar os recursos essenciais às nossas economias, ao mesmo tempo que se criam oportunidades de desenvolvimento económico e de emprego.

TÁBUA

O PERSU 2020 define a política, orientações e prioridades para os RU, geridos no âmbito dos sistemas de gestão:

- Resíduos geridos como recursos endógenos, minimizando os seus impactes ambientais e aproveitando o seu valor socioeconómico;
- Eficiência na utilização e gestão dos recursos primários e secundários, dissociando o crescimento económico do consumo de materiais e da produção de resíduos;
- Eliminação progressiva da deposição de resíduos em aterro, com vista à erradicação da deposição direta de RU em aterro até 2030;
- Aproveitamento do potencial do setor dos RU para estimular economias locais e a economia nacional: uma atividade de valor acrescentado para as pessoas, para as autarquias e para as empresas, com capacidade de internacionalização, no quadro de uma economia verde;
- Envolvimento direto do cidadão na estratégia dos RU, apostando-se na informação e em facilitar a redução da produção e a separação, tendo em vista a reciclagem.

A gestão de RU do Concelho de Tábua é da responsabilidade da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB).

Conforme previsto no PERSU 2020, os Sistemas de Gestão de Resíduos, devem elaborar os seus planos de ação e de gestão de RU, contemplando os investimentos e medidas que pretendem implementar, com vista a garantir o cumprimento das metas e do plano estratégico.

Assim a AMRPB apresentou o PAPERSU, que foi aprovado e considerado adequado, face à visão, metas e objetivos estabelecidos no PERSU 2020.

Em suma, as ações desenvolvidas ao longo da vigência do plano, das quais destacamos a concretização do Ecocentro e as campanhas de sensibilização para a gestão dos resíduos conduzidos pelo município, afiguram-se como fatores positivos na promoção da sustentabilidade ambiental deste território.

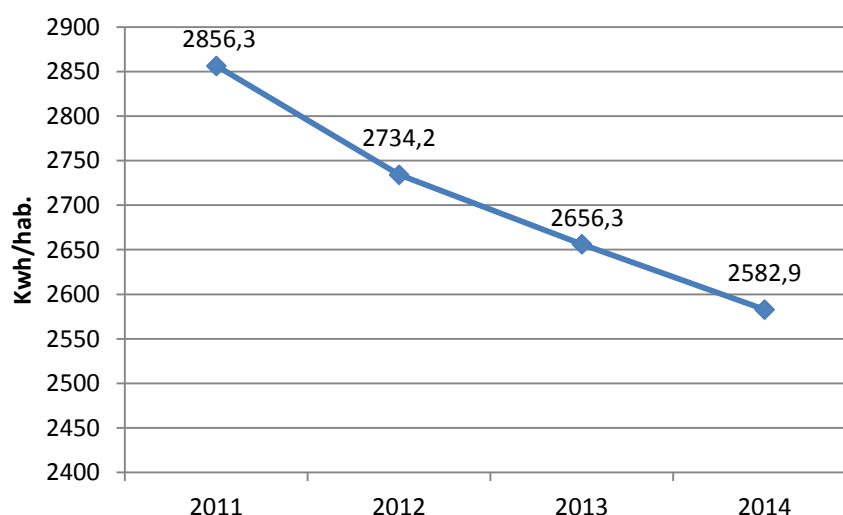
7.9.4. Rede Elétrica

Relativamente a este tema o PDM´94, referia que “ *a rede elétrica é das componentes infraestruturais a que melhor serve o concelho, havendo pontualmente algumas carências que a muito curto prazo serão resolvidas*”. Atualmente a rede elétrica serve a totalidade do concelho, sem existirem constrangimentos significativos.

Apresenta-se seguidamente alguns indicadores nesta matéria, tendo como base os dados mais recentes disponibilizados pelo INE.

No Concelho, a análise do consumo de energia elétrica por habitante demonstra que existiu uma diminuição do consumo no período 2011-2014, conforme se pode observar no gráfico seguinte.

Gráfico 31. Consumo de energia elétrica por habitante, no concelho de Tábua

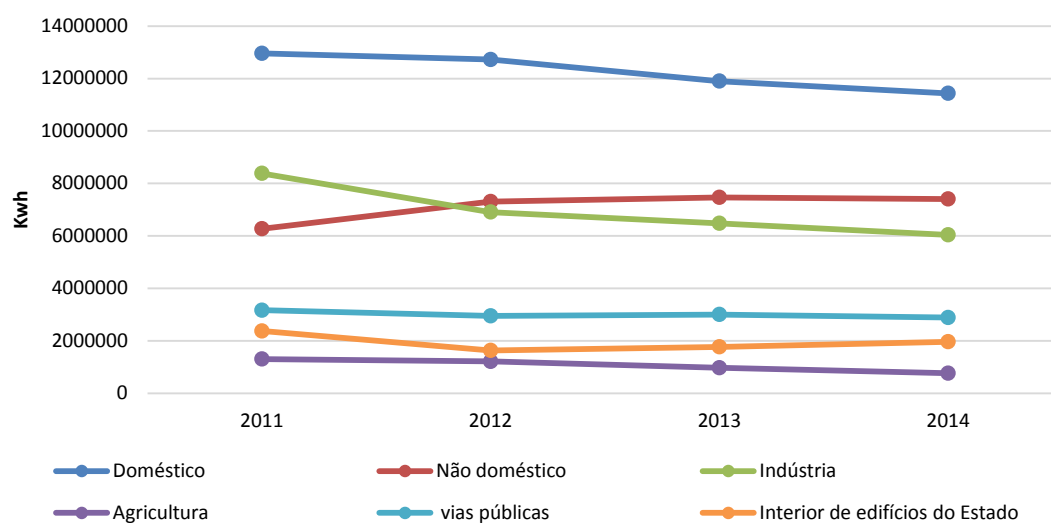


Fonte: INE, 2011-2014

A análise dos consumos patentes no gráfico seguinte, evidencia que o setor doméstico e não doméstico como os principais consumidores de energia elétrica, seguindo-se o sector industrial, a iluminação de vias públicas, a iluminação do interior dos edifícios do Estado, sendo assim o setor da agricultura o de menor expressão.

TÁBUA

Gráfico 32. Consumo de energia elétrica e tipo de consumo, no concelho de Tábua



Fonte: INE, 2011-2014

Da análise do gráfico anterior, ressalta ainda que, o consumo do setor doméstico diminuiu no período em análise, certamente relacionado com a dinâmica populacional negativa registada no concelho nos últimos anos. Por outro lado o setor não doméstico tem verificado um aumento desde o ano de 2011.

O setor industrial em 2011 era o segundo consumidor de energia elétrica contudo tem vindo a evidenciar uma diminuição, em que o período de crise económica nacional e internacional associado ao encerramento e deslocalização empresarial têm contribuído para este facto.

O consumo de energia elétrica para a iluminação das vias públicas têm tido um comportamento constante, enquanto o consumo de energia na iluminação do interior de edifícios públicos depois de um período de redução entre 2011-2012 nos últimos anos têm verificado ligeiros aumentos.

No setor agrícola, o consumo é baixo, tendo vindo a diminuir, associado também à queda progressiva deste setor de atividade no concelho.

Em suma, ao longo da vigência do plano, autarquia tem vindo a sensibilizar para a tomada de consciência quanto à problemática do consumo energético apelando ao bom senso na sua utilização e fornece conselhos úteis para evitar situações de desperdício. Este é por si só uma ação positiva na promoção dos princípios da sustentabilidade. Importa referir que o concelho de Tábua é um contribuinte para a eficiência energética de Portugal pela

TÁBUA

diversificação dos modos de produção, especificamente os renováveis, contando com uma central hídrica. A central hídrica de Rei de Moinhos (Freguesia de Meda de Mouros) é uma central do tipo fio-de-água pertencente à `EDP Produção` equipada com uma turbina movida pelas águas do Rio Alva. Iniciou a sua produção em 1927 com 0,2 MW de potência tendo sido remodelada em 1993 contando atualmente com 0,8 MW de potência instalada. No que diz respeito ao consumo público de energia elétrica (edifícios do estado/de utilidade pública e iluminação da via pública), Tábua não pode ser considerado um dos concelhos mais eficientes do Pinhal Interior Norte. O facto de estar a produzir energia elétrica a partir de uma fonte renovável, contribui para um balanço que se afigura de uma forma geral positivo e que contribui para o esforço da sustentabilidade energética e ambiental no concelho, na região e no país.

7.9.5. Rede de Telecomunicações

Relativamente à rede de telecomunicações o PDM´94, referia a necessidade de “ *reforço das redes de telecomunicações*”.

Atualmente o nível de cobertura desta rede no concelho de Tábua é considerado ´Bom` para além da rede de telefone chegar a todo o território, hoje em dia a *internet* também já esta disponível para a população.

7.10. PLANTA DE CONDICIONANTES - SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

A Planta de Condicionantes identifica o conjunto de servidões e restrições de utilidade pública em vigor, com se apresenta seguidamente.

- Rede de água e esgotos;
- Áreas incluídas na REN;
- Marcos Geodésicos;
- Rede Rodoviária – zonas non aedificandi;
- Património arquitetónico e cultural;
- Rede Elétrica

Uma vez que a Planta de Condicionantes constitui um elemento fundamental da gestão municipal nos processos de utilização, de ocupação e de transformação do território, a

revisão do PDM terá que contemplar algumas servidões que não foram consideradas ou que não existiam à data, tal como reequacionar a pertinência da manutenção de algumas. Deve ainda ser garantida a delimitação rigorosa de condicionantes que, embora representadas, não possuem o grau de exatidão desejável e, ainda, a atualização de alguns aspetos como é o caso da Rede Viária que, entretanto, sofreram alterações. Referencia ainda na necessidade de adequação às orientações da DGT na representação gráfica dos elementos na planta de ordenamento.

7.11. RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

A Reserva Agrícola Nacional é entendida como o conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, apresentam maiores potencialidades para a produção de bens agrícolas, formalizada com o objetivo de ‘defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afetação à agricultura de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura portuguesa e para o correto ordenamento do território’ (DGOTDU, 2005).

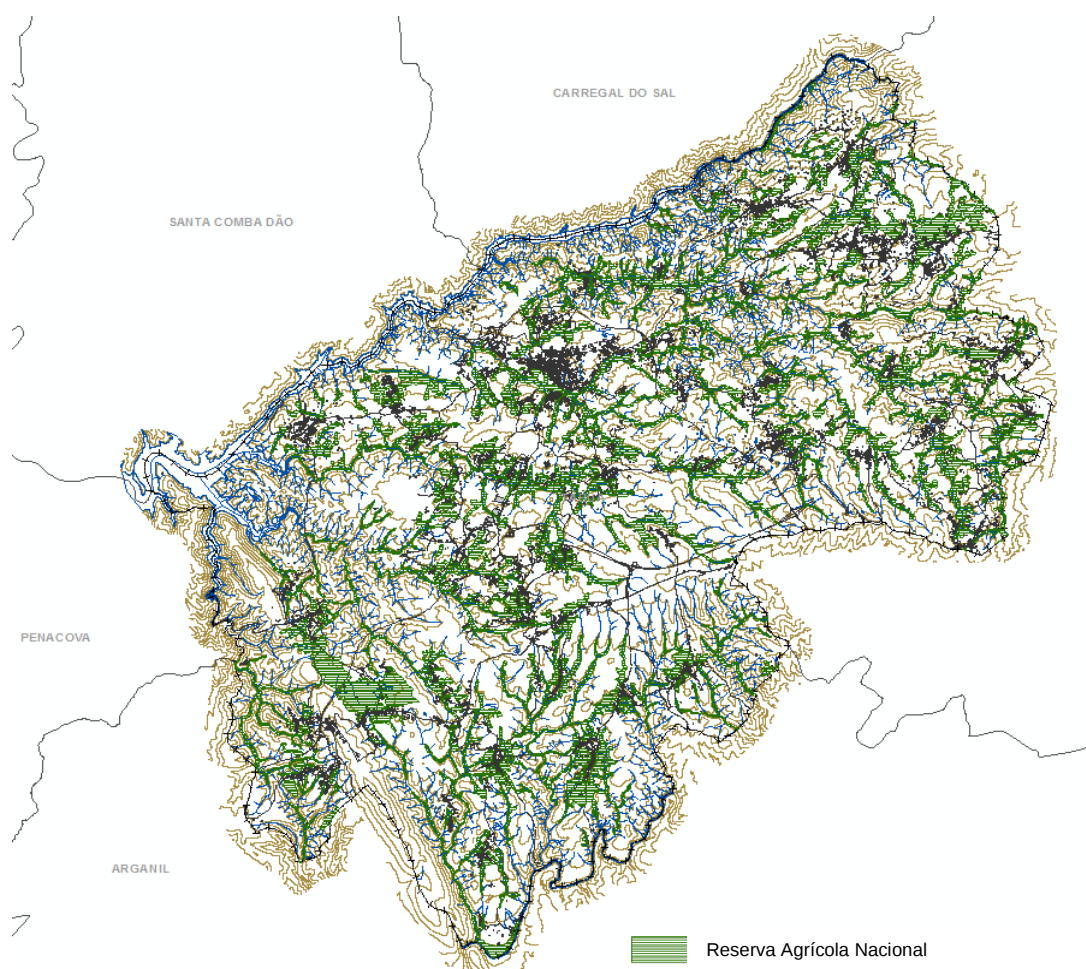
Sendo a RAN o conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola, constitui uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objetivos do presente regime nos vários tipos de terras e solos, pelo que as áreas que integram a RAN, e conforme Regime Jurídico da RAN (RJAN) e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), se constituem como servidão, e são obrigatoriamente identificadas a nível municipal na planta de condicionantes.

A RAN foi criada pelo Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho, com as alterações do Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de dezembro, visava, tal como refere o preâmbulo “...a adoção de um regime jurídico que defenda de uma forma eficaz as áreas que, por serem constituídas por solos de maiores potencialidades agrícolas, ou por terem sido objeto de importantes investimentos destinados a aumentar a capacidade produtiva dos mesmos, se mostrem mais vocacionados para uma agricultura moderna e racional...” Passadas duas décadas, foi aprovado o novo diploma da RAN, através do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. Ao preâmbulo do referido diploma acrescentou-se às conceções clássicas do solo e de terra uma “...nova visão mais

TÁBUA

dinâmica e abrangente, apontando para uma multiplicidade de funções sociais e de preservação para além das funções tradicionais que lhe são inerentes – produção de bens alimentares, fibras e madeiras”. Este novo paradigma está associado com o “acréscimo da sensibilidade ambiental por parte da sociedade e em especial no setor agrícola e florestal...”, bem como por considerar a atividade florestal “...como parte integrante do setor agrícola”. Como refere o diploma, “o desenvolvimento do mundo rural português pauta-se cada vez mais por critérios de utilização.

A RAN surge, no que diz respeito à ocupação do território, como uma intervenção de carácter sectorial, visando, a salvaguarda de valores ecológicos considerados relevantes. A RAN, ainda que devendo ser integrada em planos municipais, deve, pois, ser, sempre, considerada como uma vinculação heterónoma do planeamento municipal, e não como um elemento autónomo da decisão do município, tradicionalmente integrada na figura das restrições de utilidade pública por introduzirem limitações ao direito de propriedade em função da realização de interesses públicos abstratos, no caso, a proteção do ambiente.

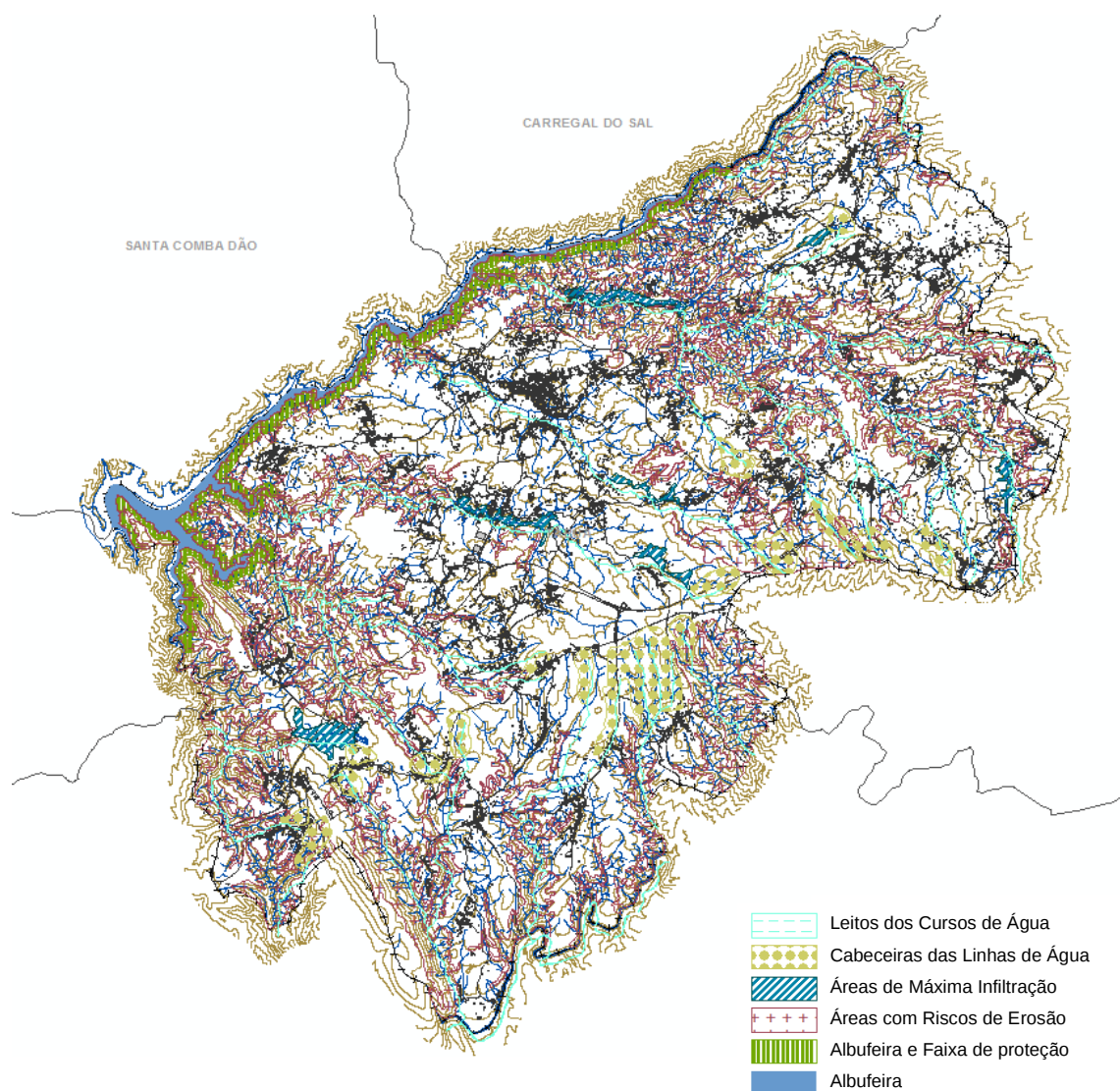


No concelho de Tábua, a Reserva Agrícola Nacional contabiliza cerca de 2890 hectares, encontrando-se proliferada por todo o território.

7.12. RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

A delimitação da REN em vigor referente ao concelho de Tábua encontra-se aprovada pela Portaria n.º 839/93, publicada no Diário da República n.º 212, de 9 de setembro de 1993.

A figura seguinte representa a Reserva Ecológica Nacional em vigor do concelho em estudo.



TÁBUA

Seguidamente, é feita uma breve abordagem aos sistemas biofísicos que compõem a reserva ecológica do concelho de Tábua:

Albufeira e Faixa de Proteção - 742,275 ha

- É referente à totalidade do volume de água retido pela barragem, correspondendo ao seu nível pleno de armazenamento, incluindo o respetivo leito.
- As respetivas margens e faixas de proteção correspondem às áreas envolventes ao plano de água, permitindo a dinâmica dos processos físicos e biológicos.

Leitos dos Cursos de Água - 81,523 ha

- Corresponde ao terreno coberto pelas águas quando não influenciado por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades.

Cabeceiras das Linhas de Água - 753,352 ha

- Corresponde às áreas côncavas situadas a montante das bacias hidrográficas, tendo como função a acumulação das águas pluviais.

Áreas de Máxima Infiltração - 203,404 ha

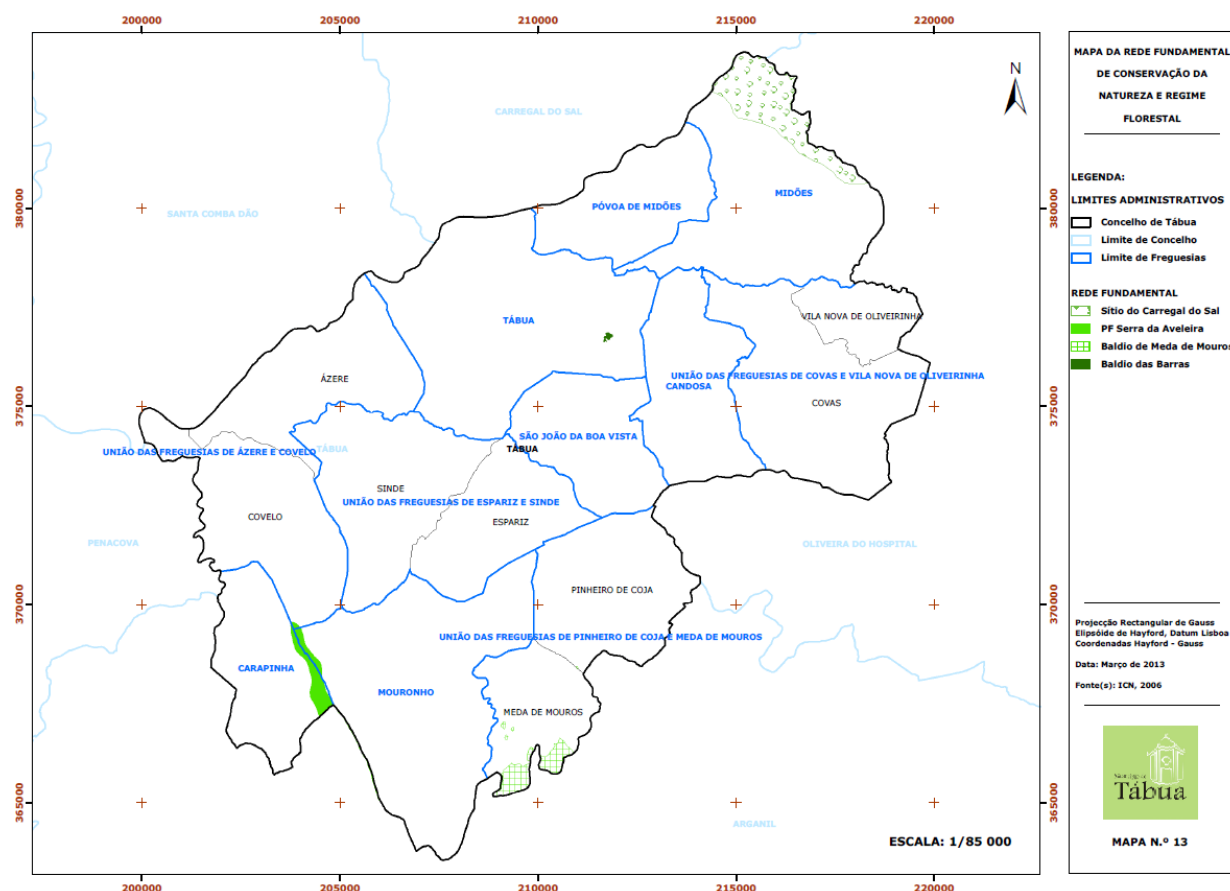
- São áreas cujas condições geomorfológicas proporcionam a infiltração das águas, contribuindo para a alimentação dos lençóis freáticos.

Áreas com Riscos de Erosão - 5646,879 ha

- Correspondem às áreas que estão sujeitas a perda de solo, deslizamentos ou quebra de blocos.

7.13. REDE FUNDAMENTAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E REGIME FLORESTAL

O município de Tábua é abrangido pelo Sítio do Carregal do Sal (370,23 ha), que abrange parte da freguesia de Midões. Também se identificam três áreas de baldio que se encontram nas freguesias da Carapinha (81,80 ha), da União das Freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros (89,97 ha) e de Tábua (2,73 ha).



Fonte: PMDFCI de Tábua, março 2013

7.14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da avaliação da execução das ações previstas no PDM em vigor, podemos considerar que o território concelhio sofreu varias alterações, tendo sido concretizadas e implementadas diversas ações e medidas previstas no Plano. Da análise efetuada, podemos concluir que genericamente o nível de execução do PDM em vigor foi 'Satisfatório', no entanto torna-se premente efetuar a sua revisão, não só pelas alterações socioeconómicas entretanto ocorridas, como pelo seu enquadramento na nova legislação e na necessidade de traçar um novo modelo estratégico de desenvolvimento para o concelho de Tábua.

Ao nível da população, verificou-se a tendência regressiva já evidenciada nas últimas décadas, associado a um acentuar da composição da estrutura etária, isto é o grupo dos idosos é superior aos dos jovens o que se traduz num elevado índice de envelhecimento.

Relativamente à habitação, apesar da diminuição da população assistiu-se a uma aumento do parque habitacional, em parte associado ao aumento do peso da segunda habitação ou uso sazonal. Verifica-se ainda o esforço da autarquia no estabelecimento e desenvolvimento de programas de recuperação do património edificado e espaço público, onde se destaca a as ações de reabilitação ocorridas na Vila, a delimitação da ARU e o PARU, entre outras ações.

No que concerne às atividades económicas, assentou-se a tendência de terciarização já anteriormente verificada. Contudo é reconhecido por parte da autarquia do papel determinante da indústria na dinamização e sustentabilidade dos territórios, pelo que foi executada a 2ª fase do Parque Industrial de Tábua, foi constituída a Área Empresarial e Industrial de Sinde/Tábua concretizada por Plano de Pormenor (PP), estando também em elaboração o PP da Zona Industrial de Sta. Eufémia/Carapinha, no sentido de potenciar a diversificação da atividade económica. No que diz respeito ao turismo, a autarquia tem vindo a apoiar e incentivar o crescimento do setor, tirando partido dos aspetos ambientais e paisagísticos foram constituídos diversos percursos e circuitos turísticos que potenciam o turismo de natureza, assim como diversas ações de dinamização de eventos. Atualmente Tábua possui já produtos endógenos consolidados que afirmam como imagem de marca deste território, como é o caso do Queijo da Serra e os Vinhos da Região Demarcada do Dão.

Ao nível das acessibilidades e rede viária municipal, refira-se que a grande maior das ações efetuadas está associada à beneficiação, sinalização e repavimentação de vias existentes, refere-se ainda a concretização parcial do IC6 e a Variante a Covas que é uma nova ligação. A nível de transportes, a cobertura atual da rede é mais abrangente com um maior número de ligações, resultantes da aplicação do 'Estudo para a Reestruturação da Rede de Transporte Público Rodoviário no Concelho'. Efetivamente, verificam-se melhorias introduzidas ao longo da vigência do plano, que permitiram um acréscimo da sua extensão e importância no contexto da rede, com benefícios claros ao nível da mobilidade e das acessibilidades locais e regionais.

Quanto à rede de equipamentos de coletivos é de notar que foram concretizados praticamente a totalidade dos previstos no PDM em vigor, não se verificam situações preocupantes de carência ao nível da dotação de equipamentos coletivos. Assinala-se no entanto, uma maior necessidade de ampliação da oferta no que diz respeito aos equipamentos de cariz social principalmente com respostas direcionadas para os mais idosos.

Ao nível das infraestruturas, no que diz respeito ao abastecimento de água, foram introduzidas alterações significativas que permitiram melhorar este serviço. As intervenções no âmbito da recolha e tratamento de águas residuais, foram parcialmente efetuadas, as razões apontadas para baixa cobertura do serviço, estão relacionadas com os custos da rede associados à dispersão dos aglomerados pelo território. Relativamente à recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, a situação é bastante boa, tendo sido melhorada com a integração do concelho, no Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão. Quanto à rede de energia elétrica e telecomunicações, verificaram-se também melhorias, não se identificando problemas atualmente

Relativamente às servidões e restrições de utilidade pública, embora represente um conjunto abrangente de condicionantes. A revisão do PDM terá que contemplar algumas servidões que não foram consideradas ou que não existiam à data e reorganiza-las em função das novas orientações.

8. DINÂMICA URBANÍSTICA

8.1. EDIFÍCIOS LICENCIADOS

Para aferir a dinâmica urbanística do município de Tábua nas últimas duas décadas recorreu-se à informação do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU) do Instituto Nacional de Estatística (INE), utilizando-se para o efeito, os indicadores referentes aos edifícios licenciados por tipo e destino de obra entre 1995 e 2015.

No período compreendido entre 1995 e 2015, segundo os dados fornecidos pelo INE (ver quadro seguinte), foram alvo de licenciamento 2055 edifícios, o que corresponde a uma média de 98 edifícios licenciados por ano.

Quadro 24. Edifícios Licenciados por Tipo e Destino de Obra no município de Tábua entre 1995 e 2015

Tipo de Obra	Destino Obra	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Construção nova	Habitação familiar	46	47	45	39	43	55	41	46	32	22	37	38	12	30	20	15	14	9	4	7	4
	Convivências			1																		
	Agricultura	1	6	4	4	4	2	3			1	1	2	1		2	2	1		6	2	3
	Indústria extractiva						1				1				2							
	Indústria transformadora	4	4	2		1		3	3	1	1	2	2	1		1		1			1	2
	Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural		1								3	2						1	2	1		
	Unidades comerciais de dimensão relevante										1					1						
	Comércio tradicional									1			1	1	3		2					
	Escritórios	3	1				1	1														
	Transportes	1			1	1																
	Administração pública				2																	
	Serviços médicos								1													
	Equipamentos de apoio à terceira idade												2		1							
	Ensino e pesquisa científica							1														
	Actividades recreativas e culturais			3	2	1			1	1	2	1			1			1				1
	Culto e inumação					1						1										

TÁBUA

Tipo de Obra	Destino Obra	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Uso geral	19	18	23	15	16	9	23	14	9	8	11	6	7	6	6	4	14	9	1	5	5
Ampliação	Habituação familiar	27	24	15	31	25	27	18	22	25	32	38	30	23	28	26	17	24	17	7	4	2
	Convivências		1				1															
	Agricultura			1	2	1	1				1				1		1	1		2		1
	Indústria transformadora					2	2	1	1	1				1	1	2	1	1	1			
	Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural	1				1														1		
	Estabelecimento de restauração e de bebidas									1	1	1		1	1							1
	Unidades comerciais de dimensão relevante											1										
	Comércio tradicional									2				1	1	1	1		4			
	Escritórios	1	1																			
	Serviços médicos												1									
	Equipamentos de apoio à infância												1									
	Equipamentos de apoio à terceira idade															1	1					
	Ensino e pesquisa científica		1																			
	Actividades recreativas e culturais				1			1				1										
	Actividades desportivas de pequena dimensão									1												
	Uso geral	16	15	16	6	3	6	6	3	5	2	7	2	1	7	4	7	5	2	3		
Alteração	Habituação familiar	3	3	2	2				2	1	4	6	5	3	5	1		2		4		2
	Convivências					1																
	Agricultura										1		1									
	Indústria transformadora		1			1																
	Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural		1					1			1											
	Comércio tradicional																	1				
	Escritórios				1																	
	Serviços médicos							1														
	Equipamentos de apoio à infância														1							
	Uso geral	1										1	2	4	2			2				
	Desconhecido														1							
Inst. Ruçã	Habituação familiar	9	15	34	35	35	30	28	7	16	10	2	2			2	1				1	

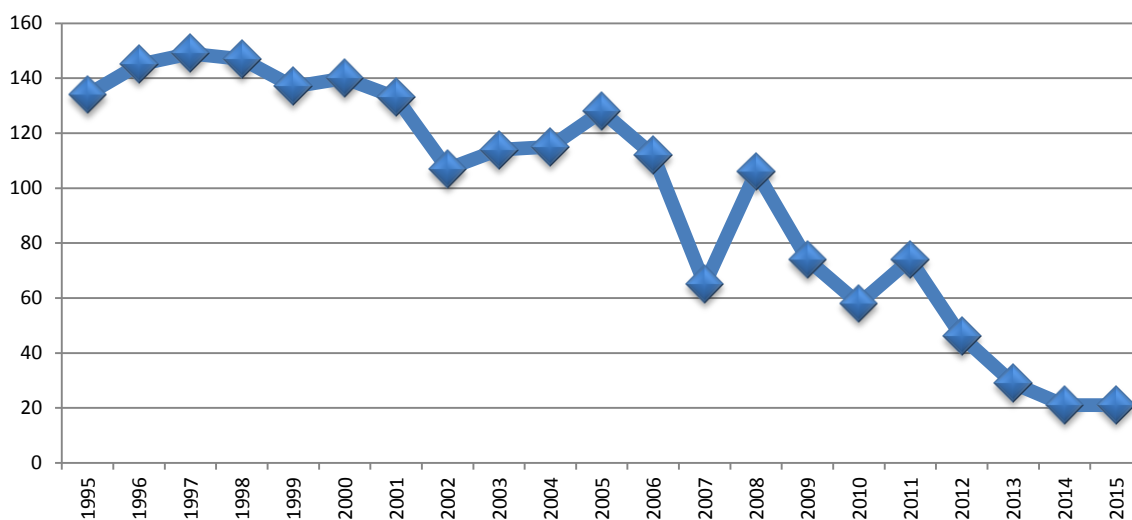
TÁBUA

Tipo de Obra	Destino Obra	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Agricultura						2	1														
	Indústria transformadora		1		1		1															
	Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural				1																	
	Escritórios		1	1																		
	Uso geral	1	3	1	2		2	4			3	1										
Demolição	Não aplicável	1	1	1	2	1			7	18	21	15	17	9	15	7	6	6	2		1	
TOTAL GERAL		134	145	149	147	137	140	133	107	114	115	128	112	65	106	74	58	74	46	29	21	21

FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2015

No gráfico seguinte é possível observar a evolução dos edifícios licenciados desde 1995 até 2015, a qual apresenta uma tendência de decréscimo, tendo registado nos anos mais recentes (2014 e 2015) os menores valores de edifícios licenciados. Salienta-se que a maioria dos licenciamentos de destina a construções novas para habitações familiares.

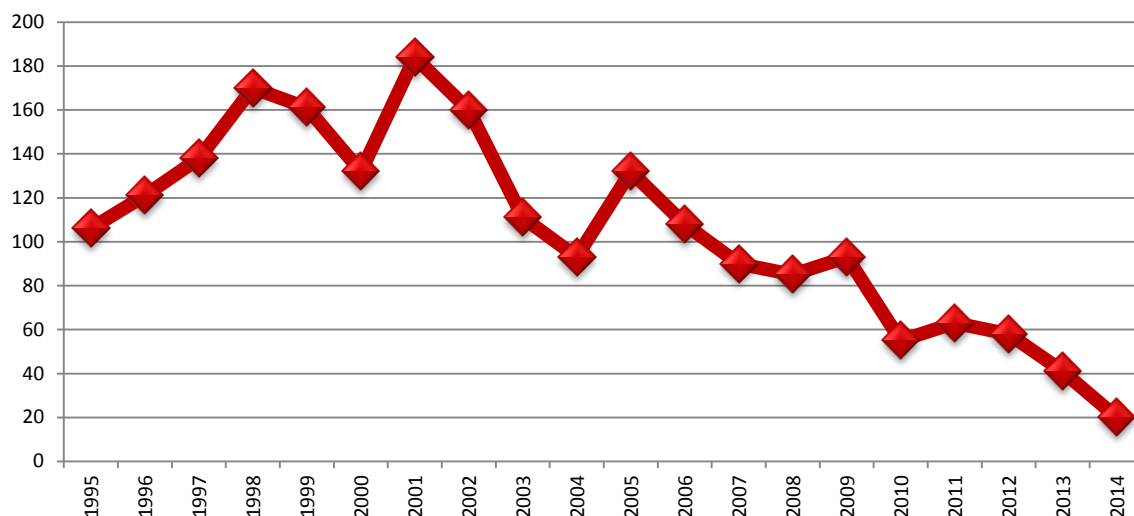
Gráfico 33 - Evolução dos edifícios licenciados no município de Tábua, 1995-2015



Fonte: INE, Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995 - 2015

O comportamento evolutivo dos edifícios concluídos é semelhante ao dos edifícios licenciados, já que também se assistiu a uma redução gradual no período em análise com um pico em 2001, conforme se pode observar pelo gráfico seguinte.

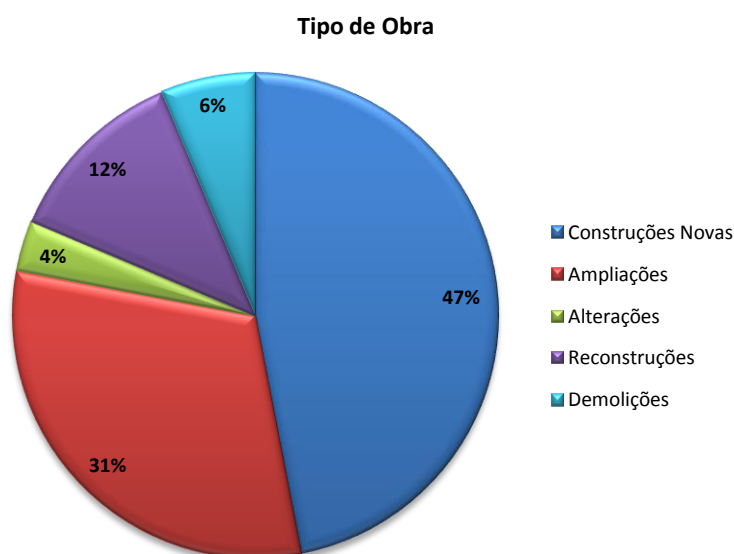
Gráfico 34 - Evolução dos edifícios concluídos no município de Tábua, 1995-2014



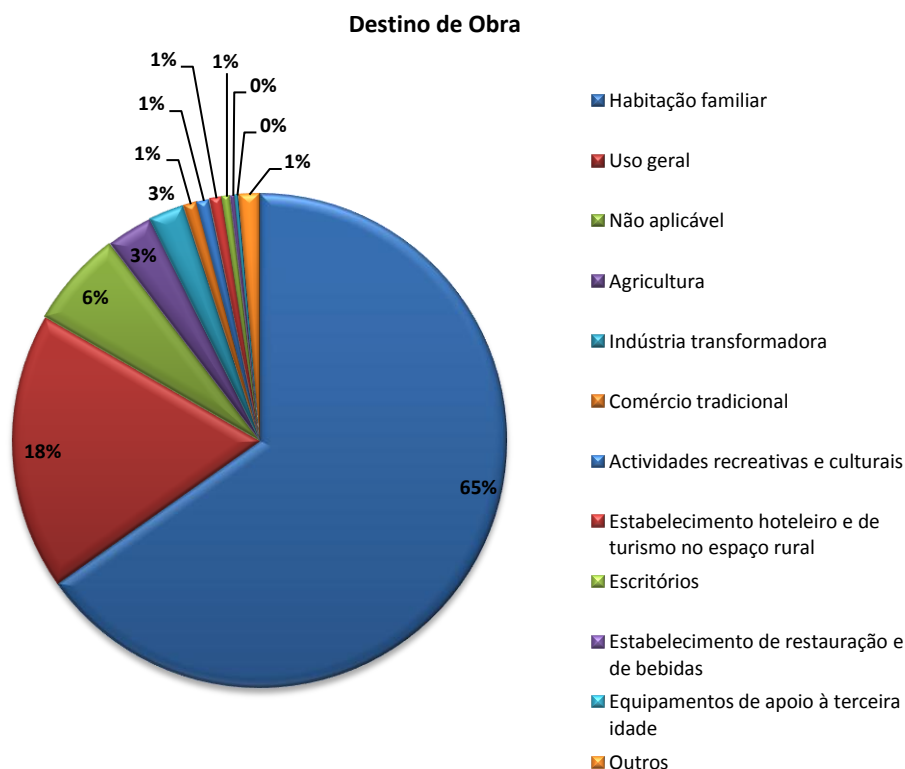
Fonte: INE, Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995 - 2014

Em termos do tipo de obra, a maior parte dos edifícios licenciados neste período foram referentes a construções novas (47%) seguido das ampliações (31%), enquanto no que se refere ao destino da obra, cerca de 65% foram destinados a habitação familiar (ver gráficos seguintes). Constatase que cerca de 29% dos edifícios licenciados dizem respeito a construções novas de habitação familiar. As ampliações destinadas a habitação familiar também possuem expressão no total de licenciamentos com um valor de 22%.

Gráfico 35. Distribuição dos Edifícios Licenciados por Tipo e Destino de Obra no município de Tábua para o período compreendido entre 1995 e 2014



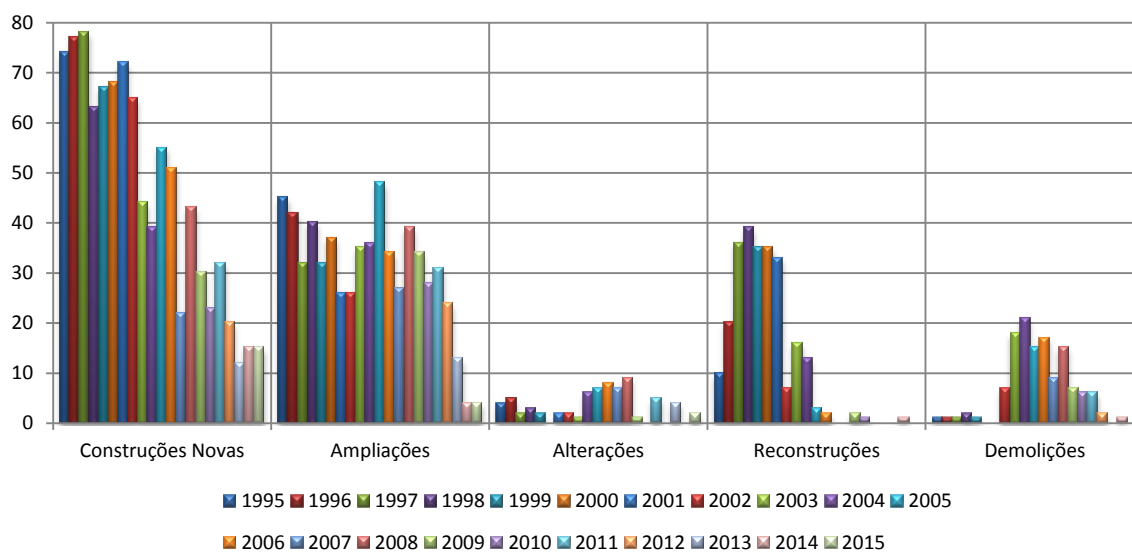
TÁBUA



FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2014

O gráfico seguinte revela a evolução dos vários tipos de obra no município de Tábua entre 1995 e 2015. Apesar de apresentarem várias flutuações, com maior ou menor expressão, é visível uma tendência de decréscimo em todos os tipos de obras.

Gráfico 36. Evolução dos edifícios licenciados por tipo de obra no município de Tábua, 1995 - 2015

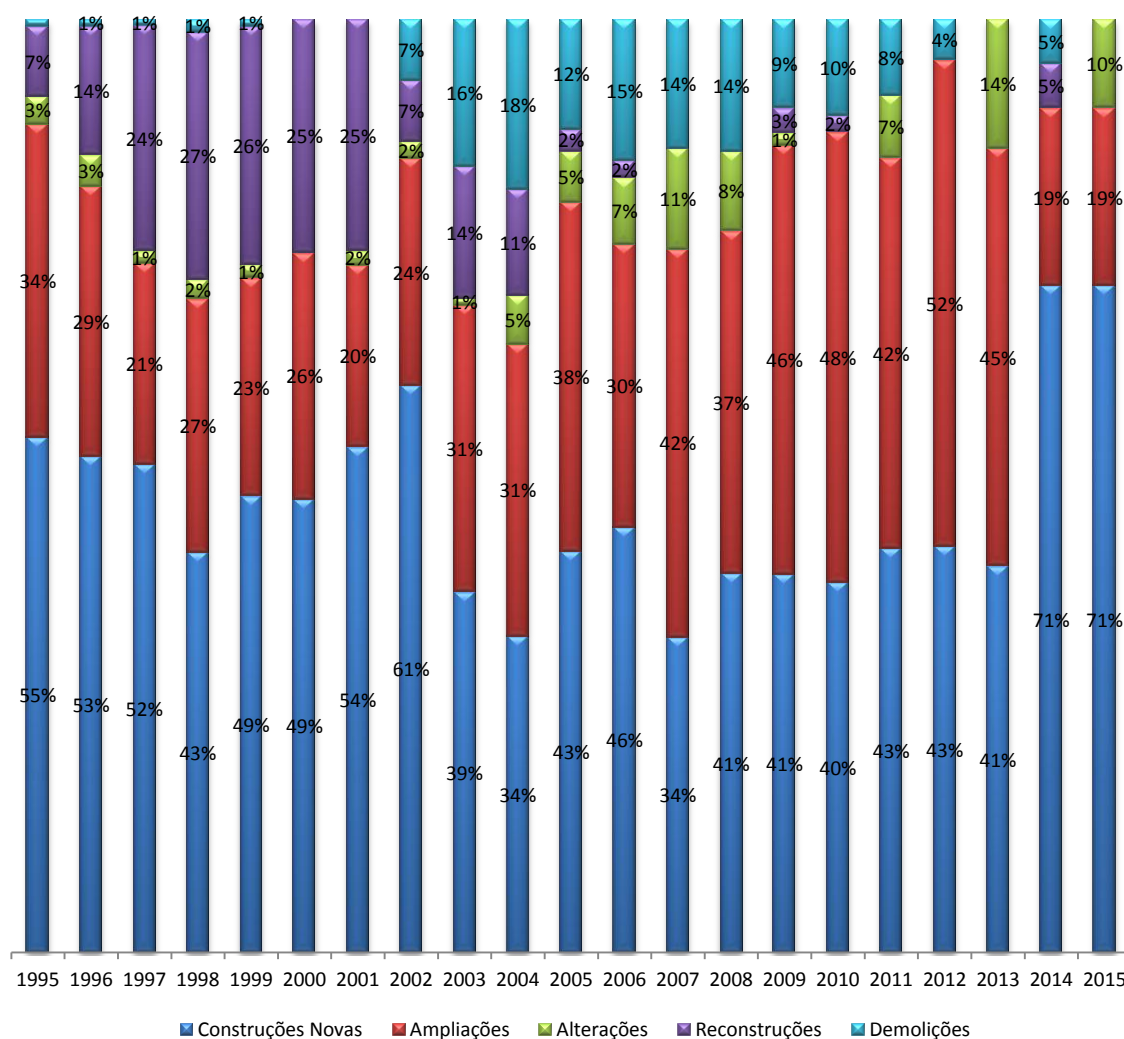


FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2015

TÁBUA

As construções novas são, por norma, o tipo de obra mais executada nos diferentes anos do período compreendido entre 1995 e 2015, variando entre os 34% e os 71%. No entanto, ocorreu um período entre 2007 e 2013 (com exceção dos anos 2008 e 2011) em que as ampliações superaram as construções novas. As reconstruções tiveram uma maior predominância no período temporal inicial, ao passo que as alterações tiveram maior expressão na segunda metade do período.

Gráfico 37. Relação entre os tipos de obra e o total de edifícios licenciados no município de Tábua, para os anos compreendidos entre 1995 e 2015



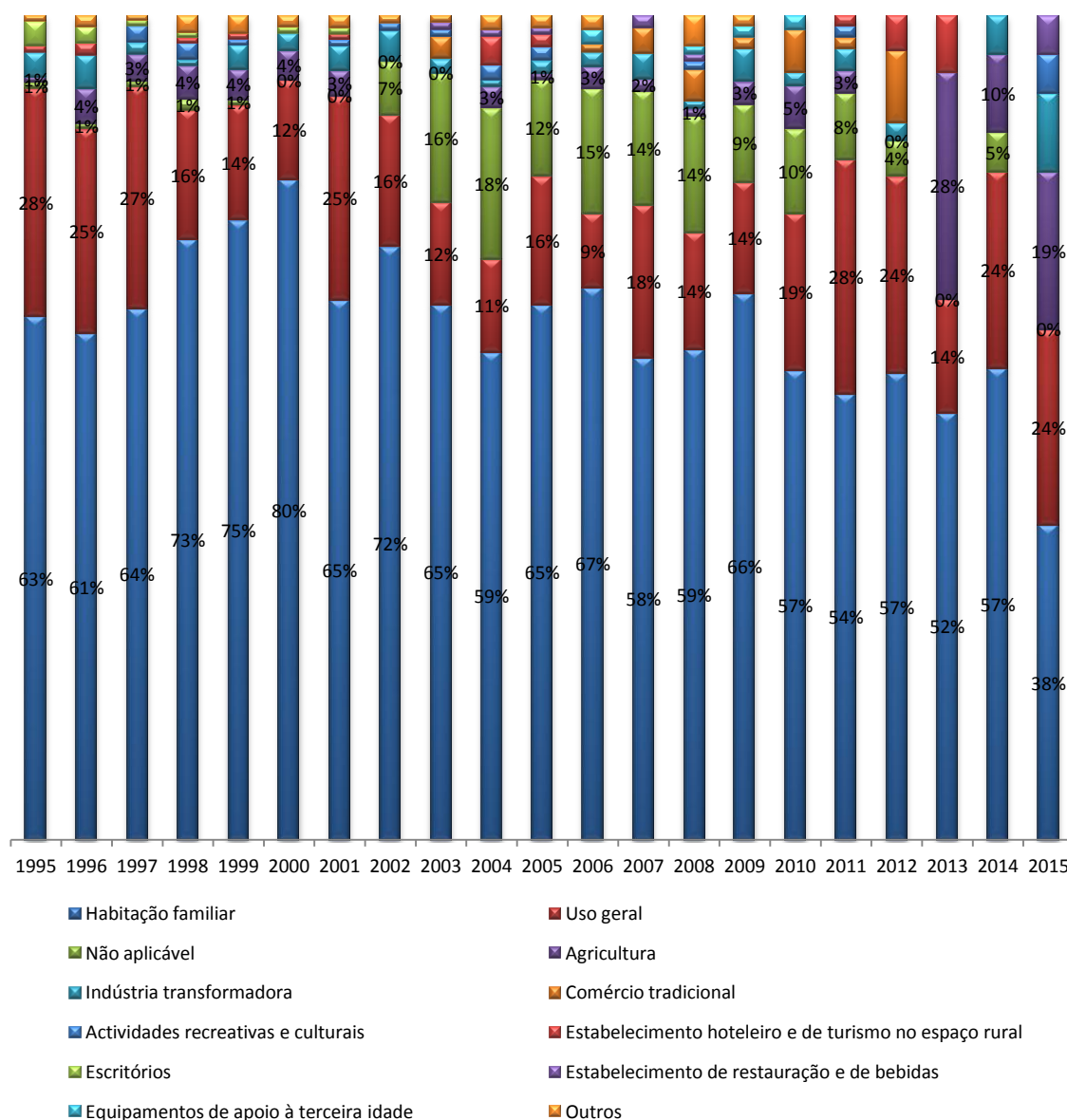
FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2015

No que diz respeito ao destino de obra, a habitação familiar registou em todos os anos uma posição cimeira em relação a outros fins, com valores compreendidos entre os 38% do total de edifícios licenciados em 2008 e os 80% em 2000. Num plano secundário aparecem,

TÁBUA

invariavelmente, os edifícios licenciados destinados a “uso geral”, bem como os classificados como “Não aplicável”, para a “Agricultura”, para a “Indústria Transformadora”, entre outros.

Gráfico 38. Relação entre os destinos de obra e o total de edifícios licenciados no município de Tábua, para os anos compreendidos entre 1995 e 2015

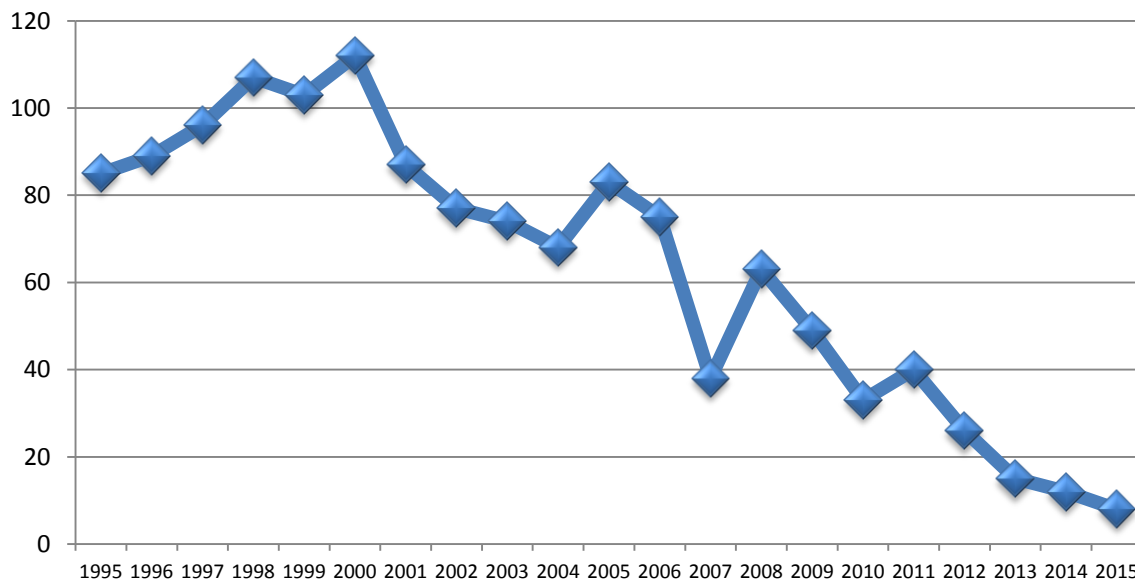


FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2015

Através do gráfico seguinte é possível constatar que os edifícios licenciados destinados a habitação familiar apresentaram uma tendência de crescimento até 2000 e um decréscimo bastante acentuado até à atualidade, com uma quebra superior a 90% entre 2000 e 2015.

TÁBUA

Gráfico 39. Evolução dos edifícios licenciados destinados a habitação familiar no município de Tábua, entre 1995 e 2015



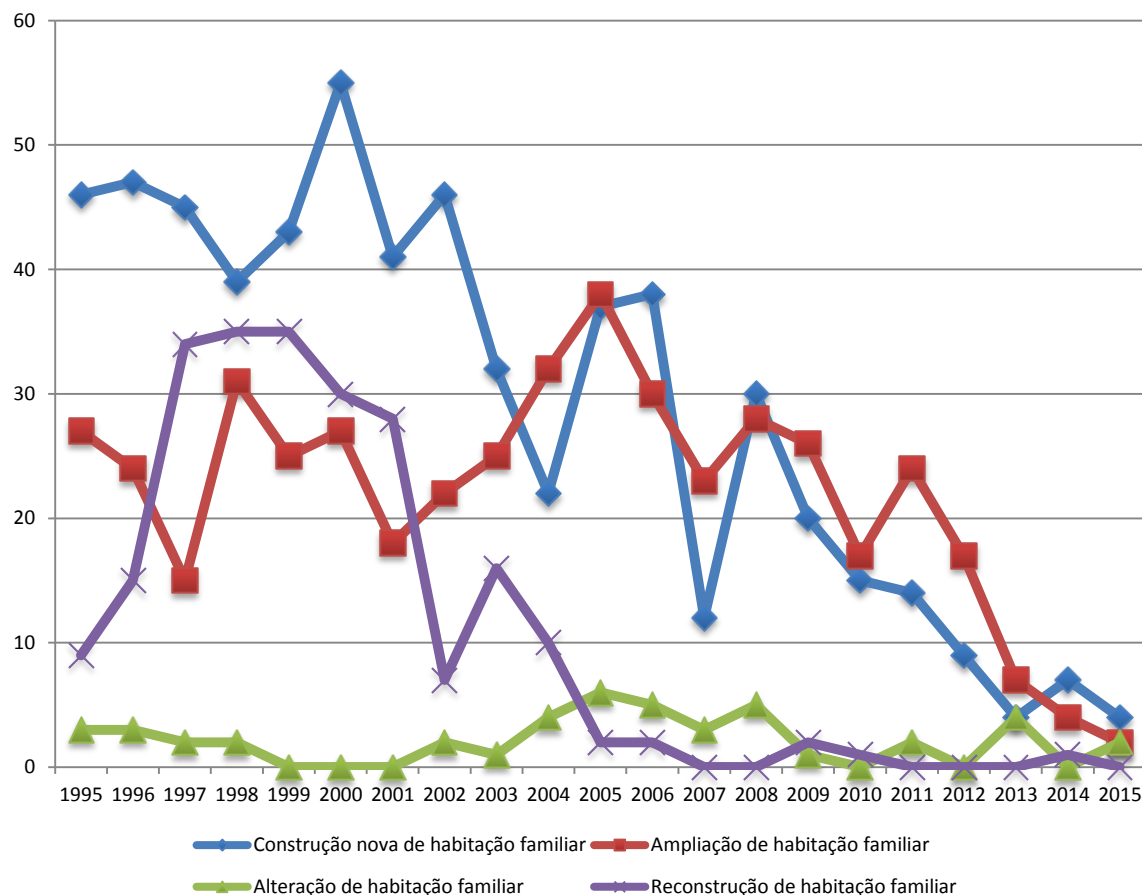
FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2015

O gráfico seguinte ilustra a evolução de edifícios licenciados dos vários tipos de obras que têm como destino a habitação familiar entre 1995 e 2015. A principal ilação a retirar é a tendência de decréscimo generalizado das diferentes modalidades de tipo de obra que têm como destino a habitação familiar.

Observa-se também que as reconstruções e as ampliações de habitações familiares tiveram alguma expressão na primeira metade do período em análise, para no período seguinte assumirem uma posição pouco relevante.

TÁBUA

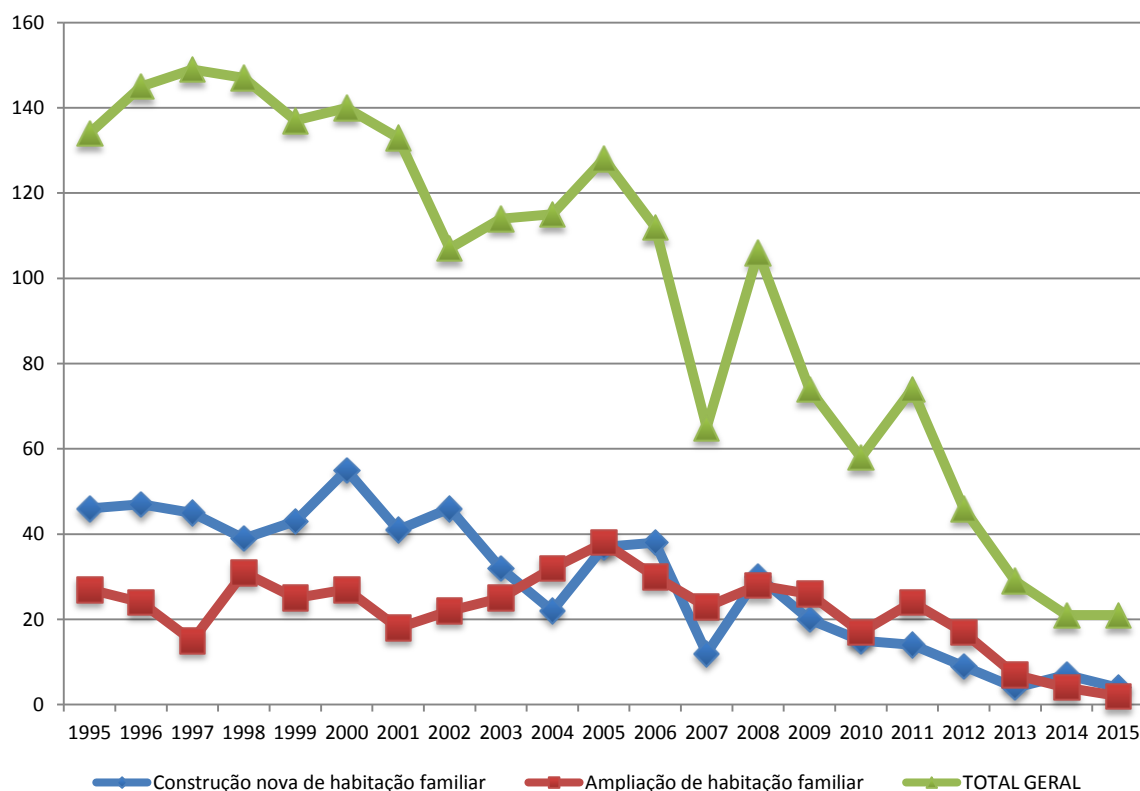
Gráfico 40. Evolução dos edifícios licenciados por tipo de obra que têm como destino a habitação familiar no município de Tábua entre 1995 e 2015



FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2015

Face aos dados apurados, constata-se que as construções novas de habitação familiar e as ampliações de habitação familiar constituíram (embora atualmente em menor escala) o motor da dinâmica edificatória e urbanística no município de Tábua nas duas últimas décadas, já que constituíram mais de metade de todos os edifícios licenciados no município de Tábua entre 1995 e 2015.

Gráfico 41. Evolução do total de edifícios licenciados, de construções novas de habitação familiar e de ampliações de habitação familiar no município de Tábua entre 1995 e 2015



FONTE: INE, SIOU, Obras Licenciadas, 1995 - 2015

Importa ainda considerar uma transformação essencial na intervenção e apropriação do território que se verifica na evolução da melhoria das condições de habitabilidade, e das novas necessidades contemporâneas de qualidade de vida, traduzidas em intervenções que são tipologicamente mais variadas e apetrechadas quer em termos de divisões, quer em termos de áreas adstritas à superfície habitacional.

A partir dos dados constantes no quadro seguinte, é possível verificar por um lado a diminuição do n.º médio de licenças / ano, e por outro, uma evolução bastante assinalável quando se comparam as áreas de superfície habitacional dos finais da década de '70/inícios da década de '80, e as praticadas nas últimas décadas (1995-2015), que revelam um aumento da superfície habitável média cifrado em 34,9m² o que corresponde a um acréscimo de 55%.

Quadro 25. Evolução do número médio de licenças e da superfície habitável média no município de Tábua

Período	Edifícios para Habitação	Superfície Habitável Média
	N.º médio licenças / ano	m ²
1975 a 1981	70	63,34
1995 a 2015	29	98,28

FONTE: INE, Inquéritos aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1975-1981; SIOU, Obras Licenciadas, 1993-2014

Estas transformações e formas de construção e apropriação do espaço não se revelam apenas ao nível da dimensão do edificado e da área habitável, mas também ao nível da área envolvente, constatando-se que se verifica também um aumento na área adjacente aos edifícios, referentes quer a espaço público, quer a espaço de logradouro privado.

Estes fatores alteram substancialmente as formas de apropriação dos aglomerados existentes, bem como alteram as formas de construção dos espaços urbanos, e as relações construído / não construído, espaço público / espaço privado, espaço edificado / espaço natural.

Revelam de igual modo ruturas com as formas tradicionais que muitos dos aglomerados revelam, acontecendo sobretudo nas suas franjas, com tipologias diferenciadas. Estas novas intervenções são assim mais extensas em termos de ocupação física do território, ainda que em termos de impermeabilização sejam reduzidas em virtude dos seus baixos índices de impermeabilização. Necessitam assim de uma maior extensão territorial para acomodar o mesmo número de habitantes que outrora.

8.2. EXPRESSÃO TERRITORIAL DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

A presente análise tem como objetivo a análise e tradução territorial das operações urbanísticas ocorridas no município de Tábua entre 1994 e 2015 organizadas em três grupos: i) licenças, comunicações e autorizações; ii) Loteamentos e iii) Informações prévias.

A Câmara Municipal de Tábua tem organizado desde 1994 uma base de dados de apoio à gestão urbanística materializada por intermédio de tabelas anuais onde se explicita a operação urbanística, os diferentes atos administrativos, a identificação do número do processo, a data, a identificação do requerente, a localização da pretensão e todo um

conjunto de informações necessárias ao acompanhamento dos processos que dão entrada nos serviços camarários.

Esta aferição reveste-se de uma grande importância para a compreensão dos processos urbanos e edificatórios no município de Tábua, já que identifica os principais polos territoriais onde a dinâmica urbanística mais se expressou e estabelece ao mesmo tempo os blocos territoriais de dinâmica socioeconómica e de atratividade do concelho. Por uma questão de facilidade no tratamento dos dados a análise está estruturada com os limites territoriais das freguesias antes da reorganização administrativa de 2013. Para além dos dados se reportarem na sua grande maioria a anos anteriores a 2013, é possível deste modo imprimir um maior detalhe territorial à análise.

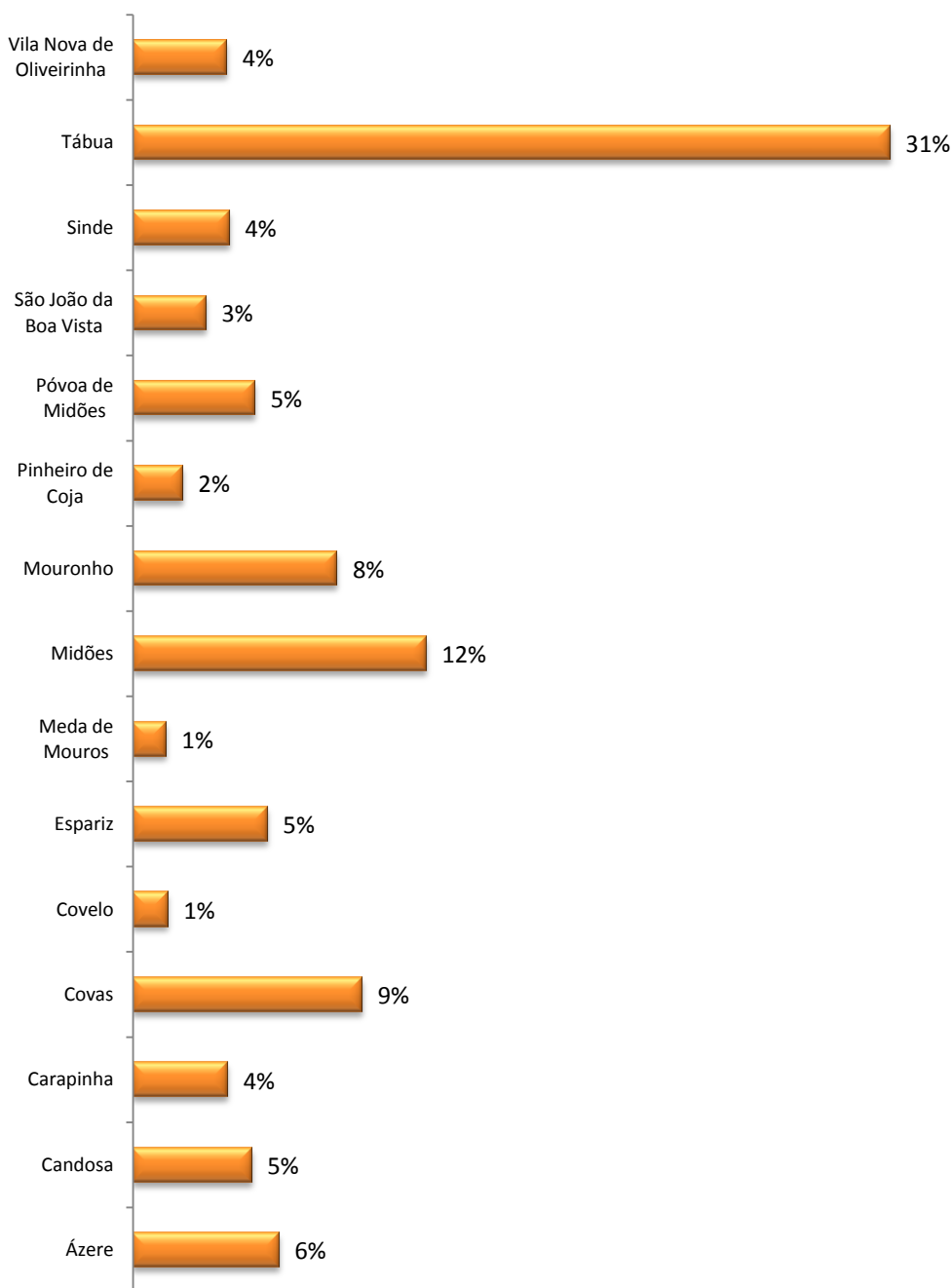
Licenças, comunicações e autorizações

A Câmara Municipal de Tábua tem registo desde 1994 até 2015 de 2989 atos de licenciamento, comunicação e autorização das mais variadas tipologias de operações urbanísticas. Os atos repartem-se entre os licenciamentos (51%) e as autorizações (48%), com as comunicações a terem um papel residual, existindo apenas 18 registos deste ato administrativo.

Quase um terço dos atos de licenciamento, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015 ocorreram na freguesia de Tábua (31%), o que faz deste território o principal polo de desenvolvimento urbanístico do município e vem ao encontro da sua condição de sede de concelho. Perfilam-se de seguida o conjunto composto pelas freguesias de Midões (12%), Covas (9%) e Mouronho (8%), que juntamente com Tábua constituem 60% do total dos atos de licenciamento, comunicações e autorizações ocorridas no município no período referido (cfr gráfico seguinte).

TÁBUA

Gráfico 42. Distribuição territorial das licenças, comunicações e autorizações compreendidas entre 1994 e 2015 pelas freguesias do município de Tábua



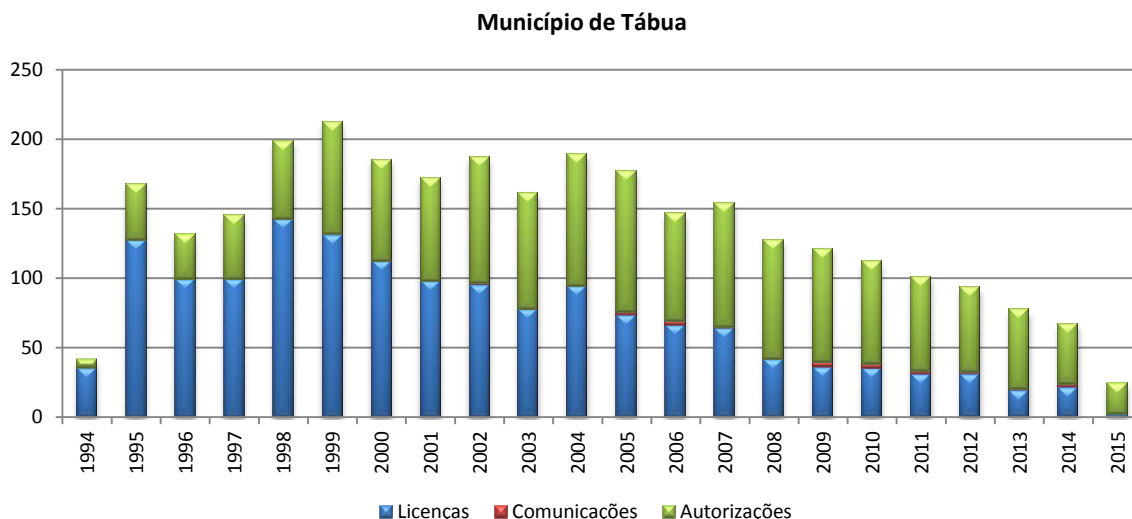
Fonte: Licenças, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

A evolução dos atos de licenciamento, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015 no município de Tábua encontra-se representada no gráfico seguinte, onde é possível observar uma tendência de decréscimo a partir de 1999, ano em que foi atingido o valor máximo com mais de 200 atos. Por sua vez em 2015 foi atingido o valor mínimo (24 atos) o que ilustra bem a retração da dinâmica urbanística que o município tem vindo a sentir. Outro dado que

TÁBUA

se extrai prende-se com a predominância dos atos de licenciamento na primeira metade do período em apreço e a predominância de autorizações na segunda metade.

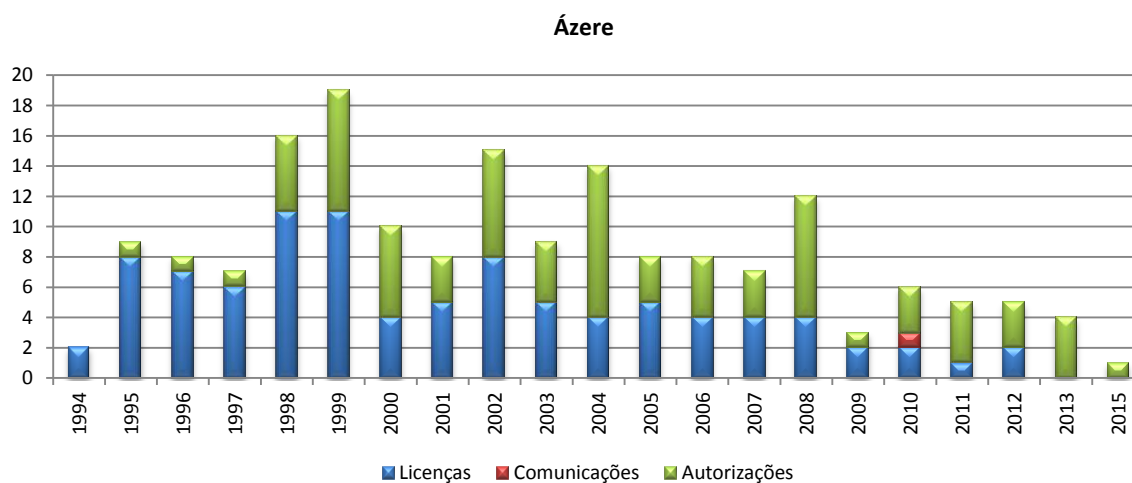
Gráfico 43. Evolução dos atos de licenciamento, comunicações e autorizações no município de Tábua entre 1994 e 2015



Fonte: Licenças, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

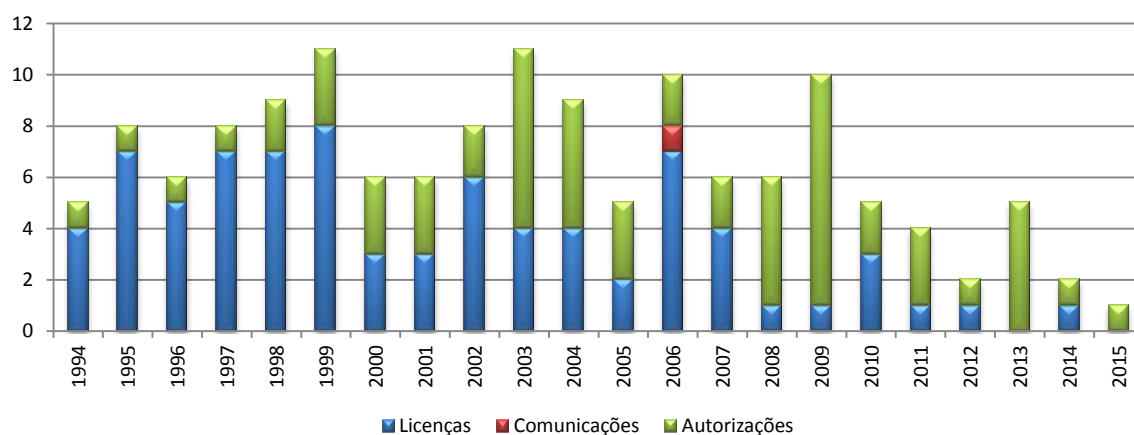
Nos gráficos seguintes alarga-se o exercício anterior ao nível territorial das freguesias, sintetizando deste modo a evolução dos atos de licenciamento, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015 pelo território do município

Gráfico 44. Evolução dos atos de licenciamento, comunicações e autorizações nas freguesias do município de Tábua entre 1994 e 2015

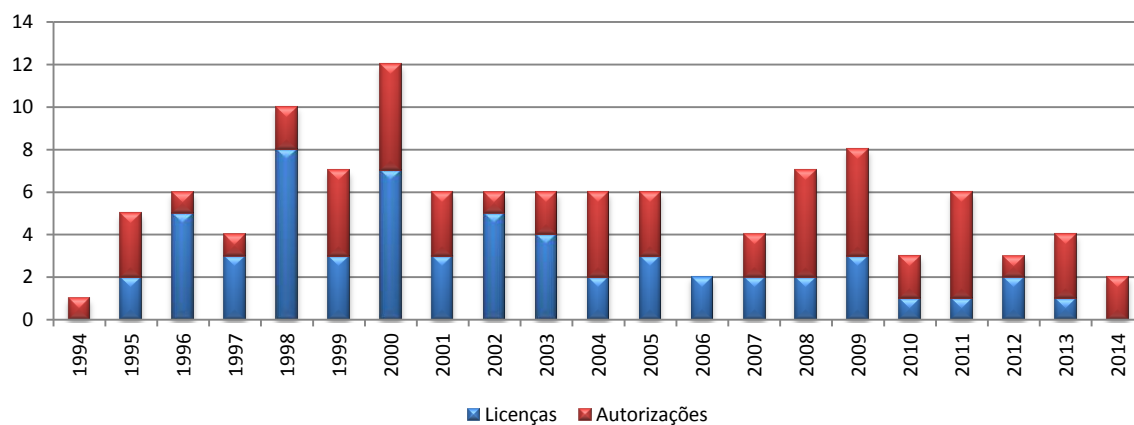


TÁBUA

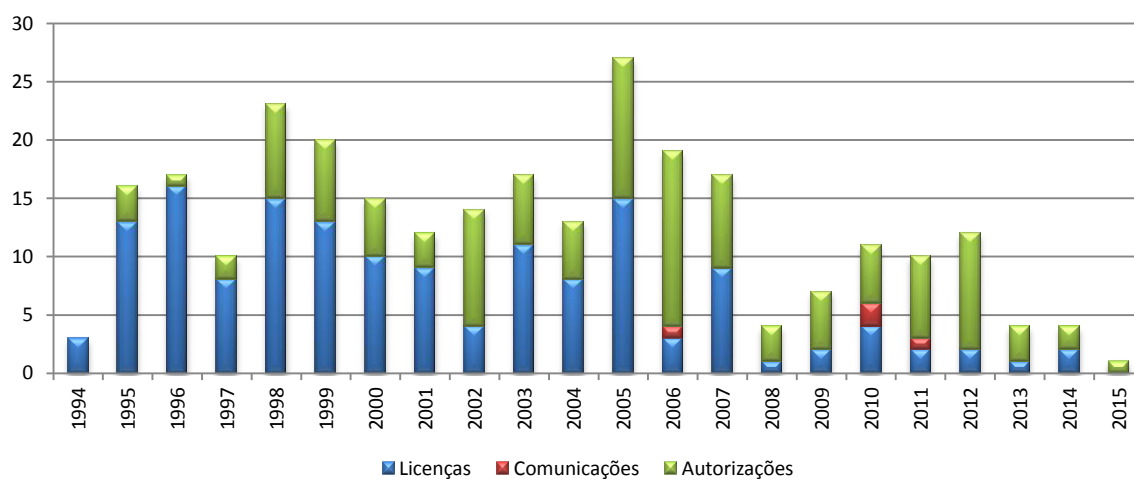
Candosa



Carapinha

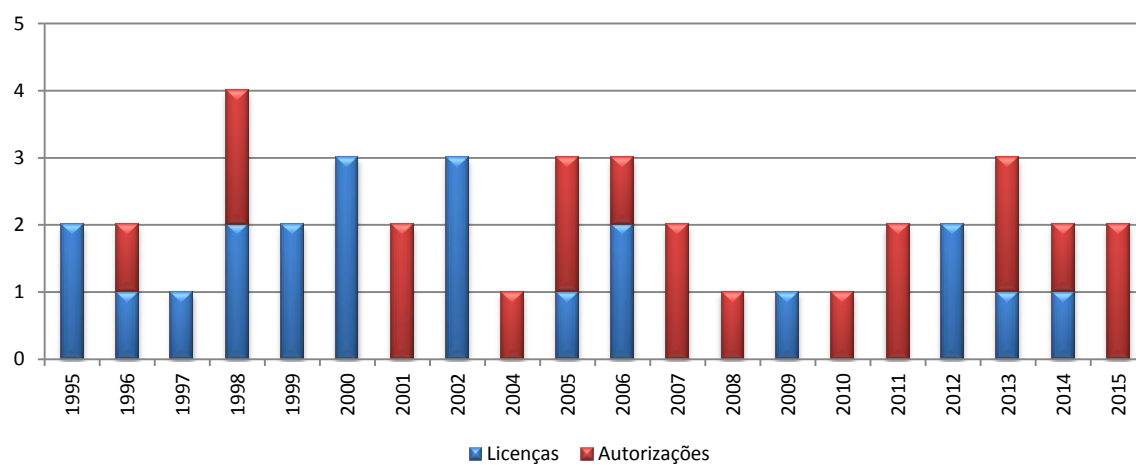


Covas

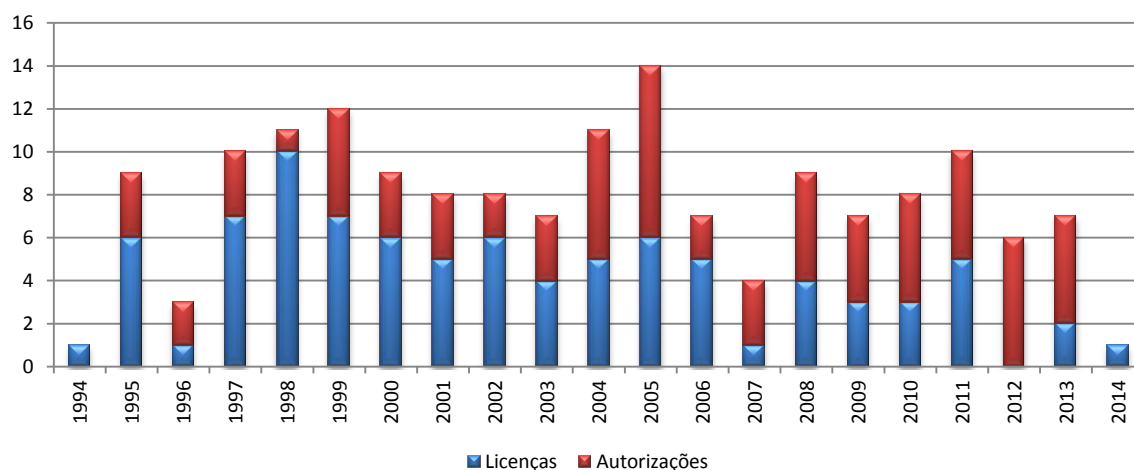


TÁBUA

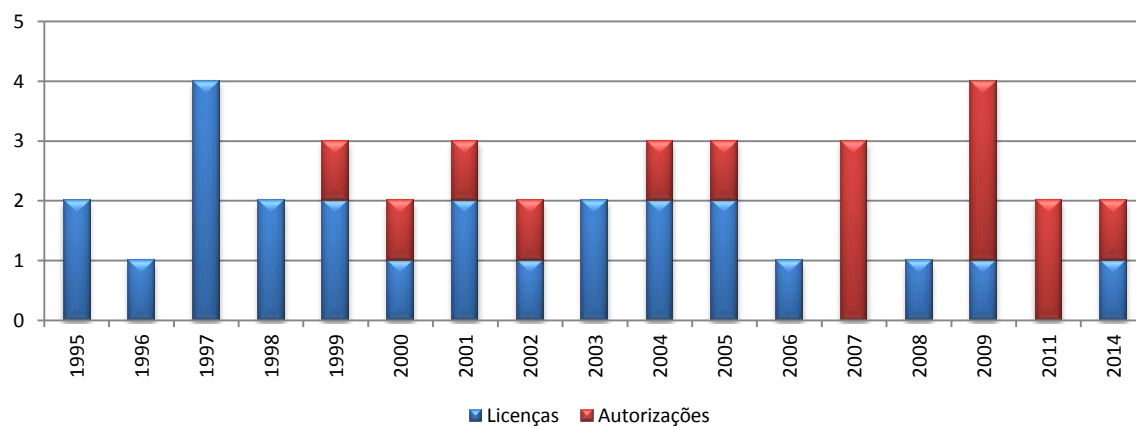
Covelo



Espariz

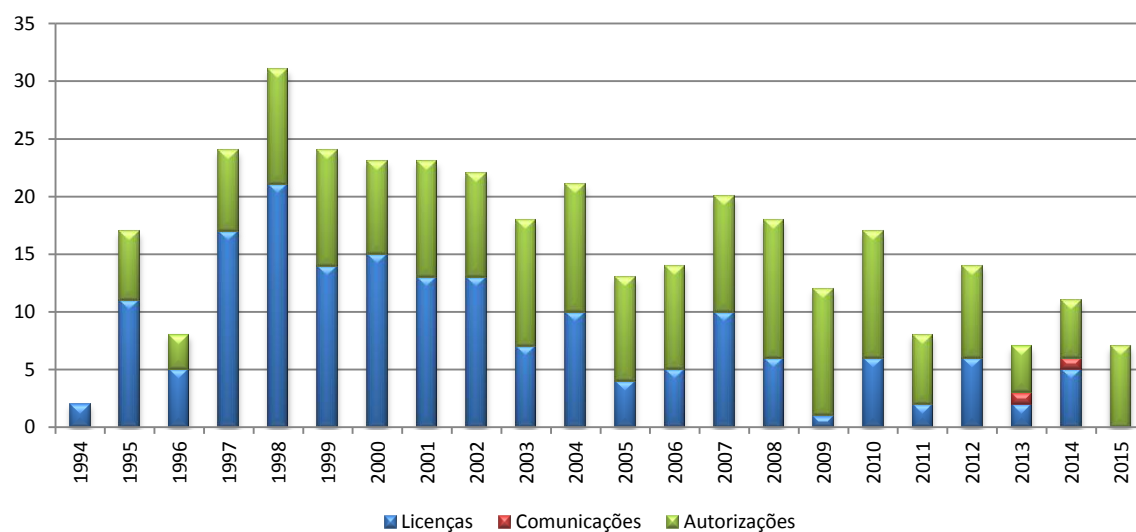


Meda de Mouros

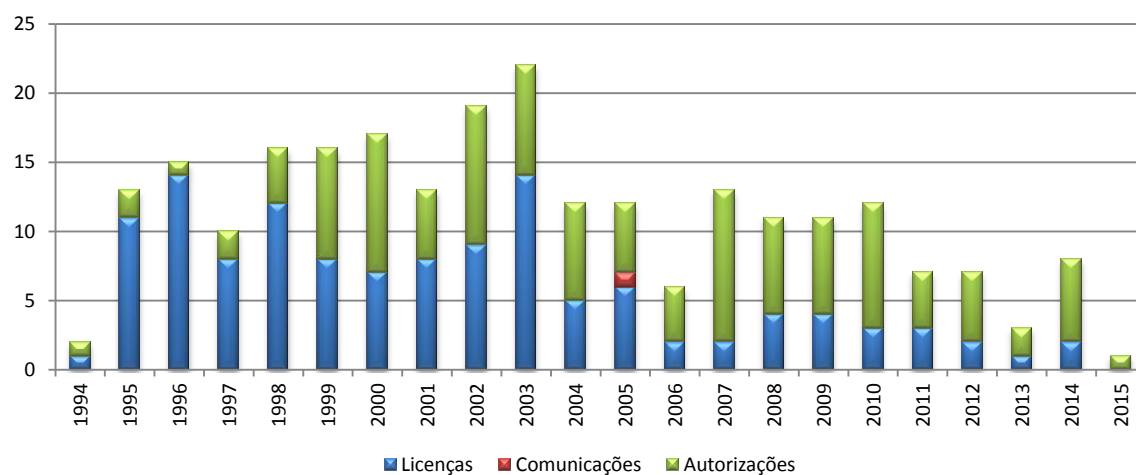


TÁBUA

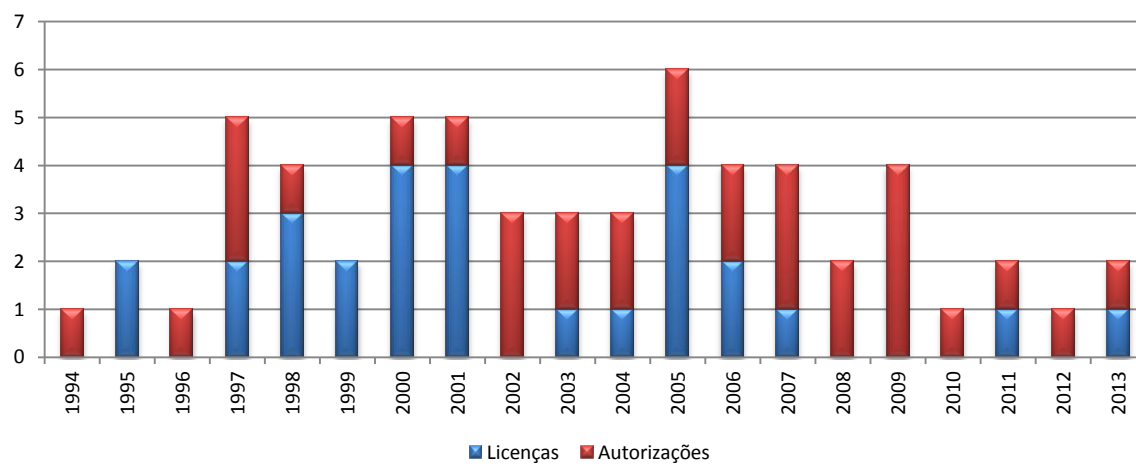
Midões



Mouronho

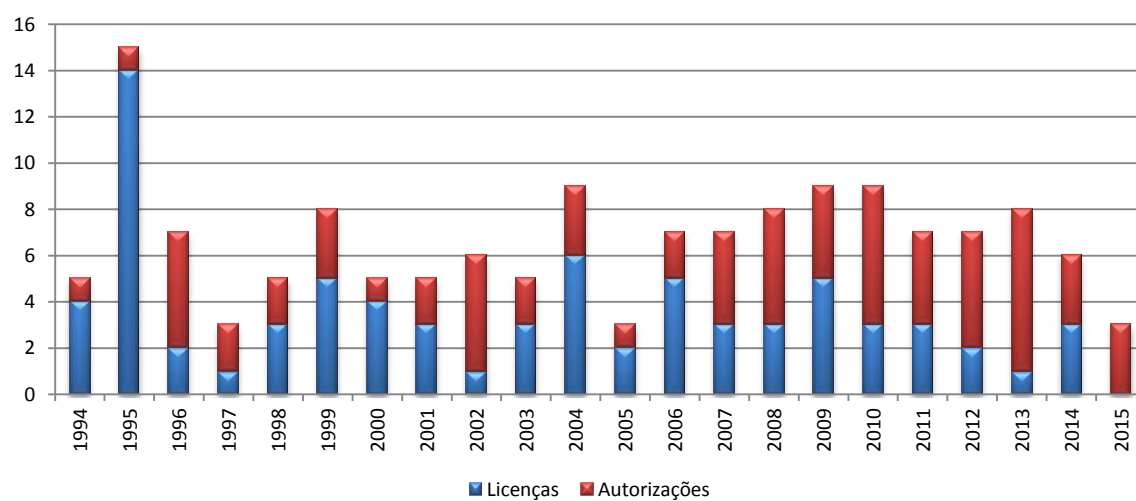


Pinheiro de Coja

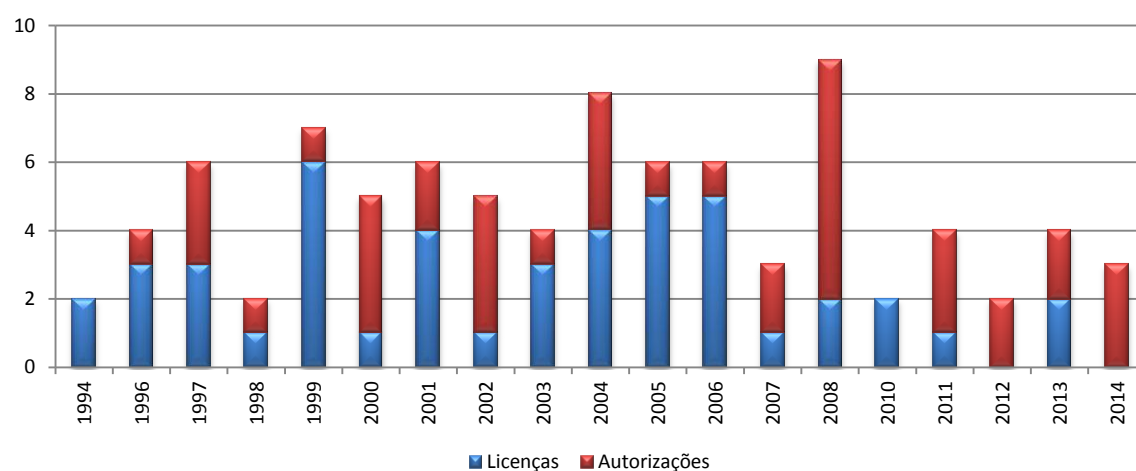


TÁBUA

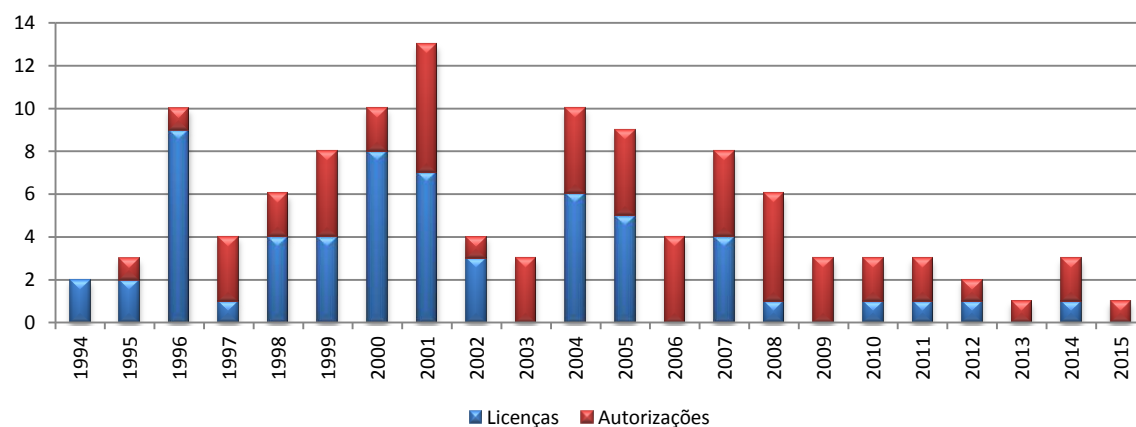
Póvoa de Midões



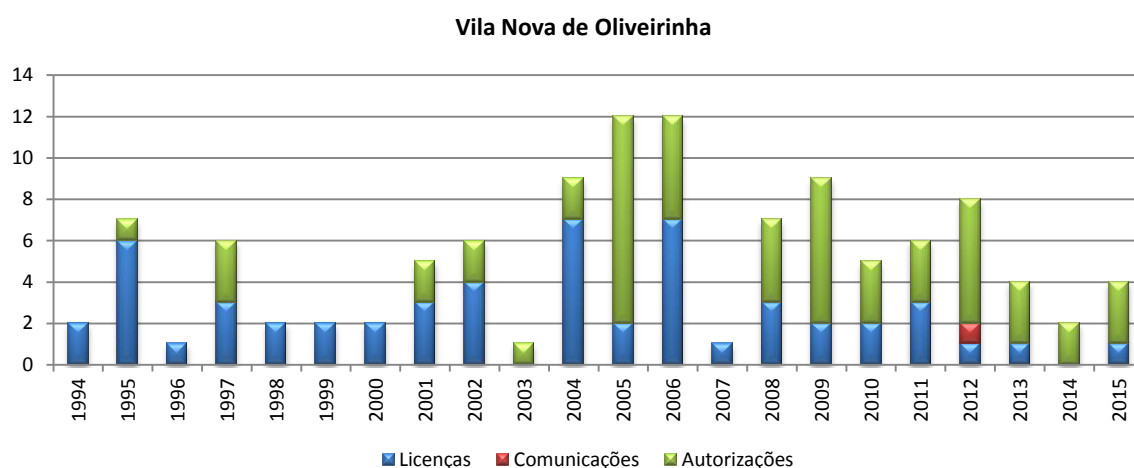
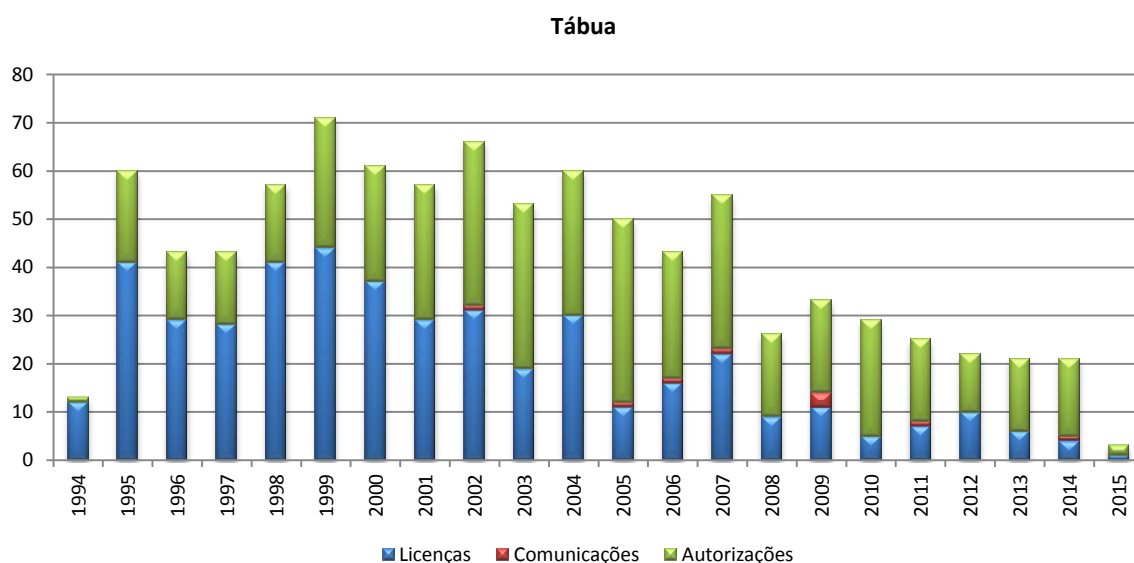
São João da Boa Vista



Sinde



TÁBUA



Fonte: Licenças, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

Outro dado que se consegue extrair da base de dados diz respeito à área do lote / parcela afeta às licenças, comunicações e autorizações (quando aplicável). Assim, estão registados 938.537 m² de área total, repartida entre as licenças (52%) e as autorizações (46%), cabendo às comunicações uma área residual (2%). No quadro seguinte apresenta-se as áreas dos diferentes atos e a sua tradução territorial quer ao nível do município quer ao nível das freguesias

TÁBUA

Quadro 26. Total de área (m²) de lotes / parcelas afetas às licenças, comunicações e autorizações pelo território das freguesias do município de Tábua para o período compreendido entre 1994 e 2015

Território	Licenças (m ²)	Autorizações (m ²)	Comunicações (m ²)	Total (m ²)
Ázere	15685	12017	38	27740
Candosa	19043	16794	256	36093
Carapinha	17770	14303	-	32072
Covas	28331	20124	737	49192
Covelo	4420	4531	-	8951
Espariz	21962	16245	-	38207
Meda de Mouros	6358	2423	-	8782
Midões	49148	47685	181	97014
Mouronho	29356	22453	302	52111
Pinheiro de Coja	6126	5434	-	11559
Póvoa de Midões	16069	14416	-	30486
São João da Boa Vista	8042	6195	-	14237
Sinde	24449	47726	-	72175
Tábua	233605	189292	14312	437210
Vila Nova de Oliveirinha	10964	11445	300	22709
Município de Tábua	491327	431084	16126	938537

Fonte: Licenças, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

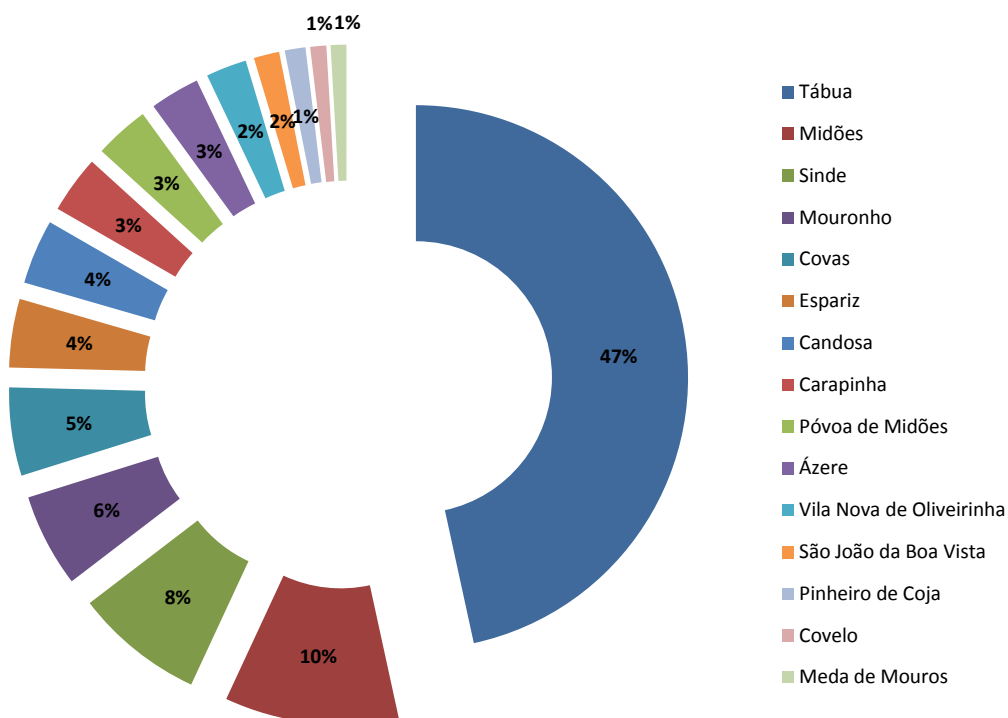
Como seria expetável, o território da freguesia de Tábua apresenta a maior área de lotes / parcelas afeta às licenças, comunicações e autorizações com 437210 m², o que representa 47% do valor total de área. A freguesia constituiu a localização de 48% da área das licenças, 44% da área das autorizações e 89% da área afeta às comunicações.

A restante área encontra-se repartida pelas várias freguesias, encabeçada por Midões (10%) e seguida por Sinde (8%) e Mouronho (6%)

No gráfico seguinte procede-se à síntese da distribuição do total de área (m²) de lotes / parcelas afetas às licenças, comunicações e autorizações pelas freguesias do município de Tábua para o período compreendido entre 1994 e 2015

TÁBUA

Gráfico 45. Distribuição do total de área (m²) de lotes / parcelas afetas às licenças, comunicações e autorizações pelas freguesias do município de Tábua para o período compreendido entre 1994 e 2015

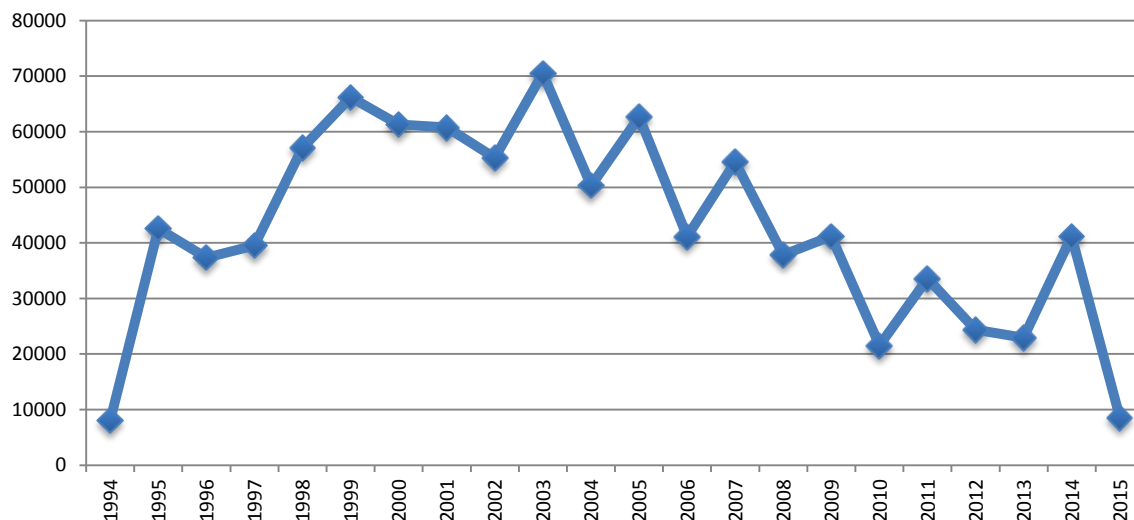


Fonte: Licenças, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

Em termos evolutivos a área (m²) de lotes / parcelas afeta às licenças, comunicações e autorizações no município de Tábua entre 1994 e 2015 acompanhou, até certa medida, a tendência evolutiva aferida para o número de atos, ou seja, uma tendência de decréscimo da área desde 1999 até à atualidade, com 2015 a revelar o valor mais baixo em todo o período em análise (cfr gráfico seguinte).

TÁBUA

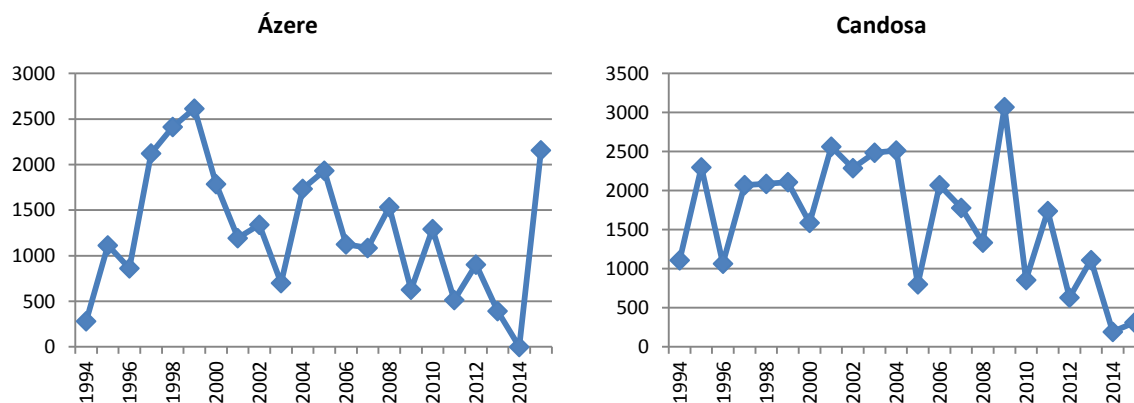
Gráfico 46. Evolução da área (m²) de lotes / parcelas afetas às licenças, comunicações e autorizações no município de Tábua entre 1994 e 2015



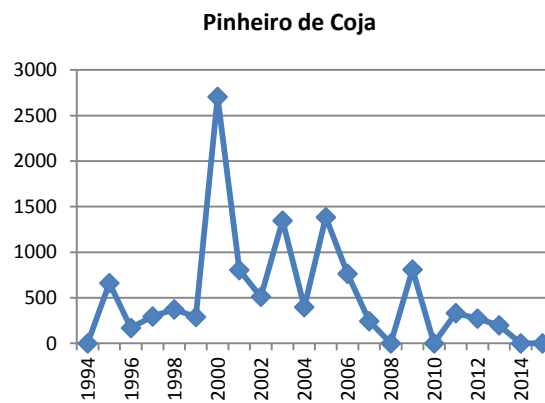
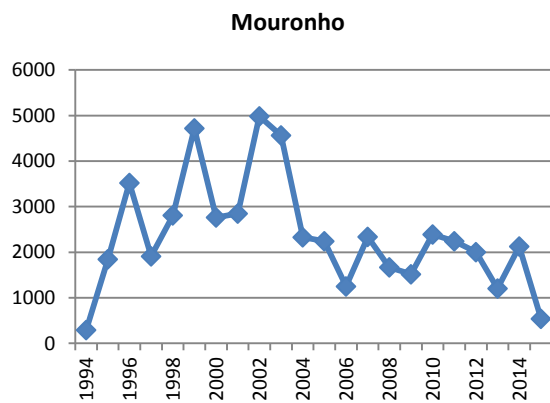
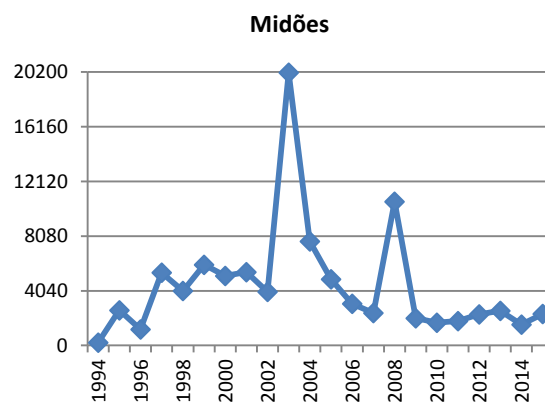
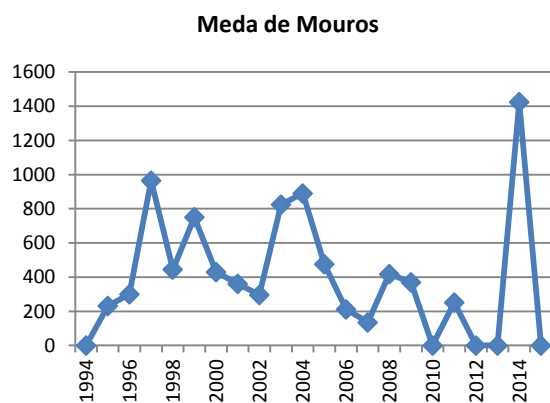
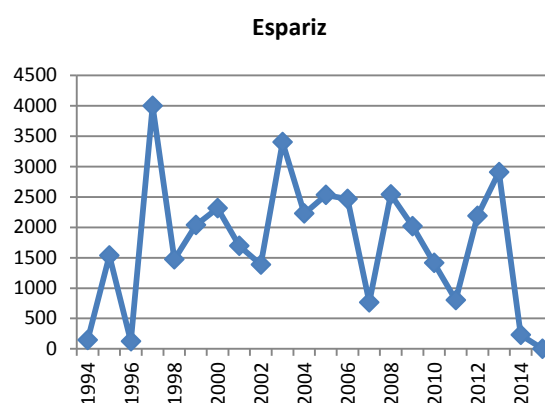
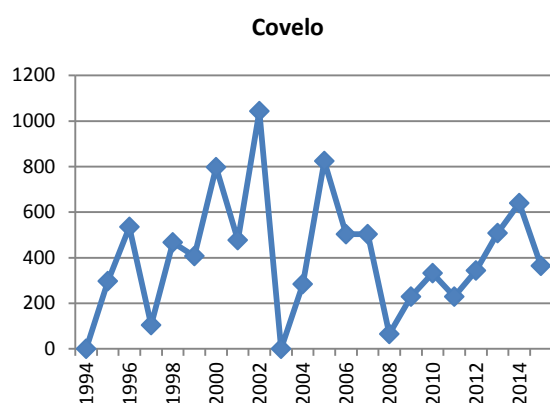
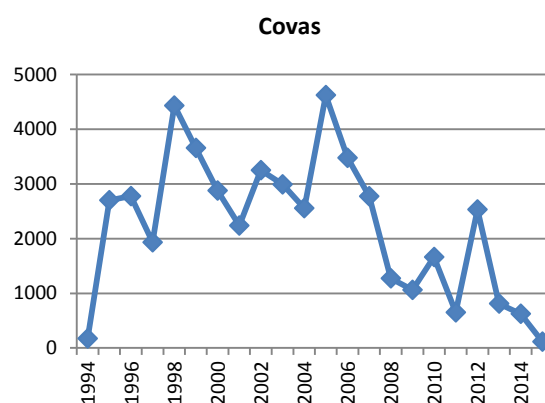
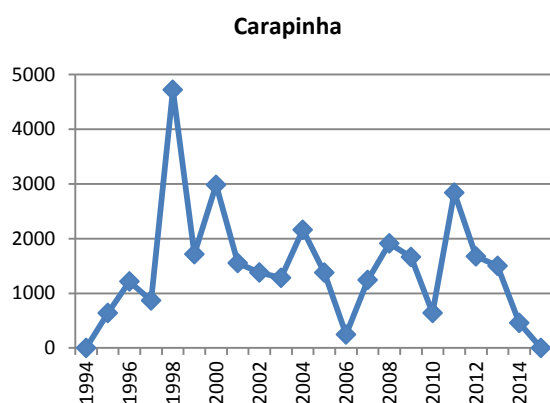
Fonte: Licenças, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

Através dos gráficos seguintes precede-se à síntese evolutiva da área total afeta às licenças, comunicações e autorizações pelas diferentes freguesias do município de Tábua para o período compreendido entre 1994 e 2015.

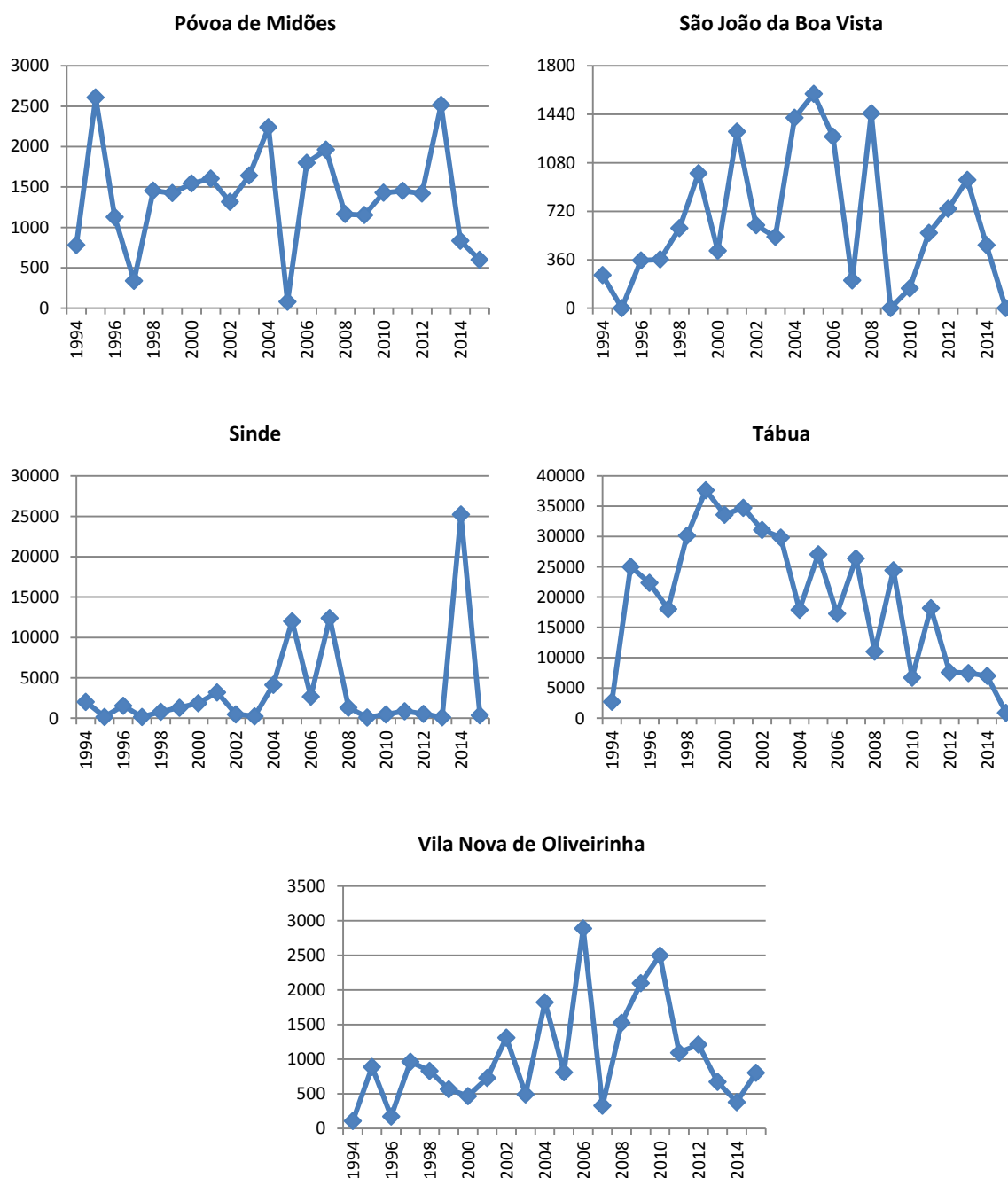
Gráfico 47. Evolução da área (m²) de lotes / parcelas afetas às licenças, comunicações e autorizações nas freguesias do município de Tábua entre 1994 e 2015



TÁBUA



TÁBUA



Fonte: Licenças, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

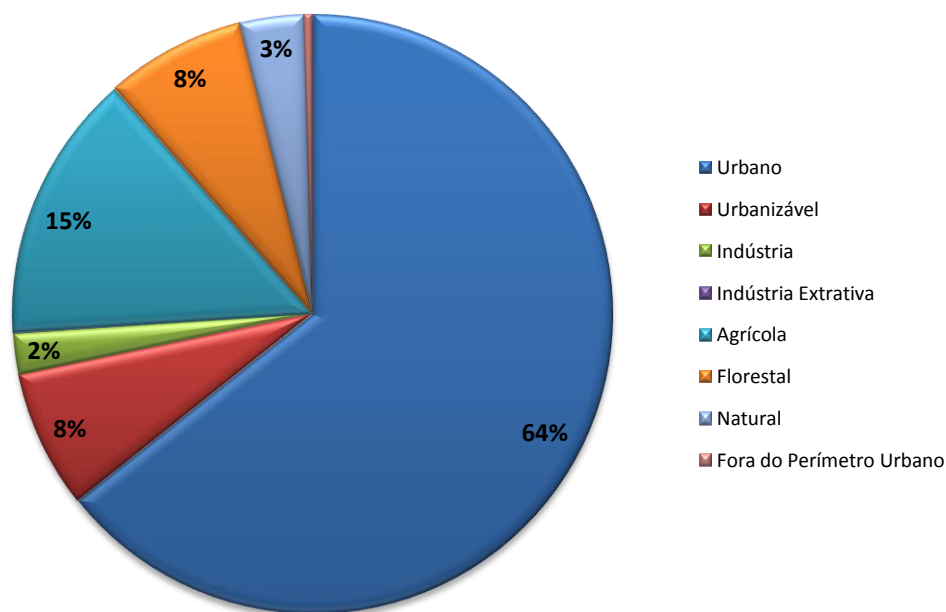
O cruzamento entre a incidência das licenças, comunicações e autorizações pelas classes de espaços do PDM de Tábua para o período compreendido entre 1995 e 2015 revela que 64% do total de atos incide na classe de Espaço Urbano. Cerca de 8% foi destinado aos Espaços Urbanizáveis.

Verifica-se também que cerca de um quarto do total de licenças, comunicações e autorizações ocorreram em áreas em que a vocação dominante do solo não era a ocupação

TÁBUA

urbana / industrial, com 15% em Espaço Agrícola, 8% em Espaço Florestal e 3% em Espaço Natural, de acordo com o gráfico seguinte.

Gráfico 48. Distribuição das licenças, comunicações e autorizações pelas classes de espaços do PDM de Tábua para o período compreendido entre 1994 e 2015



Fonte: Licenças, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

Por intermédio do gráfico seguinte, verifica-se que em todas as freguesias, a maior parte dos atos de licenciamento, comunicações e autorizações ocorreram no Espaço Urbano. Carapinha foi a freguesia com 76% de atos em Espaço Urbano destacou-se das demais, seguida de Mouronho com 72% e Tábua com 71%.

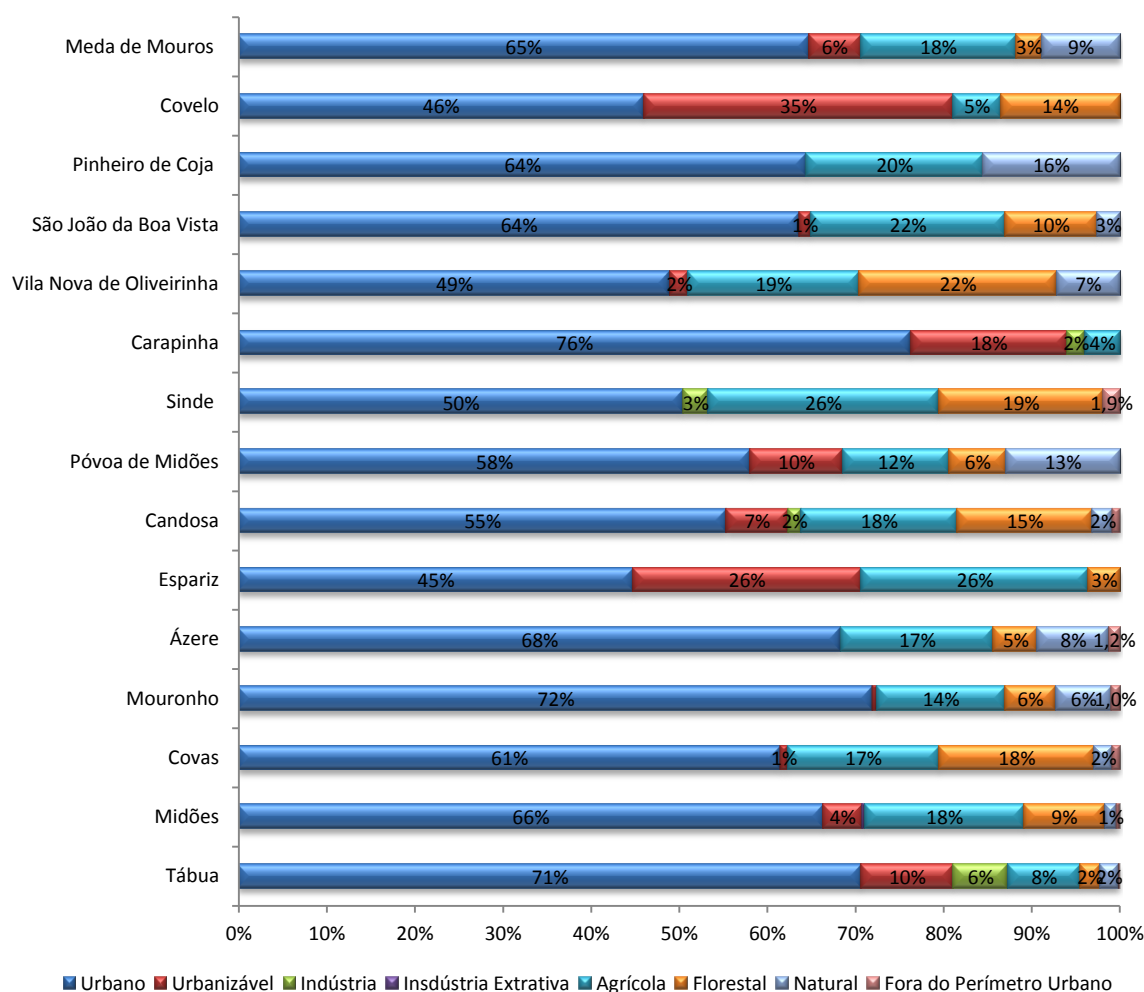
Covelo, Espariz e Carapinha foram as freguesias com maior incidência de atos de licenciamento, comunicações e autorizações em Espaço Urbanizável, com 35%, 26% e 18%, respetivamente. Espariz e Covelo foram os territórios onde a incidência de atos em Espaço Urbano foi menor (45% e 46%, respetivamente).

TÁBUA

Os atos que incidiram sobre o Espaço Industrial foram sobretudo na freguesia de Tábua com um peso relativo na estrutura total de atos ocorridos na freguesia de 6%.

Em relação às freguesias com maior incidência de atos de licenciamento, comunicações e autorizações em espaços com vocação rural, destacam-se, Vila Nova de Oliveirinha e Sinde com 49% e 47%, respetivamente, de atos em Espaço Agrícola, Florestal ou Natural. As freguesias de Espariz e Sinde foram os territórios onde os atos em Espaço Agrícola tiveram maior predominância no cômputo geral da freguesia (26% cada). Em relação aos Espaços Florestais foi nas freguesias de Vila Nova de Oliveirinha (22%), Sinde (19%) e Covas (18%) que esta classe de espaços teve maior peso relativo. Quanto ao Espaço Natural teve maior peso na estrutura das freguesias de Pinheiro de Coja (16%) e Póvoa de Midões (13%).

Gráfico 49. Distribuição das licenças, comunicações e autorizações pelas classes de espaço do PDM de Tábua e pelas freguesias do município de Tábua para o período compreendido entre 1994 e 2015

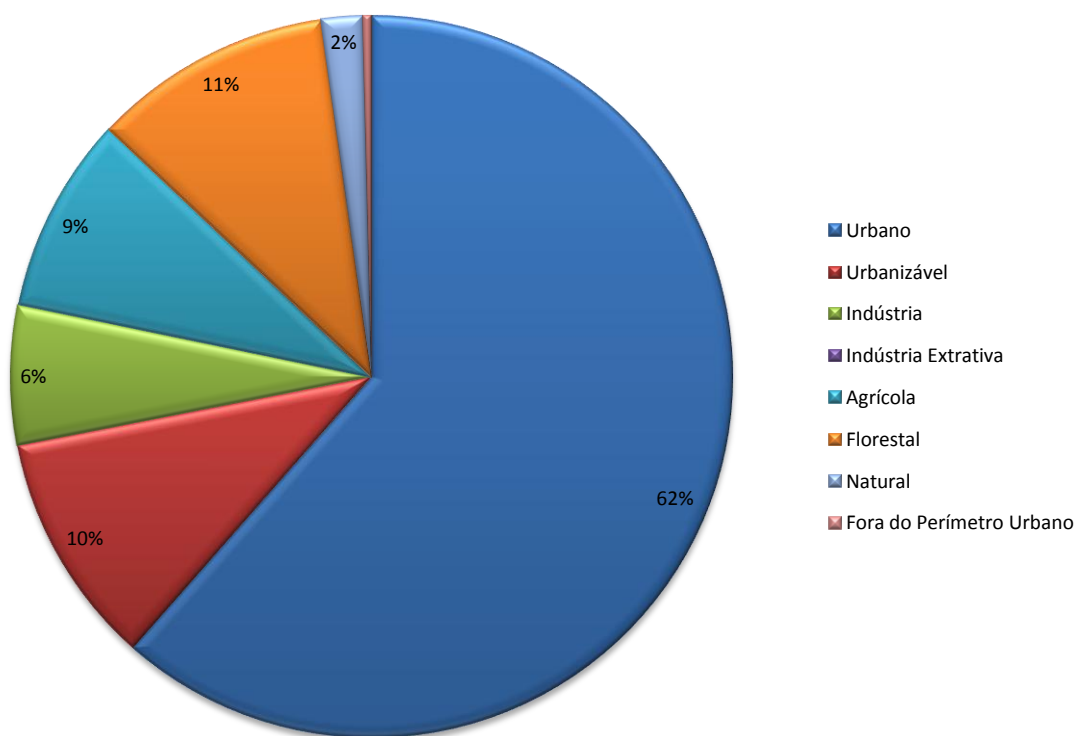


Fonte: Licenças, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

TÁBUA

Outra análise que se pode realizar diz respeito ao cruzamento entre a área total de área (m²) de lotes / parcelas afetas às licenças, comunicações e autorizações pelas classes de espaços do PDM de Tábua para o período compreendido entre 1995 e 2015. Assim, a maioria da área afeta aos atos foi em Espaço Urbano com 62%, seguido do Espaço Florestal (11%), do Espaço Urbanizável (10%) e do Espaço Agrícola (9%) (cfr gráfico seguinte).

Gráfico 50. Distribuição do total de área (m²) de lotes / parcelas afetas às licenças, comunicações e autorizações pelas classes de espaços do PDM de Tábua para o período compreendido entre 1994 e 2015



Fonte: Licenças, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

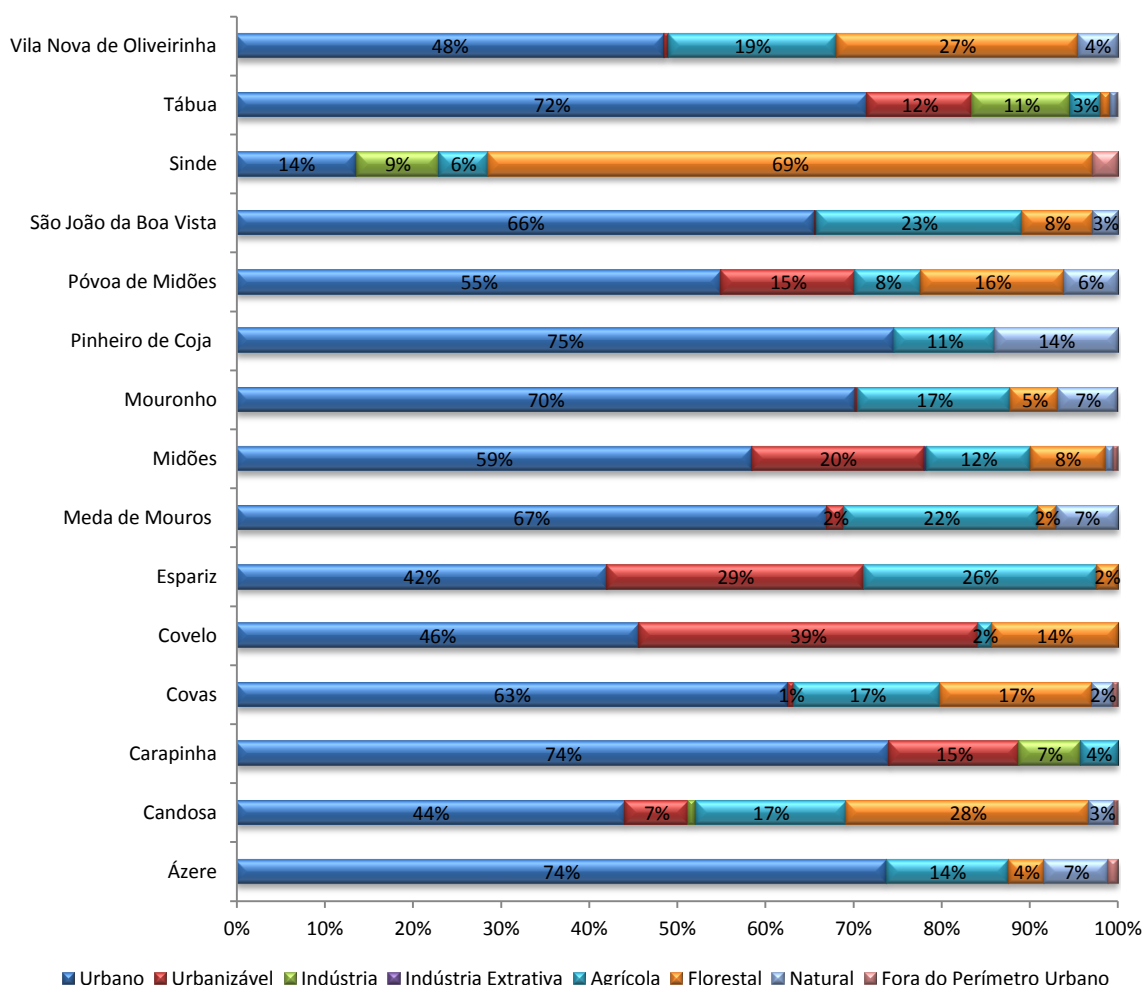
Na freguesia de Tábua localizaram-se 54% da área dos atos de licenciamento, comunicações e autorizações referentes quer ao Espaço Urbano quer ao Espaço Urbanizável, ou seja, destinado a funções urbanas, predominantemente a habitação. Cerca

TÁBUA

de 84% da área dos atos que têm como alvo o Espaço Indústria ocorreu também na freguesia de Tábua, o que revela a freguesia sede de concelho, como o palco privilegiado para os investimentos empresariais / industriais e reforça o seu estatuto de principal polo socioeconómico do município de Tábua.

No que diz respeito ao solo onde a vocação dominante apresenta características rurais / naturais, a freguesia de Tábua foi onde a maior parte da área afeta aos atos de licenciamento, comunicações e autorizações ocorreu em Espaços Agrícolas, com 18% da área total. Em Espaço Florestal, a maioria da área teve lugar em Sinde com 51%, ao passo que em Espaço Natural a freguesia mais atingida foi Mouronho e Tábua, com 20% e 19%, respetivamente.

Gráfico 51. Distribuição do total de área (m²) de lotes / parcelas afetas às licenças, comunicações e autorizações pelas classes de espaço do PDM de Tábua e pelas freguesias do município de Tábua para o período compreendido entre 1994 e 2015

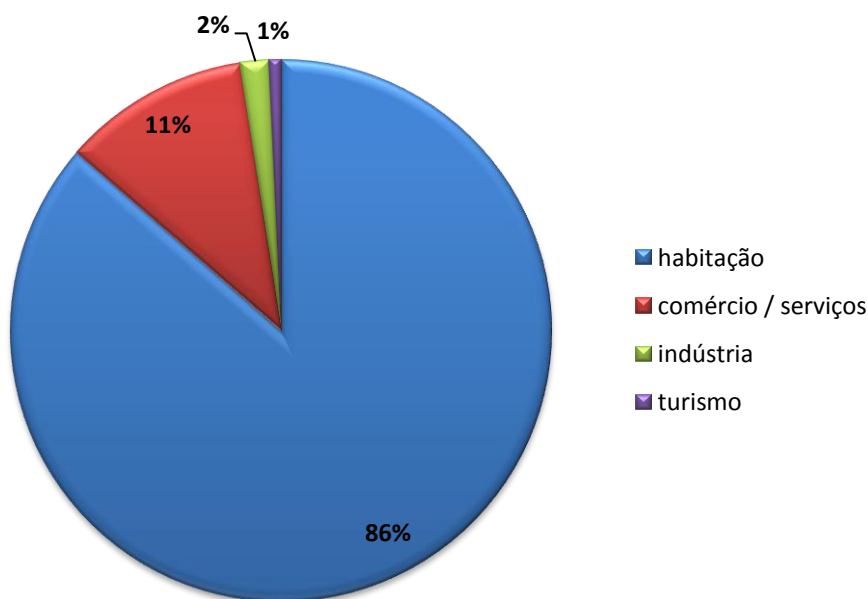


Fonte: Licenças, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

Relativamente ao peso relativo que a área dos lotes / parcelas afetas aos atos de licenciamento, comunicações e autorizações teve nas diferentes classes de espaços nas várias freguesias, expresso no gráfico anterior, verifica-se que o Espaço Urbano é a classe mais representativa em todas as freguesias com exceção de Sinde, onde o Espaço Florestal representou 62% da área dos atos da freguesia. A área dos atos em Espaço Agrícola foi mais relevante nas freguesias de Covelo (39%) e em Espariz (29%).

Por fim, constatou-se que 86% do total das licenças, comunicações e autorizações tiveram como destino a função habitacional, o que é revelador das características do município assente numa dinâmica urbanística vocacionada para a construção de residências.

Gráfico 52. Distribuição das licenças, comunicações e autorizações pelo destino da obra para o período compreendido entre 1994 e 2015



Fonte: Licenças, comunicações e autorizações entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

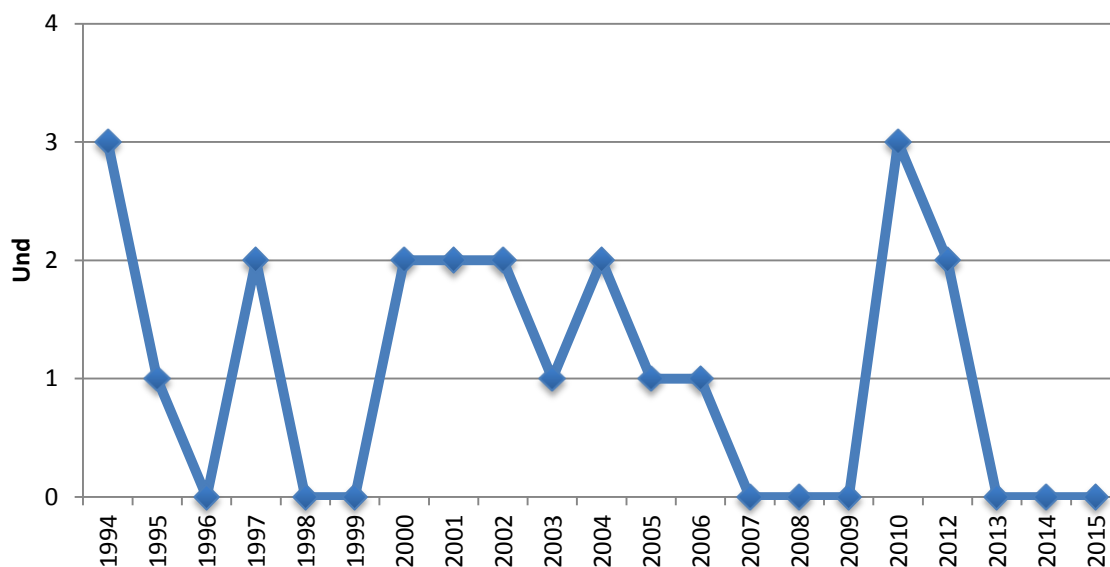
Loteamentos

No que concerne ao número de loteamentos, entre 1994 e 2015, verificaram-se no concelho de Tábua um total de 22 processos de loteamentos. Da análise do gráfico é possível

TÁBUA

observar que em 1994 e 2010 foi quando se verificou o maior número de loteamentos, por outro lado, nos anos de 1996, 1998, 1999, 2007, 2008, 2009, 2013, 2014 e 2015, não se verificou nenhuma entrada nos serviços da Câmara de processos de loteamento.

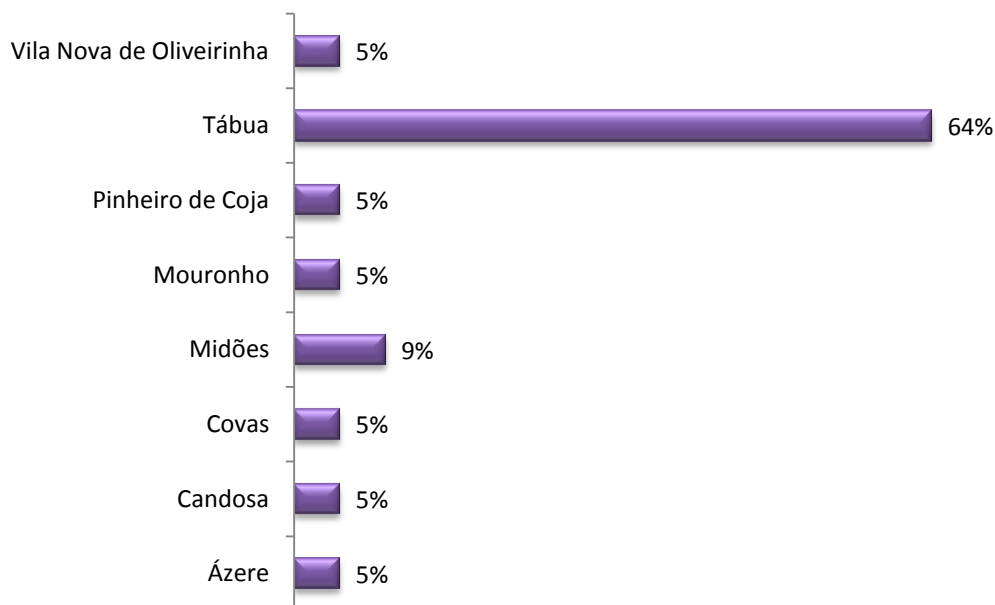
Gráfico 53. Evolução do n.º de loteamentos no município de Tábua entre 1994-2015



Fonte: Loteamentos entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

Os loteamentos tiveram particular expressão na freguesia de Tábua com 64% dos 22 loteamentos registados no município entre 1994 e 2015. Houve também registo de dois loteamentos em Midões (9%) e de um loteamento em Ázere, Candosa, Covas, Mouronho, Pinheiro de Coja e Vila Nova de Oliveirinha.

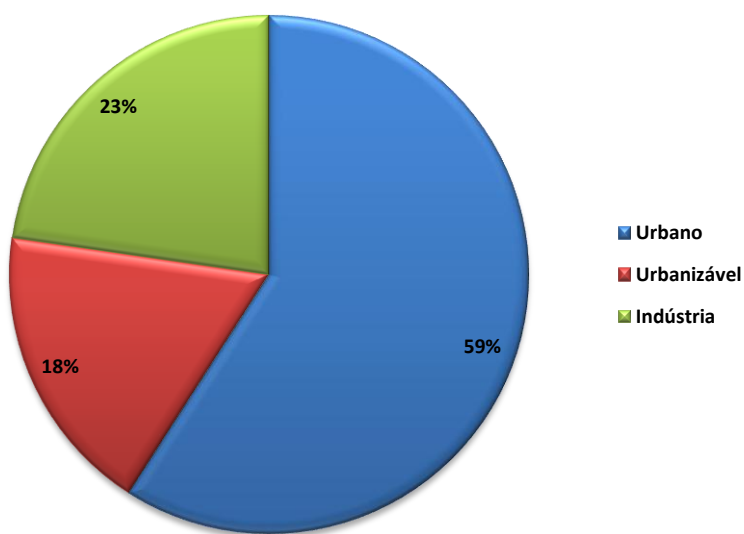
Gráfico 54. Distribuição territorial dos loteamentos compreendidos entre 1994 e 2015 pelas freguesias do município de Tábua



Fonte: Loteamentos entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

No que diz respeito à localização dos loteamentos no PDM em vigor, verifica-se que a maioria ocorreu em espaços urbanos (59%), seguido dos espaços industriais (23%) e dos espaços urbanizáveis (18%).

Gráfico 55. Localização dos loteamentos no PDM em vigor, 1994-2015

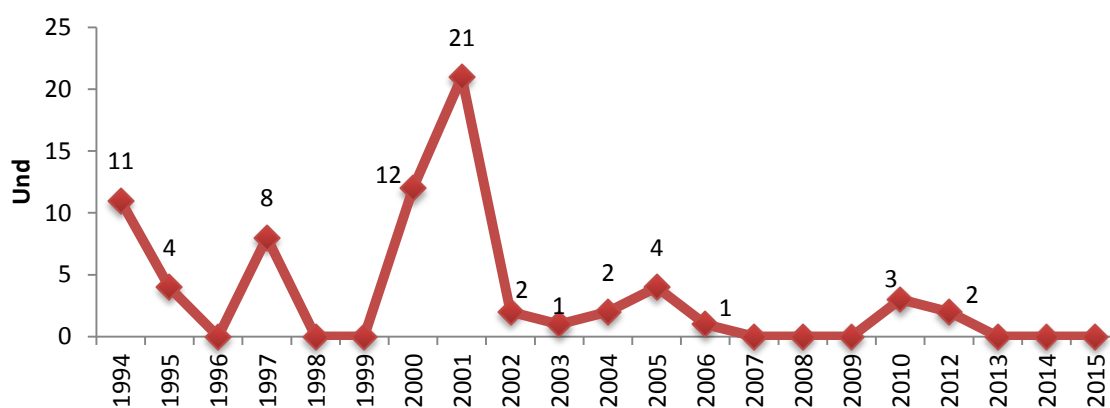


Fonte: Loteamentos entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

TÁBUA

Aos 22 loteamentos verificados entre 1994-2015, correspondem um total de 71 lotes, da análise do gráfico é possível verificar que em 1994, 2000 e 2001, foram os anos em que foram constituídos mais lotes. Desde 2010 até à atualidade só ocorreram loteamentos em espaço industrial.

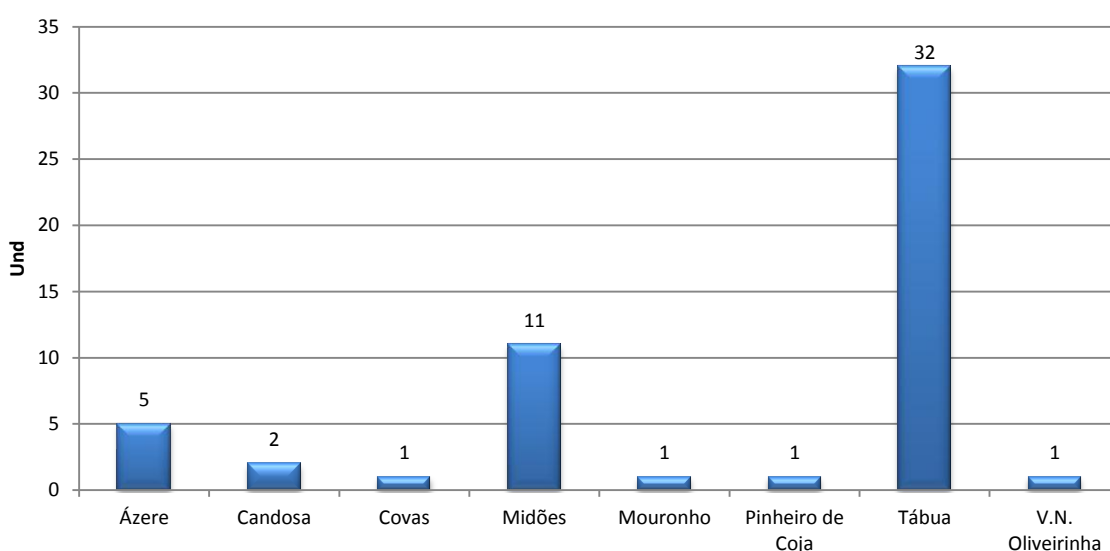
Gráfico 56. Evolução do nº de lotes no município de Tábua 1994-2015



Fonte: Loteamentos entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

Como seria espectável, as freguesias que concentram o maior número de loteamentos, nomeadamente a freguesia sede do concelho e a freguesia de Midões, apresentam também o maior número de lotes constituídos, conforme sistematizado no gráfico seguinte.

Gráfico 57. N.º de lotes por freguesias do município de Tábua, 1994-2015



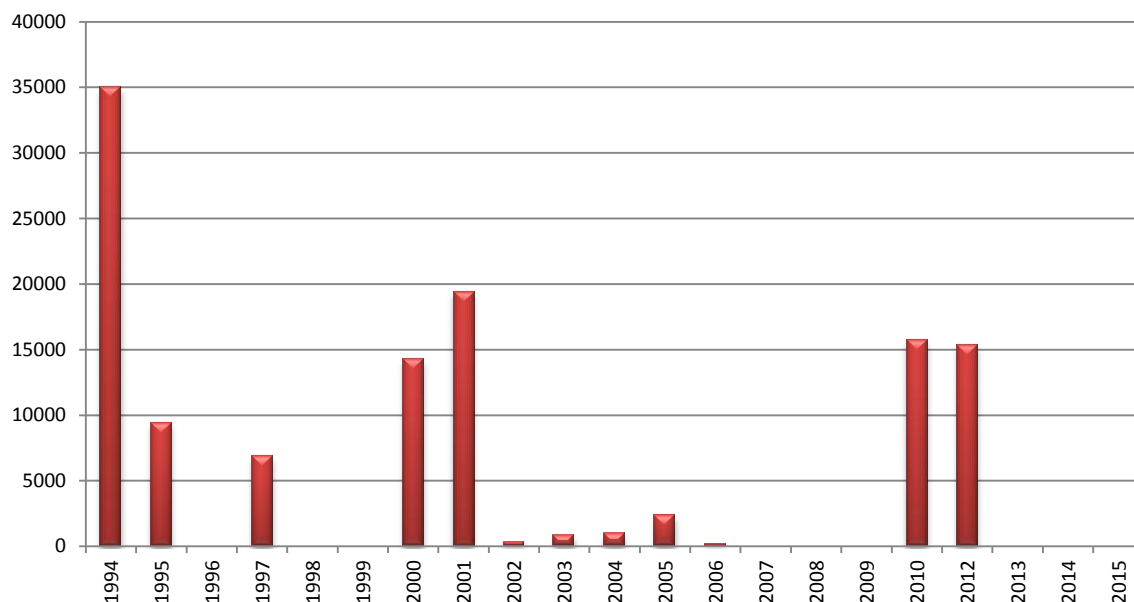
Fonte: Loteamentos entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

Da análise do gráfico seguinte, é possível observar que de uma forma geral assistiu-se a uma diminuição da área total dos lotes constituídos. Em 1994 foi atingido o valor mais

TÁBUA

elevado, sendo que ao longo da vigência do plano apesar das oscilações a tendência tem sido de redução da área.

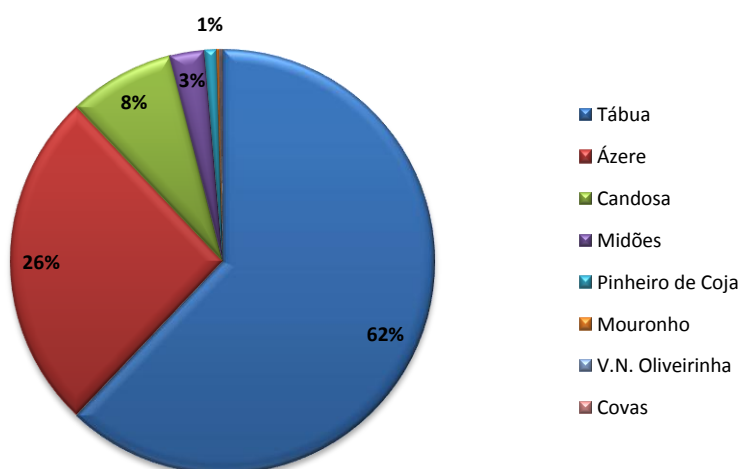
Gráfico 58. Evolução da área total dos lotes no município de Tábua, 1994-2015



Fonte: Loteamentos entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

Pelo gráfico seguinte é possível observar que a freguesia de Tábua, como concentra mais, loteamentos e mais lotes, também é aquela que tem mais área ocupada pelos lotes, seguido de Ázere e Candosa.

Gráfico 59. Área total dos Lotes pelas freguesias do município de Tábua, 1994-2015

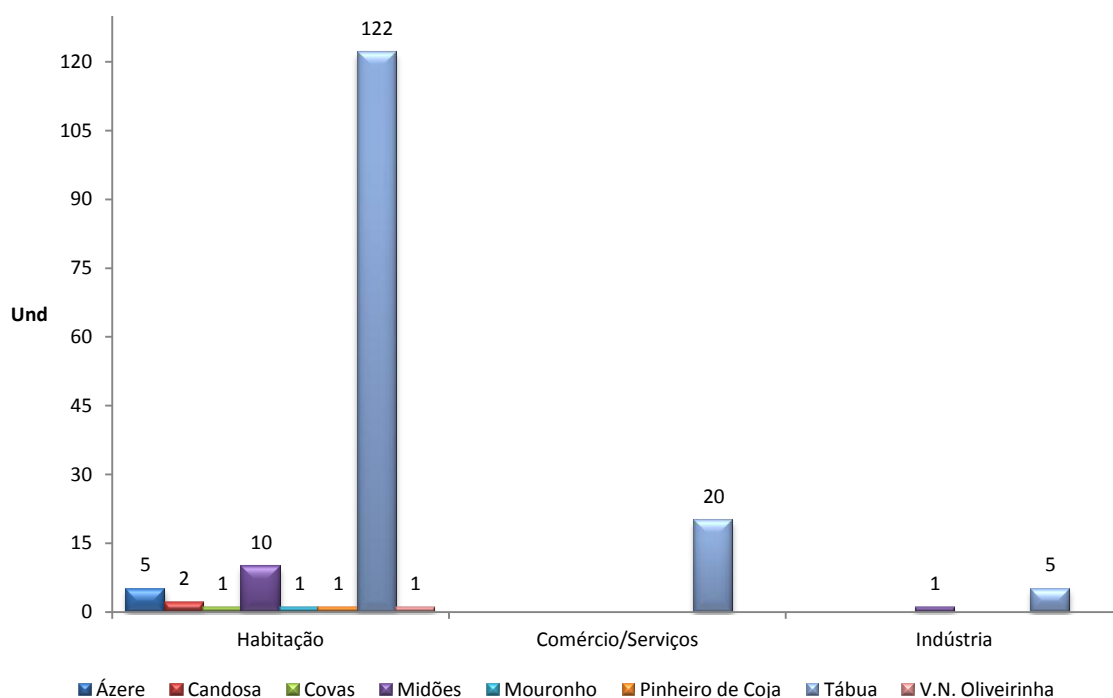


Fonte: Loteamentos entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

TÁBUA

Relativamente à finalidade dos lotes constituídos, existe uma clara predominância para Habitação, com especial incidência na freguesia de Tábua, seguido a grande distância pela freguesia de Midões. Seguem-se os lotes para comércio/serviços, todos na freguesia de Tábua, e, por último, os lotes para a indústria com maior expressão na freguesia sede de concelho.

Gráfico 60. Distribuição dos loteamentos por destino de obra pelas freguesias do município de Tábua, 1994-2015

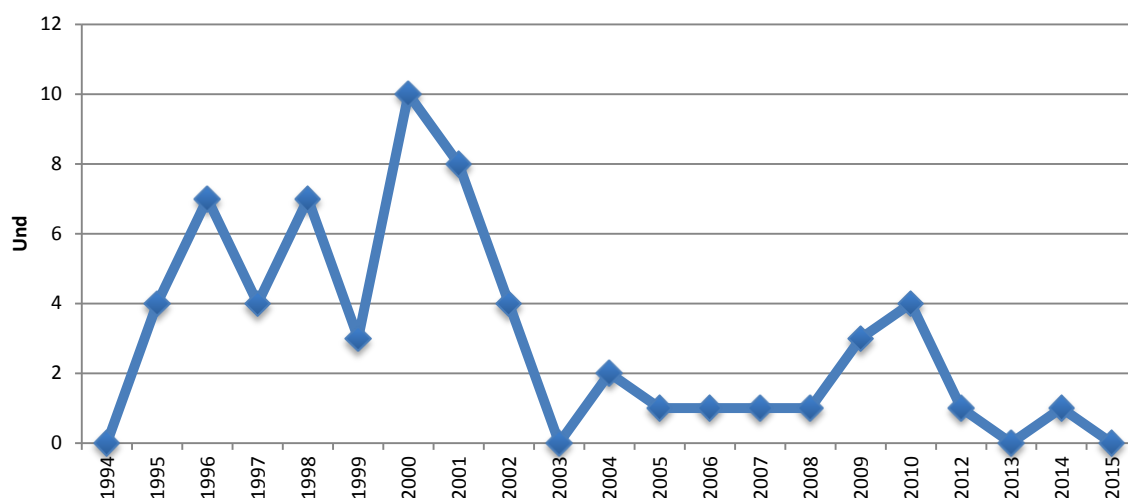


Fonte: Loteamentos entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

Pedidos de Informação Prévia

No que concerne ao número de Pedidos de Informação Prévia (PIP), entre 1994 e 2015, verificaram-se no município de Tábua um total de 63 PIP's. Da análise do gráfico é possível observar que no ano 2000 foi quando se verificou o maior número de PIP's, por outro lado nos anos de 1994, 2003, 2013 e 2015, não se verificou nenhuma entrada nos serviços da camara de pedidos de informação prévia.

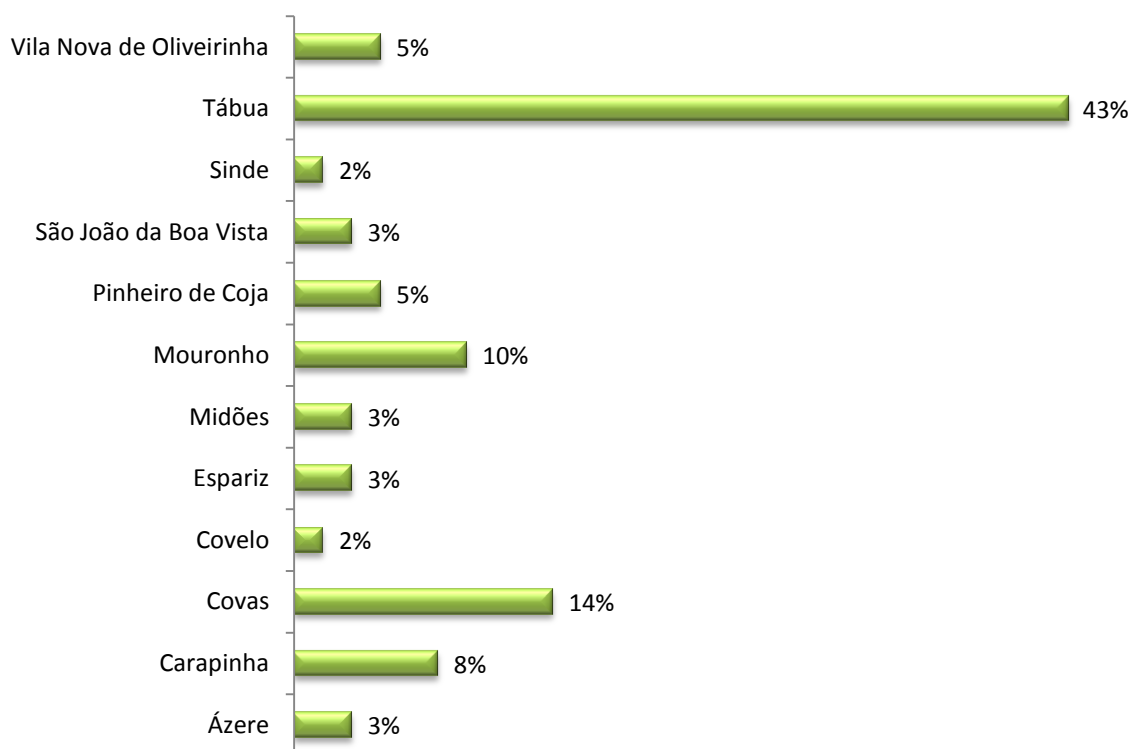
TÁBUA



Fonte: Pedidos de Informação Prévia entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

Mais uma vez, a maior parte destes pedidos localizou-se na freguesia de Tábua com 43% do total de PIP ocorridos no município. Covas e Mouronho foram as freguesias com maior número de PIP com 14% e 10%, respetivamente. Por outro lado, em Póvoa de Midões, Candosa e Meda de Mouros não houve registo de nenhum PIP.

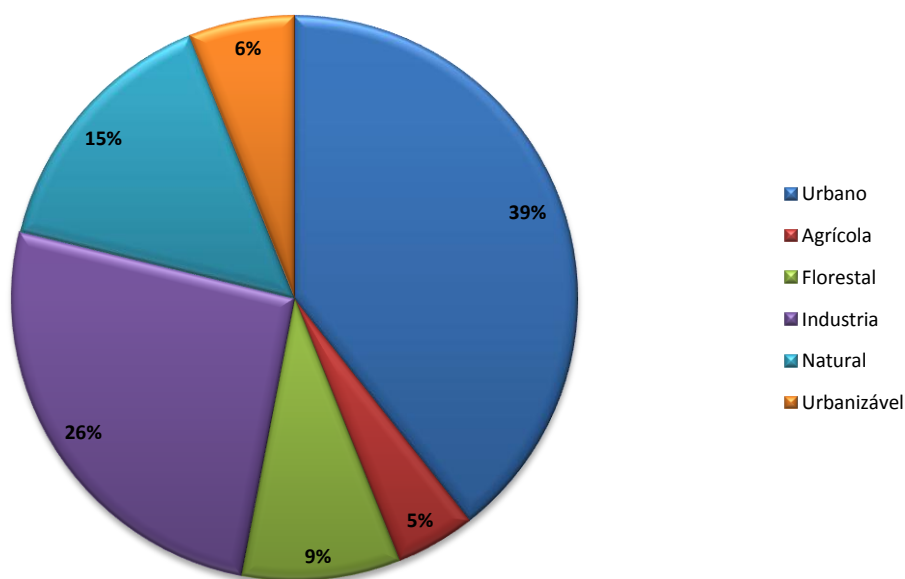
Gráfico 61. Distribuição territorial dos Pedidos de Informação Prévia (PIP) compreendidos entre 1994 e 2015 pelas freguesias do município de Tábua



Fonte: Pedidos de Informação Prévia entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

O gráfico seguinte representa o enquadramento dos PIP's no PDM em vigor, resultando da sua observação que a maioria ocorreu em Espaços Urbanos (39%), seguido dos Espaços Agrícolas (26%), dos Espaços Florestais (15%), dos Espaços Industriais (9%) e Espaços Naturais (6%). Verificou-se ainda cerca de 5% de pedidos a recaírem em Espaço Urbanizável.

Gráfico 62. Enquadramento dos PIP's no PDM em vigor, 1994-2015

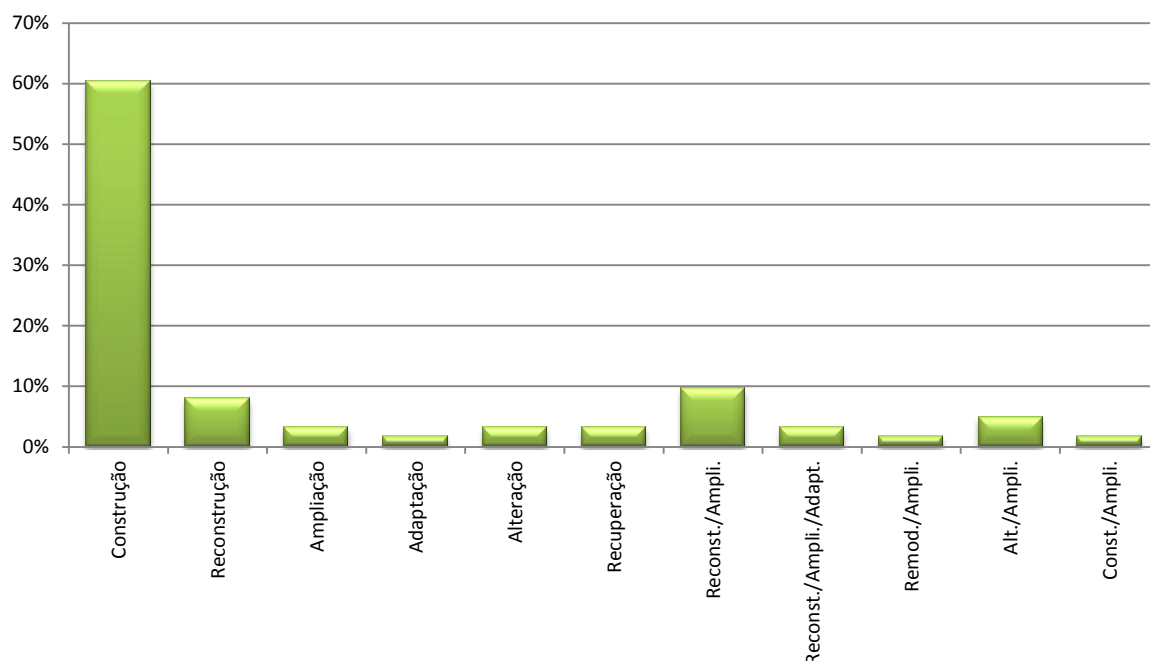


Fonte: Pedidos de Informação Prévia entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

Da análise do gráfico seguinte é possível verificar que a grande maioria dos pedidos de informação prévia, destinam-se a pedidos para construção (60%), seguido dos pedidos para reconstrução/ampliação (10%), reconstrução (8%), alteração/ampliação (5%), sendo os restantes residuais.

TÁBUA

Gráfico 63. Distribuição dos PIP por tipo de operação urbanística, 1994-2015



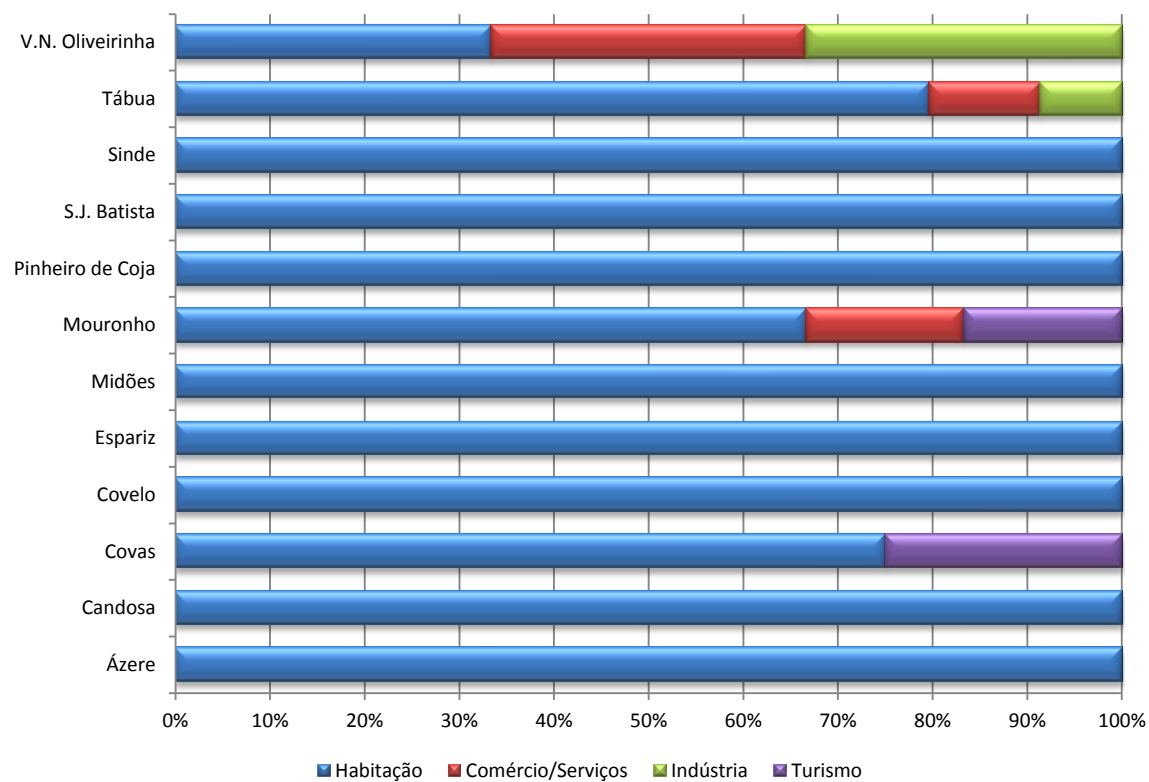
Fonte: Pedidos de Informação Prévia entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

Relativamente à finalidade dos pedidos efetuados, existe uma clara predominância para Habitação. A freguesia de Tábua como engloba um maior número de funções, apresentou pedidos também para Comércio/serviços e Indústria.

A freguesia de V.N. Oliveirinha apresenta um maior equilíbrio de pedidos distribuídos pela função habitacional, comércio/serviços e Indústria. Importa referir, que na freguesia de Covas, apesar da função habitacional dos pedidos ser dominante verificou-se alguns para Turismo. A freguesia de Mouronho por sua vez, para além da função habitacional também verificou pedidos para comércio/serviços e Turismo. Nas restantes freguesias, como é possível constatar pelo gráfico seguinte a totalidade dos pedidos reportaram para a construção de habitação.

TÁBUA

Gráfico 64. Distribuição dos PIP por destino de obra, 1994-2015



Fonte: Pedidos de Informação Prévia entre 1994 e 2015, CMT, junho 2016

9. CARACTERIZAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS EM VIGOR

É objetivo do presente capítulo proceder à identificação e breve caracterização dos perímetros urbanos em vigor do PDM de Tábua.

A análise para cada um dos perímetros urbanos em vigor ou conjunto de perímetros urbanos em vigor é sistematizada em forma de fichas gráficas constantes em Anexo, nas quais se procede à identificação da totalidade do(s) aglomerado(s) e da inserção desses mesmos perímetros na Planta de Ordenamento do PDM em vigor (1994) e em peças gráficas mais atuais, designadamente a Cartografia de Base da Revisão do PDM (2013) e os Ortofotomapas de (2013).

As políticas e estratégias territoriais têm dedicado especial atenção às formas de ocupação do território, nomeadamente no que concerne à dicotomia dispersão versus consolidação urbana. Estas preocupações decorrem da necessidade de se proceder a um desenvolvimento urbano sustentável, assente num crescimento compacto das áreas urbanas, surgindo como resposta à tendência de desenvolvimento urbano disperso, altamente consumidora de solo e com custos acrescidos em termos das infraestruturas associadas.

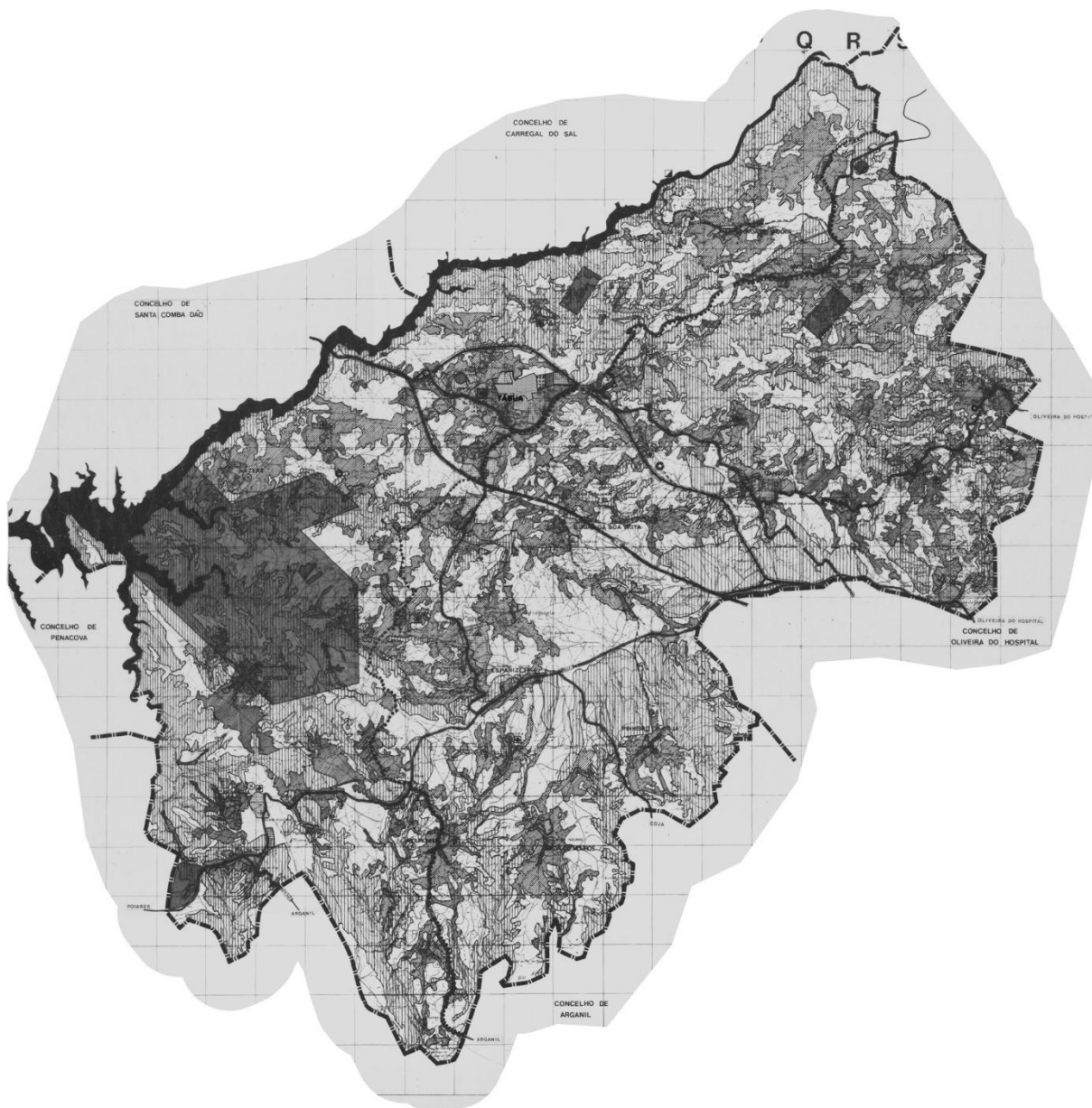
De acordo com a DGOTDU (atual DGT), a solução para a expansão urbana difusa e fragmentada, passará pela densificação urbana, associada à contenção dentro dos perímetros urbanos, cujo modelo territorial deverá ser implementado à escala municipal, nomeadamente, quando se proceder à revisão do Plano Diretor Municipal (PDM).

Neste sentido, pretende-se averiguar as tendências de ocupação do território no concelho de Tábua, compreendendo a dinâmica de urbanização que caracteriza o concelho nos últimos anos e que conduziu à situação atual.

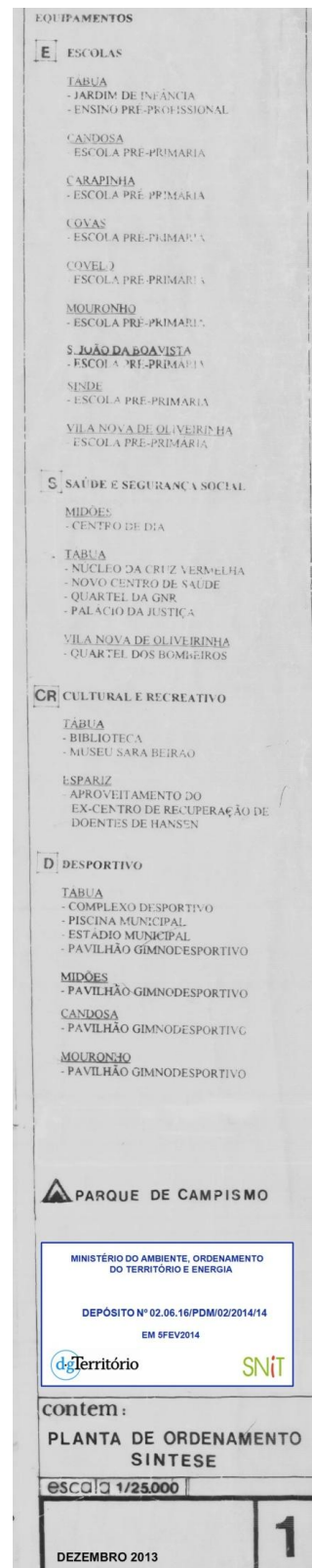
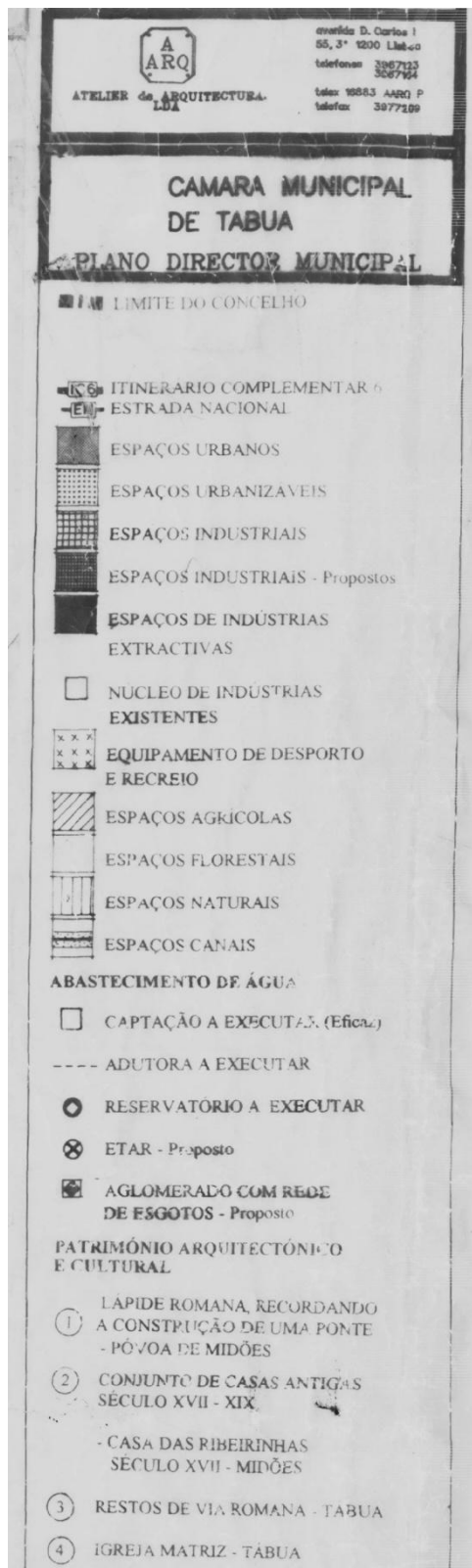
9.1. OS PERÍMETROS URBANOS EM VIGOR

Na figura seguinte apresenta-se o extrato da planta de ordenamento do PDM de Tábua (e respetiva legenda), que à semelhança de outras plantas de ordenamento de PDM de 1.ª geração, trata-se de uma peça complexa, de difícil leitura e interpretação.

Figura 8. Planta de Ordenamento do PDM de Tábua em vigor (1994)



TÁBUA

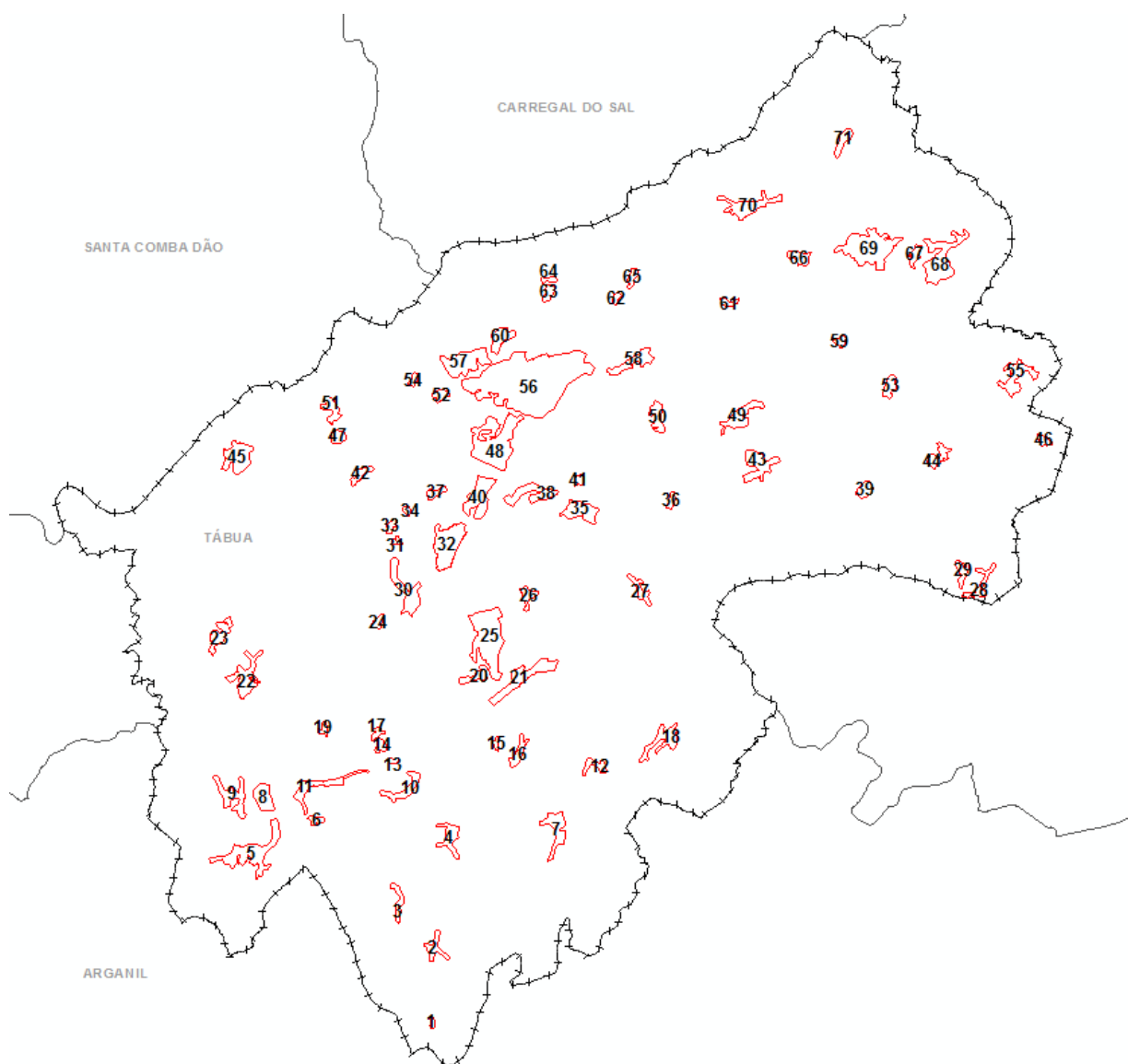


Fonte: SNIT, DGT

TÁBUA

Através do tratamento da informação gráfica foi possível proceder à delimitação dos perímetros urbanos em vigor no município de Tábua na base cartográfica do processo de revisão do PDM, mantendo apenas a trama do edificado e do limite das freguesias (ver figura seguinte).

Figura 9. Perímetros urbanos em vigor do PDM de Tábua sobre o edificado



Deste exercício resultaram os seguintes 71 aglomerados com perímetros urbanos em vigor, os quais se encontram retratados na tabela seguinte.

CÓDIGO	NOME	ÁREA (HECTARES)
1	Fontão	1,9
2	Pousadouros	9,3
3	Alvoeira	7,8

TÁBUA

CÓDIGO	NOME	ÁREA (HECTARES)
4	Mouronho	13,8
5	Moita da Serra	41,2
6	Malhada Velha	3,8
7	Meda de Mouros	18,4
8	Senhora da Serra	15,1
9	Carapinha	20,7
10	Póvoa	12,9
11	Venda da Serra	18,3
12	Bogalhas	7,4
13	Venda do Vale	1,5
14	Outeiro	4,1
15	Pereirinha	2,0
16	Pereira	9,3
17	Castanheira	3,5
18	Pinheiro de Coja	18,7
19	Gualdim	3,4
20	Casal do Espírito Santo	8,4
21	Gandara de Espariz	28,2
22	Covelo	23,9
23	Covelo de Baixo	14,4
24	Casal da Igreja	3,7
25	Espariz	58,4
26	Carragosela	7,1
27	Sergudo	8,5
28	Venda da Esperança	10,9
29	Balocas	7,0
30	Vale de Pestevens	23,4
31	Brejo	2,2
32	PP Area Industrial e Empresarial de Sinde	36,9
33	Olivais	3,7
34	Santo Antão	2,3
35	São João da Boa Vista	19,5
36	Lameiras	3,5
37	São Simão	5,2
38	Quinta Fontainha	21,0
39	Percelada	7,7
40	Remouco e Fonte Arcada	26,4
41	Oliveira de Fazemão	3,2
42	Vila Seca	6,1
43	Candosa	21,8
44	Covas	9,5
45	Ázere	25,0
46	Loureiro	3,9
47	Lageosa	6,5
48	Barrosa	61,4
49	Várzea	18,7
50	Barras	11,5
51	Espadanal	10,3
52	Quintela	5,3
53	Vila Chã	7,5

TÁBUA

CÓDIGO	NOME	ÁREA (HECTARES)
54	Boico	2,6
55	Vila Nova de Oliveirinha	21,8
56	Tábua	196,0
57	Fundo da Vila	32,4
58	Seixo Alvos	15,9
59	São Geraldo	3,6
60	Torre e São Fagundo	13,6
61	Vale de Gaios	3,6
62	Babau	2,5
63	Sevilha	5,1
64	Sevilha	2,7
65	Vale de Taipa	4,7
66	Casal da Senhora	8,6
67	Esporão	6,3
68	Cadoiço	38,4
69	Midões	54,3
70	Póvoa de Midões	23,1
71	Vila do Mato	8,5

O município de Tábua apresenta, assim, um conjunto de 71 perímetros urbanos disseminados por todo o território, sendo na sua generalidade de reduzida dimensão, uma vez que apenas 32 aglomerados registam áreas superiores a 10 ha.

De acordo com a planta de ordenamento do PDM de Tábua estão definidas as seguintes classes de espaço no solo urbano:

- Espaços Urbanos que correspondem às áreas com uma ocupação predominantemente urbana, nomeadamente habitacional, comercial e serviços, incluindo equipamentos públicos e/ou privados.
- Espaços Urbanizáveis, correspondendo às áreas de expansão dos aglomerados, prevendo-se a transformação do espaço rural em espaço urbano. A definição e delimitação destes espaços pretendia promover a consolidação da área urbanizada, através do preenchimento e da recuperação das habitações existentes.
- Espaços Industriais, destinados exclusivamente às atividades industriais existentes, bem como às suas funções complementares.
- Espaços Industriais Propostos, destinados à instalação de novas unidades industriais.
- Equipamento de Desporto e Recreio, correspondentes aos espaços destinados à instalação de equipamentos.

TÁBUA

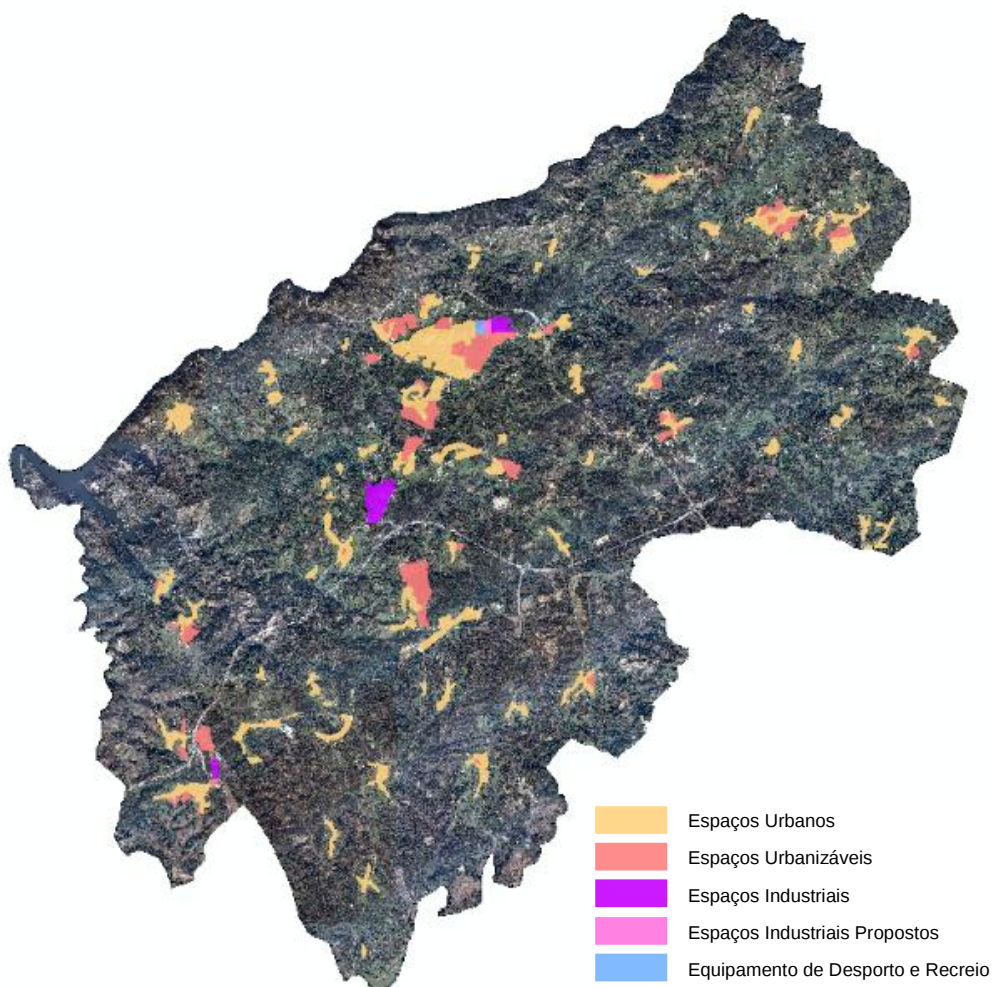
A aferição dos perímetros urbanos em vigor totaliza 1170 ha, dos quais cerca de 70% são Espaços Urbanos, 24% Espaços Urbanizáveis, 5% Espaços Industriais e um valor residual de Espaços Industriais Propostos e de Equipamento de Desporto e Recreio.

Perímetros Urbanos em Vigor (área em hectares)

<i>Equipamento de Desporto e Recreio</i>	5
<i>Espaços Industriais Propostos</i>	5
<i>Espaços Industriais</i>	55
<i>Espaços Urbanizáveis</i>	289
<i>Espaços Urbanos</i>	816
<i>Total</i>	1170

Na figura seguinte apresenta-se as diferentes classes de espaços em solo urbano existentes no município de Tábua.

Figura 10. Classes de Espaço em solo urbano do município de Tábua



9.1.1. Espaços Urbanos e Urbanizáveis

Os aglomerados populacionais do município de Tábua encontram-se delimitados sob a forma de perímetros urbanos no PDM em vigor, os quais são constituídos maioritariamente pela classe de Espaço Urbano e em menor grau pela classe de Espaço Urbanizável. De uma maneira geral, a globalidade dos aglomerados populacionais do município estão delimitados como perímetros urbanos (com maior ou menor rigor), não obstante a existência de uma parte significativa do parque edificado do município não estar inserido em solo urbano.



9.1.2. Espaços Industriais

No PDM em vigor foram delimitados apenas dois Espaços Industriais, que se encontram apresentados de seguida.

No perímetro urbano de Tábua encontra-se delimitado um espaço industrial que já se encontra totalmente ocupado por várias unidades industriais.

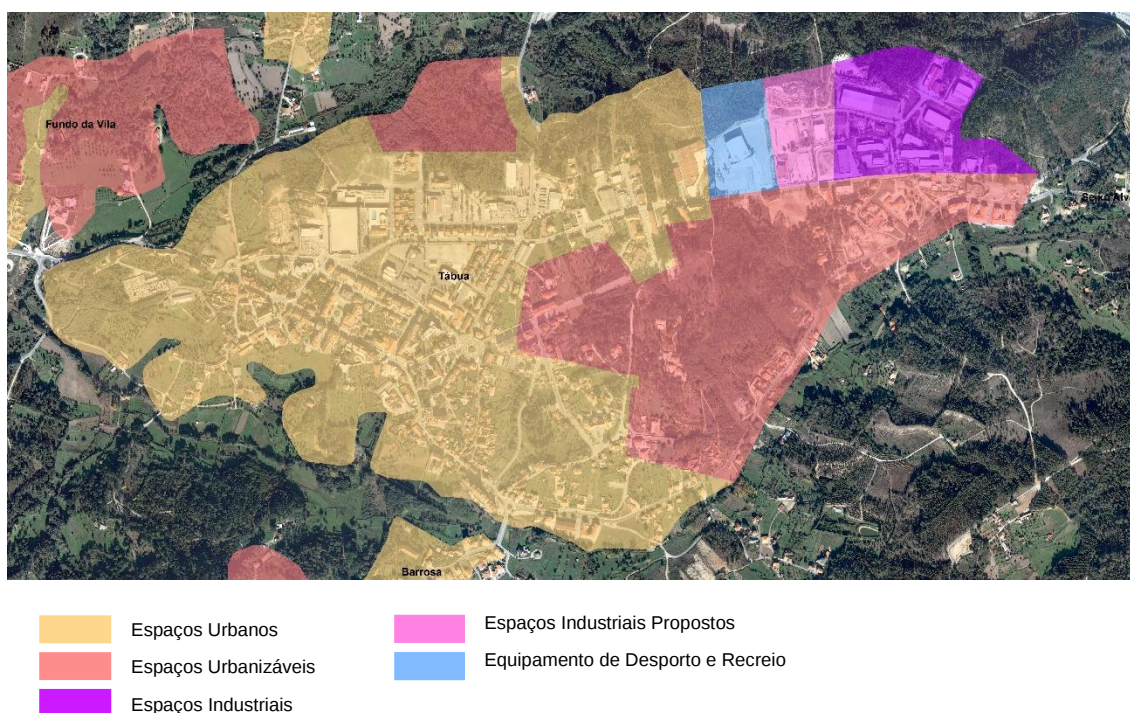
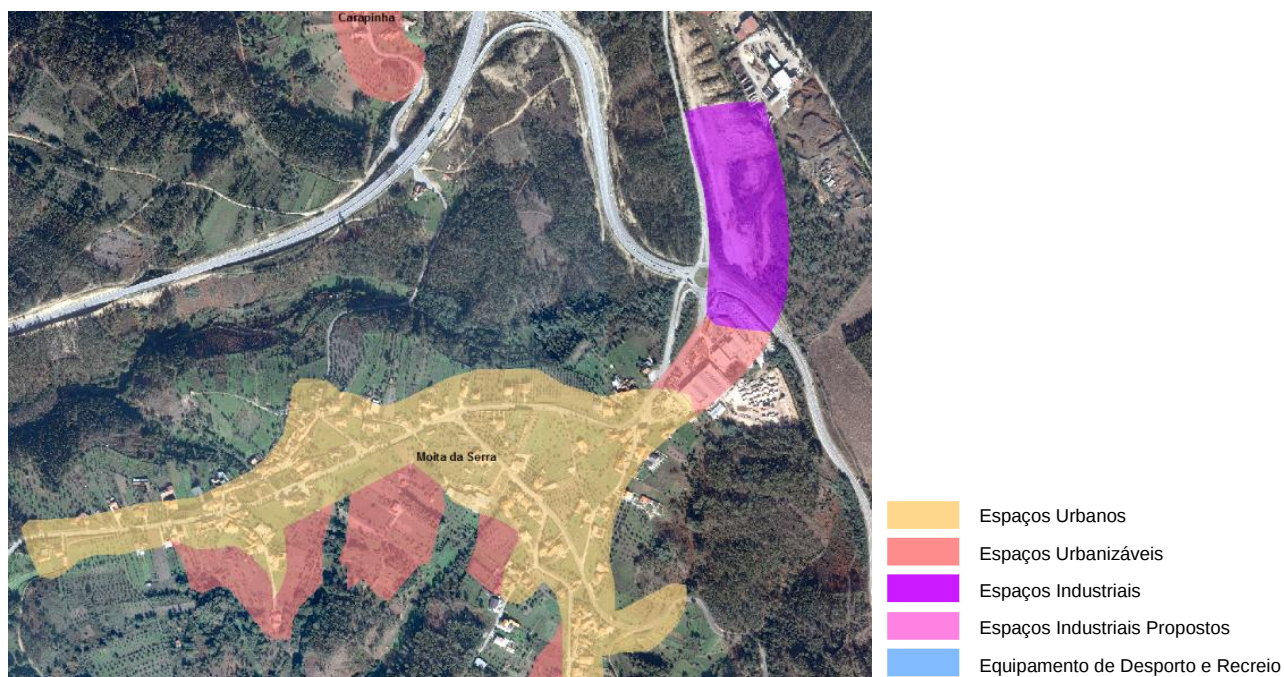


Figura 11. Espaços Industriais no perímetro urbano de Tábua

Na parte sudoeste do concelho, encontra-se delimitado outro espaço industrial, no perímetro urbano de Moita da Serra, apresentando atualmente uma ocupação reduzida, podendo ser um potencial espaço de instalação de unidades industriais ou de outras atividades consideradas complementares, beneficiando da sua localização, ao longo das EN 17 e EN 342-4 (cfr figura seguinte).

Figura 12. Espaço Industrial no perímetro urbano de Moita da Serra

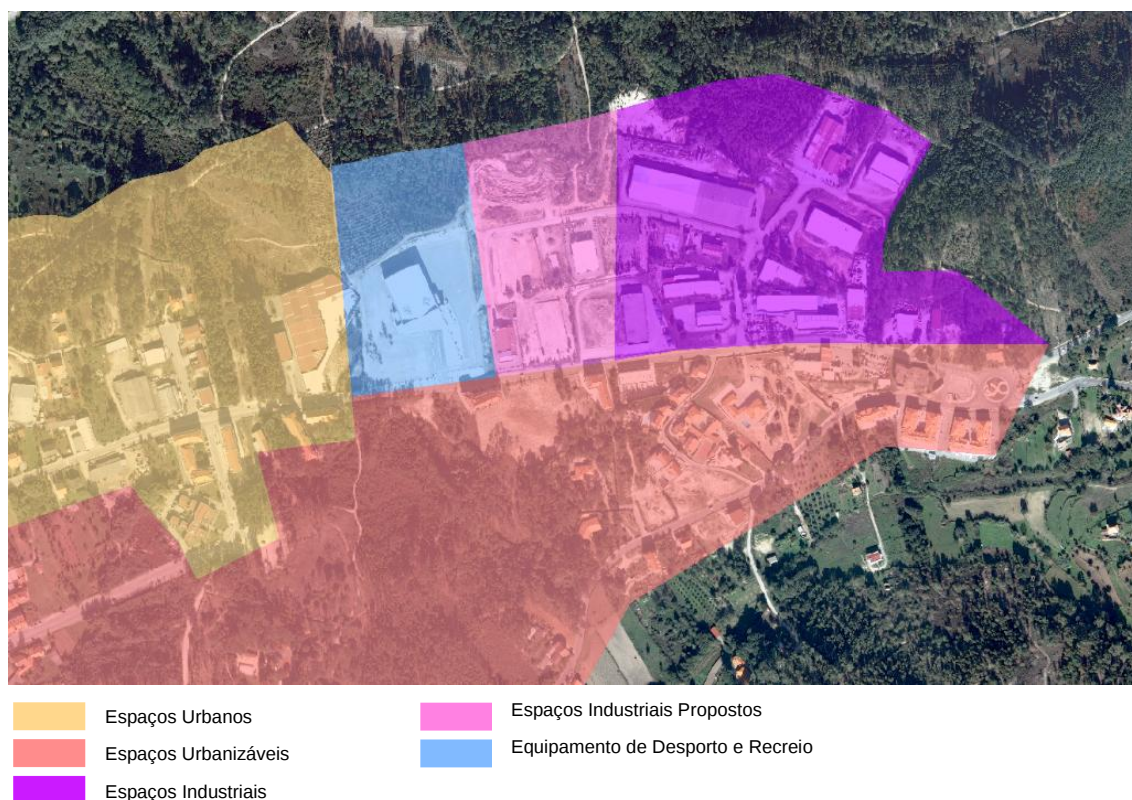


9.1.3. Espaços Industriais Propostos

O PDM em vigor de Tábua previa apenas a criação de um espaço destinado à futura instalação de atividades económicas.

A figura seguinte evidencia que o espaço destinado aquando da elaboração do PDM em vigor cumpriu com o objetivo definido à priori, encontrando-se estes espaços na atualidade, efetivamente ocupado por unidades industriais.

Figura 13. Espaços Industriais Propostos



9.1.4. Plano de Pormenor da Área Industrial e Empresarial de Sinde - Tábua

O Plano de Pormenor da Área Industrial e Empresarial de Sinde – Tábua foi concebido à posteriori da elaboração do atual PDM de Tábua.

A sua elaboração deveu-se à crescente procura de espaço para instalação de novas unidades industriais. Como se verificou anteriormente, o atual PDM em vigor, carecia da definição de espaços industriais propostos, com vista à ocupação por parte de novas indústrias.

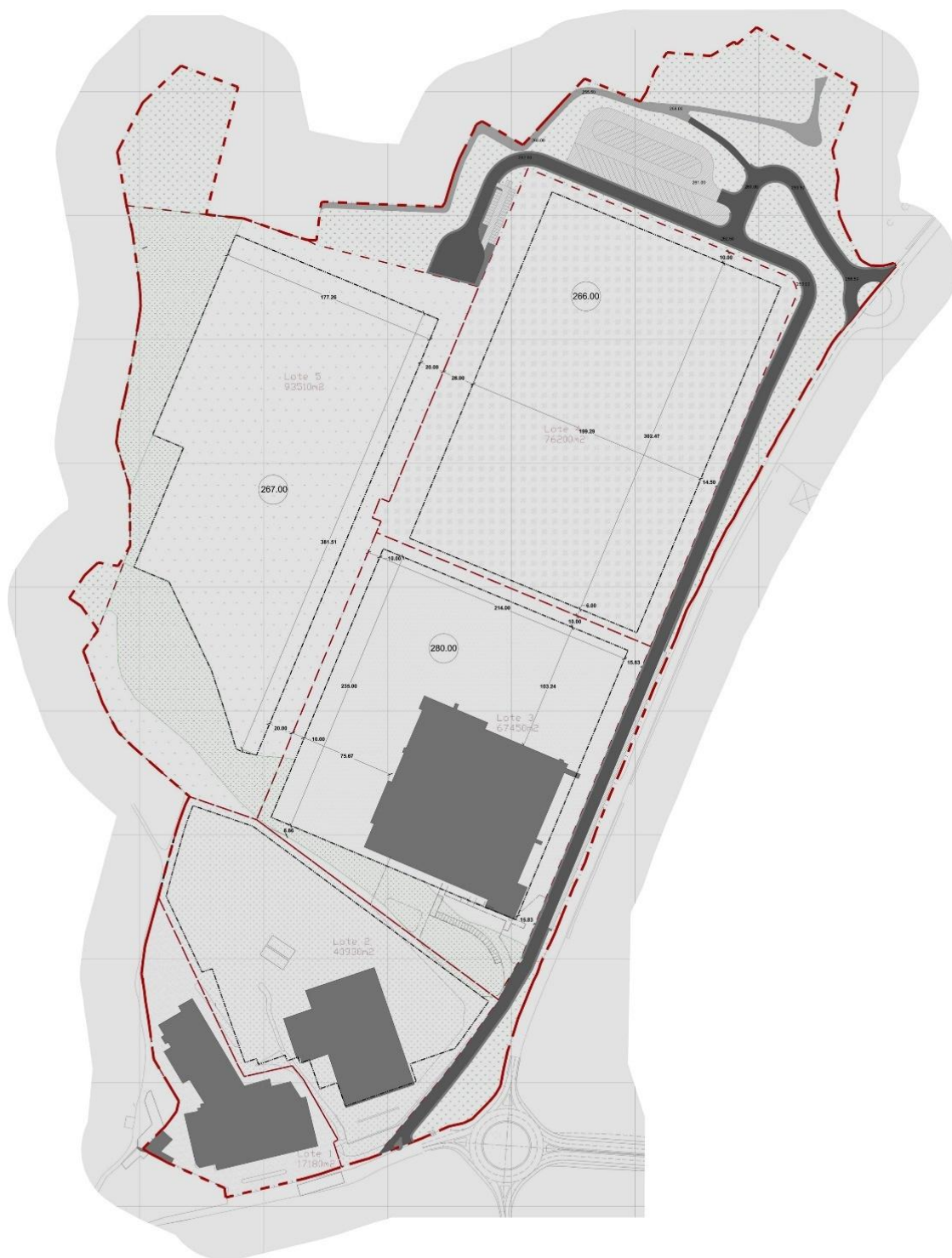
Como forma de resposta a esta problemática territorial, o município de Tábua deliberou em 2010 a elaboração de um Plano de Pormenor na área de Sinde, com vista à instalação de unidades industriais.

A figura seguinte evidencia as diversas alterações a que o Plano de Pormenor de Área Empresarial e Industrial de Sinde - Tábua sofreu no decurso dos anos.

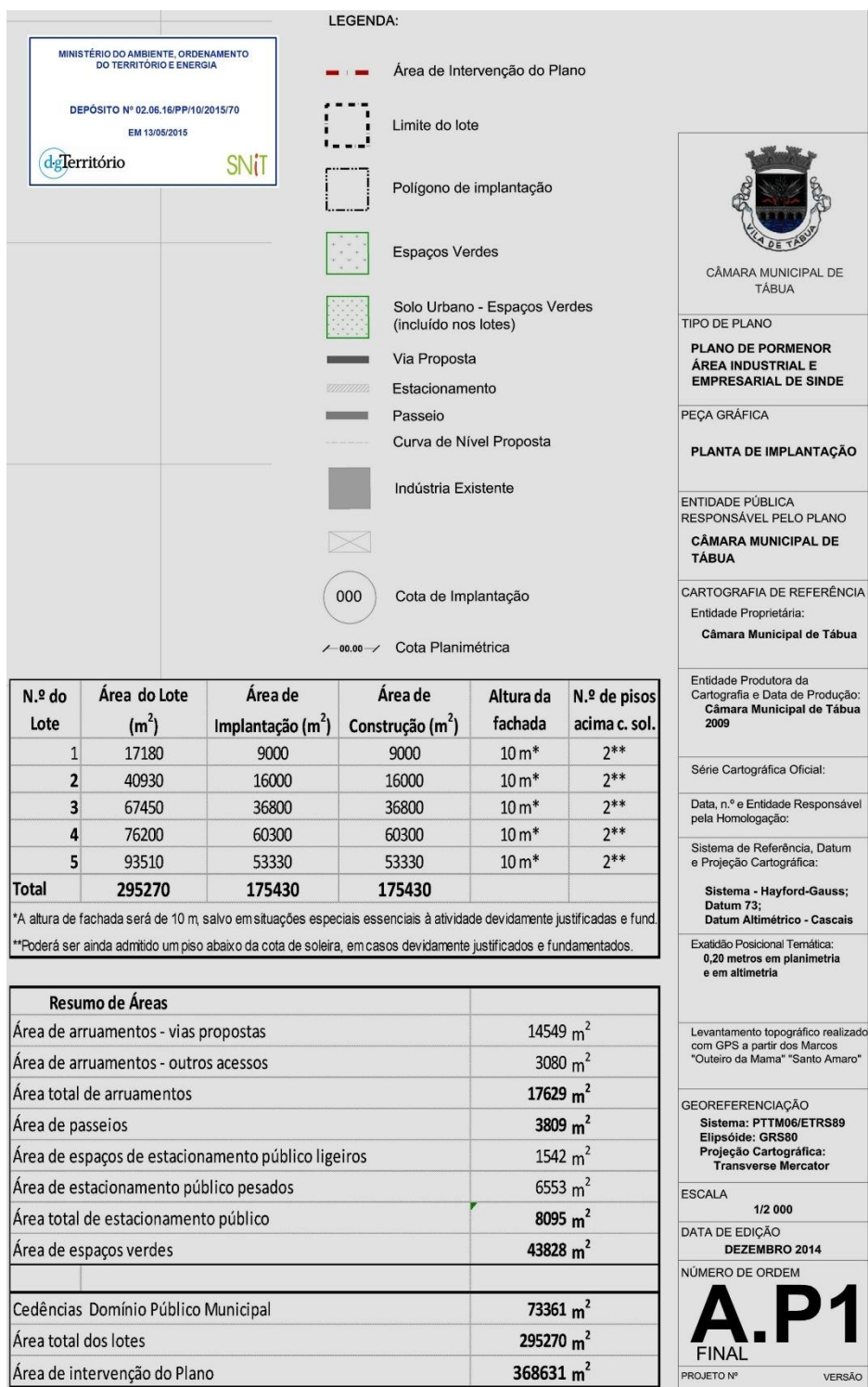


Figura 14. Esquematização das alterações efetuados ao Plano de Pormenor de Área Empresarial e Industrial de Sinde - Tábua

Na figura seguinte apresenta-se o extrato da planta de implantação do Plano de Pormenor da Área Empresarial e Industrial de Sinde – Tábua e da respetiva legenda.

Figura 15. Planta de Implantação do Plano de Pormenor da Área Industrial e Empresarial de Sinde – Tábua

TÁBUA



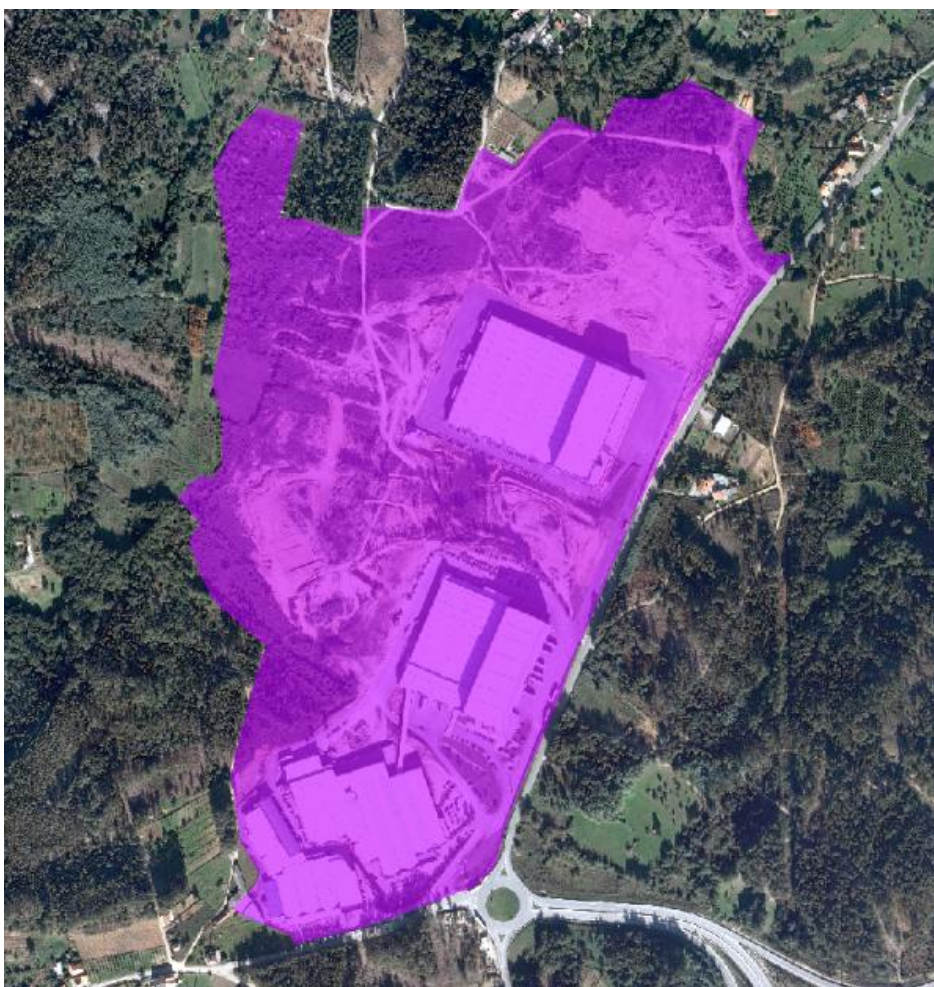
TÁBUA

A figura seguinte evidencia a localização das unidades industriais resultantes da aplicabilidade do Plano de Pormenor da Área e Empresarial e Industrial de Sinde, as quais configuram com o estipulado pelo referido plano.

É de ressaltar que o espaço industrial evidenciado na figura encontra-se, na atualidade, consolidado e infraestruturado. Importa referir que a base para a elaboração destas ilustrações foram os ortofotomapas fornecidos pela CM de Tábua de 2013.

No decorrer dos anos, este espaço foi alvo de infraestruturação e de instalações de novas unidades industriais na parte oeste do plano.

Figura 16. Plano de Pormenor da Área Industrial e Empresarial de Sinde



9.1.5. Equipamento de Desporto e Recreio

No PDM em vigor existe apenas a identificação de um espaço destinado à instalação de equipamentos, circunscrito ao principal núcleo urbano, ou seja, à vila de Tábua, integrando o pavilhão multiusos conforme se observa na figura seguinte.

Esta categoria de Espaço embora tenha representação gráfica na Planta de Ordenamento não tem tradução a nível regulamentar.

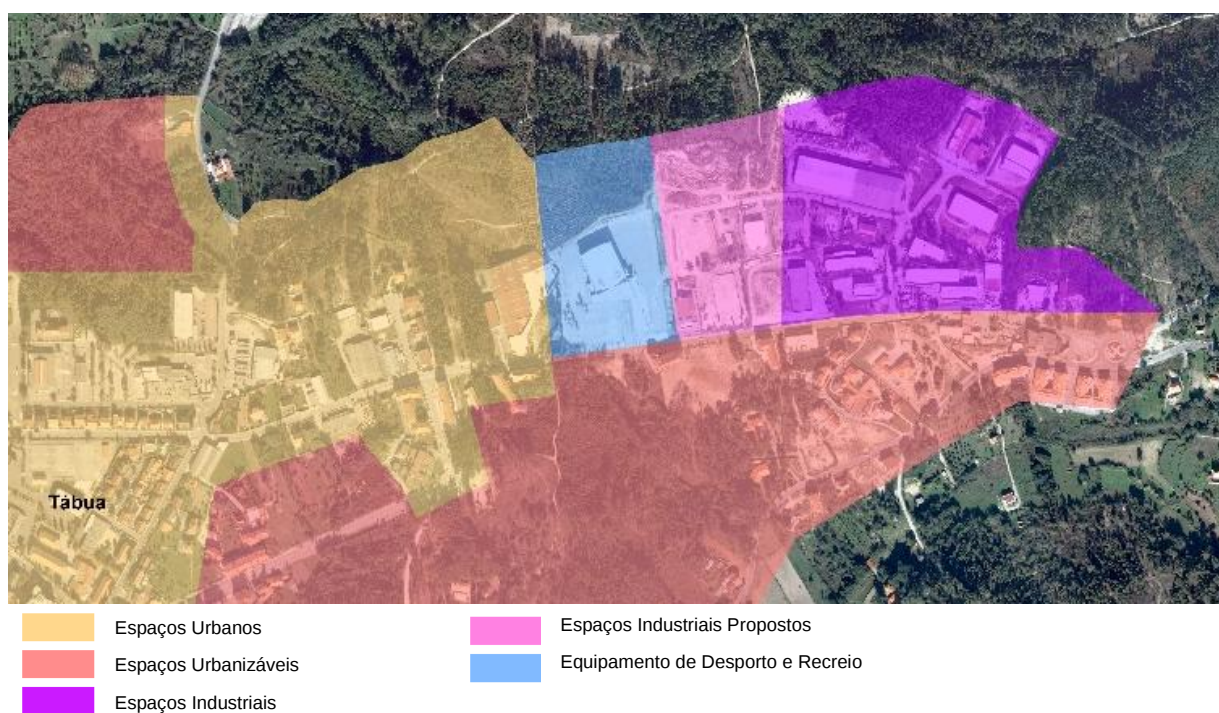


Figura 17. Equipamento de Desporto e Recreio na vila de Tábua

9.1.6. Espaços Culturais

Os Espaços Culturais encontram-se referenciados no regulamento pese embora não apresentem tradução gráfica na Planta de Ordenamento.

9.2. HIERARQUIA URBANA

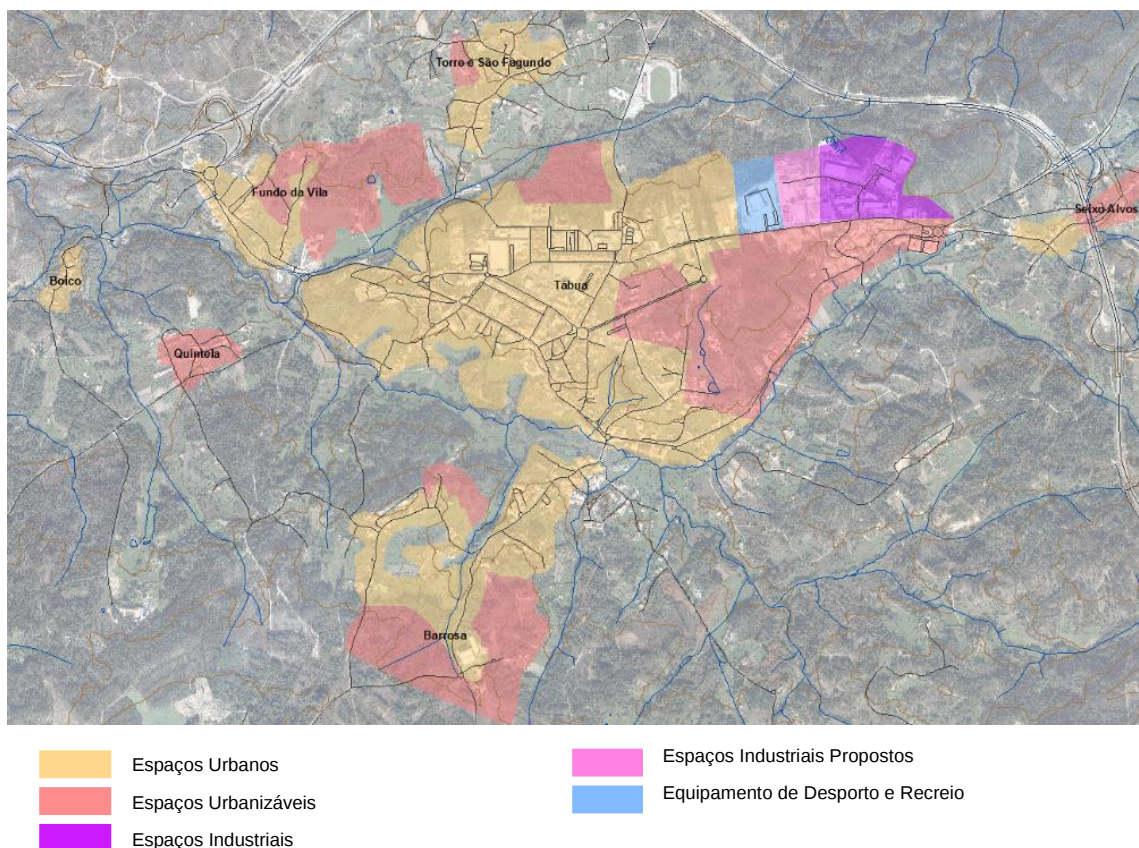
Em termos de hierarquia urbana do município é possível agrupar os aglomerados populacionais em três níveis hierárquicos: i) núcleo urbano principal, ii) núcleos urbanos secundários e iii) restantes núcleos urbanos.

Os aglomerados populacionais possuem uma determinada centralidade - parâmetro intrinsecamente ligado à importância funcional de cada aglomerado, ou seja do tipo e número de bens que oferece à população que serve. Os diferentes aglomerados populacionais assumem uma importância funcional que depende não só do seu quantitativo populacional mas também, da sua acessibilidade. E, efetivamente, os aglomerados, com maior acessibilidade, oferecem melhores condições para a localização de unidades funcionais que sirvam não só a sua população como a dos lugares vizinhos. Assim, quanto maior for a importância funcional de um lugar, maior é a sua centralidade, e logo maior é a sua área de influência e consequentemente o seu nível hierárquico no conjunto da Rede Urbana.

O núcleo urbano principal corresponde à vila de Tábua, dada a importância que este perímetro representa para o município, uma vez que nele se concentra a atividade económica e administrativa mais importante do município de Tábua, integrando o maior número de equipamentos coletivos e de apoio à atividade socioeconómica. Neste sentido, o perímetro urbano de Tábua, caracteriza-se por uma centralidade e funcionalidade de elevado relevo para todo o município.

No perímetro urbano da vila de Tábua além do Espaço Urbano também estão delimitadas áreas livres de expansão representadas sob a forma de Espaços Urbanizáveis, constituindo as áreas com maior apetência para a ocupação urbana mediante a sua infraestruturação de acordo com PP ou operação de loteamento (ver figura seguinte). A importância funcional da vila de Tábua também se justifica pela delimitação de Espaços Industriais, bem como de Espaços Industriais Propostos e de Equipamento de Desporto e Recreio.

Figura 18. Classes de Espaço da Vila de Tábua – núcleo urbano principal

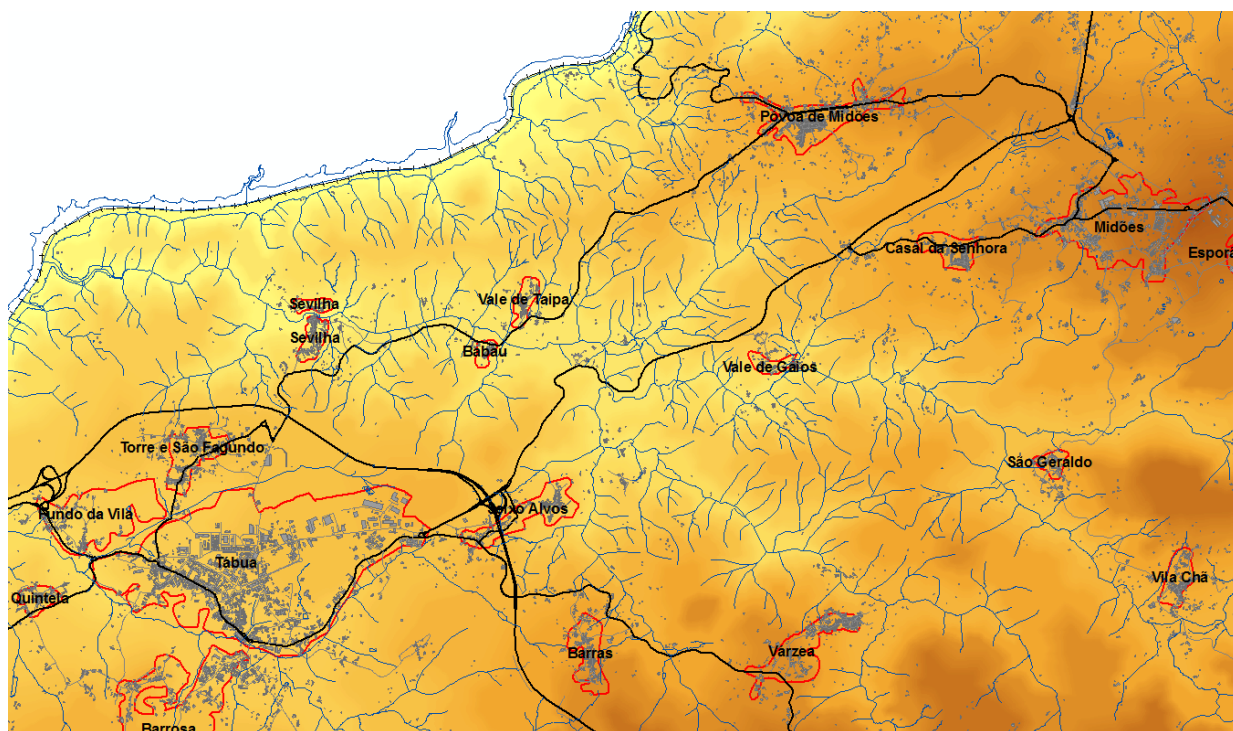


Por sua vez, os núcleos urbanos secundários correspondem aos perímetros que detêm uma posição de complementaridade e de apoio ao conjunto do território concelhio.

São caracterizados pela sua integração nos principais eixos de expansão do concelho, distinguindo-se dos restantes perímetros pela função que assumem, sendo núcleos de proximidade e facilitadores do acesso ao núcleo principal, ao serem servidos de infraestruturas rodoviárias estruturantes.

Como exemplo, salientam-se no nordeste do concelho, os perímetros urbanos de Póvoa de Midões e de Midões (ver figura seguinte), que ao beneficiarem da acessibilidade da EM 501 e da EN 337 respetivamente, o que os torna núcleos de interligação com os aglomerados envolventes, favorecendo fluxos populacionais, de, e para, as áreas adjacentes, bem como, com a Vila de Tábua.

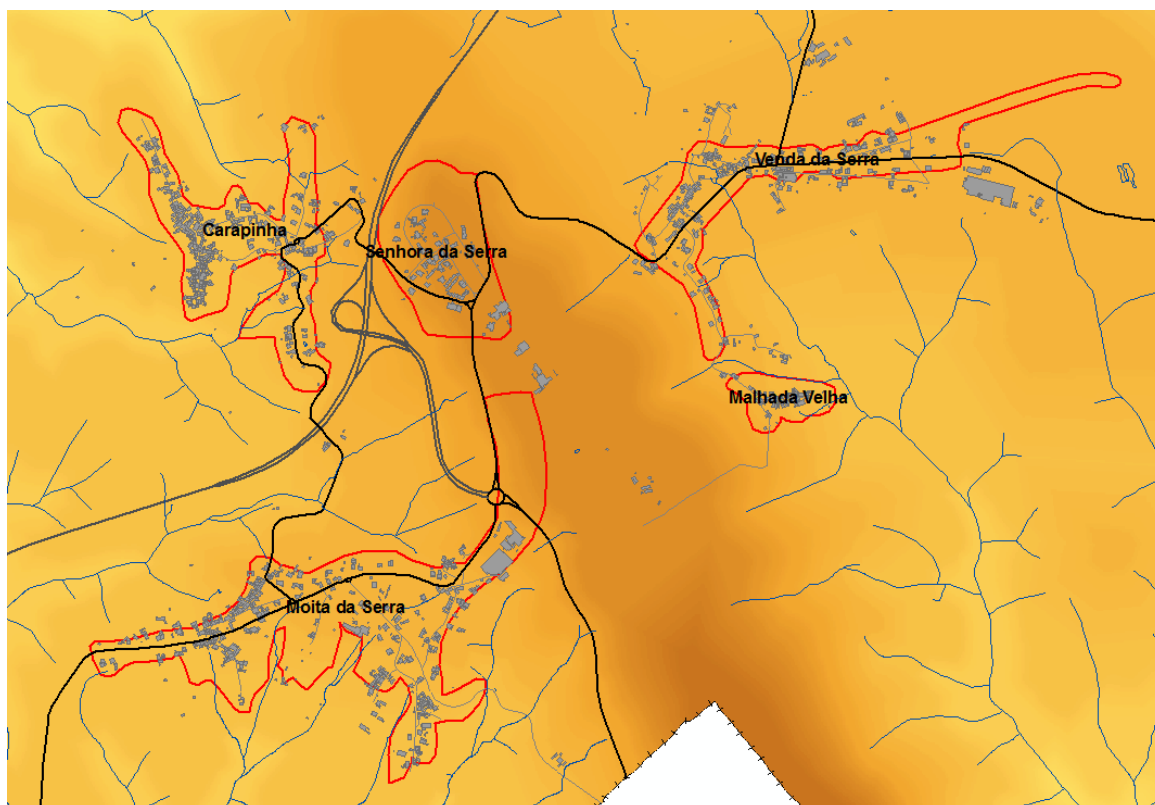
Figura 19. Núcleos urbanos secundários de Póvoa de Midões e Midões



Perímetros Urbanos do PDM em vigor

Outro exemplo, e localizado na parte sul do concelho de Tábua, é o perímetro urbano de Moita da Serra (ver figura seguinte), em que se pode verificar as interligações que este aglomerado têm com os aglomerados envolventes, bem como, com a Vila de Tábua e com aglomerados do concelho Arganil, uma vez que se encontra bem servido de infraestruturas viárias, como sejam, o IC6 a EN17 e a EN342-4, permitindo a este núcleo urbano ter características dinamizadoras e de complementaridade entre aglomerados.

Figura 20. Núcleo urbano secundário de Moita da Serra

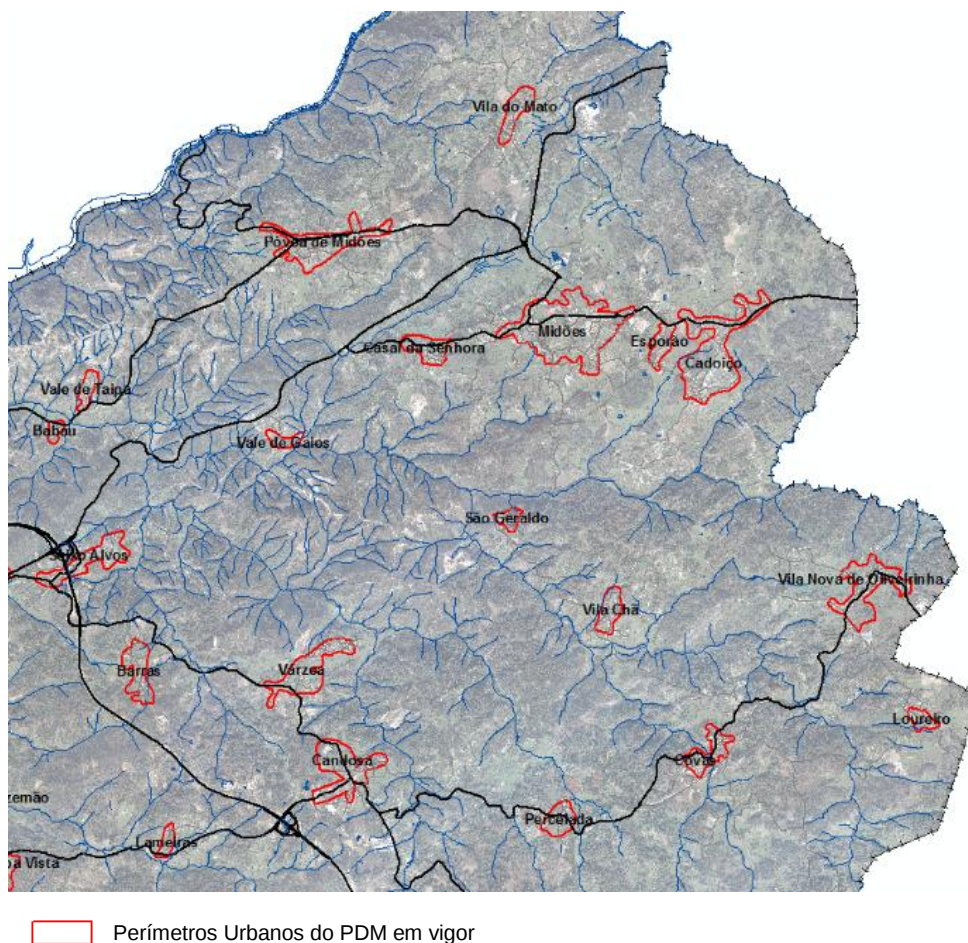


 Perímetros Urbanos do PDM em vigor

Os restantes núcleos do município possuem uma densidade populacional mais reduzida, caracterizando-se por uma estrutura funcional básica, conferindo-lhes um caráter marcadamente rural. São espaços que apesar de se constituírem como perímetros urbanos, não apresentam características de espaços urbanos.

Salientámos alguns exemplos elucidativos do tipo de aglomerado definido, como o de Casal da Senhora, Esporão, Vale de Gaios, São Geraldo e Vila Chã, em que se verifica que são aglomerados que se foram desenvolvendo apoiados na proximidade de núcleos urbanos de maior dinâmica territorial, suportados por vias de comunicação de hierarquia inferior (cfr figura seguinte).

Figura 21. Restantes núcleos urbanos - Casal da Senhora, Esporão, Vale de Gaios, São Geraldo e Vila Chã



9.3. TIPOS DE POVOAMENTO

Identificam-se, em termos gerais, no município de Tábua três tipos básicos de povoamento:

i) o povoamento nucleado, com nucleações e malhas urbanas relativamente densificadas e contidas no território, ii) o povoamento linear contínuo, cuja ocupação urbana se apoiou, organizou e expandiu ao longo das vias de forma coesa e iii) o povoamento linear descontínuo cuja ocupação das vias se efetua de forma descontínua e dispersa.

A nucleação urbana é identificada na vila de Tábua e caracteriza-se por um lado, pela presença de uma estrutura claramente urbana, composta por quarteirões, ruas, praças, avenidas, tipologias multifuncionais e, por outro, com a existência de funções ligadas ao setor terciário e equipamentos de caráter social e lúdico.

O povoamento linear contínuo, em que a ocupação se desenvolve de forma sistemática ao longo das principais vias, tendendo a ocupar a rede de caminhos rurais, observa-se, entre outros, em Pereira e Meda de Mouros.

Já o povoamento linear descontínuo, cuja ocupação das vias se restringe a extensões relativamente contidas e delimitadas no território, ocorre por exemplo em Moita da Serra e Venda da Serra

Não obstante estes principais tipos de povoamentos, na maioria dos aglomerados é possível descortinar o núcleo primordial, os quais derivam da importância que determinados cruzamentos assumem na estrutura, onde se materializam largos ou praças, que concentram algumas funções de apoio à comunidade.

De facto, tendo em consideração os perímetros urbanos em vigor, podemos verificar, por um lado, a existência de áreas livres em solo urbano (exemplo de Remouco e fonte Arcada) e, por outro, a existência de áreas edificadas que não se encontram enquadradas nos perímetros urbanos em vigor, adjacente a este, sendo que em determinados casos, estas edificações constituem-se como núcleos edificadas independentes dos perímetros em vigor (exemplo de Candosa).



Figura 22. Remouco e Fonte Arcada



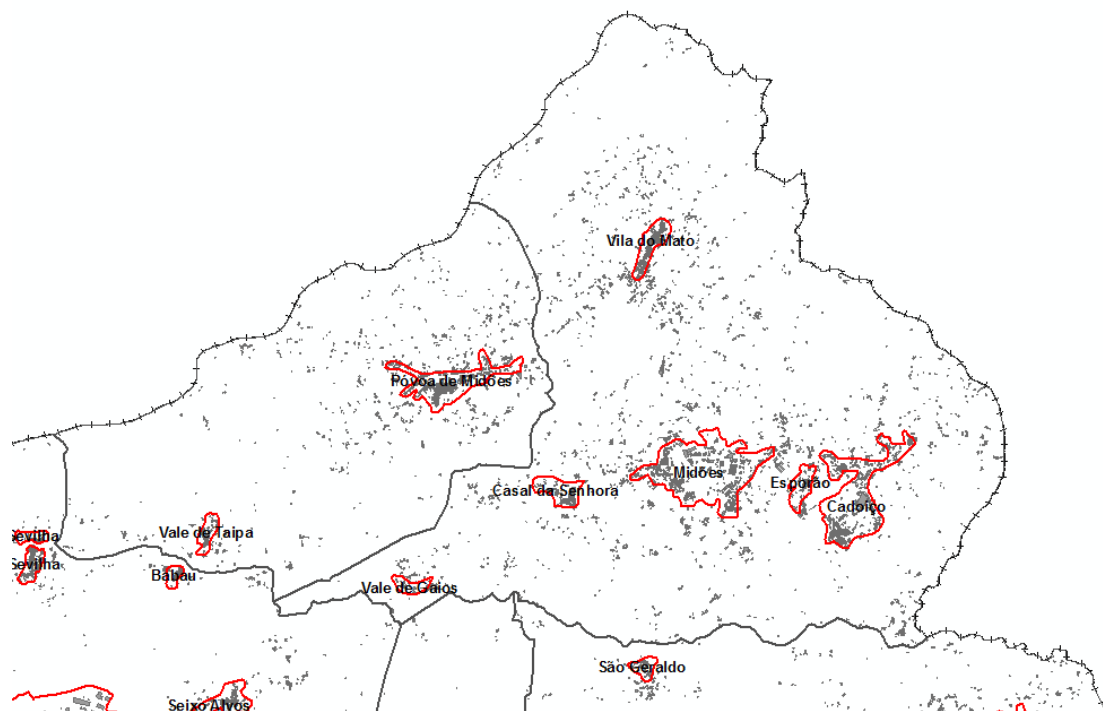
Figura 23. Candosa

É possível verificar que a maioria dos aglomerados cresceu de forma espontânea, sobretudo em função das vias existentes, das características orográficas do terreno e da presença de terrenos agrícolas identificando-se a existência de áreas de expansão não planeadas que não se encontram integradas em perímetro urbano, assim como pequenos conjuntos habitacionais que não foram considerados no PDM em vigor.

Na verdade, o município de Tábua caracteriza-se pela elevada dispersão urbana pelo território. De uma forma genérica, verifica-se um número relativamente idêntico dos edifícios que efetivamente se encontram em perímetro urbano, daqueles que estão fora dos perímetros em vigor, salvaguardando-se, desta análise, que a delimitação do solo urbano constante no PDM, nem sempre está ajustada à real ocupação urbana.

Um exemplo emblemático desta característica encontra-se patente na parte nordeste do município, em concreto nas freguesias de Midões e Póvoa de Midões. A figura seguinte é bastante elucidativa da elevada dispersão urbana existente nas duas freguesias, caracterizadas por um tipo de povoamento de elevada dispersão urbana pelo território e a organização de aglomerados com características de povoamento linear contínuo / descontínuo.

Figura 24. Dispersão urbana nas freguesias de Midões e Póvoa de Midões



10. ANEXOS